UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
FFLCH/USP

MARLENE LESSA VERGÍLIO BORGES

O *PRO MILONE* DE CÍCERO: TRADUÇÃO E ESTUDO DA INVENÇÃO

**Versão corrigida. O exemplar original encontra-se disponível no CAPH da FFLCH
(Centro de Apoio à Pesquisa Histórica).**

São Paulo

2011

MARLENE LESSA VERGILIO BORGES

O *PRO MILONE* DE CÍCERO: TRADUÇÃO E ESTUDO DA INVENÇÃO

**Versão corrigida. O exemplar original encontra-se disponível no CAPH da FFLCH
(Centro de Apoio à Pesquisa Histórica).**

De acordo

Orientador: Prof. Dr. Adriano Scatolin

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Letras Clássicas.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Scatolin

**São Paulo
2011**

BORGES, Marlene Lessa Vergílio

Título: O *Pro Milone* de Cícero: Tradução e estudo da invenção

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Letras Clássicas.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Ad Luisam recens natam neptem.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dr. Adriano Scatolin, que guiou meus passos neste trabalho com competência, dedicação e seriedade (e também com humor). A ele devo os acertos, os erros são meus.

Aos professores Paulo Martins e Isabella Tardin Cardoso, pela leitura cuidadosa do texto que apresentei para o exame de qualificação e pelas valiosas sugestões que forneceram para incrementá-lo e aperfeiçoá-lo.

Ao meu amigo Márcio, que por primeiro me incentivou a abraçar esta jornada.

Aos meus filhos, Lucimeire e Rodrigo, pelo apoio, incentivo e carinho de todas as horas.

*Nam et invenire et iudicare quid dicas
magna illa quidem sunt et tamquam animi
instar in corpore ...*

Efetivamente, encontrar e decidir o que se
há de dizer é certamente muito importante,
e algo assim como a alma para o corpo ...

Cícero (*Orator*, 44)

RESUMO

BORGES, Marlene Lessa Vergílio. **O *Pro Milone* de Cícero: tradução e estudo da invenção**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

No dia 08 de abril de 52 a. C, quase três anos depois de terminar sua mais completa obra retórica, *De oratore*, Cícero retorna a sua atividade nos tribunais. Diante da aparência inusitada do fórum, cercado pela guarnição armada de Pompeu e lotado de um público hostil, o Arpinate comparece para defender o amigo e tribuno Tito Ânio Milão, acusado de assassinar o rival político Públio Clódio Pulcro. Fontes antigas atestam que, prejudicado por fatores externos, Cícero não se teria apresentado nesse dia com a costumeira efetividade. Embora não tenha vencido essa causa, a versão que mais tarde publicou do discurso em defesa de Milão, *Pro Milone*, tornou-se referência no âmbito da retórica judiciária e é considerado por muitos estudiosos uma obra prima do gênero. Nesta dissertação, apresentamos uma tradução anotada desse discurso em português, acompanhada de um estudo do respectivo processo de invenção (*inventio*): descoberta e exame das estratégias, argumentos e linhas de defesa destinados a persuadir. Estruturamos a tratativa da invenção de acordo com as divisões que Cícero estabelece para essa parte da retórica, ou seja, conforme os três modos de influenciar a mente dos ouvintes: *docere* (instruir), *conciliare* (cativar) e *movere* (comover) (cf. *De orat.* II, 115). Apoiando-nos fundamentalmente nas teorias expostas no *De oratore*, mas também em outras fontes antigas e modernas, procuramos identificar e descrever as estratégias retóricas empregadas no *Pro Milone* para dar conta de cada um desses meios de persuasão.

Palavras-chave: Cícero - oratória judiciária – retórica latina – *Pro Milone*.

ABSTRACT

On April 8th, 52 B.C., nearly three years after finishing his most complete rhetorical work, *De oratore*, Cicero resumed his duties in the courts. Against the forum's extraordinary backdrop, surrounded by the armed garrison of Pompeii and packed with a hostile audience, the Arpinate appeared there to defend his friend and tribune Titus Annius Milo, accused of assassinating rival politician Publius Clodius Pulcher. Ancient sources indicate that Cicero, undermined by external factors, did not exhibit his customary effectiveness on that day. Although he did not win the case, the subsequently published version of the speech in defense of Milo, *Pro Milone*, became a benchmark in legal rhetoric, deemed by many scholars to be a masterpiece of the genre. In this dissertation, we present an annotated Portuguese translation of the speech, accompanied by a study of the respective invention (*inventio*) process: discovery and examination of strategies, arguments and lines of defense intended to persuade. We have structured our discussion of invention according to Cicero's distinctions for this part of rhetoric, or rather, according to the three methods of influencing the listener's mind: *docere* (instruct), *conciliare* (win over) and *movere* (stir) (cf. *De orat.* II, 115). Drawing essential support from the theories set forth in *De oratore*, as well as from other ancient and modern sources, we seek to identify and describe the rhetorical strategies used in *Pro Milone* in order to account for each of these means of persuasion.

Key Words: Cicero – forensic oratory – Latin rhetoric – *Pro Milone*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO I.....	x
INTRODUÇÃO II.....	xiii
A oratória de Cícero e seu contexto	xiii
PARTE I.....	1
CAPÍTULO 1	1
SOBRE O <i>PRO MILONE</i>	1
1.1. Sobre o <i>Pro Milone</i>	1
1.2. Autoridades para os eventos de 52.....	2
1.3. Eventos anteriores ao crime	9
1.4. Contexto social e político.....	10
1.5. O crime e os eventos subsequentes	11
1.6. As duas versões do <i>Pro Milone</i> e o suposto insucesso de Cícero no tribunal	15
1.7. Fortuna crítica do <i>Pro Milone</i>	18
CAPÍTULO 2	23
DA COMPOSIÇÃO DO DISCURSO	23
2.1. Da divisão do discurso	23
2.2. A divisão do <i>Pro Milone</i>	25
2.3. O <i>status causae</i>	32
2.3.1. Causa com mais de um <i>status</i>	36
2.3.2. O <i>status causae</i> do <i>Pro Milone</i>	37
2.4. A causa em função do <i>status</i>	43
CAPÍTULO 3	45
A INVENÇÃO SEGUNDO CÍCERO	45
3.1. A tríade persuasiva: <i>docere, conciliare e movere</i>	45
3.2. Invenção, <i>docere</i>	50
3.2.1. Considerações iniciais	50
3.2.2. Percurso argumentativo do <i>Pro Milone</i>	52
3.2.3. Estratégias do <i>docere</i> no <i>Pro Milone</i>	53
3.3. Invenção, <i>conciliare</i>	58
3.3.1. Considerações teóricas	58

3.3.2. Estratégias do <i>conciliare</i> no <i>Pro Milone</i>	63
3.3.2.1. A <i>persona</i> de Milão	66
3.3.2.2. Caracterização da <i>persona</i> de Pompeu e dos juízes	71
3.3.2.3. O lado negativo do <i>conciliare</i> : a <i>persona</i> de Clódio	72
3.3.2.4. A <i>persona</i> do orador: a necessidade de ser e parecer	77
3.3.2.5. A <i>persona</i> do orador no <i>Pro Milone</i>	80
3.4. Invenção, <i>movere</i>	87
3.4.1. Considerações teóricas	87
3.4.2. A invenção do <i>movere</i> no <i>Pro Milone</i>	91
CONCLUSÃO	97
PARTE II	103
TRADUÇÃO	103
1. Notas sobre a tradução	103
1.1. Edições utilizadas	103
1.2. Diferenças no texto latino	104
1.3. Questões de terminologia	105
TRADUÇÃO DO <i>PRO MILONE</i>	108
TRADUÇÃO DO COMENTÁRIO DE ASCÔNIO PEDIANO AO <i>PRO MILONE</i>	143
BIBLIOGRAFIA	154

INTRODUÇÃO I

Nesta dissertação de mestrado, estuda-se o discurso judiciário de Cícero *Pro Milone*, pronunciado no fórum romano no dia 8 de abril de 52 a. C.¹, em defesa de Tito Ânio Milão, candidato a cônsul naquele ano, acusado de assassinar Públio Clódio Pulcro, seu rival político. Apresentamos uma tradução anotada do discurso em português², acompanhada de um estudo da invenção (*inventio*), descoberta e exame das estratégias, argumentos e linhas de defesa empregados pelo orador visando à persuasão.

Fornece a base teórica principal para nossa análise o tratado retórico da maturidade de Cícero, *De oratore* (concluído em 55), obra em que critica a teoria retórica dos manuais e oferece uma versão atualizada de tal teoria, mais apropriada à realidade prática dos tribunais romanos do seu tempo. Os tratados retóricos, *Rhetorica ad Herennium* (86-83³), de autor desconhecido, e a obra de juventude de Cícero, *De inventione* (84-83⁴), fornecem as bases complementares para o estudo. Estes expõem um *corpus* de regras retóricas, baseadas em fontes gregas, não abordadas ou não detalhadas no *De oratore*.

Fizemos amplo uso também, tanto como apoio teórico, quanto para a interpretação e análise do *Pro Milone*, da obra *Institutio oratoria*, de Quintiliano (95 d. C.), que dedica muita atenção a esse discurso e o utiliza inúmeras vezes para ilustrar suas discussões⁵. Cabe mencionar ainda, dentre as fontes antigas utilizadas, a *Retórica*, de Aristóteles e, para os eventos históricos, Plutarco, Dião Cássio, Apiano e, sobretudo, Ascônio.

Em relação à bibliografia moderna, cabe destacar a contribuição de Wisse⁶ e May⁷, cujas obras são de grande auxílio para a compreensão dos meios de persuasão *êthos* e *páthos*. Wisse faz uma elucidativa descrição dos conceitos de *êthos* e de *páthos*

¹ As datas mencionadas neste trabalho são a. C., salvo indicação em contrário. Quanto à data do julgamento, Ascônio fornece o dia 8 de abril, que coincide com as afirmações de Cícero em *Mil.* 98, cf. LINTOTT, 2008, p. 32, n. 1. RUEBEL (1979: 245), apontando corrupção dos manuscritos nesse ponto, considera admissível o dia 7. Ainda sobre essa questão, LINTOTT, 1974: 73, n. 132. Todas as datas fornecidas neste trabalho referem-se ao calendário pré-juliano. Uma vez que o ano de 52 teve intercalação, o mês de janeiro teve 29 dias; fevereiro, 24; a intercalação, 27; março, 31; abril, 29; (Cf. RUEBEL, 1979: 232, n. 4).

² Notas sobre esta e outras traduções do *Pro Milone* na segunda parte deste trabalho.

³ Cf. PERNOT, 2000:141.

⁴ Cf. PERNOT, 2000:152.

⁵ Cf. passagens mencionadas na seção Fortuna crítica, n. 175.

⁶ WISSE, 1989.

⁷ MAY, 1988.

em Aristóteles e em Cícero, apontando diferenças; May desenvolve sobretudo a temática do *êthos* com foco no orador, abordando os modos pelos quais Cícero constrói o próprio *êthos* nas diferentes fases de sua vida.

Para a análise das linhas de defesa adotadas por Cícero no *Pro Milone*, apoiamos-nos na obra de Montefusco, *La dottrina degli “status” nella retorica greca e romana* (1986), obra que reúne e discute as teorias retóricas antigas sobre o tema, sobretudo a de Hermágoras. Para os aspectos históricos e biográficos relacionados ao *Pro Milone*, servimo-nos em grande medida das obras de Lintott (1968, 1974 e 2008), que realiza uma análise detalhada dos eventos baseada em fontes antigas. Outras fontes modernas forneceram valiosos elementos para apoiar nosso estudo, fontes estas que se encontram relacionadas na bibliografia, ao final deste trabalho.

Visando a tornar mais acessível o contexto político no qual se deu a defesa de Milão, realizamos também a tradução do comentário de Ascônio Pediano ao *Pro Milone*, obra de meados do primeiro século da era cristã, de grande valor para o conhecimento dos eventos que envolveram a morte de Públio Clódio por Milão. Em seção específica do capítulo I, tecemos um comentário sobre o valor de Ascônio como fonte para o conhecimento de tais eventos, bem como sobre as demais fontes antigas de que dispomos para esse caso.

Esta dissertação compõe-se das seguintes partes: a) Introdução I (apresentação do trabalho); b) Introdução II (em que se discorre sobre o contexto oratório e judiciário no qual se insere a oratória ciceroniana); c) Parte I (estudo do discurso); e d) Parte II (tradução). A Parte I está dividida em três capítulos, nos quais são discutidos os seguintes temas:

Capítulo I: apresentação das circunstâncias e da conjuntura política anteriores e imediatamente posteriores à produção da obra; discussão das fontes antigas para o estudo do *Pro Milone*; discussões acerca da recepção da obra ao longo do tempo e de algumas polêmicas que a cercam.

Capítulo II: Descrição da fase preliminar da composição do discurso, ou seja, o estabelecimento do *status causae* ou linha de defesa.

Capítulo III: estudo da invenção do *Pro Milone*, ou seja, das estratégias retóricas nele empregadas, de acordo com os três meios de persuasão da teoria ciceroniana:

docere (instruir sobre os fatos), *conciliare* (cativar pelo caráter), *movere* (influenciar pela emoção).

Conclusão: breve resumo do percurso de estudo e uma análise conclusiva.

A Parte II compreende: a) notas sobre a tradução; b) edições utilizadas; c) diferenças no texto latino; d) questões terminológicas; e) tradução anotada do *Pro Milone* em português; f) tradução do comentário de Ascônio Pediano ao *Pro Milone*; g) bibliografia.

Para realizar o estudo da Parte I, contamos com o auxílio da tradução do *De Oratore* realizada por Adriano Scatolin (Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2009). São suas as traduções de todas as citações do *De oratore* no corpo do trabalho. Eventuais diferenças entre as traduções citadas e as constantes da referida tese referem-se a alterações posteriores realizadas pelo próprio professor. Nas citações da *Rhetorica ad Herennium*, valemo-nos da tradução realizada por Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra (*Retórica a Herênio*, Hedra, 2005). Cabe mencionar que, ao traduzir os termos técnicos do *De inventione*, relativos aos *status causae*, servimos-nos algumas vezes das traduções desses mesmos termos realizadas pelas tradutoras na obra referida. Modificações das traduções, quando ocorrem, são apontadas em notas.

Quanto às demais traduções que aparecem no texto, quer de autores antigos, quer de modernos, são de nossa responsabilidade.

Notas sobre citação: As referências aos comentários de Ascônio Pediano, nas notas de rodapé, que aparecem sem a menção da data, correspondem à edição de Clark de 1918, que constituem a grande maioria. Haverá algumas menções com a data de 1895 (por exemplo, ASC. 45, C. 1895), que correspondem à edição mais antiga de Clark dos comentários de Ascônio, à qual, algumas vezes, tivemos que recorrer, pois a versão mais recente não traz todos os parágrafos de tais comentários. Cabe alertar, ainda, que há uma discrepância entre a numeração dos parágrafos das duas edições: a edição mais antiga começa com o parágrafo 31, enquanto a mais recente atribui o número 26 a esse mesmo parágrafo.

Com relação às citações em latim, no corpo do texto ou nas notas, mantivemos a ortografia estabelecida pelos editores das obras que são citadas.

INTRODUÇÃO II

A oratória de Cícero e seu contexto

Para se estudar um discurso de Cícero, é necessário não só conhecer o contexto judiciário para o qual foi produzido, como também é de fundamental importância levar-se em conta o ambiente político e as práticas oratórias da época. Nesta introdução, pretende-se apresentar, em linhas gerais, o funcionamento dos tribunais judiciais no tempo de Cícero, bem como as práticas oratórias então em uso para fazer frente às demandas desse tribunal. Quanto ao contexto político, destinamos uma seção do capítulo I para delinear os seus aspectos mais relevantes.

A oratória de Marco Túlio Cícero (106-43) se constitui sobretudo a partir da tradição retórica helenística, embora não se possa deixar de mencionar a influência da oratória romana que o precede⁸. Que a oratória romana já havia atingido um elevado padrão técnico sabe-se pelo testemunho do próprio Cícero, que expressa sua admiração por Crasso e Antônio em suas obras *De oratore* e *Brutus*. Além desses fatores, entram na composição de sua oratória as tradições romanas, seu próprio talento (*ingenium*), sua educação e seu ineditismo⁹.

Excetuando-se os estudos elementares, toda a educação de Cícero se deu em Roma, onde pôde conhecer e frequentar os maiores oradores da época – Marco Antônio e, sobretudo, Lúcio Licínio Crasso –, em cuja casa, mestres gregos ensinavam retórica aos jovens mais dotados¹⁰. À época da juventude de Cícero, os jovens da aristocracia romana estudavam pelos manuais de instrução elaborados pela tradição retórica helenística. O próprio Cícero recebera seu treinamento inteiramente em grego¹¹.

Proveniente de família equestre, da cidade de Arpino, situada a aproximadamente 120 km de Roma, Cícero alcançou prestígio e projeção política por meio de seu próprio esforço e capacidade, já que não contava com o privilégio de ter nascido em família nobre. Era, portanto, um *novus homo*, como se costumava chamar ao homem que ascendia socialmente sem proceder da nobreza. Por meio de sua oratória,

⁸ SOLMSEN, 1938: 542.

⁹ MAY, 2002: 51.

¹⁰ NARDUCCI, 1996: 4.

¹¹ A instrução formal em oratória só se tornou disponível amplamente em latim depois da época de Cícero. A primeira escola latina de retórica foi aberta em Roma ao final dos anos 90, tendo sido fechada por ordem do censor Crasso (POWELL & PATERSON, 2004: 17).

obteve a fama de mais proeminente “advogado” do seu tempo¹², e, de acordo com Quintiliano, dizia-se que era o rei dos tribunais (*regnare in iudiciis dictus est*¹³).

Sobre a denominação “advogado”, é necessário esclarecer que o orador que defendia uma causa no tribunal não era um advogado no sentido moderno do termo. O advogado, nos tempos de Cícero, era primeiramente um orador, só em segundo lugar um advogado¹⁴. Muitos desses oradores tinham pouco ou nenhum conhecimento das leis. Não era esse o caso de Cícero, que estudara o direito com os grandes juristas do seu tempo, os Cévolas (Cévola, o Áugure, e Cévola, o Pontífice). A maioria dos oradores, no entanto, costumava recorrer aos serviços dos juristas quando a complexidade do caso o exigia¹⁵.

A noção romana de advogado é mais bem representada pelo termo *patronus*, que designa o orador que sustenta uma defesa no tribunal¹⁶. O termo *advocatus*, de onde deriva o atual “advogado”, possuía originalmente sentido mais geral, que abarcava aqueles que forneciam aconselhamento legal e aqueles que apenas emprestavam seu apoio ao litigante sem, necessariamente, discursar no tribunal¹⁷. Do mesmo modo que o defensor não era um profissional do direito, a acusação também não era realizada por profissionais, mas por particulares. Muitas vezes era realizada pela própria vítima ou por amigos ou parentes que desejavam ver punida uma ofensa. Estes também podiam se fazer representar por um orador. A República, representada por um pretor ou por um magistrado menor que presidia o tribunal, só tomava parte na questão na medida em que lhe cabia, numa etapa anterior, rejeitar ou permitir a instauração do processo e, em seguida, escolher o melhor¹⁸, quando vários se apresentassem para o papel de acusador¹⁹. No que tange aos juízes, também estes eram pessoas comuns, escolhidas dentre as principais ordens civis. Dependendo do caso, o número de juízes podia variar desde apenas um, auxiliado por conselheiros (*subscriptores*) para decidir sobre uma

¹² POWELL & PATERSON, 2004: 1.

¹³ QUINT., *Inst.*, 10, 1, 112.

¹⁴ POWELL & PATERSON, 2004: 17.

¹⁵ RIGGSBY, 1999: 15.

¹⁶ Outros sentidos que o termo *patronus* pode ter, segundo o OLD, são: sentido 1): a) pessoa influente que toma alguém sob sua proteção; b) o antigo senhor de um liberto. Sentido 2: aquele que protege os interesses de uma comunidade ou instituição. Sentido 3: aquele que pleiteia uma causa no tribunal.

¹⁷ POWELL & PATERSON, 2004: 13.

¹⁸ Essa etapa processual preliminar é denominada *divinatio* (WATTS: 2000: 131).

¹⁹ RIGGSBY, 1999: 15.

questão civil, ou, no caso dos grandes tribunais criminais, chamados *quaestiones*, o número podia variar de 30 a mais de 70²⁰.

A partir da *Lex Aurelia Cottae*, de 70, estabeleceu-se o princípio de que o quadro de juízes devia se constituir do seguinte modo: 1/3 dos membros devia pertencer ao senado, 1/3 à ordem equestre, e os restantes eram recrutados possivelmente entre as classes imediatamente inferiores aos equestres, genericamente denominados *tribuni aerarii* (tribunos do tesouro)²¹.

No sistema judiciário romano, diferentemente do ateniense, era mais comum que o acusado constituísse um advogado (*patronus*), ou mais de um, para conduzir seu caso²². Em Atenas, exceto em casos excepcionais²³, era geralmente o próprio acusado que discursava em sua defesa. Por vezes, o acusado contratava os serviços de um logógrafo, que escrevia um discurso procurando adequá-lo ao caráter (*êthos*) daquele que iria pronunciá-lo. Em certos casos, os acusados eram auxiliados pelos *synégoroi*, frequentemente pessoas ligadas ao litigante por laços de amizade ou parentesco. A ideia básica sobre os *synégoroi* é a de que eles faziam pelos seus concidadãos o que estes não eram capazes de fazer por si mesmos²⁴. Os *synégoroi* eram proibidos de receber pagamento pelos seus serviços, como, de resto, também ocorria em Roma com os patronos. A atividade da advocacia em Roma, embora não pudesse ser contada como profissão, mas como um serviço assistencial, propiciava admiração e prestígio aos mais hábeis e bem sucedidos²⁵.

Contudo, a noção romana de advocacia é distinta da ateniense²⁶: enquanto os *synégoroi* eram concidadãos auxiliando em termos iguais a outro concidadão, o advogado romano era denominado *patronus* (patrono)²⁷. O conceito de patrono remonta a um período arcaico em que cada cidadão de *status* mais baixo era o cliente de um patrono aristocrático, que falava por ele nos procedimentos legais quando ele

²⁰ POWELL & PATERSON, 2004: 30.

²¹ POWELL & PATERSON, 2004: 31; RIGGSBY, 1999: 18.

²² KENNEDY, 1968: 419-436.

²³ Segundo Hermógenes (séc. II d. C) (*De Methodo*, 21, *apud* Kennedy, 1968: 422), havia quatro razões para se empregar um advogado na Atenas do período helenístico: natureza, se o litigante fosse mulher; idade, se ele fosse menor ou idoso; condição, se fosse escravo; decoro, se já tivesse sido condenado.

²⁴ POWELL & PATERSON, 2004: 12.

²⁵ Cf. CIC. *Off.* 2, 49: “Embora haja muitos tipos de causas que requerem eloquência e muitos adolescentes em nossa República tenham conseguido louvor discursando perante juízes, o povo e o Senado, a admiração é maior nos processos jurídicos” (trad. de Angélica Chiapeta, 1999).

²⁶ POWELL & PATERSON, 2004: 12, consideram que o sistema judiciário de Atenas operava sem advogados profissionais, mas não totalmente sem advocacia.

²⁷ POWELL & PATERSON, 2004: 13.

necessitasse²⁸. Ao final da República romana, o acesso ao *patronus* já não dependia da noção de clientelismo, e pleitear causas no fórum já não era prerrogativa dos aristocratas²⁹. Mas persistia a noção de que o patrono possuía riqueza, influência e autoridade – ou acesso a tais vantagens –, que os clientes não tinham para defender seus interesses³⁰. De qualquer modo, o conceito de *patronus* continuava ligado à ideia de prestar assistência a quem dela necessitasse, constituindo um dos deveres aristocráticos da *amicitia* (amizade)³¹.

Segundo Kennedy, são vários os desdobramentos da “retórica da advocacia”³² em Roma, em especial no que diz respeito ao *êthos* (caráter). Uma vez que, no tribunal grego, orador e acusado normalmente coincidiam, a preocupação com a apresentação de um *êthos* persuasivo recaía sobre uma única pessoa. Já no tribunal romano, não só o caráter do litigante estava em questão, mas também o de seu *patronus*. Como consequência, o orador que tivesse uma boa medida de *auctoritas* (autoridade), *gratia* (influência) e posição social destacada, certamente tinha mais força para influir nas decisões dos juízes e favorecer seu cliente³³.

Assim, quando vemos Cícero empregar grande espaço do discurso na autoapresentação, não se trata necessariamente de um sinal de vaidade, mas de uma estratégia deliberada de persuasão, da qual fazia uso porque funcionava no sistema judiciário republicano³⁴. Os advogados não faziam nenhuma questão de deixar de lado sua *persona* pública quando se dirigiam ao tribunal³⁵. Uma das características centrais do discurso judiciário romano é a tentativa do advogado de impor sua *auctoritas* nos procedimentos³⁶. O advogado, desde que não ultrapassasse a fronteira da arrogância, podia falar sobre si mesmo nos momentos que se mostrassem apropriados³⁷. Constituíu um expediente capaz de auferir bons resultados, recomendado e muito utilizado por Cícero, que o orador discorresse a respeito de suas ações e serviços realizados pelo bem

²⁸ KENNEDY, 1968: 428.

²⁹ POWELL & PATERSON, 2004: 14.

³⁰ PATERSON, 2004: 80.

³¹ Cf. BURTON, 2004: 231 e n. 50.

³² “Retórica da advocacia” é o procedimento de tribunal em que o acusado é defendido por um advogado (ou mais de um), denominado patrono (*patronus*); opõe-se àquele em que o próprio acusado faz sua defesa. Em Roma era comum o primeiro, na Grécia, o segundo.” Cf. KENNEDY, 1968, 419-436.

³³ MAY, 1988: 6-12 *et passim*; MAY, 2002, 61.

³⁴ POWELL & PATERSON, 2004: 8.

³⁵ PATERSON, 2004: 80.

³⁶ PATERSON, 2004: 82.

³⁷ PATERSON, 2004: 83; Cf. CIC., *Inv.*, 1, 22.

dos cidadãos e da pátria³⁸. Inaceitável, porém, era o orador se vangloriar da própria habilidade retórica³⁹. Pois, segundo afirma o personagem Antônio, no *De oratore*, 2, 333, “[...] deve-se evitar a suspeita de ostentação do engenho” (*Vitanda [...] ingenii ostentationis suspicio*).

A ostentação da *auctoritas* na oratória de Cícero era uma resposta à natureza da advocacia em Roma e suas origens na patronagem, que colocava a influência do patrono no centro do sistema⁴⁰: nem todos possuíam uma carreira pública significativa, mas aqueles que a possuíam certamente exploravam a influência que haviam obtido por meio dela⁴¹. Além disso, não se pode esquecer o fato de que Cícero, como *novus homo*, tinha frequentemente que lidar com a competição aristocrática e contrapor-se a prejulgamentos que favoreciam pessoas da nobreza; daí seus esforços na projeção do próprio caráter e na destruição do caráter do adversário⁴².

Já o fato de Cícero enaltecer o caráter de seu cliente, como costuma ocorrer em seus discursos, é algo que se explica à luz do próprio sistema judiciário e das crenças culturais romanas. Segundo Riggsby, para melhor se compreender a prática oratória romana, deve-se ter em mente a existência, nessa sociedade, de uma crença consideravelmente difundida: a noção da fixidez do caráter⁴³. Segundo esse princípio, o caráter de uma pessoa é constante ao longo de toda sua vida e é determinante de suas ações. A crença de que o caráter era imutável e podia predizer uma ação era tão forte que, segundo parece, o advogado não tinha a opção de dizer que o caráter do seu cliente havia mudado⁴⁴. Pelo menos é o que se depreende da prática, observa Riggsby, pois Cícero apenas uma vez acena para a possibilidade de mudança do caráter: no discurso *Pro Caelio*; mas, nesse caso, a justificativa se apoiava na juventude do seu cliente⁴⁵.

Referências ao caráter pessoal do acusado eram contadas como evidência de culpa ou inocência⁴⁶. Riggsby afirma que as estratégias sugeridas no *De inventione* em

³⁸ CIC., *Inv.* 1, 22.

³⁹ PATERSON, 2004: 83.

⁴⁰ No *Pro Milone*, Cícero ostenta sua *auctoritas* especialmente nos §§ 12, 21, 36.

⁴¹ PATERSON, 2004: 94-95.

⁴² MELCHIOR, 2008: 282-297.

⁴³ RIGGSBY, 2004: 165-185; detalhado por MAY, 1988: 6 *passim*.

⁴⁴ RIGGSBY, 2004: 170.

⁴⁵ RIGGSBY, 2004: 174. No *Pro Caelio*, o argumento da juventude de Célio é exaustivamente repetido, como, por exemplo, nos §§ 11 e 75-77. Neste, para minorar o efeito dos excessos cometidos por seu cliente, Cícero assegura aos juízes que “em breve a idade, a experiência, o tempo tudo terão aplacado” (*iam aetas omnia, iam usus, iam dies mitigarit*).

⁴⁶ RIGGSBY, 2004: 177.

relação aos argumentos de caráter pressupõem que a audiência esperaria e responderia a tais argumentos, especialmente àqueles baseados na vida pregressa do acusado⁴⁷. Cícero afirma no *De inventione* que, numa acusação, dificilmente o argumento baseado no motivo (*causa*) é suficientemente poderoso. É necessário usar o caráter do acusado para colocar sua mente sob suspeita, de modo a deixar claro que ele não hesitaria em praticar aquela ação da qual é acusado, conforme se observa nesta passagem⁴⁸:

Nam causa facti parum firmitudinis habet, nisi animus eius qui insimulatur in eam suspicionem adducitur ut a tali culpa non videatur abhorruisse (Inv. 2, 32).

Pois o motivo de uma ação tem pouca consistência, a não ser que o caráter do acusado seja colocado sob tal suspeita que pareça que ele não retrocederia diante daquele crime.

O que Riggsby sobretudo faz questão de salientar é que nenhuma estratégia teria valor se conflitasse fortemente com as crenças da sociedade e, especificamente, dos juízes⁴⁹. A prática oratória, a seu ver, serve para evidenciar a opinião da audiência: os argumentos de caráter eram não só esperados, mas exigidos; fatal era não ter um argumento de caráter para apresentar⁵⁰.

Esse tipo de persuasão baseada no caráter está frequentemente ligado à persuasão pela comoção (*movere*), como o próprio Cícero admite⁵¹. O Arpinate afirma, dando voz ao personagem Antônio no *De oratore*, que o apelo emocional é o mais importante elemento para se vencer as causas⁵².

Assim, o orador, nos dias de Cícero, entrava no fórum consciente de que não iria persuadir sua audiência só pela força dos fatos, mas por meio de um desempenho efetivo ao qual não podia faltar o fator emocional⁵³. Os grandes julgamentos eram conduzidos num tribunal instalado ao ar livre, diante de uma multidão acostumada a

⁴⁷ RIGGSBY, 2004: 171.

⁴⁸ Cf. também *Rhet. Her.*, 2, 5.

⁴⁹ RIGGSBY, 2004: 167. Cf. *De Orat.* 2, 186: “para influenciar o ânimo dos juízes [...], sondar, da forma mais apurada possível, o que pensam, o que julgam, o que esperam, o que desejam ([...])” *ad animos iudicum pertractandos [...] ut odorere, quam sagacissime possim, quid sentiant, quid existiment, quid expectent, quid velint [...]*). Sobre as crenças da sociedade, também QUINT. *Inst.* 3, 7, 23.

⁵⁰ RIGGSBY, 2004: 173-175.

⁵¹ *De Orat.* 2, 212.

⁵² *De Orat.* 2, 215: *in quo sunt omnia (sc. commovere)* (“elemento em que tudo reside”).

⁵³ MAY, 2002: 59.

assistir no mesmo local a vários tipos de atividades e apresentações⁵⁴. Suas expectativas em relação a um julgamento não excluía a noção de espetáculo⁵⁵.

Essa aglomeração de pessoas podia ser um fator favorável ou prejudicial ao orador, dependendo da situação⁵⁶. No caso da defesa de Milão, sabe-se, principalmente por meio de Ascônio, que os partidários de Clódio que assistiam ao julgamento interromperam inúmeras vezes a fala de Cícero com tal gritaria e tumulto que ele não pôde se apresentar com a costumeira firmeza⁵⁷. O julgamento de Milão ocorreu em circunstâncias excepcionais. Contudo, nas contendas jurídicas, o fórum era para o orador como um campo de batalha, segundo afirma Antônio⁵⁸: para enfrentar a multidão, era necessário ao orador “uma atuação variada, veemente, cheia de vigor, cheia de espírito, cheia de sofrimento, cheia de realidade” (*actio varia, vehemens, plena animi, plena spiritus, plena doloris, plena veritatis*)⁵⁹.

Para nós, leitores de Cícero, é importante ter em mente que a função precípua de um discurso judiciário é a de apresentar a melhor causa possível para o cliente e, de preferência, vencer⁶⁰. Ou, segundo a visão de Quintiliano: *tendit quidem ad victoriam qui dicit, sed cum bene dixit, etiamsi non vincat, id quod arte continetur effecit* (“O orador, de fato, luta pela vitória, mas, se realiza um bom discurso, ainda que não vença, fez o que compete à arte⁶¹”). Sem dúvida, a meta de todo orador que se dirige a um tribunal é persuadir os juízes de que seus argumentos merecem mais credibilidade (*fides*) do que os do adversário. Tendo isso em vista, o que deve chamar nossa atenção neste estudo são as técnicas empregadas pelo orador para tornar seu discurso persuasivo, ou seja, o quanto ele soube fazer uso da arte retórica para construir uma argumentação engenhosa e eficaz.

⁵⁴ MAY, 2002: 56.

⁵⁵ MAY, 2002: 59.

⁵⁶ Cf. HALL, 2007: 218.

⁵⁷ ASC., 36.

⁵⁸ *De orat.*, 1, 157 e 2, 72.

⁵⁹ *De orat.*, 2, 73.

⁶⁰ POWELL & PATERSON, 2004: 1.

⁶¹ QUINT., *Inst.* 10, 1, 112.

PARTE I

CAPÍTULO 1

SOBRE O *PRO MILONE*

1.1. Sobre o *Pro Milone*

O *Discurso em defesa de Milão, Pro Milone*, um dos discursos de Cícero mais célebres e mais discutidos⁶², alcançou notoriedade não só pela sofisticação retórica que lhe é atribuída⁶³, mas também pelos acontecimentos que o cercam, dentre eles, e talvez o mais contundente, a própria magnitude do caso: o assassinato de Públio Clódio Pulcro por Tito Ânio Milão, em 18 de janeiro de 52, na Via Ápia, um crime político de graves consequências para a República romana: os distúrbios que se seguiram resultaram na designação de Pompeu como cônsul único (*sine collega*)⁶⁴, fato que iria abrir caminho em direção à guerra civil que irromperia três anos mais tarde. Além disso, há muitas outras questões envolvendo o *Pro Milone*: fontes antigas sugerem que a atuação (*actio*) de Cícero por ocasião da defesa teria ficado aquém da habitual⁶⁵. Relata-se, ainda, que uma cópia do discurso pronunciado, recolhida por estenógrafos, teria sobrevivido ao lado da versão publicada pelo menos até a época de Quintiliano, tendo se perdido posteriormente⁶⁶. Alguns estudiosos creem que a versão que chegou até nós, revisada e aprimorada por Cícero para publicação, teria muitas diferenças em relação à primeira; outros, contudo, afirmam que as diferenças não iriam além do estilo. Também há estudiosos que consideram que Cícero teria feito uma defesa desonesta, forjando uma narrativa tendenciosa e incompleta dos fatos do crime⁶⁷, questões essas que discutiremos mais adiante. Estas são algumas das muitas polêmicas que o *Pro Milone*

⁶² WISSE, 2007: 35.

⁶³ QUINT., *Inst.* 4, 2, 25: “[...] *M. Tullius in oratione pulcherrima quam pro Milone scriptam reliquit* [...]” (“[...] Marco Túlio, no belíssimo discurso em defesa de Milão que nos deixou escrito [...]”); ASC., 36: “[...] *iure prima haberi possit.*” (“[...] com justiça se pode atribuir-lhe o primeiro lugar entre os discursos de Cícero”).

⁶⁴ *I. e.*, com poderes de *dictator*, mas sem o nome, cf. COLSON, 1959: ix. *Dictator* era o título de um supremo magistrado extraordinário em Roma, que era indicado em tempos de crise e por período limitado a seis meses; na prática, incorporava as funções dos dois cônsules (SQUIRES, 1990:157).

⁶⁵ ASC., 36; PLUT., *Cícero*, 35; DIO, IX, 54; *Scholia Bobiaensia*, STANGL, 1964: 112.

⁶⁶ A evidência de que Quintiliano teria tido conhecimento de uma outra versão do *Pro Milone* se baseia na passagem da *Inst.* 4, 3, 17: “*Unde Ciceroni quoque in prooemio, cum diceret Pro Milone, digredi fuit necesse, ut ipsa oratiuncula qua usus est patet*” (Daí que Cícero também tenha sido forçado a fazer uma digressão no próêmio quando defendia Milão, como evidência aquele pequeno discurso que utilizou”); SETTLE (1963:279) julga questionável o fato de que Quintiliano realmente esteja se referindo nesse trecho a uma versão alternativa do *Pro Milone*.

⁶⁷ Para maior conhecimento dessa discussão, ver DYCK, 1998: 219-41.

suscitou e ainda suscita. Cícero não venceu esta causa, mas a versão publicada do *Pro Milone* tornou-se referência no âmbito da retórica judiciária e é considerada por muitos estudiosos como o ápice da habilidade oratória do Arpinate e uma obra-prima do gênero.

Conta Dião Cássio que Milão, já no exílio, recebera de Cícero uma cópia do discurso que havia sido publicado. Depois de lê-lo, Milão teria respondido a Cícero que era sorte aquele discurso não ter sido pronunciado daquela maneira no tribunal: do contrário, ele não estaria saboreando os pescados tão bons de Massília⁶⁸.

Nas próximas seções, além do relato dos eventos do crime, fornecemos um painel sumário dos fatos anteriores e posteriores, para que o discurso possa ser compreendido em seu contexto histórico, social e político. Antes, porém, de dar início a essa discussão, convém tecer algumas considerações acerca das fontes antigas de que dispomos para os eventos relacionados ao *Pro Milone*.

1.2. Autoridades para os eventos de 52

Apensa à edição do *Pro Milone*, realizada em 1895 (*Oxford University Press*), Clark oferece uma edição dos comentários de Ascônio Pediano a esse discurso e uma substancial introdução, na qual, entre outros conteúdos relevantes, discute as fontes antigas que nos dão a conhecer os eventos de 52 envolvendo Clódio e Milão. Tais fontes, segundo o estudioso, seriam de diferentes valores. Dentre as latinas, menciona: a) Ascônio; b) os discursos e as cartas de Cícero; c) notas ocasionais em autores como César, Suetônio, Lívio, Plínio, o Velho, Sêneca, Valério Máximo e Veleio Patérculo; d) o *Scholiasta Bobiensis*. Dentre os escritores gregos, Clark cita, em ordem de importância para os eventos em questão, Plutarco (c. 46-120 d. C), Dião Cássio (c. 155-229 d. C) e Apiano (c. 95-165 d. C)⁶⁹.

No que tange aos autores latinos, Clark põe em evidência o valor de Ascônio (c. 9 - 76 d. C.), pela gama de fontes de informação que ele teria consultado e pelo seu criterioso trabalho investigativo. Segundo Clark, Ascônio não só faz citações dos *Acta Senatus*, como também se refere a poetas, historiadores e oradores cujas obras hoje se acham perdidas. Além disso, continua Clark, Ascônio critica suas fontes, apontando

⁶⁸ DIO, 40, 54, 3.

⁶⁹ CLARK, 1895: ix-x.

escritos que considera espúrios, e escreve de maneira imparcial (*He wrote without any bias*)⁷⁰. Quer pelo detalhamento do relato de Ascônio, quer pela confiabilidade, Clark afirma que:

*His veracity and interest in research make the fragments of his work one of the most priceless relic of antiquity. With Asconius we feel that we are on firm ground*⁷¹.

Quanto aos discursos de Cícero, alerta que devem ser usados com cautela, uma vez que são compostos para defender um ponto de vista específico em uma circunstância particular. Já as cartas, especialmente as endereçadas a Ático, o estudioso reconhece que geralmente contêm informações confidenciais de alto valor.

Dentre os autores que fazem referências ocasionais ao evento de 52, Clark comenta especificamente sobre Veleio Patérculo, *from whose account nothing new is to be obtained*⁷², afirma. Segundo o estudioso, a única afirmação original que o historiador faz é a de que Catão teria votado a favor da absolvição de Milão, fato que Ascônio, mais cauteloso, diz que não era possível saber ao certo⁷³. Em relação ao *Scholiasta Bobiensis* (nome dado, segundo Clark, ao que parece constituir um *corpus* de escólios de diferentes datas e valores, do séc. IV-V d. C), o estudioso afirma que, pelo menos no que concerne ao *Pro Milone*, sua importância é pequena: por um lado, devido a numerosas incongruências, por outro, porque parece, por vezes, ou depender dos textos de Ascônio, ou mal interpretá-los, afirma⁷⁴.

Clark relaciona os autores gregos em ordem de importância, no que tange ao relato dos eventos de que estamos tratando. Em primeiro lugar, situa Plutarco, que relata o julgamento, os respectivos antecedentes e circunstâncias em *Cícero*, 33-35; *Catão, o Jovem*, 47-48, *Pompeu*, 54-55, e *César*, 28. Apesar de frisar que ocorrem inexactidões em certos relatos de Plutarco, Clark ressalta a grande quantidade de informações independentes que ele fornece e o fato de que consultava os documentos originais⁷⁵. Quanto a Dião Cássio, Clark pondera que, a despeito de também incorrer em certas imprecisões, fornece um valioso relato dos incidentes (40, 48, 55), ao que parece,

⁷⁰ CLARK, 1895: ix.

⁷¹ CLARK, 1895: ix.

⁷² CLARK, 1895: x, xi.

⁷³ ASC., 48.

⁷⁴ CLARK, 1895: x.

⁷⁵ CLARK, 1895: x-xi.

baseado em evidência documental, diz o estudioso, contudo, *has a tendency to exaggerate, e.g., his account of Cicero's breakdown at the trial is certainly overdrawn*⁷⁶. Dentre as anteriores, a fonte que Clark considera a menos confiável é Apiano, devido ao grande número de imprecisões em seus relatos.

Há que se ter em mente, porém, que, se a precisão é um requisito indispensável ao historiador de acordo com os critérios da crítica moderna, não o era no mundo antigo. Segundo observa White, em texto introdutório a sua tradução para o inglês da obra de Apiano, certa conformidade geral com os fatos era necessária, mas, na maioria das vezes, o objetivo principal do historiador antigo era produzir um livro interessante ou manifestar as ideias políticas e os princípios morais que tinha em consideração. E nesse aspecto, afirma o estudioso, Apiano não era melhor nem pior do que os historiadores do seu tempo⁷⁷.

Na mesma linha de White, Cary, que traduziu para o inglês a história romana de Dião Cássio, ressalta que o historiador antigo devia ter sempre em mente os princípios retóricos: *if the bare facts were lacking in effectiveness, they could be adorned, modified, or variously combined in the interest of a more dramatic presentation*⁷⁸. Dião Cássio teria sido, na opinião de Cary, usuário frequente desses recursos, o que explicaria o fato de tal historiador fornecer, com frequência, *a somewhat vague, impressionistic picture of events*, no qual os historiadores modernos não podem, de fato, encontrar a precisão que buscam⁷⁹.

No que diz respeito a Plutarco, Flacelière, em estudo introdutório a sua tradução para o francês das *Vidas*, chama a atenção para o fato de que *nulle part Il ne prétend avoir voulu édifier une grande oeuvre historique*. Contudo, o próprio Flacelière reconhece o fato de que as biografias de Plutarco constituem uma fonte extremamente importante para os historiadores⁸⁰.

Em se tratando do estudo que nos ocupa, essas fontes antigas podem adquirir valores distintos, a depender do aspecto que se tome como critério. É o que ocorre, por exemplo, se tomarmos como critério a descrição do evento do crime, aspecto fundamental para o estudo de um discurso judiciário, cujo objeto é um caso de

⁷⁶ CLARK, 1895: xi. A afirmação de Clark se refere a DIO, 40, 54, 2.

⁷⁷ WHITE, 1982: xi.

⁷⁸ CARY, 1954: xiii

⁷⁹ CARY, 1954: xiii-xiv.

⁸⁰ FLACELIÈRE, 1957: xxix.

homicídio. Ao ler Plutarco, Dião Cássio e Apiano em busca de evidências sobre o assassinato de Clódio, percebemos que Plutarco nada diz sobre o crime em si, a não ser que “Milão assassinou Clódio e, acusado do homicídio, escolheu Cícero para o defender⁸¹” (35, 1). Nenhum detalhe é acrescentado sobre como se deu o fato, nenhuma palavra sobre os eventos subsequentes. Após a menção do fato, Plutarco passa a tratar do julgamento, fornecendo detalhes sobre o comportamento que, segundo ele, Cícero teria tido na ocasião (35, 2).

Já Dião Cássio faz uma análise consistente do contexto político, fornece bom número de informações sobre os fatos subsequentes, mas poucos detalhes sobre como se deu o crime (40, 48, 2). No que tange a Apiano, porém, fonte à qual Clark atribui menos credibilidade, encontramos um relato dos eventos mais pormenorizado, que corrobora, em aspectos importantes, a descrição feita por Ascônio. Por outro lado, Apiano nada diz sobre o julgamento e incide em muitos erros, tais como o de que Milão não teria comparecido ao julgamento pela morte de Clódio, tendo sido, por isso, condenado à revelia (2, 4, 24), e que Pompeu, depois de ter sido nomeado cônsul único, teria enviado Catão para governar Chipre, para se livrar de sua influência. Contudo, Catão não só estava em Roma, como era um dos juízes no julgamento de Milão.

Apesar dessas e outras incongruências que afetam sua credibilidade, cabe notar que, no tocante à descrição de como o crime ocorreu, o relato de Apiano tem pelo menos o mérito de nos permitir fazer o confronto com o de Ascônio e, a partir das coincidências encontradas, valorizar ainda mais as evidências fornecidas por este. A coincidência principal diz respeito ao seguinte aspecto do evento: Milão não teria matado Clódio no combate que se seguira ao encontro de ambos na Via Ápia, mas posteriormente. Apiano relata que, após cruzar com Milão na Via Ápia, Clódio teria sido atacado por um escravo de Milão. Ferido nas costas, teria sido levado por seus escravos a uma taberna próxima. Milão e seus escravos então o teriam seguido até lá e cometido o assassinato. Esse detalhe, como se verá mais adiante, terá um peso significativo para a causa, mas não é mencionado nem em Plutarco nem em Dião Cássio. Cabe notar que Apiano não deve ter utilizado Ascônio como uma de suas fontes, pois, se o tivesse feito, não teria emitido as afirmações que emitiu sobre o julgamento de Milão e sobre Catão.

⁸¹ PLUTARCO, *Vidas Paralelas: Demóstenes e Cícero*. Trad. Intr. notas Marta Várzeas, 2010 (todas as citações de Plutarco em português neste trabalho são tomadas a essa tradução).

Assim, concordamos com Clark quanto à confiabilidade atribuída a Ascônio e quanto ao valor dos relatos de Plutarco e Dião Cássio em relação aos eventos gerais envolvendo o *Pro Milone*; contudo, consideramos que cabe também enfatizar a contribuição do testemunho de Apiano, pela razão que apontamos acima.

Quanto à confiabilidade atribuída por Clark a Ascônio, cabe ressaltar que não se trata de um fato isolado, ao contrário, tal confiança é compartilhada por muitos outros estudiosos. Em 1893, dois anos antes de Clark, já Colson, em sua edição comentada do *Pro Milone*, considerara Ascônio *our chief authority* [...] ⁸². Em 1979, Ruebel, em um estudo cronológico dos eventos, ⁸³ declara: *informations from other sources, even when plausible or attractive, must be justified in the first instance against the information in Asconius* ⁸⁴. Recentemente (2007), Craig, por sua vez, tratando do *Pro Milone*, reconhece que *we know the circumstances better than those of any of Cicero's other judicial speeches because of the invaluable commentary written by Asconius in the fifties* ⁸⁵.

Cabe registrar que, no final do século XX, duas obras foram produzidas tendo como escopo o estudo dos comentários de Ascônio aos discursos de Cícero: em 1985, a obra intitulada *A Historical Commentary on Asconius*, de B. A. Marshall, e, em 1990, *Asconius: Commentaries on Five Speeches of Cicero*, de Simon Squires. Esta é apresentada como tendo por finalidade oferecer uma tradução para o inglês dos comentários de Ascônio, enquanto aquela apresenta uma tese: a de que os estudiosos em geral têm sido pouco críticos em relação a Ascônio, atribuindo-lhe uma quase infalibilidade ⁸⁶. Concentrando-se no estudo dos eventos históricos abordados por Ascônio, Marshall lista 61 possíveis erros factuais, de diferentes graus de relevância, para corroborar sua tese. Apresentamos, a seguir, uma síntese da avaliação que três estudiosos (Miriam Griffin, Michael C. Alexander e James S. Ruebel) fizeram dos erros apontados por Marshall ⁸⁷.

⁸² COLSON, 1959: ix.

⁸³ “The Trial of Milo in 52 B.C.: A Chronological Study”, (TAPA, 1979).

⁸⁴ RUEBEL, 1979: 231.

⁸⁵ CRAIG, 2007: 279.

⁸⁶ Cf. ALEXANDER, 1987: 211.

⁸⁷ Não tivemos acesso às obras de Marshall e Squires, exceção feita a partes da obra deste, disponibilizadas na internet, no projeto Google Books.

Para Griffin, muitos desses erros seriam de pouca importância⁸⁸, como o próprio Marshall teria admitido (p. 75); outros não chegariam a ser propriamente erros de Ascônio (caso de leituras imprecisas ou erro dos copistas). A opinião conclusiva de Griffin sobre o propósito de Marshall é a de que:

*If Marshall's evidence certainly does something to impugn the absolute reliability of Asconius, it does little damage his relative reliability, which is often the crucial thing as we try to weigh his evidence against that of other sources, such as Sallust and Cassius Dio*⁸⁹.

De modo não muito diferente, Ruebel considera que muitos dos 61 erros atribuídos a Ascônio são “insignificantes, duvidosos ou discutíveis”, e mesmo os 22 últimos apontados por Marshall como “não mitigáveis” seriam incertos (por exemplo, o caso do nome da esposa de Lépido)⁹⁰. Ruebel oferece uma explicação para a usual credibilidade de que desfrutava Ascônio:

*Asconius enjoys high esteem not only for his method, but for his aim, which was not to manipulate evidence to support a view of a man or an event, but to report the facts as he understood them for the benefit of his sons*⁹¹.

Essa concepção de que Ascônio teria escrito os comentários para enriquecer a educação de seus filhos é usualmente aceita entre os estudiosos, inclusive por Marshall⁹². Escritos provavelmente entre 54 e 57 de nossa era⁹³, tais comentários são baseados em cinco discursos de Cícero: *In Pisonem*, *Pro Scauro*, *Pro Milone*, *Pro Cornelio* e *In toga candida*⁹⁴.

Já Alexander aponta que a tese de Marshall para impugnar a credibilidade de Ascônio é de que este teria escrito os comentários em um curto espaço de tempo, uma

⁸⁸ GRIFFIN, 1987:189.

⁸⁹ GRIFFIN, 1987: 189.

⁹⁰ RUEBEL, 1986: 425.

⁹¹ RUEBEL, 1986: 425.

⁹² SIMON, 1986: 892; MARSHALL, 1985: 76, *apud* GRIFFIN, 1987:188. SQUIRES, 1985: viii; CLARK, 1895: ix. GRIFFIN (1987: 188) reporta que Marshall, embora reconhecendo que a dedicação de uma obra literária ao filho é um lugar comum na literatura latina, argumenta que, no caso de Ascônio, não se trata de mero dispositivo literário. Isto porque, além de as observações serem muito pessoais, seus comentários são escritos em estilo simples, que sugerem tratar-se realmente de pesquisas para apoiar a educação dos filhos.

⁹³ SIMON, 1986: 892.

⁹⁴ SIMON, 1986: 893.

vez que o objetivo era beneficiar os filhos adolescentes⁹⁵. Para que tais estudos chegassem aos destinatários em idade apropriada, Ascônio teria tido de confiar muito em sua memória, dadas as difíceis condições físicas de pesquisa, e assim, por mais consciencioso que tivesse sido, erros teriam ocorrido (alegação que Alexander considera discutível⁹⁶). Alexander considera que muitos erros relacionados por Marshall não constituem erros de fato, mas interpretações errôneas das palavras de Ascônio, como deixa patente neste trecho:

*Marshall appears to have adopted interpretations of the Asconian text which put Asconius in the worst light, whereas in fact an acceptable interpretation of the Latin would yield a correct statement*⁹⁷.

Alexander sublinha ainda que Ascônio não era infalível, mas, ao contrário do que Marshall pretende mostrar, era um historiador com capacidade crítica, bastando compará-lo aos escoliastas para se perceber a seriedade e o cuidado de seu trabalho⁹⁸. O estudioso conclui que, ironicamente, o estudo de Marshall [...] *may enhance the reputation of that ancient scholar, who, in spite of the obstacles to research which he faced, still stands as a model to follow* [...] ⁹⁹.

Quinto Ascônio Pediano viveu provavelmente entre 9 a.C. e 76 d. C., tendo nascido, segundo evidências, em Pádua, como Tito Lívio¹⁰⁰. Escreveu durante os principados de Cláudio e Nero, e suas obras não teriam ficado restritas aos comentários que conhecemos: teria escrito também uma biografia de Salústio e uma obra em defesa de Virgílio contra os seus detratores, hoje perdidas¹⁰¹.

Squires destaca, dentre as fontes que Ascônio costumava consultar, as seguintes: a) os discursos de Cícero (muitos comentários de Ascônio seriam deduções a partir dos textos de Cícero que comentava); b) Os *Acta Senatus*, registro dos procedimentos das reuniões do senado¹⁰² (cinco vezes citados nos comentários ao *Pro Milone*). c) Fenestela (52 a.C.-19 d.C.), escritor de história analística romana, ao qual Ascônio se

⁹⁵ ALEXANDER, 1987: 211-212

⁹⁶ ALEXANDER, 1987: 212.

⁹⁷ ALEXANDER, 1987: 212.

⁹⁸ ALEXANDER, 1987: 213.

⁹⁹ ALEXANDER, 1987: 213.

¹⁰⁰ SQUIRES, 1985: vii.

¹⁰¹ SQUIRES, 1985: viii.

¹⁰² A publicação desses registros teria sido instaurada por Júlio César, em 59; cf. SQUIRES, 1985:153.

refere quase sempre para dele discordar¹⁰³; d) Tito Lívio, duas vezes mencionado nominalmente; e) Salústio, mencionado nominalmente uma vez.

Squires também chama a atenção para a semelhança dos métodos de Ascônio com o dos estudiosos atuais: algumas vezes ele não só cita o autor por nome, afirma, mas cita a parte da obra em questão; outras vezes registra quando há discordância entre suas fontes e critica a falta de informação de certos autores¹⁰⁴.

Procuramos, com os comentários acima, oferecer algum esclarecimento sobre as fontes que nos permitem conhecer os eventos relativos ao *Pro Milone* e, principalmente, justificar o amplo uso que fazemos dos comentários de Ascônio Pediano. Ao longo do relato dos eventos que oferecemos nas próximas seções, apontaremos em nota as diferenças significativas no tratamento de Ascônio, Dião Cássio, Plutarco e Apiano, quando houver.

1.3. Eventos anteriores ao crime

Depois de um episódio escandaloso que Clódio protagonizara em 62, ele e Cícero haviam se tornado obstinados inimigos. Na casa de César, então Pontífice Máximo, celebravam-se os mistérios da Boa Deusa, cerimônia religiosa reservada exclusivamente às mulheres¹⁰⁵. Clódio se introduz na reunião disfarçado de tocadora de lira, supostamente para se encontrar com a mulher de César. Reconhecido, é citado em justiça por crime de profanação. Clódio suborna os juízes e consegue ser absolvido, mas, na ocasião, Cícero destrói o álibi do acusado apresentando um depoimento no tribunal que atestava, ao contrário de outras testemunhas, que Clódio estava sim presente em Roma na noite do escândalo. Clódio passa a alimentar um ódio mortal por Cícero e jamais o perdoaria. Este, por seu turno, daí por diante, não perderia uma ocasião sequer de rememorar publicamente o escândalo¹⁰⁶.

No ano de 58, Clódio, originalmente de família patrícia, é eleito tribuno da plebe, depois de se fazer adotar por uma família plebeia. Logo em seguida, consegue

¹⁰³ Como nos comentários ao *Pro Milone*, ASC. 27, em que Ascônio discorda de Fenestela quanto à data em que Milão teria partido para Lanúvio.

¹⁰⁴ SQUIRES, 1990: viii.

¹⁰⁵ Para conhecimento detalhado deste evento, PLUT. *Cícero*, 28-29 e *César*, 10; Fontes modernas: COLSON, 1959: ix-xxxvi; ROBERT, 1999: XIV-XV; GUILLEMIN, 1938: 1.

¹⁰⁶ Cf., por exemplo, *In Pisonem*, § 89 e § 95; *De Haruspicum Responso*, § 8; *De Domo sua*, § 105. *Pro Milone*, §§ 13, 55, 59, 72, 86.

aprovar uma lei que condenava ao exílio qualquer pessoa que tivesse provocado a morte de cidadãos romanos sem julgamento. A lei visava diretamente a Cícero, que, quando cônsul em 63, fizera executar os cúmplices de Catilina. Pompeu se abstém de ajudar Cícero. Sem apoio, o Arpinate não teve alternativa senão seguir para o exílio¹⁰⁷.

No ano de 57, Pompeu promove o retorno de Cícero, mesmo com a forte oposição de Clódio¹⁰⁸, que, nessa época, aterrorizava a Cidade com sua gangue de homens armados. Tito Ânio Milão, então tribuno pela parte dos *optimates*¹⁰⁹, constituiu forte apoio ao retorno de Cícero, prestando ajuda a Pompeu e enfrentando os clodianos. Milão formara também sua gangue armada, para responder à de Clódio, com o apoio tácito de Pompeu e dos *optimates*. A partir daí, os enfrentamentos passaram a ser constantes¹¹⁰.

1.4. Contexto social e político

Desde o ano de 60, a política em Roma vinha sendo comandada pela aliança entre os três líderes *populares*, Pompeu, Crasso e César, tradicionalmente denominada “primeiro triunvirato”¹¹¹. Em março de 58, César parte como procônsul para a Gália. Clódio, então, passa a ser o homem de César no Senado e, por essa época, faz reinar o terror em Roma¹¹². Em janeiro de 57, Clódio lança seu bando contra os cidadãos que pediam o retorno de Cícero do exílio. Nessa ocasião, Quinto, o irmão de Cícero, teria escapado à morte escondendo-se sob os cadáveres que se estendiam pelas ruas¹¹³. Milão, então, processa Clódio por violência, mas não obtém sucesso¹¹⁴.

Em 54, morre Júlia, esposa de Pompeu e filha de César, fato que vem a fragilizar a aliança entre esses dois líderes políticos. Nesse mesmo ano, Crasso segue para a Mesopotâmia, em expedição militar contra os partos, e, em 53, morre tragicamente na Síria com todo o seu exército. Estava desfeita a estrutura triádica do triunvirato,

¹⁰⁷ PLUT., *Cícero*, 31, 6; COLSON, 1959: vi.

¹⁰⁸ PLUT., *Cícero*, 33, 1-4; COLSON, 1959: vi.

¹⁰⁹ *Optimates*: termo raramente encontrado no latim antes de Cícero, que o usa para designar os conservadores que apoiavam a dominância senatorial na vida política romana; frequentemente equivalente a *boni*. O termo não tem correspondência alguma com o sentido moderno de partido político, apenas designa uma categoria de pessoas com certas convicções e atitudes. Cf. LEWIS, 2006: 310-11.

¹¹⁰ PLUT., *Cícero*, 33,4. DIO, 40, 48, 1. CIC., *Pro Sest.*, 77.

¹¹¹ ROBERT, 1999: XV.

¹¹² ROBERT, 1999: XV.

¹¹³ CIC. *Pro Sest.*, 77.

¹¹⁴ DIO, 39, 7, 4. ROBERT, 1999: XVI.

restando uma estrutura dúplice entre César e Pompeu que não sobreviveria por muito tempo.

Nesse ano de 53, Milão e Clódio eram candidatos nas eleições que deveriam eleger os magistrados de 52. Para prejudicar a candidatura de Milão, Clódio, diante do senado, acusa Milão de inelegibilidade por causa de dívidas¹¹⁵. Cícero o defende com sucesso. Milão, apoiado por Cícero, disputava o consulado contra dois candidatos de Pompeu: Quinto Metelo Cipião e Públio Pláucio Hipseu; Clódio disputava a pretura, mas, segundo Ascônio, antevendo que teria pouco tempo para exercer o cargo, devido ao atraso das eleições, e, além disso, que sua autoridade ficaria enfraquecida se tivesse Milão como cônsul, desiste da candidatura para apoiar os candidatos de Pompeu e derrotar Milão¹¹⁶. Pompeu, que outrora já se sentira ameaçado pela violência de Clódio, reconcilia-se com ele, distanciando-se de Milão¹¹⁷.

As eleições, contudo, não podiam ser realizadas e vinham sendo continuamente postergadas por causa da violência e do clima de insegurança na Cidade¹¹⁸. A desordem não era só política, era também econômica e social. No ano de 57, a escassez de grãos tinha levado a população a uma revolta que só pôde ser controlada depois de Pompeu ser nomeado, por instância de Cícero, comissário do suprimento de grãos e procônsul por 5 anos, com autoridade dentro e fora da Itália¹¹⁹. A campanha política de 53 e 52 entraria para a história como uma das mais corruptas e violentas da República¹²⁰. O assassinato de Clódio por Milão seria o desfecho trágico de uma situação já insustentável.

1.5. O crime e os eventos subsequentes

O relato sobre o crime nos vem principalmente de Ascônio, que com riqueza de detalhes nos dá conta do seguinte: no dia 18 de janeiro de 52, próximo a Bovilas, a aproximadamente 15 km de Roma, Milão, que seguia em direção a Lanúvio para designar um flâmine da deusa protetora da cidade, encontra-se, ao que parece,

¹¹⁵ *De aere alieno Milonis*, Schol. Bob. 169 St. fr. XVI (172 St). CLARK, 1875: xxii.

¹¹⁶ ASC. 27.

¹¹⁷ CIC. *Mil.*, 21.

¹¹⁸ ASC. 27.

¹¹⁹ DIO, 39, 9, 2; APP., 2, 3, 18.

¹²⁰ BOULANGER, 1950: 49.

casualmente¹²¹ com Clódio, que viajava em sentido contrário¹²². Milão viajava em carro, acompanhado da esposa, e levava uma comitiva de quase trezentas pessoas, que incluía escravos, serviçais de sua esposa e três gladiadores¹²³. Clódio viajava a cavalo e se fazia acompanhar de mais ou menos trinta homens armados que lhe davam proteção. Irrompe uma briga entre os séquitos de ambos e Clódio, ferido no ombro, é transportado a uma hospedaria próxima. Por ordem de Milão, seus escravos invadem a hospedaria e retiram Clódio de lá à força, assassinando-o a golpes de espada na Via Ápia¹²⁴. Apavorados, os escravos de Clódio que sobrevivem ao massacre fogem do local, abandonando na estrada o corpo ensanguentado e desnudo de seu senhor¹²⁵. O senador Sexto Tédio, que retornava a Roma, encontra o cadáver e ordena a seus escravos que o transportem à Cidade¹²⁶. No início da noite o corpo é entregue à viúva, Fúlvia, que o expõe no átrio da casa, no Palatino, passando a excitar a indignação popular com seus gritos de fúria e desespero. Uma multidão aflui ao local¹²⁷.

No dia seguinte, ao amanhecer, a multidão enfurecida, exortada por Munácio Planco Bursa e Quinto Pompeu Rufo, arrebatou o cadáver, na mesma condição de sordidez em que se encontrava, e o deposita no fórum para que seja visto por todos. Ao mesmo tempo, Bursa e Rufo, com seus comícios, excitavam o ódio da massa contra Milão¹²⁸. A turba, tendo à frente Sexto Clódio¹²⁹, transporta o cadáver até a cúria; lá, improvisa-se uma pira funerária ateando-se fogo aos bancos, tribunas e livros¹³⁰. O fogo destrói o prédio do senado e, sem controle, chega até a Basílica Pórcia, destruindo-a parcialmente¹³¹.

¹²¹ Cf. ASC., 36, as partes litigantes se acusavam mutuamente de premeditação, mas o encontro teria sido casual. Também cf. QUINT. *Inst.* 6, 5, 10.

¹²² ASC., 27.

¹²³ ASC., 27. APP. 2, 3, 21; DIO, 40, 48, 2.

¹²⁴ ASC., 28. APP., 2, 3, 21, também relata que Clódio foi inicialmente ferido no confronto com os escravos de Milão e que teria sido posteriormente levado a uma taberna próxima, de onde fora retirado e morto por Milão e seus escravos; DIO, 40, 48, 2, diz apenas que, tendo Milão encontrado Clódio na Via Ápia, primeiramente apenas o feriu, mas depois, temendo a vingança, o matou. Não refere o refúgio de Clódio na taberna próxima, mas, de qualquer modo, atesta implicitamente que a morte não se deu no primeiro combate.

¹²⁵ ASC., 28.

¹²⁶ ASC., 28.

¹²⁷ ASC., 29.

¹²⁸ ASC., 29; DIO, 40, 49.

¹²⁹ Também referido como *Sextus Cloelius*; era um liberto e uma espécie de secretário de Públio Clódio. Ascônio (29) se refere a ele como *scriba* de Públio Clódio. Para *Cloelius* em vez de *Clodius*: D. R. Shackelton Bailey, “*Sex. Clodius – Sex. Cloelius*,” *CQ* 10, 196 (*apud*. RUEBEL, 1979: 234).

¹³⁰ ASC. 29; DIO, 40, 49, 2-3. APP., 2, 3, 21.

¹³¹ ASC., 29.

O incêndio da cúria desencadeia a revolta da população mais conservadora, ainda mais do que a própria morte de Clódio. Aproveitando-se desse clima que o favorecia, Milão retorna à cidade na noite seguinte ao crime¹³², depois de decidir libertar seus escravos que haviam promovido o assassinato de Clódio¹³³. Com isso, evitava que eles, ao serem inquiridos sob tortura, como estabelecia a lei em relação aos escravos, acabassem por falar o que não lhe convinha. Decidira também não se esconder, reassumindo a campanha eleitoral. Distribui dinheiro abertamente para conquistar os votos da plebe¹³⁴, enquanto afirma nas assembleias populares que Clódio lhe havia preparado uma emboscada¹³⁵. Os adeptos de Clódio, por sua vez, reverteriam contra Milão a mesma acusação¹³⁶.

Nesse tempo, contudo, a população clamava pelo julgamento de Milão¹³⁷. Para que isso ocorresse, era preciso que as eleições fossem realizadas, caso contrário, por falta de magistrados, os tribunais não poderiam ser instalados¹³⁸. O senado havia designado Marco Lépidio inter-rei (*interrex*)¹³⁹. A turba cerca sua casa por cinco dias exigindo que as eleições sejam realizadas, mas, como era inconstitucional que o primeiro inter-rei designado instaurasse eleições, ele se abstém de fazê-lo, deixando a tarefa para seu sucessor¹⁴⁰. Sem conseguir seu objetivo, a turba então passa a aclamar Pompeu ora cônsul, ora ditador¹⁴¹.

Os inter-reis se sucediam continuamente sem que se lograsse restaurar a ordem. A necessidade de medidas enérgicas leva o senado a editar o *senatus consultum ultimum*, que conferia ao inter-rei, aos tribunos e a Pompeu a autoridade para proteger a República e “evitar que esta viesse a sofrer qualquer dano”¹⁴². Pompeu, além disso, recebeu o poder de convocar tropas em toda a Itália, o que realizou sem demora¹⁴³. Como não havia clima para as eleições e o sentimento de insegurança era geral, o

¹³² ASC, 29; DIO, 40, 49, 5.

¹³³ ASC., 29.

¹³⁴ ASC., 29. APP., 2, 3, 22.

¹³⁵ ASC., 29.

¹³⁶ ASC., 36.

¹³⁷ COLSON, 1959: xii.

¹³⁸ COLSON, 1959: xiii.

¹³⁹ Na República, magistrado nomeado pelo senado, entre a saída de exercício dos cônsules e a eleição dos seus sucessores. Exerciam o mandato por 5 dias, após os quais, nomeavam seu sucessor.

¹⁴⁰ COLSON, 1959: xiii, n. 3.

¹⁴¹ ASC., 29.

¹⁴² ASC., 29: [...] *viderent ne quid detrimenti res publica caperet* [...]. Tal decreto e a prerrogativa de recrutar tropas conferida a Pompeu, seg. RUEBEL (1979: 237), teriam tido lugar entre os primeiros dez dias de fevereiro de 52.

¹⁴³ ASC., 29.

senado decide designar Pompeu cônsul único, por meio de um *senatus consultum ultimum* proposto por Bíbulo e secundado por Catão.¹⁴⁴ Era a primeira vez que um homem assumia sozinho o consulado, quebrando o princípio do colegiado¹⁴⁵.

Três dias depois de nomeado, Pompeu conseguiu aprovação no senado para duas leis¹⁴⁶. A primeira dizia respeito principalmente ao caso Clódio/Milão, denominada *de vi* (“sobre a violência”), que tinha por escopo investigar as recentes perturbações da ordem pública, mais especificamente: o assassinato de Clódio, o incêndio da cúria e o ataque à casa do inter-rei. A lei previa ainda a instauração de um tribunal especial para julgar tais crimes, com penas mais severas e rito mais ágil. A segunda lei aprovada concernia à corrupção eleitoral (*de ambitu*). Milão foi indiciado com base em quatro leis: pela nova lei *de vi*, em virtude do assassinato de Clódio; pela antiga lei *de vi*, devido aos tumultos que provocou por meio de homens armados; pela nova lei *de ambitu*, em consequência da corrupção eleitoral praticada na sua campanha política ao consulado; pela lei *de sodaliciis*, por associação ilegal¹⁴⁷.

Em virtude da acusação de assassinato de Clódio, Milão foi defendido no dia 8 de abril¹⁴⁸ por um grupo de eminentes oradores: Hortênsio, Marcelo, Calídio, Fausto Sula e Cícero, que foi o escolhido para discursar no último dia do julgamento¹⁴⁹. Reinava no fórum um clima de guerra civil, com os soldados de Pompeu posicionados ao redor e os partidários de Clódio espalhando o terror. Segundo Ascônio, quando chegou sua vez de discursar, Cícero foi várias vezes interrompido pela gritaria dos clodianos, de modo que não conseguiu falar com sua habitual firmeza (*constantia*)¹⁵⁰. Milão foi condenado no processo da morte de Clódio e não compareceu aos outros julgamentos, nos quais, contudo, também foi considerado culpado¹⁵¹. Seguiu para o exílio em Massília, atual Marselha, na França, onde ficaria até o ano de 48, quando,

¹⁴⁴ ASC., 31: “[...] *visum est optimatibus tutius esse eum consulem sine collega creari* [...]”; RUEBEL (1979: 239), situa esse evento no dia 24 do mês intercalar.

¹⁴⁵ APP., 2, 3, 23. DIO, 40, 50, 5. HUSBAND, 1915: 147.

¹⁴⁶ ASC., 31.

¹⁴⁷ HUSBAND, 1915: 148.

¹⁴⁸ Em relação a essa data, ver nota 1.

¹⁴⁹ O julgamento durou 5 dias. Nos três primeiros dias foram tomados os depoimentos das testemunhas, no quarto dia procedeu-se à escolha do júri, e no último, se deu a defesa propriamente dita. A acusação teve 2 horas e a defesa 3 horas para discursar, de acordo com a nova *Lex Pompeia de vi*, tempo considerado extremamente exíguo para ambas as partes. CLARK, 1875: xxvi-xxvii.

¹⁵⁰ ASC., 36.

¹⁵¹ ASC., 48.

participando de uma insurreição no sul da Itália contra o governo, acaba sendo morto pelas forças de César¹⁵².

Cícero, depois do julgamento, continuou suas atividades no fórum e defendeu com sucesso alguns amigos de Milão. Sabemos por Ascônio que ele obteve a absolvição de Saufeio, o homem que havia comandando o ataque a Clódio¹⁵³, e, em dezembro de 52, atuando como advogado de acusação, obtém a condenação de Munácio Planco Bursa, o tribuno da plebe que havia orquestrado as agitações que terminaram no incêndio do senado. No ano seguinte, Cícero parte para a Cilícia, onde exerceria o cargo de procônsul por um ano¹⁵⁴.

Pompeu, então com poderes supremos, restabeleceu a segurança e garantiu a realização dos julgamentos das pessoas envolvidas em atos de violência, tanto da parte clodiana como dos adeptos de Milão. A maior parte dos condenados eram clodianos, afirma Ascônio¹⁵⁵.

Por esse tempo, César, na Gália, estava impedido de exercer uma ação eficaz sobre a política em Roma, e, com o desaparecimento de Clódio e de Milão do cenário político, acabou ocorrendo uma aproximação entre Pompeu e o senado, que logo se converteria numa aliança, em detrimento de César; estava criada uma situação que dois anos mais tarde terminaria na guerra civil¹⁵⁶.

1.6. As duas versões do *Pro Milone* e o suposto insucesso de Cícero no tribunal

Mesmo que não se dê crédito total aos comentários de Dião Cássio¹⁵⁷ e de Plutarco¹⁵⁸, que retratam Cícero tomado de pânico ao pronunciar a defesa de Milão, o relato mais comedido de Ascônio dá conta de que o Arpinate não falou nesse dia com sua “habitual firmeza”. São estas as palavras de Ascônio:

¹⁵² GRIMAL, 1986: 256.

¹⁵³ ASC., 49.

¹⁵⁴ COLSON, 1959: xxxvi.

¹⁵⁵ ASC., 49.

¹⁵⁶ GRIMAL, 1986: 257.

¹⁵⁷ Cf. DIO, 40, 54: *That orator, seeing Pompey and the soldiers in the court, contrary to custom, was alarmed and overwhelmed with dread, so that he did not deliver the speech he had prepared at all, but after uttering with difficulty a few words that all but died on his lips, was glad to retire.* (Trad. Earnest Cary, Harvard University Press /William Heinemann Ltd., 1984).

¹⁵⁸ “No processo de Milão, ao sair da liteira e ao ver Pompeu sentado acima, como se estivesse num acampamento militar, e as armas a brilharem à volta do Fórum, ficou agitado e foi com dificuldade que deu início ao discurso. E enquanto ele tinha o corpo a tremer e a voz embargada,[...]”. Plutarco, *Cícero*, 35, 5.

*Cicero cum inciperet dicere, exceptus <est> acclamatione Clodianorum, qui se continere ne metu quidem circumstantium militum potuerunt. Itaque non ea qua solitus erat constantia dixit*¹⁵⁹.

Cícero, quando começou a discursar, foi interrompido pela gritaria dos clodianos, que não se puderam conter nem mesmo pela intimidação dos militares a sua volta. Assim, não pronunciou seu discurso com a habitual firmeza.

Em seguida a essa afirmação, Ascônio alude a uma cópia, ainda então existente, do discurso pronunciado que teria sido recolhida por estenógrafos:

*Manet autem illa quoque excepta oratio: scripsit vero hanc quam legimus ita perfecte, ut iure prima haberi possit*¹⁶⁰.

Conserva-se ainda a transcrição do discurso [pronunciado]. Mas Cícero escreveu este que lemos de maneira tão perfeita que se pode com justiça atribuir-lhe o primeiro lugar entre seus discursos.

O primeiro trecho citado, juntamente com os de Dião Cássio e Plutarco, tem levado a afirmações acerca de um fraco desempenho de Cícero por ocasião da defesa, fato que discutiremos mais adiante nesta seção. O segundo trecho tem provocado uma intrigante questão: por que Cícero teria desejado reescrever e publicar o discurso que registraria para a posteridade uma derrota sua no tribunal? Alguns estudiosos costumam responder a essa pergunta afirmando, como Narducci, que o motivo principal seria o de “remediar as falhas da versão pronunciada”¹⁶¹. Steel também crê nessa possibilidade, mas acrescenta que as alegadas falhas numa versão anterior não necessariamente estariam ligadas à atuação de Cícero, pois é possível que houvesse erros de transcrição do discurso oral que inevitavelmente lhe confeririam uma aparência rudimentar, donde o interesse de Cícero em substituir tal versão por uma mais bem acabada¹⁶². Powell e Patterson corroboram essa opinião, supondo que uma transcrição não autorizada e imprecisa do discurso havia entrado em circulação, e Cícero, então, teria publicado a sua, devidamente corrigida e aprimorada¹⁶³. Não creem, contudo, que esta versão tenha ficado muito distante da pronunciada, uma vez que era provável que o público ainda

¹⁵⁹ ASC., 36.

¹⁶⁰ ASC., 36.

¹⁶¹ NARDUCCI, 1995: 80-81: “[...] di servirsi dell’orazione scritta per rimediare alle manchevolezze di quella pronunciata. Il caso estremo é la Difesa di Milone”; ROBERT, 1999: XXV.

¹⁶² STEEL, 2005: 118.

¹⁶³ POWELL & PATERSON, 2004: 55.

tivesse na memória os pontos essenciais daquela defesa¹⁶⁴. Outros estudiosos, como Humbert, creem que um forte motivo para que Cícero publicasse o *Pro Milone* teria sido o fato de Bruto, logo após o julgamento, haver publicado um discurso em defesa de Milão expondo qual teria sido sua linha de defesa no caso¹⁶⁵. Isto, provavelmente, afirma Humbert, teria despertado em Cícero o desejo da “emulação”¹⁶⁶.

Há uma gama de discussões em torno do grau de divergência entre a versão do discurso realmente pronunciado e a que chegou até nós. Settle e outros estudiosos consideram que não há evidências suficientes para se supor que a diferença entre o discurso pronunciado e o discurso escrito vá além do estilo¹⁶⁷. Mas uma grande parte dos estudiosos aceita a hipótese de que algumas partes foram suprimidas ao discurso original, bem como outras acrescentadas à segunda versão. A parte do discurso denominada *extra causam* (§71 a 92) seria, conforme especulam alguns estudiosos, um exemplo de acréscimo posterior¹⁶⁸.

No que concerne à discussão sobre a suposta falha por parte de Cícero ao pronunciar o discurso em defesa de Milão, alguns estudiosos contestam as opiniões dos críticos mais mordazes como Dião Cássio e Plutarco, cujos comentários aludem a um desempenho lamentável do Arpinate no dia do julgamento. Powell e Paterson, por exemplo, afirmam que as alusões ao pavor de Cícero diante das guarnições armadas ao redor do fórum, pavor que supostamente teria prejudicado sua eloquência, não passariam de interpretações equivocadas, extraídas do próprio exórdio do *Pro Milone*, em que Cícero, ao dizer do seu nervosismo ao começar a discursar, faz uso retórico do “*locus a timore in exordiendo*”¹⁶⁹. Settle, por sua vez, nota certa hostilidade de Dião Cássio em relação a Cícero, e ressalta que o medo relatado pelo historiador não se justificaria de fato, pois as tropas ali presentes haviam sido solicitadas pela própria defesa para dar proteção contra as gangues clodianas, conforme atesta Ascônio¹⁷⁰.

Entre os estudiosos que contestam as críticas de Dião Cássio e Plutarco, costuma-se lembrar ainda que não se tem notícia de que o julgamento de Milão tivesse afetado negativamente a carreira de Cícero. Ao contrário, conforme referimos, há nos

¹⁶⁴ POWELL & PATERSON, 2004: 53. Acredita-se que o discurso tenha sido escrito antes da partida de Cícero para a Cilícia, em maio de 51; cf. COLSON, 1959: xxxii.

¹⁶⁵ ASC., 36. QUINT. *Inst.*, 3, 6, 93.

¹⁶⁶ HUMBERT, 1972: 195.

¹⁶⁷ SETTLE, 1963: 268 - 80; LAURAND, 1907: 12; KENNEDY, 1972: 233.

¹⁶⁸ Cf. HUMBERT, 1972: 192; COLSON, 1959: xxxv.

¹⁶⁹ POWELL & PATERSON, 2004: 6, n. 24.

¹⁷⁰ ASC., 35; SETTLE, 1963: 272-3.

comentários de Ascônio a menção de que Cícero posteriormente defendeu e conseguiu a absolvição de alguns amigos de Milão envolvidos no crime, e obteve ainda a condenação de Munácio Planco Bursa, tribuno da plebe da facção clodiana, que havia excitado o povo à violência. Cícero relata essa vitória judicial em carta ao amigo Marco Mário, escrita em 52, poucos meses após o julgamento de Milão. Na carta, fala da satisfação de ter conseguido ganhar a causa mesmo tendo contra si o mais poderoso dos homens: Pompeu. Segue um trecho da carta:

“Quam ob rem valde iubeo gaudere te. Magna res gesta est. Numquam ulli fortiores cives fuerunt, quam qui ausi sunt eum contra tantas opes eius, a quo ipsi lecti iudices erant, condemnare¹⁷¹.”

Por isso, desejo muito que te alegres. Uma grande façanha foi realizada. Nunca houve cidadãos mais corajosos do que esses que ousaram votar pela condenação, apesar de todo poderio do homem pelo qual os próprios juízes tinham sido escolhidos.

Não nos alongaremos nesta discussão sobre a questão das duas versões do *Pro Milone* e do suposto insucesso de Cícero, pois, embora instigante, não tem como ser conclusiva, devido à falta de documentos definitivamente esclarecedores. Contudo, é interessante observar outros aspectos do *Pro Milone* que têm sido alvos de crítica ao longo do tempo.

1.7. Fortuna crítica do *Pro Milone*

Se tomarmos a sério a anedota de Dião Cássio, relatando como Milão recebera no exílio a cópia publicada do discurso em sua defesa¹⁷², o comentário que ele teria feito na oportunidade pode ser tomado como a primeira avaliação crítica do *Pro Milone*¹⁷³. A esta segue a apreciação de Ascônio, que, como citamos na seção anterior, coloca o discurso em primeiro lugar entre os discursos de Cícero. Quintiliano, como também já mencionamos, concede ao *Pro Milone* o atributo de (*oratio*) *pulcherrima*¹⁷⁴ e, além disso, o cita inúmeras vezes em seus comentários na *Institutio Oratoria*¹⁷⁵. Tácito

¹⁷¹ *Ad Fam.* 7, 2, 3.

¹⁷² DIO, 40, 54; ver seção 1.1, Sobre o *Pro Milone*.

¹⁷³ DONNELLY, 1935: 208. Sobre a anedota, Dião Cássio, 40, 54, 3-4.

¹⁷⁴ QUINT. *Inst.* 4, 2, 25.

¹⁷⁵ Cf., e. g., QUINT. *Inst.* 3, 6, 7 (sobre o *status* conjetural); 3, 6, 12 (o *status* está no argumento mais forte); 3, 6, 93 (escolha do *status* diferente de *Brutus*); 4, 1, 20 e 31 (sobre as circunstâncias do fórum); 4, 2, 25 (sobre a inserção da refutação preliminar/*oratio pulcherrima*); 4, 2, 61 (elogio à *narratio*); 4, 5, 15

também faz uma alusão elogiosa ao discurso, ao afirmar que *Catilina et Milo et Verres et Antonius hanc illi (sc. Ciceroni) famam circumdederant*¹⁷⁶ (“Catilina, Milão, Verres e Antônio outorgaram-lhe fama”).

Apesar dessa admiração dos antigos, o *Pro Milone* parece, segundo Clark, não ter sido muito lido na chamada Idade Média¹⁷⁷. Isso a despeito do impulso dado aos estudos das obras de Cícero pelos autores cristãos, como Lactâncio, Jerônimo e Agostinho, que, segundo Humbert, admiravam em Cícero tanto o filósofo como o orador¹⁷⁸. A suposição de Clark se baseia no fato de o discurso constar em apenas três dos catálogos de manuscritos preservados, pertencentes aos séculos IX e ao XII¹⁷⁹.

Contudo, entre os séculos XVI e XVIII, reaparece a admiração da qual o *Pro Milone* fora alvo na Antiguidade, o que se pode constatar, segundo Dick, pelas primeiras edições impressas do discurso. Exemplo disso seria o prefácio da edição do *Pro Milone* de F. Sylvius (Paris, 1539 e 1545), em que são lembrados os elogios que a obra recebera na Antiguidade¹⁸⁰. Por sua vez, Donnelly, no livro *Cicero's Milo: A Rhetorical Commentary* (1935), inclui um apêndice com *Appreciations of Cicero*, contendo excertos de comentários críticos de várias datas e autores. Dentre tais comentários, destacamos o de N. Abram, S. J. (1589-1656), que tece uma entusiasmada apreciação geral de Cícero e que, especificamente a respeito do *Pro Milone*, afirma: *the Milo, however, above all others charms and almost fascinates me [...]*. E Abram ainda acrescenta: *though entirely a work of art, how well the art is concealed!*¹⁸¹.

Já, no século XIX, Dyck nota que o discurso passa a ser apreciado sobretudo por sua importância como documento histórico de um período conturbado do final da República romana¹⁸². No que diz respeito ao século XX, segundo o estudioso, trata-se

(sobre o acréscimo de mais uma linha de defesa); 5, 14, 20 (argumento baseado em falsas premissas); 6, 5, 10 (o que admirar mais no discurso/elogio a várias estratégias); 6, 3, 49 (ironia de Cícero sobre a hora do crime); 7, 4, 8 (*status* da qualidade); 7, 2, 43 (intenção de matar); 7, 4, 9 (*relatio criminis*); 9, 2, 38 (apóstrofe); (10, 5, 20 (discurso de *Brutus*); 11, 1, 34 e 40 (elocução do epílogo); 11, 3, 47 (tom do exórdio); 11, 3, 115 e 167 (gestos e emoções).

¹⁷⁶ TAC. *Dial.*, 37.

¹⁷⁷ CLARK, 1895: xxxi-xxxii.

¹⁷⁸ HUMBERT, *Littérature Latine*, 1932, Didier, Paris, p.123, *apud* DONNELLI, 1935: 232.

¹⁷⁹ CLARK, 1895: xxxii.

¹⁸⁰ DICK, 1998:219, n. 3.

¹⁸¹ DONNELLY, 1935: 235.

¹⁸² Como é o caso dos comentários de Richter, Eberhard e Nohl, 1, *apud* DICK: 1988: 220, n. 4: “...die Kunst der Rede vermag uns kaltblütige Nordländer nicht so zur Bewunderung hinzureißen, wie Ciceros Landsleute; aber die Rede verdient trotzdem auch bei uns das größte Interesse, weil sie ein lebendiges Bild von den Zuständen gibt, die in Rom gegen Ende der republikanischen Zeit herrschten...” (“A arte do

de um período em que se teria formado certo consenso quanto à perfeição retórica do discurso, ao mesmo tempo em que alguma qualificação depreciativa é acrescentada¹⁸³. Entre os exemplos que fornece, Dyck cita May, que, em seus comentários, aponta certa artificialidade no discurso, a despeito de reconhecer suas qualidades técnicas. Estas são as considerações de May:

Without agreeing absolutely with W. R. Johnson's description¹⁸⁴ of the speech as 'a lifeless, utterly unreal perfection', one must still acknowledge that the speech on behalf of Milo has an element of unreality about it¹⁸⁵.

Na opinião de May, tal ar de “irrealidade” poderia ser atribuído, pelo menos em parte, às circunstâncias não usuais do fórum que, para um orador republicano, devem ter parecido muito estranhas, observa. Além disso, o *Pro Milone*, na avaliação do estudioso, com sua tendência à personificação e ao emocionalismo, anteciparia, em muitos aspectos, a “irrealidade” do estilo declamatório que vigoraria no período imperial¹⁸⁶. As condições em que o *Pro Milone* foi pronunciado, ou seja, em que o *êthos* de um autocrata dominava o cenário político, também corroborariam a semelhança apontada¹⁸⁷.

Dyck cita ainda outro exemplo desse tipo de crítica, o de Nisbet¹⁸⁸, “que, embora reconhecendo a perfeição técnica do *Pro Milone*, considera-o ‘uma trama de enganos’ carente da ‘seriedade e sinceridade’ necessárias para fazer de um discurso algo mais que ‘uma ocasional peça de exibição’ ”¹⁸⁹. Apenas Wilkinson, afirma o estudioso, deixa a “perfeição” do *Pro Milone* sem alguma qualificação negativa, mas, mesmo ele,

discurso não é capaz de arrebatar tanto a nós, nórdicos de sangue frio, quanto aos conterrâneos de Cícero; mas a questão ainda merece o maior interesse para nós, porque dá uma imagem nítida das condições que prevaleciam em Roma no final do período republicano ...”).

¹⁸³ DYCK, 1998: 220, n. 5-8.

¹⁸⁴ Este é o trecho de W. R. Johnson: *It is rather a question ... of the Pro Milone's being a lifeless, utterly unreal perfection, a speech in which brilliance of manner and formal excellence are all the speech has, its tone operatic, its persona a caricature of itself in its prime, its matter beyond the persona's capacity to do anything with (Luxuriance and Enonomy, 37, apud MAY, 1988:199, n. 32).*

¹⁸⁵ MAY, 1988: 140 e n. 32, cap. V. CRAIG (2007: 280), faz afirmação semelhante: *Moderns, while similarly impressed with its formal perfections, are burdened by its artificiality.*

¹⁸⁶ KENNEDY, 1972: 233, já fizera afirmação semelhante.

¹⁸⁷ MAY, 1998: 140.

¹⁸⁸ NISBET, “The Speeches”, in *Cicero*, 1964, p. 71, cf. DYCK, 1998: 220, n. 5.

¹⁸⁹ “[...] while acknowledging its technical perfection, [Nisbet] finds it a “tissue of deceit” lacking the “seriousness and sincerity” necessary to make a speech something more than “a showpiece for the immediate occasion” (DYCK, 1998: 220, n. 5).

a propósito dos discursos em geral, admite que “*insincerity*” is a flaw which lowers our response from the level of sympathetic interest to that of cynical appraisal¹⁹⁰.

Nessa questão da “sinceridade”, Dyck deixa claro sua desaprovação quanto ao fato de ela ser utilizada pelos críticos como critério para avaliação do discurso. Segundo ele, para se avaliar um discurso, é preciso observar em que medida ele cumpre seus objetivos. No caso de Milão, ressalta, cabia-lhe o direito de representação que a lei confere a todos. “Sendo o dever do advogado assegurar a absolvição de seu cliente, a sinceridade comparece em seu trabalho apenas na medida em que deve evitar a aparência de insinceridade”, afirma¹⁹¹.

Cabe observar que os mesmos fatores considerados por certos comentadores como desabonadores para Cícero, Dick os entende como prova de habilidade de um advogado experiente. No que tange aos comentadores que acusam Cícero de ter feito uma defesa desonesta no caso de Milão, deve-se lembrar que baseiam sua crítica sobretudo na narração (*narratio*), em que Cícero passa ao largo de vários detalhes do crime¹⁹². Colson, por exemplo, comentando a *narratio* do *Pro Milone*, diz que [...] *it may be said to have every merit except truthfulness*. Mas Dyck argumenta que o grande mérito de Cícero é justamente a narração do fatídico combate entre Clódio e Milão, narração esta “tendenciosamente incompleta e enganosa, que reserva importantes informações para serem usadas mais tarde”¹⁹³.

Mesmo quando aplicada à literatura, “sinceridade” é um critério usualmente mensurado em graus, contrapõe Dick, acrescentando uma citação de Henri Peyre que reproduzimos a seguir, devido ao seu interesse e por sua aplicabilidade ao caso aqui tratado:

*It is obvious that an artist's and a writer's task is primarily to communicate what he has seen, felt and thought, and to arouse in his public an experience as intense, or more intense, than the one which he himself underwent. If his power of communication, which implies among other things some amount of sincerity toward his material and his art, is great enough, it may matter much less to inquire how profoundly he felt ...*¹⁹⁴

¹⁹⁰ L. P. Wilkinson in *The Cambridge History of Classical Literature 2*: Cambridge, 1982, apud DYCK, 1998: 220, n.8.

¹⁹¹ DYCK, 1998: 221: *The advocate's goal being to secure his client's acquittal, sincerity comes into his work to the degree that he must avoid the appearance of insincerity.*

¹⁹² COLSON, 1959: xxvii. O tema da *narratio* é discutido neste trabalho em 3.2.3.

¹⁹³ DYCK, 1998: 222.

¹⁹⁴ HENRI PEYRE, *Literature and Sincerity* (New Haven, 1963, p. 339, apud DICK, 1988: 221).

Ainda no tocante à “sinceridade”, também Powell e Paterson afirmam que ela não pode ser um critério adequado para avaliar o papel do advogado¹⁹⁵, e destacam, como prova disso, as próprias palavras de Cícero expressas no *De officiis*, 2, 51: “É tarefa do juiz, nas causas, sempre procurar a verdade; é tarefa do advogado, por vezes, defender o verossímil, ainda que menos verdadeiro¹⁹⁶” (*Iudicis est semper in causis verum sequi, patroni non numquam veri simile, etiam si minus sit verum, defendere*).

¹⁹⁵ POWELL & PATERSON, 2004: 7; 20.

¹⁹⁶ CICERO. *Dos deveres*, (1999, p. 103), tradução de Angélica Chiapeta modificada.

CAPÍTULO 2

DA COMPOSIÇÃO DO DISCURSO

2.1. Da divisão do discurso

A teoria retórica latina divide a oratória em três partes, no que concerne à composição do discurso: invenção (*inventio*), disposição (*dispositio*) e elocução (*elocutio*); a estas partes se acrescentam duas, que dizem respeito ao desempenho do orador, ou seja, à pronúncia do discurso: a memória (*memoria*) e a ação (*actio* ou *pronuntiatio*). A *Rhetorica ad Herennium* assim define cada uma dessas partes¹⁹⁷:

Inuentio est excogitatio rerum uerarum aut ueri similium, quae causam probabilem reddant. Dispositio est ordo et distributio rerum, quae demonstrat, quid quibus locis sit conlocandum. Elocutio est idoneorum uerborum et sententiarum ad inuentionem adcommodatio. Memoria est firma animi rerum et uerborum et dispositionis perceptio. Pronuntiatio est uocis, uultus, gestus moderatio cum uenustate (Rhet. Her, 1, 3).

Invenção é a descoberta de argumentos verdadeiros ou verossímeis que tornem a causa provável. Disposição é a ordenação e distribuição desses argumentos: mostra o que deve ser colocado em cada lugar. Elocução é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção. Memória é a firme apreensão, no ânimo, dos argumentos, das palavras e da disposição. Pronúncia é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto¹⁹⁸.

Em se tratando do discurso judiciário, as partes acima mencionadas devem constituir uma unidade voltada a um único objetivo: o de persuadir¹⁹⁹. Ao orador se impõe a tarefa de realizar o melhor discurso em prol do seu cliente, persuadindo os juízes de que a razão está do seu lado.

Dentre as partes acima citadas, nossa análise do *Pro Milone* se concentrará na invenção. Contudo, antes, de passar a essa tarefa, consideramos pertinente tecer alguns

¹⁹⁷ A *Rhetorica ad Herennium* 1, 3, refere-se deste modo às partes da oratória: *oportet igitur esse in oratore inuentionem, dispositionem, elocutionem, memoriam, pronuntiationem*. CALBOLI, 1993: 54, afirma que o *Auctor*, nesse trecho, refere-se às cinco faculdades do orador (*un oratore deve possedere cinque facultà*) (*res*).

¹⁹⁸ Tradução de Faria e Seabra, modificada.

¹⁹⁹ Cícero segue a doutrina de Aristóteles, para quem a retórica constitui a arte de encontrar os elementos necessários à persuasão, cf. *Ret.* 1355b 25. (Ver *CIC. Inv.* I, 6 e I, 9). Quintiliano define a retórica como a arte de falar bem, *ars bene dicendi*, (2, 14, 5) mas sua doutrina na *Institutio Oratoria* está voltada, antes de tudo, para o ensino de como persuadir (Cf. TRINGALI, 1988: 22). Quanto ao objetivo de um discurso publicado, admite-se que é mais complexo do que o do pronunciado no tribunal. De modo geral, o discurso pode contribuir para a reputação do orador, ao mostrá-lo como um *patronus* habilidoso, bem como pode ser endereçado aos jovens em treinamento oratório. Além disso, fatores políticos podem intervir (POWELL & PATERSON, 2004: 52). Para o caso do *Pro Milone*, ver também nossa discussão acima em 1, 1.5.

comentários acerca da disposição, uma vez que, segundo observa Fotheringham, Cícero fornece pistas de suas estratégias já em sua seleção e organização da matéria²⁰⁰. O próprio Cícero afirma, nas *Partitiones oratoriae* (§3), que, embora a disposição seja comum à invenção e à pronúncia, concerne antes à invenção. E na teoria retórica que desenvolve no *De oratore*, sugere que invenção e disposição se inter-relacionam e se harmonizam com o fim único de persuadir, como se depreende da fala de Antônio em *De oratore*, 2, 311-312.

Observando o tratamento que a *Rhetorica ad Herennium* confere à disposição, constata-se que o orador conta com duas possibilidades para organizar a matéria: adotar a ordem considerada natural pela tradição, ou seja, “de acordo com os princípios da arte” (*ex institutione artis*, 3, 16), ordem essa desenhada de modo a facilitar o acompanhamento dos argumentos por parte do ouvinte; ou a ordem que “se acomoda ao momento, segundo o juízo do orador” (*oratoris iudicio ad tempus adcommodatur*)²⁰¹. A ordem que segue os princípios da arte é a mesma prescrita na *Rhetorica ad Herennium*, 1, 4 e no *De inventione*, 1, 19, que envolve a divisão do discurso em seis partes: *exórdio* (ou *proêmio*), *narração*, *divisão*, *confirmação*, *refutação* e *conclusão* (*epílogo*, ou *peroração*). Já a possibilidade de afastamento da ordem considerada natural é confirmada por Quintiliano, na *Institutio oratoria*, ilustrando exatamente com o *Pro Milone*. Nesta passagem, ele reconhece a eventual utilidade de se adotar uma ordem mais flexível:

*Sed hoc quoque interim mutat condicio causarum, nisi forte M. Tullius in oratione pulcherrima quam pro Milone scriptam reliquit male distulisse narrationem videtur tribus praepositis quaestionibus [...]*²⁰² (4, 2, 25).

Mas a natureza das causas às vezes também altera esta ordem, a menos, por acaso, que se considere que Marco Túlio, no belíssimo discurso em defesa de Milão que nos deixou escrito pareça ter agido mal ao postergar a narração antepondo a ela três questões [...].

Assim, segundo a visão de Quintiliano, Cícero teria dado prova de habilidade na estruturação do *Pro Milone*, ao se desviar da ordem considerada natural e apresentar uma *refutação preliminar* antes da narração.

²⁰⁰ Cf. FOTHERINGHAM, 2004: 253.

²⁰¹ *Rhet. Her.*, 3, 17. Também em *De orat.* 2, 307: “seu método é de dois tipos: um que a natureza das causas oferece; outro, que é fornecido pelo discernimento e pela prudência dos oradores, [...] *cuius ratio est duplex: altera, quam adfert natura causarum; altera, quae oratorum iudicio et prudentia comparatur.*”

²⁰² *Inst.* 4, 2, 25; tb. 6, 5, 9-10.

2.2. A divisão do *Pro Milone*

O estabelecimento da divisão deste discurso não costuma ser problemático, variando minimamente entre os estudiosos. A estrutura que fornecemos a seguir é a adotada pela análise de Clark²⁰³:

Parágrafos	Partes do discurso
1 a 6	Exórdio
7 - 23	Refutação preliminar
24 - 29	Narração
30 - 31	Proposição
32 - 71	Argumentação
72 a 91	Digressão
92 a 105	Peroração

Wisse constata que alguns estudiosos veem no *Pro Milone* uma estrutura muito clara, semelhante à preconizada nos manuais retóricos²⁰⁴. No entanto, considera surpreendente que Cícero tivesse adotado a sequência das partes do discurso estritamente como a prescrita na teoria tradicional²⁰⁵. Pois, segundo lhe parece, tal concepção não se coaduna com as teorias expostas no *De Oratore*, obra em que o Arpinate critica e por vezes até ridiculariza certas regras dos manuais retóricos e que foi publicada pouco menos de três anos antes da composição do discurso.

A explicação comumente oferecida para tal estrutura se baseia no fato de o discurso ter passado por uma reelaboração antes de ter entrado em circulação. Winterbottom, por exemplo, acredita que Cícero, após o malogro no tribunal, aproveita a oportunidade para tornar o *Pro Milone* um modelo a ser seguido pelos estudantes de oratória, donde sua estruturação “pedantemente marcada” (*pedantly marked*)²⁰⁶. É característico, afirma o autor, que “*incipientem*” (“ao começar”) apareça na segunda

²⁰³ CLARK, 1895: I-lvii. Outros exemplos de divisão: DONNELLY, 1935: 13-19: Exórdio (1-5); Proposição/Divisão (6); Refutação (7-22); Proposição (23); Narração (24-29); Recapitulação (30-31); Confirmação Parte I (32-71); Confirmação Parte II (72-91); Peroração (92-105). KENNEDY (1972:233-5): Proêmio (1-6), refutação preliminar (7-23), narração (24-30), proposição (30-31), provas (32-91) e peroração (92-105). Como se pode observar, não há diferença significativa entre as divisões dos diferentes estudiosos.

²⁰⁴ WISSE, 2007: 35. Sobre a clareza de estrutura, KENNEDY, 1972: 234; CRAIG, 2007: 280.

²⁰⁵ WISSE, 2007: 35.

²⁰⁶ WINTERBOTTOM, 2004: 217.

linha do discurso e “*sed finis sit*” (“mas terminemos”) a apenas seis linhas do final²⁰⁷. Outro exemplo que o autor destaca, entre os vários disponíveis no discurso, é o do § 92, em que Cícero diz: “Mas já falei o bastante da causa, e talvez demais fora dela. O que resta senão pedir-vos e suplicar-vos, senhores juízes, que concedais a este ilustre varão aquela misericórdia [...]”. Fica evidente que Cícero sinaliza o final da digressão, que ele mesmo denomina *extra causam*, e a passagem para a peroração, em que tem início o apelo emocional (*miseratio*)²⁰⁸.

Fotheringham, por sua vez, assinala que, nos discursos de Cícero em geral, “[...] os pontos de transição nem sempre são fáceis de identificar”²⁰⁹. E, na visão de Stroh, Cícero, seguindo seu princípio de ocultar a intenção de suscitar emoções, deixando transparecer apenas a de fornecer informações factuais (em conformidade com o *De orat.* 2, 310), muitas vezes posiciona as partes individuais sob títulos que não correspondem a sua verdadeira função no discurso; às vezes, prossegue o estudioso, ele até mesmo obscurece deliberadamente a estrutura e a articulação²¹⁰. No caso do *Pro Milone*, segundo a opinião de alguns estudiosos, o caso teria sido diferente: Cícero teria optado por uma estruturação clara e pautada nos manuais.

Clark, por exemplo, sublinha, em sua análise do *Pro Milone*, que o discurso, como composição oratória, “é interessante pela perfeição de sua técnica. Todas as regras estabelecidas nos manuais de retórica são estritamente observadas”²¹¹. Craig, por sua vez, diz que

[...] *the ordering as well as the content of its arguments, especially concerning the question of fact, follow more closely than any other Ciceronian speech the prescriptions of the rhetorical handbooks [...]*²¹² (grifo nosso).

Contudo, há estudiosos que discordam dessas avaliações, como Neumeister, que, tratando do *Pro Milone*, considera, que “a genialidade do discurso está precisamente em sua desobediência às regras”²¹³. Wisse corrobora a análise de Neumeister, afirmando que ela faz justiça às teorias desenvolvidas no *De oratore*, como também às sofisticadas

²⁰⁷ WINTERBOTTOM, 2004: 217, n. 8.

²⁰⁸ WINTERBOTTOM, 2004: 217.

²⁰⁹ FOTHERINGHAM, 2004: 265.

²¹⁰ STROH, 2004: 339.

²¹¹ CLARK, 1895: I - Ivii ; KENNEDY, 1972: 234, também observa que Cícero “segue as linhas ensinadas pelas escolas retóricas”.

²¹² CRAIG, 2007: 280.

²¹³ Reportado por DYCK, 1998: 220.

técnicas de persuasão do *Pro Milone*²¹⁴. Do mesmo modo, rechaça a suposição de Winterbottom de que Cícero teria construído o discurso como modelo para oradores aspirantes. Pois, na sua avaliação, Cícero não iria fornecer um discurso como modelo se não o considerasse apropriado para utilizar no tribunal²¹⁵. Segundo Wisse, a clareza da estrutura deve-se a um propósito deliberado do autor, que, ao usar sinais explícitos, dados em termos técnicos ou semitécnicos extraídos dos manuais de retórica, visava justamente a que fossem reconhecidos pela audiência²¹⁶.

Wisse observa que, mais significativo do que o uso da estrutura baseada nos manuais é o fato de que Cícero sinaliza esta prática. Isto ocorre tanto nas transições entre as partes, como também ao serem enunciados os elementos da teoria do *status causae* (estado da causa), no § 6 do discurso, quando o orador se esforça para tornar claro o uso de alguns elementos-chave, de modo a serem reconhecidos pelos ouvintes²¹⁷. Tal procedimento, afirma, consiste em uma planejada estratégia de persuasão: a correspondência da estrutura com os manuais teria o efeito de conferir uma impressão de ordem, e a enunciação dos elementos correspondentes à teoria do *status*, uma aparência de racionalidade. O uso notório por Cícero das características padrão da retórica, portanto, deve ser entendido, na proposta de Wisse, como um “truque” (*trick*), em que a forma está a serviço da persuasão: a familiaridade com a forma pode sugerir à audiência que a argumentação é válida²¹⁸.

A proposta de Wisse pode ser plausível, se levarmos em conta alguns aspectos da disposição, como o fato de que a ordenação das partes e dos argumentos no discurso é uma escolha que o orador faz tendo em vista o tipo de causa que tem diante de si. Assim o afirma Quintiliano, na *Institutio Oratoria*:

Illa enim est potentissima quaeque vere dicitur oeconomia totius causae dispositio, quae nullo modo constitui nisi velut in re praesente potest [...] (7, 10, 11).

A disposição mais potente de toda causa, propriamente chamada sua economia, de nenhum modo pode ser determinada a menos que nos coloquemos como diante de uma situação real.

²¹⁴ WISSE, 2007: 36.

²¹⁵ WISSE, 2007: 61.

²¹⁶ WISSE, 2007: 38.

²¹⁷ Sobre esse assunto, discutiremos mais adiante neste cap. ao tratarmos do *status causae*.

²¹⁸ WISSE, 2007: 43; 61; 62.

Quintiliano, portanto, prevê que a disposição deve ser escolhida pelo orador em face das dificuldades de cada causa, ou, poderíamos dizer que, dada a causa, o orador escolhe a disposição adequada tendo em vista os efeitos psicológicos que deseja causar nos ouvintes. No que tange a tais efeitos, Neumeister afirma que o orador procede a partir de alguns princípios, entre eles, o de persuadir os ouvintes passo a passo, construindo cada parte sobre a precedente e fornecendo preparação lógica e psicológica para a seguinte²¹⁹.

Antônio, no *De oratore* 2, 311, afirma que “não raro é útil, a fim de influenciar os ânimos, desviar-se daquilo que se propôs e se defende” ([...] *degreddi tamen ab eo, quod proposueris atque agas, permovendorum animorum causa saepe utile est*). Mais adiante, em 2, 314, admite que a disposição criteriosa pode contornar algumas fraquezas da causa. Assim, recomenda que, “se houver algum elemento mediano [...], ele será lançado em meio à “turba” e ao “rebanho” [dos argumentos]” (*Si quae erunt mediocria [...], in mediam turbam atque in gregem coicientur*). Observa-se, portanto, que a organização da matéria está repleta de intencionalidade e seu objetivo central é o de causar determinadas impressões na audiência, ou, por outras palavras, prepará-la adequadamente para ouvir o discurso como o orador espera que ele seja ouvido.

Nesse sentido, um dos procedimentos possíveis é que alguns argumentos sejam colocados de modo a chamar a atenção para si e desviá-la de outros. Mas, para influenciar as mentes dos ouvintes, a arte de um orador experiente pode descobrir inúmeros artifícios que os manuais retóricos não ensinam.

Ainda no tocante à disposição, lembramos que as palavras de Craig, acima citadas, se não trazem novidade quanto à afirmação de que a organização do *Pro Milone* segue de perto os manuais, chamam a atenção pelo detalhe que acrescentam, a saber, que isto ocorre “especialmente no que diz respeito à questão do fato”. Ora, a questão do fato (tratada entre os parágrafos 32-71) é justamente o ponto fraco da causa de Milão, como ficará claro mais adiante. Assim, as palavras de Wisse, afirmando que Cícero adota a divisão aparentemente de acordo com os manuais e explicitamente marcada para dar a aparência de racionalidade se explicam se tomadas sob o prisma de uma preparação psicológica dos ouvintes. Tal estratégia serviria para mudar o foco de certos pontos fracos da causa para aspectos que soariam familiares aos juízes, dando a aparência de verdade à argumentação.

²¹⁹ NEUMEISTER, 1964: 32–34, 56–59, *apud* BARBER: 2004: xi.

Se o orador pode escolher a disposição que lhe convém, pode também optar por torná-la clara ou disfarçá-la, tudo ao sabor das circunstâncias. Assim, se nem sempre adotar a ordem natural é a melhor opção, a escolha de tornar a divisão clara ou obscurecê-la é algo que também depende dos efeitos que o orador deseja obter em cada caso.

Tomemos como exemplo a narrativa do próprio discurso que estamos tratando. Quando os manuais retóricos em geral consideram a clareza uma virtude recomendável à narração, Cícero opta por uma *narratio* de apenas aparente clareza (*prima facie transparency*), afirma Dyck, deixando muitos pontos do relato sem explicação²²⁰. Isto porque a clareza, nesse caso, seria prejudicial à causa, em consonância com a afirmação de Antônio de que, “se em alguma ocasião for preciso narrar, não busquemos com muita veemência o que levantará suspeitas e acusações e se voltará contra nós, tirando o que for possível [...]” (*ac si quandum erit narrandum, ne illa, quae suspicionem et crimen efficiant contraque nos erunt, acriter persequamur, et quicquid potuerit detrahamus*²²¹).

De resto, cabe salientar que, em nossa opinião, a divisão *do Pro Milone* só na superfície segue os preceitos manualísticos, e essa impressão é causada pelas divisões marcadas. Vale lembrar que os preceitos para a disposição dizem respeito não só às partes do discurso, mas também aos argumentos²²². Abordando, em primeiro lugar, a questão das partes, sublinhamos que, ao final do exórdio (6), Cícero antecipa por meio de uma *propositio* qual será a linha de defesa que irá adotar, procedimento não usual, visto que, segundo os manuais, isso deve ocorrer ao final da narração, na parte denominada *divisio*²²³. Encerrando o exórdio, Cícero surpreende ao apresentar uma refutação preliminar antes de começar a narração, fato que, como acima apontamos, viria a receber elogios de Quintiliano (*Inst.* 4, 2, 25). Ao terminar de apresentar a parte correspondente à refutação e às provas, momento em que já podia partir para a peroração, faz uma digressão a que se refere como *extra causam* (92), na qual introduz uma estratégia argumentativa adicional (a de que Clódio tinha sido morto em benefício

²²⁰ DYCK, 1998: 226-227. Os pontos obscuros da narração, segundo Dyck, são: Cícero não refuta nem explica a acusação de que Clódio fora morto depois do combate; não esclarece por que os escravos dos dois lados pensaram que Milão estivesse morto, se não fora sequer ferido; não menciona o que Milão teria feito imediatamente após o combate.

²²¹ *De orat.* 2, 330.

²²² *Rhet. Her.* 3, 17.

²²³ Cf. *Rhet. Her.* 1, 17; *Inv.* 1, 31.

da República²²⁴). No epílogo, quando os preceitos retóricos aconselham uma recapitulação dos argumentos, o orador deixa de fazê-lo, pois já fizera suficientes, ao longo do discurso²²⁵. Assim, passa diretamente à peroração e ao apelo emocional, com uma prosopopeia em que empresta sua voz a Milão para rememorar os feitos deste em prol da pátria.

Na *miseratio*, ocasião em que o acusado e sua família costumam se apresentar esquálidos e suplicantes²²⁶, nada disso ocorre. É o próprio Cícero que empresta suas lágrimas a Milão e implora a piedade dos juízes. Piedade que implora por si mesmo, pois considera enorme castigo se separar do amigo que, se condenado, seguiria para o exílio: “Não, senhores juízes, não me infligireis uma dor tão grande” (*Nullum mihi unquam, iudices, tantum dolorem inuretis*) (99); por Milão, que não pedia, mas merecia ser salvo: “Pelos deuses imortais, que varão destemido e digno de ser salvo por vós, senhores juízes!” (*O di imortales! Fortem et a vobis, iudices, conservandum virum!*) (104); e pela pátria: “Feliz a terra que receber este varão, ingrata esta se o expulsar, infeliz se o perder!” (105 (*O terram illam beatam quae hunc virum exceperit, hanc ingratham si eiecerit, miseram si amiserit!*)).

A parte do discurso denominada acima como *extra causam*, ou *digressio*, embora a teoria retórica antiga preveja a sua inserção ocasional no discurso, no presente caso, é utilizada por Cícero de modo peculiar, como apontaremos.

Segundo Núñez²²⁷, a *digressio* (*parékbasis*) era uma antiga forma individualizada de narrativa, empregada, sobretudo, no âmbito da *narratio*²²⁸. Em geral, o assunto nela tratado era alheio à questão objeto do julgamento, e era utilizada para o elogio e para a censura como meio de transição entre as partes mediante amplificações. Cícero menciona no *De inventione* (embora manifestando sua discordância) que Hermágoras havia considerado a *digressio* como uma das partes do discurso, posicionando-a entre a argumentação e o epílogo²²⁹. A retórica latina em geral não aceitara a *digressio* como parte do discurso, tendo reservado seu emprego como um

²²⁴ Até então a linha de defesa era que Milão havia matado Clódio justificadamente, pois fora antes atacado por ele.

²²⁵ Sobre a recapitulação, cf. Aristóteles, *Ret.* 3, 19, 1419b 6; Cic. *Inv.* 1, 98; *Her.* 2, 30, 47; QUINT., *Inst.* 6, 1, 1.

²²⁶ Era usual, no sistema judiciário romano, que na peroração o acusado – e muitas vezes sua esposa, filhos, pais e outros parentes –, comparecessem no tribunal em aparência esquelética, como artifício para suscitar a compaixão dos juízes (Cf. QUINT. *Inst.* 6, 1, 30).

²²⁷ NÚÑEZ, 1997:177.

²²⁸ Cf. *Inv.*, 1, 97.

²²⁹ *Inv.*, 1, 97.

recurso de conteúdo sobretudo emocional, do qual o orador pudesse lançar mão em caso de necessidade²³⁰. Seu lugar mais frequente era entre a *narratio* e a *argumentatio*, onde assumia uma função preparatória para a *captatio benevolentiae*, como se fosse um segundo proêmio²³¹.

No caso do *Pro Milone*, a *extra causam* é uma *digressio* com uma característica distinta: posicionada entre as provas e a conclusão, além de servir como amplificação para os traços de caráter de Clódio, tem a função de apresentar um *status causae* adicional. Por esse novo *status*, oferece-se aos juízes outra justificativa para a absolvição de Milão, agora baseada em fatores emocionais (*páthos*), como o ódio e o medo em relação ao que Clódio representa.

No tocante à disposição dos argumentos no interior do discurso, cabe ressaltar que a distribuição dos argumentos éticos e patéticos ao longo de todo o discurso e a combinação destes com os argumentos lógicos, como ocorre no *Pro Milone*, não constitui certamente uma estratégia preconizada nos manuais. Antes, tais procedimentos são resultado da própria experiência de Cícero e da maturação de seus conceitos retóricos, como fica manifesto também nas discussões do *De oratore* (especialmente em 2, 310). May chama a atenção para a correspondência doutrinária entre o *De oratore* e o *Pro Milone*:

“Cicero, in his published speech on behalf of Milo, presented a practical and pragmatic manifestation, an application, as it were, of his theoretical exposition of rhetorical teaching as set forth in *De oratore*.”²³²

Assim, pela distribuição dos argumentos emocionais por todas as partes do discurso, pela particularidade da *extra causam*, pelos demais procedimentos não habituais que já mencionamos (a *propositio* ao final do exórdio, a refutação preliminar inserida antes da narração, a ausência da recapitulação no epílogo), acreditamos poder afirmar que a divisão do *Pro Milone* não se atém à ordem considerada natural pelos manuais retóricos. Mesmo considerando que o afastamento dessa ordem é algo previsto pela teoria, as alterações que Cícero implementa têm características especiais, como o uso de estratégias emocionais para quebrar expectativas e conferir certo ar de novidade

²³⁰ Cf. *De orat.* 2, 77, 312. QUINT., *Inst.*, 4, 3, 15.

²³¹ NÚÑEZ, 1997: 177-8; QUINT., *Inst.*, 4, 3, 9.

²³² MAY, 2001: 125.

ao discurso. Tais alterações da ordem servem para preparar os ouvintes psicologicamente, tornando-os o mais receptivos possível aos argumentos (caso, por exemplo, da refutação preliminar, que Quintiliano elogia). May, por exemplo, sugere que a colocação da digressão (*extra causam*) antes da peroração, no *Pro Milone*, leva a audiência da argumentação lógica (provas) para o *êthos* e finalmente para o *páthos*, na peroração, criando assim uma progressão de intensidade na argumentação²³³.

Quanto ao fato de Cícero, em alguns discursos, sinalizar as alterações que realiza e em outros casos ocultá-las, deve-se creditá-lo não só à peculiaridade de cada causa, mas também a sua própria técnica de composição oratória, a qual, conforme afirma Antônio no *De oratore* 2, 177, consiste em que o orador busque a *variatio* e a *dissimulatio artis*. Assim se expressa Antônio: “o tratamento, por sua vez, deve ser variado, a fim de que o ouvinte não reconheça a arte ou se canse devido à saturação e à monotonia”²³⁴ (*tractatio autem varia esse debet, ne aut cognoscat artem qui audiat aut defetigetur similitudinis satietate*). Portanto, Cícero, no *Pro Milone*, não só mostra que é importante seguir as teorias retóricas, como também indica que saber o momento de se desviar delas faz parte da arte do orador²³⁵.

A hipótese de Wisse de que a estrutura marcada do *Pro Milone* visa a despertar certas impressões na audiência com fins determinados ganha ainda mais consistência quando ele mostra como Cícero sinaliza a teoria do *status causae*, no final do exórdio (§ 6), assunto de que trataremos a seguir.

2.3. O *status causae*

Antes de passarmos ao *status causae* específico do *Pro Milone*, será importante tratar de aspectos teóricos relevantes à apreciação do discurso em questão.

O estabelecimento do *status causae* é considerado a fase preliminar da invenção, após a qual os oradores poderão passar para a busca das estratégias argumentativas. Assim, no *De Oratore* 2, 132, Cícero apresenta o personagem Antônio enunciando o ponto primordial que ele próprio costuma analisar ao se defrontar com uma nova causa:

²³³ MAY, 1979: 245-246. Também KENNEDY, 1972: 234.

²³⁴ Sobre a *variatio*, CIC., *Inv.*, 1, 98; sobre a *dissimulatio artis*, *Rhet. Her.*, 4, 7; 10.

²³⁵ *Cum ipsa res artificiosam dispositionem artificiose commutare cogit* (“quando a própria matéria nos força a mudar com arte a disposição prescrita pela arte”) (*Rhet. Her.*, 3, 17); Tb. cf. *De Orat.*, 2, 311-312.

Ac primum, naturam causam videat [...] factumne sit quaeritur, an quale sit, an quod nomen habeat. Quo perspecto statim occurrit [...], quid faciat causam, id est, quo sublato controversia stare non possit. (2, 132).

[...] que veja, em primeiro lugar, a natureza da causa [...]; investigue-se se o fato aconteceu ou não, qual sua natureza, ou que nome tem. Isso examinado, surge imediatamente [...] a razão da causa, ou seja, **aquilo sem o qual a controvérsia não pode ficar de pé.**

Antônio se refere, nesta passagem, ao *status ou constitutio causae*, abstendo-se de usar o termo técnico correspondente²³⁶, prática que adota em todo o diálogo.

Albrecht afirma que o ponto fulcral no planejamento de um discurso consiste em escolher uma clara linha de defesa – *status* ou *constitutio causae* – e, a partir daí, expandir os pontos fortes e omitir os fracos²³⁷. *Constitutio* (constituição) é o equivalente latino para o termo grego *stasis*. Cícero o utiliza no *De inventione*²³⁸ – como também o faz o autor anônimo da *Rhetorica ad Herennium*²³⁹ –; no entanto, nos tratados retóricos posteriores, ele substitui *constitutio* por *status*, terminologia adotada também por Quintiliano e outros rétores latinos, como Fortunaciano, Marciano Capela e Sulpício Vítor.

A doutrina do *status*, que teve origem em ambiente filosófico peripatético-acadêmico, foi sistematizada por Hermágoras de Temnos (rétor grego do segundo século a. C.) que a ela aportou acréscimos e modificações²⁴⁰. Tal teoria procura classificar os problemas retóricos de acordo com a estrutura subjacente a cada disputa²⁴¹. A utilidade dessa classificação reside no fato de que ela ajuda o orador a identificar a estratégia argumentativa apropriada a cada caso, motivo pelo qual a composição do discurso só tinha início depois que a análise da questão e a respectiva determinação do *status* haviam sido realizadas²⁴².

Quintiliano oferece a seguinte explicação para a origem do termo *status*: *Quae appellatio dicitur ducta ex eo quod ibi sit primus causae congressus, vel quod in hoc causa consistat.* (“Diz-se que o nome deriva do fato de que ali se encontra o primeiro

²³⁶ Os *status causae* são tratados por seus termos técnicos na *Rhetorica ad Herennium* 1, 18-27 e 2, 3-26, e no *De inventione* 1, 10-18 e 2, 14-153.

²³⁷ ALBRECHT, 2003: 185.

²³⁸ *Inv.* 1, 10-16 e 2, 11-104.

²³⁹ *Rhet. Her.* 1, 18-27 e 2, 3-26.

²⁴⁰ MONTEFUSCO, 1986: 1; 199.

²⁴¹ HEATH, 1994: 114.

²⁴² HEATH, 1994: 114; 116.

conflito da causa, ou porque a causa nele se apoia”²⁴³). Essa ideia de que o *status* é o que dá sustentação à causa está presente também na passagem do *De Oratore* 2, 132, acima citada – “aquilo sem o qual a controvérsia não pode ficar de pé” (*stare non possit*) –, em que Antônio aconselha como o orador deve proceder ao se defrontar com uma nova causa.

Na definição apresentada pelo autor da *Rethorica ad Herennium* aparece a ideia de um conflito de afirmações entre as partes litigantes: *Constitutio est prima deprecatio defensoris cum acusatoris insimulatione coniuncta* (“A constituição se estabelece a partir da primeira alegação da defesa em resposta à acusação do adversário”²⁴⁴). Essa mesma ideia de primeiro conflito está presente na definição de Cícero no *De inventione*, 1, 10, em que um esquema ilustrativo é acrescentado:

Constitutio est prima conflictio causarum ex depulsione intentionis profecta, hoc modo: “Fecisti.” “Non feci,” aut: “Iure feci.” (1, 10).

A constituição é o primeiro conflito de afirmações, que surge da refutação de uma acusação, da seguinte maneira: “Praticaste a ação”; “não pratiquei”; ou: “pratiquei justificadamente”.

Quintiliano, por sua vez, achou necessário expressar com mais exatidão a ideia de Cícero, razão pela qual expõe a questão nos seguintes termos:

Non enim est status prima conflictio: ‘fecisti’, ‘non feci’, sed quod ex prima conflictione nascitur, id est genus quaestionis; ‘fecisti’, ‘non feci’, ‘an fecerit’: ‘hoc fecisti’, ‘non hoc feci’, ‘quid fecerit’ (3,6,5) (grifo nosso).

O *status* não é o primeiro conflito – “Praticaste a ação”, “Não pratiquei” –, **mas o que surge desse primeiro conflito**, ou seja, o tipo de questão [que surge]: “Praticaste a ação”, “Não pratiquei”, “Teria ele praticado a ação?”. “Praticaste esta ação”. “Não foi isto que fiz”. “O que ele teria feito?” (grifo nosso).

Assim, o resultado do conflito entre a pessoa que acusa e o réu que se defende leva **à questão para a qual converge toda a disputa**, no caso acima: “Teria ele praticado a ação?”, **que determina o *status causae***. No caso do *status* conjetural, em que o fato é negado, o *status causae* coincide com o *ponto a julgar*, ou a questão sobre a qual os juízes devem emitir julgamento (*iudicatio*, em latim; *krinómenon*, em grego).

²⁴³ QUINT., *Inst.*, 3, 6, 4

²⁴⁴ *Rhet. Her.*, 1, 18.

No caso dos demais *status*, em que o fato é admitido, mas o acusado apresenta uma justificativa para sua ação, a *iudicatio* surge a partir de um esquema próprio, em que entra em jogo mais um elemento: a justificativa (*ratio*).

Se não existisse uma justificativa, não haveria motivo de disputa, afirma Cícero, que oferece como exemplo, no *De inventione*, o caso mitológico de Orestes²⁴⁵. Acusado de matar a mãe, Orestes admite o crime, mas se justifica: ‘ela havia matado meu pai’. A acusação replica: ‘mas não te era lícito, como filho, matá-la, pois ela podia ser castigada sem que cometesses um crime’. Assim, quando a acusação refuta a justificativa, surge a **questão central do debate**, a que se chama o *ponto a julgar*: ‘Orestes teria direito de matar sua mãe porque ela lhe matara o pai?’ (grifo nosso).

No *De inventione*, Cícero mantém os quatro *status* racionais teorizados por Hermágoras: conjectural, definitivo, qualificativo e translativo. O conjectural se dá quando a controvérsia é sobre o fato, ou seja, quando o fato é negado pelo acusado e, por isso, os juízes têm que julgar por conjecturas, donde provém o seu nome, “conjectural”. No *status* definitivo, o fato é admitido, mas há uma controvérsia a respeito de qual seria sua denominação. Quanto a esse *status*, Cícero difere de Hermágoras pelo fato de distinguir dois tipos de definição: uma em que se define o nome que se deve dar ao fato (*cum de facto convenit et quaeritur, id quod factum est quo nomine appeletur*; “em que há concordância quanto ao fato e se investiga com que palavra deve ser chamado aquilo que foi feito”²⁴⁶); outra, em que se define o sentido jurídico de um termo de determinado texto (*cum in scripto verbum aliquod est positum cuius de vi quaeritur*; “quando um documento contém algum termo cujo sentido se questiona”)²⁴⁷. No *status* da qualidade, que Cícero denomina *status generalis* (de gênero), o crime é admitido e não há controvérsia quanto ao nome pelo qual deve ser chamado, mas, ainda assim, questiona-se sobre como se deve qualificar juridicamente o fato: se é justo ou injusto, útil ou inútil, levando-se em conta as três esferas do direito: natural, consuetudinário e a das leis. Já o *status* translativo (*translativus*) diz respeito à legitimidade da acusação ou à competência do tribunal para julgar o caso.

Esses constituem o grupo dos *status* denominados racionais. Há ainda outro grupo, o dos *status* legais, que diz respeito às controvérsias sobre o texto escrito (leis,

²⁴⁵ CIC., *Inv.*, 1, 18.

²⁴⁶ *Inv.* 1, 11.

²⁴⁷ *Inv.* 2, 153.

testamentos, contratos, etc.). Hermágoras considerara a existência de quatro *status* legais; Cícero acrescenta mais um, conforme o *De inventione* 1, 17: *Quare primum genus de scripto et sententia, secundum ex contrariis legibus, tertium ambiguum, quartum ratiocinativum, quintum definitivum nominamus* (“Por isso, denominamos à primeira espécie escrito e sentença, à segunda, leis contrárias, à terceira, ambiguidade, à quarta, analógica, e à quinta, definitiva”).

A doutrina do *status causae*, embora tendo partido de fonte comum hermagórea, foi objeto de diversas teorizações e subdivisões posteriores. Assim, o *Autor da Rhetorica ad Herennium*, por exemplo, não faz a distinção entre *status racionais* e *legais*, mas uma síntese em apenas três constituições: conjetural (*coniecturalis*); legal (*legitima*); e jurídica (*iuridicialis*); o *status* legal compreende os quatro *status* legais hermagóreos, e ainda o definitivo e o translativo do gênero dos *status* racionais. Também Cícero diversificou, mais tarde, em suas obras retórico-filosóficas, o seu modo de tratar essa questão dos *status causae*. Por exemplo, em *Topica*, 92, Cícero considera a existência de três *status* legais e três racionais, utilizando os termos técnicos para denominá-los; no *Orator*, 121 (também 45), alude a três *status* racionais e dois legais por meio de perífrases (*res aut de vero aut de recto aut de nomine, verba aut de ambiguo aut de contrario*); no *De oratore*, Cícero refere-se aos quatro *status* racionais também por meio de perífrases denotativas das respectivas funções. Outra diferença consiste em que as controvérsias que têm origem no texto escrito são tratadas junto com o *status* da qualidade, em que se discute a natureza da ação.

2.3.1. Causa com mais de um *status*

Uma causa pode ser *simples* ou *complexa*. *Simples* é a que contém apenas um *ponto a julgar* (*iudicatio*), embora possa conter várias questões menores que dão origem a *status* secundários. Neste caso, afirma Quintiliano, apenas o *status* principal é chamado de *status causae* (*Inst.* 3, 6, 9); os demais servem de apoio argumentativo ao principal. Na causa *complexa*, há mais de uma questão que demanda resposta, isto é, há mais de uma *iudicatio*. Ocorre quando um réu é acusado de vários crimes, como, por exemplo, roubo e sacrilégio²⁴⁸.

²⁴⁸ CIC., *Inv.* 1, 17.

2.3.2. O *status causae* do *Pro Milone*

No caso de Milão, o homicídio já era de conhecimento geral, por isso Cícero não podia usar a defesa da simples negação. Mas ele tinha a possibilidade de escolher entre três atitudes: a) pedir o perdão dos juízes com base na conduta anterior de Milão; b) sustentar que o ato de Milão não configurava um crime, mas um serviço à comunidade por livrá-lo de um tirano; c) sustentar que Milão agira em legítima defesa em virtude de uma emboscada preparada por Clódio. Cícero escolhe a última alternativa como linha argumentativa principal, mas fará uso das anteriores de modo acessório em determinados momentos do discurso²⁴⁹.

Wisse considera que o parágrafo 6 do *Pro Milone* é uma sinalização dessas três possibilidades de linhas argumentativas²⁵⁰. Reproduzimos a seguir o mencionado parágrafo, destacando os termos que fazem referência aos *status*:

*Quamquam in hac causa, iudices, T. Anni tribunatu, rebusque omnibus pro salute rei publicae gestis ad huius criminis defensionem non abutemur. Nisi oculis videritis insidias Miloni a Clodio factas, **nec deprecaturi** sumus ut crimen hoc nobis propter multa praeclara in rem publicam merita condonetis, nec postulaturi, ut si mors P. Clodi **salus vestra fuerit**, idcirco eam virtuti Milonis potius quam populi Romani felicitati adsignetis. Sed si illius insidiae clariores hac luce fuerint, tum denique obsecrabo obtestaborque vos, iudices, si cetera amisimus, hoc saltem nobis ut relinquatur, ab inimicorum audacia telisque **vitam ut impune liceat defendere** (grifos nossos). (Mil. 6)*

Contudo, nesta causa, senhores juízes, não me valerei do tribunado de Tito Ânio nem de todos os seus feitos em prol da República para defendê-lo desta acusação; se não tiverdes visto com vossos próprios olhos as armadilhas preparadas por Públio Clódio contra Milão, não suplicaremos **que sejamos absolvidos desta acusação** em virtude de tantos serviços notáveis prestados à República; e nem pediremos, se a morte de Públio Clódio **significou a vossa salvação**, que a atribuais antes ao valor de Milão do que à boa fortuna do povo romano. Mas, se as insídias daquele forem mais claras do que a luz do dia, então, por fim, eu vos pedirei e suplicarei, senhores juízes, que, se tudo o mais perdemos, ao menos nos seja deixado **o direito de defendermos impunemente nossa vida** da audácia e das armas dos inimigos (grifos nossos).

Wisse observa que, no início do parágrafo acima, Cícero rejeita a primeira possibilidade de linha argumentativa, a *concessio* (confissão): (“não suplicaremos que nos perdoeis”). Este *status* é uma subdivisão do *status* da qualidade (*qualitas*), e

²⁴⁹ GUILLEMIN, 1938: 4.

²⁵⁰ WISSE, 2007: 59.

constitui a mais fraca das linhas de defesa²⁵¹, na qual o acusado admite a culpa sem poder apresentar atenuantes; apenas pede perdão pelo ato praticado com base em méritos passados sem nenhuma conexão com o caso. Embora rejeitada nesse primeiro momento, na forma de *praeteritio*, Cícero não deixará de recorrer a ela na peroração²⁵².

A segunda linha de defesa rejeitada é a *comparatio* (comparação), outra subdivisão da *qualitas*, em que a defesa argumenta que o crime cometido era o menor entre dois males. No caso de Milão, matar Clódio significou evitar a ruína da própria República (*vestra salus* refere-se aos juízes, e, por extensão, à República). Essa linha argumentativa será utilizada na segunda parte do discurso²⁵³, ou *extra causam* (§§ 72-91), em que Cícero afirma que a morte de Clódio foi um benefício à República.

O *status* que Cícero escolhe como linha principal de defesa é a *relatio criminis*²⁵⁴ (na *Rhetorica ad Herennium*, *translatio criminis*²⁵⁵), transferência da acusação, também subcategoria da *qualitas*, que ocorre: “quando o réu, admitindo a acusação, alega que, levado por ação incriminável de outrem, agira justificadamente (*cum reus id, quod arguitur, confessus alterius se inductum peccato iure fecisse demonstrat*)²⁵⁶.”

Cícero sinaliza esse *status* quando reclama para si e para seu cliente “o direito de, impunemente, defender nossa vida da audácia e das armas dos inimigos”. Como o próprio Cícero reconhece, porém, essa linha de defesa depende da demonstração de que Clódio havia premeditado matar Milão numa emboscada e que este não fizera mais do que se defender do ataque inimigo. Por isso, todo o seu esforço argumentativo se concentra em tentar convencer os juízes da verdade dessa afirmação²⁵⁷. Essa nova questão, a saber: se Clódio teria ou não preparado uma emboscada para Milão, está relacionada ao questionamento do fato, e incide, portanto, no *status* conjetural. Em resumo, o *status* principal do discurso é a subespécie da *qualitas*, *relatio criminis* (transferência da acusação), ao qual se acha subordinado o *status* conjetural, que lhe dá apoio.

²⁵¹ WISSE, 2007:43.

²⁵² WISSE, 2007: 44.

²⁵³ Muitos autores têm considerado os §§ 72-91 como a segunda parte da argumentação, cf. WISSE, 2007: 41.

²⁵⁴ *Inv.* 1, 15; 2, 78.

²⁵⁵ *Rhet. Her.* 1, 24.]

²⁵⁶ *Inv.* 2, 78; cf. tb. *Rhet. Her.* 2, 22.

²⁵⁷ WISSE, 2007: 44.

Já na segunda parte do discurso (§§ 72- 91), Cícero argumenta que a morte de Clódio fora um benefício para a República. Embora alivie o peso de suas afirmações apresentando esta parte como condicional, isto é: se Milão tivesse matado Clódio intencionalmente – fato que já refutei, afirma (“caso eu já não quisesse destruir esta acusação, como destruí”, *de qua si iam nollem ita diluere crimen ut dilui*) (72) –, poderia, contudo, se orgulhar de ter livrado a República das mãos de um tirano²⁵⁸ (§ 77). Esta nova linha de argumentação consiste no *status* da comparação (*comparatio*)²⁵⁹, subcategoria da *qualitas, status* que Cícero havia preliminarmente rejeitado no parágrafo 6²⁶⁰.

Essa interpretação do *status causae* do *Pro Milone*, defendida por Wisse – que consiste em um *status* principal qualificativo (*relatio criminis*: Milão matou Clódio justificadamente) e um secundário, conjectural (Clódio havia preparado uma emboscada para matar Milão) –, é também a que encontramos em Quintiliano, que faz as seguintes ponderações para confirmar a inter-relação entre os dois *status*: *non in causa Milonis ipsa coniectura refertur ad qualitatem? Nam, si est insidiatus Clodius, sequitur ut recte sit occisus* (“No caso de Milão, acaso a própria conjectura não se refere à qualidade? Pois, se Clódio armou uma emboscada, segue-se que foi morto justificadamente”)²⁶¹.

Também outros rétores latinos dão testemunho semelhante. É o caso de Fortunaciano, Sulpício Vítor e Marciano Capela, que, segundo reporta Montefusco, consideram que o *Pro Milone* constitui um caso no qual coexistem dois *status*: o *status* principal, que seria a *relatio criminis*: Públio Clódio mereceu a morte; e um *status* secundário conjectural: pois tinha preparado uma emboscada para Milão²⁶². Citamos as passagens de cada um desses rétores:

²⁵⁸ Clódio é descrito como um tirano, mas o termo *tyrannus* só aparece uma vez no discurso, no § 80: (“Os gregos conferem honras divinas aos varões que mataram tiranos”, *Graeci homines deorum honores tribuunt eis viris qui tyrannos necaverunt*). Cícero afirma ainda que Milão deveria receber a mesma honra que os gregos concedem aos tiranocidas.

²⁵⁹ *Inv.*, 1, 15. *Comparatio est, cum aliud aliquid factum rectum aut utile contenditur, quod ut fieret, illud, quod arguitur, dicitur esse commissum*. (“A comparação ocorre quando se alega ter praticado alguma outra ação justa ou útil, e se diz que, para realizá-la, fez-se aquilo de que se é acusado”).

²⁶⁰ WISSE, 2007: 45.

²⁶¹ QUINT. *Inst.*, 3, 6, 7.

²⁶² MONTEFUSCO, 1979: 338.

Fortunaciano:

*Cedo exemplum. Ut, cum causa est pro Milone; nam quod ibi probatur, relatio est: P. Clodius meruit occidi': ex quo probamus autem, coniectura est; insidias enim fecerat*²⁶³.

Ofereço um exemplo. Como na causa de Milão; de fato, o que ali é demonstrado é transferência de acusação (*relatio criminis*): Públio Clódio mereceu ser morto. Já aquilo a partir do qual demonstramos é conjectura: de fato, havia armado uma emboscada²⁶⁴.

Sulpício Vítor:

*Potest in exemplum illius accidere actio illa Ciceronis, quae est pro Milone. Nam hunc statum fecit ipse, cum dixit quaeri, iure an iniuria Clodius fuerit occisus. Relatio est, an iure interemptus sit, cum fecisset insidias; hic incidens status est loci eius coniectura cum locis suis omnibus, per quos scilicet decurrit, ut probet Miloni insidias factas esse per Clodium*²⁶⁵.

Aquele discurso de Cícero, em que defendeu Milão, pode ser aplicado como exemplo desse caso. Pois ele fez uso precisamente desse *status*, ao dizer que se investigava se Clódio teria sido morto justa ou injustamente. A transferência da acusação (*relatio criminis*) consiste em [se investigar] se Clódio foi morto justificadamente, uma vez que armou emboscada. Aqui, a conjectura é o *status* incidental de sua questão, com todos os seus tópicos, aos quais evidentemente [Cícero] recorreu para provar que Clódio armara uma emboscada para Milão.

Marciano Capela:

*Principales sunt status, ex quibus nascitur causa, quas Tullius constitutiones appellat; incidentes vero, quae, dum tractatur causa, nascuntur, dum argumenta vel scripta refutando in plures causa diducitur quaestiones, ut sit principalis, utrum Clodium iure occiderit Milo, uter utri insidias compararit*²⁶⁶.

Principais são os *status* dos quais a causa nasce, que Túlio denomina constituição (*constitutio causae*); já os incidentais surgem no momento em que se debate a causa, quando, ao se refutar os argumentos ou os documentos escritos, a causa resulta dividida em mais questões. Por exemplo, é a principal a questão se Milão teria matado Clódio justificadamente, e incidental, qual dos dois teria armado uma emboscada ao outro.

²⁶³ *Rhetores latini minores*, 27, p. 101, *artis Rhetoricae I, Fortunatiani*, Carolus Halm, 1863.

²⁶⁴ Tradução de Izabella Lombardi Garbellini, modificada: Dissertação de Mestrado, FFLCH/ USP 2010. O trecho acima corresponde ao § 28 na tradução.

²⁶⁵ Sulpicio Vitor (*Sulpitii Victoris*), *Institutiones oratoriae*, 53, p. 346-347, in *Rhetores latini minores*, Carolus Halm, 1863.

²⁶⁶ Marziano Capella, *Le nozze di Filologia e Mercurio*, V, 443., p. 296-297, 2001.

Essa concordância entre os antigos, contudo, não se repete entre os modernos, entre os quais as opiniões se diversificam. A análise de Clark, no século XIX, estabelece o *status* da qualidade como o principal, mas não adota a *relatio criminis* nem vincula o *status* conjectural à qualidade. Apesar de identificar que Cícero argumenta no início do discurso com base no *status* conjectural, Clark considera que ele o abandona para prosseguir apenas com o da qualidade²⁶⁷. Já na década de 80 do século XX, Lintott, do mesmo modo que Wisse viria a apontar em 2007, considera que o *status* principal do *Pro Milone* é a *relatio criminis*, contudo, não menciona o conjectural como secundário²⁶⁸. Craig, por sua vez, alguns anos antes de Wisse, coloca em primeiro lugar o *status* conjectural, considerando que a questão é sobre o fato: “qual dos dois teria armado uma emboscada ao outro” (*uter utri insidias fecerit*, § 31). Contudo, considera a existência de um segundo *status*, que, na sua opinião, poderia ser o da qualidade (Milão era responsável pela morte de Clódio, mas agira justificadamente); ou o definitivo (Milão era responsável pela morte de Clódio, mas não teria sido um assassinato, e sim legítima defesa), tendendo mais para o último²⁶⁹. Kennedy e May também são adeptos do ponto de vista do *status* definitivo como *status* principal²⁷⁰.

Wisse discorda dos que optam pelo *status* da definição para este caso, e apresenta suas justificativas: em primeiro lugar, afirma que não há evidências de que naquele tempo a legítima defesa era definida em lei; em segundo, que não é feita nenhuma alusão no discurso a um termo carente de definição. Já quanto ao *status* da qualidade, haveria várias sinalizações no discurso, por meio do termo *iure*, que apontariam para esse sentido, como por exemplo: § 8, *iure caesum*; § 9, *atqui si tempus est ullum iure hominis necandi*; §11, *insidiatorem interfici iure posse*, etc²⁷¹. A observação de Wisse se apoia em que o termo *iure* é central no conceito da *relatio criminis* (*iure fecisse*, *De Inv.* 2, 78).

Wisse aponta ainda que todos os exemplos que Cícero fornece no discurso para demonstrar o argumento de que em certos casos é permitido matar pertencem ao *status* da qualidade, sendo a maior parte deles enquadráveis como *relatio criminis*, *status* usado na primeira parte do discurso²⁷²; cinco desses exemplos, que aparecem no § 8, se

²⁶⁷ CLARK, 1895: lv.

²⁶⁸ LINTOTT, 1974: 74.

²⁶⁹ CRAIG, 2004: 206.

²⁷⁰ MAY, 1979: 241; KENNEDY, 1972: 234- 235.

²⁷¹ WISSE, 2007: 44.

²⁷² WISSE, 2007: 50.

enquadram na *comparatio*, *status* da *extra causam* (72-91), e versam sobre matar o cidadão que almeja a tirania.

Cabe ressaltar que Quintiliano alude à possibilidade de dúvida quanto à adoção de determinado *status* em detrimento de outro: “creio, ainda, que às vezes há dúvida sobre qual *status* deve ser usado quando várias objeções são apresentadas contra uma única acusação” (*Etiam credo aliquando dubitari quo statu sit utendum cum adversus unam intentionem plura opponuntur*²⁷³).

Acreditamos que as palavras de Quintiliano explicam o motivo de, ao se tentar interpretar a escolha feita por Cícero, mais de um *status* poder ser admitido como principal. Contudo, o que se pode afirmar com mais segurança é que, embora se possa tomar como *status* principal a definição ou a qualidade, o *status* conjectural estará dando apoio a qualquer um deles.

Consideramos que a escolha de Wisse parece ser a mais apropriada, uma vez que, além de serem plausíveis suas justificativas, é compatível com o modo pelo qual Cícero desenvolve a argumentação, modo este que, efetivamente, aponta para a *qualitas relatio criminis*. Isto porque toda a argumentação é construída de modo a tornar a própria vítima culpada pelos acontecimentos que desencadearam sua morte: o caráter violento de Clódio (36-42), a vida devassa, o desrespeito à lei dos deuses e dos homens causaram sua própria ruína (72-75). Quintiliano explica que na *relatio criminis* toda a defesa se baseia na acusação da própria vítima, e que a linha de defesa mais forte nestes casos é defender-se da acusação apontando o motivo do ato. É isso que ocorre nas defesas de Orestes, Horácio e Milão, afirma, em que se procede de acordo com os seguintes exemplos: *occisus est sed latro* (“foi morto, mas era um ladrão”); *excaecatus sed raptor* (“cegaram-no, mas era um usurpador”)²⁷⁴.

Na *relatio criminis*, portanto, trata-se da defesa do *factum*; o acusado não assume a responsabilidade da ação, e responsabiliza a própria vítima por haver posto a condição prévia para que o delito fosse cometido. Desse modo, a *relatio* julga a ação como justa, pois foi motivada por uma ação recriminável que havia partido da própria vítima.

²⁷³ QUINT. *Inst.*, 3, 6, 92.

²⁷⁴ QUINT. *Inst.*, 7, 4, 9.

De acordo com Hermágoras, na *relatio criminis*, a defesa adota o seguinte posicionamento: *feci, quidem, sed ut facerem ante provocatus sum*; (“fiz, de fato, mas antes fui provocado a fazê-lo²⁷⁵.”). Consideramos, portanto, que é esse o *status* principal da primeira parte do *Pro Milone*, cujo *ponto a julgar* é: teria Milão matado Clódio justificadamente? Apoiando este *status* se encontra o conjectural: teria Clódio armado uma emboscada para Milão? Na segunda parte do discurso, em que temos a *extra causam*, o *status* da *comparatio* é o que sustenta a argumentação. Hermágoras assim define a defesa por meio da *comparatio*: *feci, sed profui* (“fiz, mas fui útil²⁷⁶”). No caso de Milão: matei, mas em benefício da República.

2.4. A causa em função do *status*

A causa que Cícero tinha em mãos estava longe de ser uma causa fácil. Milão tinha a reprovação da maioria da opinião pública²⁷⁷ e, além disso, os fatos, do modo que, a partir do relato de Ascônio, se supõe que aconteceram depunham contra ele. O relato de Ascônio nos dá conta de que, embora o encontro de Clódio e Milão tivesse sido acidental, o homicídio fora deliberado; pois a morte não se dera no combate, mas posteriormente, quando Clódio fora retirado da taberna onde se havia refugiado. Este fato era o ponto fraco da causa para Cícero, que, habilmente, deixa de mencioná-lo na sua narração dos fatos.

Depois do evento em que Clódio fora morto, seus partidários haviam acusado publicamente Milão de ter armado uma emboscada²⁷⁸. Os partidários de Milão contra-atacaram, voltando a mesma acusação contra Clódio. No dia do julgamento, os acusadores decidiram usar contra Milão essa mesma alegação de emboscada –, segundo avaliação de Lintott, possivelmente porque acreditavam que tal acusação poderia contribuir para fornecer a evidência da intenção de matar, por parte de Milão²⁷⁹. Para a lei romana, só havia crime se fosse provado que o homicídio tinha sido intencional²⁸⁰. Sobre isso testemunha o autor da *Rhetorica ad Herennium*: “em tudo se deve considerar a intenção, o que não foi feito deliberadamente não pode ser crime” (*uoluntatem in*

²⁷⁵ *Apud* MONTEFUSCO, 1986: 114.

²⁷⁶ MONTEFUSCO, 1986: 114.

²⁷⁷ ASC. 32, 33.

²⁷⁸ ASC. 36.

²⁷⁹ LINTOTT, 1974: 75.

²⁸⁰ LINTOTT, 1974: 75.

omnibus rebus spectari conuenire; quae consulto facta non sint, ea fraudei esse non oportere)²⁸¹. Assim, temendo que Milão escapasse impune, a acusação teria adotado essa forma de acusação, a qual, afirma Lintott, tornou-se uma excelente alternativa para a defesa de Cícero. Porque, em primeiro lugar, ele não teria dificuldade em refutar a acusação de emboscada usando os lugares-comuns (*loci communes*²⁸²) de *tempo, lugar, oportunidade, consequência*²⁸³. Em segundo lugar, ele aproveitaria esses mesmos *loci* para demonstrar que fora Clódio quem preparara uma emboscada para Milão, transformando sua defesa num feroz ataque. Ademais, desenvolvendo sua defesa em termos da acusação de emboscada, Cícero podia concentrar-se em outros aspectos, deixando de lado o ponto fraco da causa, ou seja, a cena da taberna, concentrando-se na cena do encontro dos dois rivais na Via Ápia²⁸⁴. É exatamente esta a estratégia que adota, apesar de opiniões contrárias, como a de Marco Bruto, indicarem que seria melhor basear a defesa de Milão sustentando que a morte de Clódio ocorrera pelo interesse da República²⁸⁵. No entanto, essa linha não será totalmente descartada, pois será utilizada na *extra causam*, como já mostramos. Como Ascônio não faz referência a ela em seus comentários, os críticos costumam tomar esse fato como mais uma evidência de que a *extra causam* seria um acréscimo posterior ao discurso pronunciado.

²⁸¹ *Rhet. Her.*, 2, 24.

²⁸² *CIC.*, *Inv.* 2, 48: “Chamamos lugares-comuns a esses argumentos que podem aplicar-se a muitas causas” (*Haec ergo argumenta, quae transferri in multas causas possunt, locos communes nominamus*).

²⁸³ Serão discutidos no próximo capítulo.

²⁸⁴ LINTOTT, 1974: 75.

²⁸⁵ Cf. ASC., 36. QUINT. 3, 6, 93.

CAPÍTULO 3

A INVENÇÃO SEGUNDO CÍCERO

3.1. A tríade persuasiva: *docere, conciliare e movere*

Tendo definido o *status causae*, o orador terá concluído a primeira etapa da invenção e terá construído, por assim dizer, a fundação de seu discurso. O próximo passo consiste em encontrar os argumentos capazes de demonstrar a consistência da linha de defesa.

No *De oratore*, Cícero enuncia pelo personagem Antônio o conjunto de ações que o orador deve realizar para obter a persuasão: *ut probemus vera esse, quae defendimus; ut conciliemus eos nobis, qui audiunt; ut animos eorum, ad quemcumque causa postulabit motum, vocemus* (2,115) (“provar ser verdadeiro o que defendemos, cativar os ouvintes, provocar em seus ânimos qualquer emoção que a causa exigir”). Esse esquema, que Antônio considera seu método oratório (*ratio dicendi*), é reiterado algumas vezes ao longo do *De oratore*²⁸⁶. Assim, no parágrafo 2, 121, afirma que as três funções, “cativar, instruir, influenciar os ânimos” constituem “os três únicos elementos que visam a [...] conferir credibilidade” ao discurso. ([...] *tris res, quae ad fidem faciendam solae valent [...], ut et concilientur animi et doceantur et moveantur*).

A tríade *instruir, cativar e influenciar (docere, conciliare, movere)*²⁸⁷ representa os três tipos de ação persuasiva que o orador pode exercer sobre o seu público: o *docere* corresponde à persuasão por meio da argumentação lógica, o *conciliare* consiste na função destinada a cativar a audiência por meio da apresentação do caráter, e o *movere* consiste em despertar emoções fortes na audiência, segundo a exigência da causa.

Tal esquema corresponde estruturalmente às três fontes de provas técnicas aristotélicas, *lógos, êthos e páthos*, elementos que constituem as fontes de prova, ou “modos de persuasão”, denominadas *písteis*²⁸⁸. Tais fontes de provas são divididas em *não técnicas*, ou seja, as de evidência – e que não dependem da arte do orador –, tais como testemunhas, documentos, etc.; e as *técnicas*, concernente aos argumentos

²⁸⁶ *De orat.* 2, 115; 128; 310.

²⁸⁷ Segundo WISSE (1989: 215; 235), essa terminologia não é empregada por Cícero como termo técnico. Em obras posteriores, *Orator*, *Brutus* e *De optimum genere oratorum*, *conciliare* é substituído por *delectare*, ou às vezes por alguma perífrase (Cf. FANTHAM, 1973: 273; MAY, 1988: 5). MONTEFUSCO (1994: 66-90) analisa a diferença de intenção de Cícero ao empregar *conciliare* e, posteriormente, *delectare*.

²⁸⁸ *Ret.* 1355b 35-1356a4.

discursivos construídos pelo orador. As fontes de provas técnicas são divididas em três modalidades: *lógos*, *êthos* e *páthos*. O *lógos* está relacionado aos argumentos lógicos (indutivos e dedutivos); o *êthos* diz respeito à apresentação do caráter do orador por meio do discurso, de modo a conquistar a credibilidade; e o *páthos* concerne à criação de determinada resposta emocional na audiência. Assim, Aristóteles considera no domínio do *êthos* as provas baseadas no orador, e no domínio do *páthos* aquelas baseadas no ouvinte. No domínio do *lógos*, situam-se os argumentos lógicos, relacionados aos fatos em si.

Embora apresentando a mesma estrutura tripartite aristotélica, Cícero estabelece no *De oratore* uma doutrina própria, que traz consigo também a influência de outras teorias retóricas, sobretudo a de Isócrates²⁸⁹. Além disso, a teoria ciceroniana é influenciada por aspectos do ambiente cultural romano e do sistema judiciário então em vigor²⁹⁰. Contudo, a abordagem de Cícero dos meios de persuasão lembra a aristotélica, afirma May, sobretudo pelo fato de os elementos do *êthos* e do *páthos* não serem tratados nas *partes orationis*, como ocorre nos manuais, mas em correlação com os argumentos lógicos²⁹¹. Como consequência, a exemplo do que ocorre na doutrina aristotélica, os três meios de persuasão são considerados em igual patamar de importância. Além disso, não devem se subordinar a determinadas partes do discurso, mas devem perpassá-lo por inteiro (*De orat.* 2, 80-82; 310; 322). No entanto, May alerta que, apesar dessas e outras semelhanças, *Cicero's analysis of ethos is not, in its details, particularly Aristotelian*²⁹². A seguir, mencionamos algumas das diferenças mais significativas entre as doutrinas em questão.

Na doutrina de Cícero, a tríade *lógos*, *êthos* e *páthos* é tratada como função oratória e passa a ser denominada pelos verbos de ação *docere*, *conciliare* e *movere*²⁹³. O *conciliare* ciceroniano não diz respeito só ao caráter do orador, como é o caso do *êthos* aristotélico, mas inclui o caráter do cliente, dos adversários e dos demais intervenientes na causa.

Alguns estudiosos têm apontado como a diferença mais evidente entre o *êthos* aristotélico e o *conciliare* ciceroniano o fato de o primeiro estar voltado para a busca de

²⁸⁹ Como menciona o próprio Cícero na carta a Lêntulo, *Ad. Fam.* 1, 9, 23.

²⁹⁰ Cf. MAY, 1988: 2-12.

²⁹¹ MAY, 1988: 4.

²⁹² MAY, 1988: 4.

²⁹³ Segundo MAY (1988: 5), “*Cicero has changed the focus from representation, i. e., a description of the speaker's character and attitude, to an action of the speaker*”.

uma resposta racional na audiência, ou seja, a credibilidade, e o segundo, a uma resposta emocional, ou seja, a benevolência (ou simpatia)²⁹⁴. O fato de haver uma componente emocional no *conciliare* (a simpatia) leva alguns estudiosos à hipótese de que, na doutrina de Cícero, *êthos* e *páthos* se confundem, distinguindo-se entre um e outro apenas pelo grau de intensidade das emoções: o *conciliare* estaria voltado a despertar emoções brandas, e o *movere*, emoções fortes²⁹⁵. Tal conclusão, porém, não é exata.

Wisse, como também Fortenbaugh, consideram que não há sobreposição entre essas duas funções, pois o *êthos* ciceroniano (*conciliare*) estaria restrito às emoções brandas despertadas unicamente pela apresentação do caráter²⁹⁶. Consequentemente, outros tipos de emoções brandas, que não as suscitadas pela descrição do caráter, não incidiriam na categoria do *conciliare*, mas na do *movere*.

Outra importante diferença entre as doutrinas ciceroniana e aristotélica é que, para Aristóteles, o orador deve parecer digno de credibilidade por força do próprio discurso, não de uma ideia pré-existente a respeito do seu caráter²⁹⁷. Já a benevolência a que visa o *conciliare* depende em grande medida da reputação prévia, o que inclui a *auctoritas* e o modo de vida do orador (*De orat.* 2,182).

Há que se apontar ainda que Aristóteles não faz nenhuma associação do *êthos* com algum tipo de elocução mais adequada. Já Cícero, tanto no *De oratore* como sobretudo no *Orator*, insiste na correspondência entre a *captatio benevolentiae* e certa elocução branda aliada ainda à atitude correta do orador ao discursar (*actio*)²⁹⁸. Assim é que, no *De oratore* 2, 183, Cícero afirma, pela voz de Antônio, que “nem sempre se busca um discurso vigoroso, mas, muitas vezes, um discurso calmo, simples, brando, o qual recomenda sobremaneira os réus” (*non enim semper fortis oratio quaeritur, sed saepe placida summissa lenis, quae maxime commendat reos*). No *Orator*, em que, a exemplo do *De oratore*, Cícero não emprega o termo *êthos*, há, contudo, na passagem que citamos a seguir, certa aproximação ao referido termo, passagem esta em que se descreve os dois meios emocionais de persuasão correlacionando-os com o tipo de elocução apropriada:

²⁹⁴ Cf. MONTEFUSCO, 1992: 246; WISSE, 1989: 234.

²⁹⁵ Como, por exemplo, FANTHAM, 1973: 267; GILL, 1984: 157, n. 41; ZERBA, 2002: 306.

²⁹⁶ WISSE, 1989: 237. Também FORTENBAUGH, 1988: 259-273.

²⁹⁷ Cf. ARIST. *Ret.* 1356a.

²⁹⁸ MONTEFUSCO, 1992: 246. Cf. CIC. *De orat.*, II, 182, *Orat.*, 128.

Duae res sunt enim quae bene tractatae ab oratore admirabilem eloquentiam faciant. quorum alterum est quod Graeci ἠθικὸν vocant, ad naturas et ad mores et ad omnem vitae consuetudinem accommodatum; alterum quod idem παθητικὸν nominant, quo perturbantur animi et concitantur, in quo uno regnat oratio. illud superius come iucundum ad benivolentiam conciliandam paratum, hoc vehemens incensum incitatum, quo causae eripiuntur; quod cum rapide fertur, sustineri nullo pacto potest (Orat., 128-129).

Há, de fato, dois aspectos que, se bem tratados pelo orador, produzem uma eloquência admirável. Um deles é o que os gregos chamam *ethicon*, que se refere ao que é apropriado à maneira de ser, aos costumes e a todo hábito de vida. O outro consiste no que chamam *patheticon*, pelo qual se perturbam e se excitam os ânimos, e por meio do qual, unicamente, a eloquência reina. Aquele é mais elevado, cortês e afável, apropriado para cativar a benevolência; este é veemente, inflamado, impetuoso, e por seu intermédio se arrebatam as causas. Pois, quando é conduzido impetuosamente, de nenhum modo se lhe pode resistir.

A passagem acima confirma que o *êthos* se relaciona à conduta pessoal e está voltado a suscitar a benevolência por meio de um tipo de elocução branda; o *páthos* destina-se a inflamar os ouvintes, servindo-se o orador de uma elocução veemente.

Pelas características acima expostas, tem-se afirmado que a segunda função da *ratio dicendi* ciceroniana é bem mais complexa do que o *êthos* aristotélico²⁹⁹. Montefusco e Fortenbaugh, depois de elencar as diferenças entre as duas teorias, sugerem que a doutrina do *conciliare* ciceronina é mais devedora das teorias dos manuais a respeito do exórdio do que da doutrina do *êthos* aristotélica³⁰⁰. Já Solmsen³⁰¹ e May³⁰² admitem a existência de uma conexão entre o *conciliare* ciceroniano e o *êthos* aristotélico.

Apesar das diferenças entre as referidas doutrinas, a importância que Cícero atribui à persuasão pelo caráter segue a mesma tendência demonstrada pelo Estagirita, que considera o *êthos* uma das mais importantes provas técnicas³⁰³. Essa ênfase no caráter quadra-se naturalmente à prática forense romana e às expectativas da audiência. No modo pelo qual a sociedade romana cultua a tradição, evocar os ancestrais ilustres e usufruir da sua autoridade significa uma potente força de persuasão³⁰⁴. Salústio, no

²⁹⁹ MONTEFUSCO, 1992, 246; MAY, 1988: 5.

³⁰⁰ MONTEFUSCO, 1992: 249; FORTENBAUGH, 1988: 264.

³⁰¹ SOLMSEN, 1938: 400 (*Now this tripartite definition of the orator's tasks obviously corresponds to, and is connected with, the division on invention into argument, ἦθος and πάθος*).

³⁰² MAY, 1988: 5-6. (*It's clear that Cicero did in fact connect his second officium with Aristotle's pistis ethos*).

³⁰³ *Ret.* 1, 2, 1356a 13.

³⁰⁴ MAY, 1988: 6, *passim*.

proêmio de *Iugurtha* atesta a grande influência que exerce na mente dos romanos a *auctoritas* dos antepassados:

Ceterum ex aliis negotiis quae ingenio exercentur, in primis magno usui est memoria rerum gestarum. [...] saepe audiui Q. Maximum, P. Scipionem, praeterea ciuitatis nostrae praeclaros uiros solitos ita dicere, cum maiorum imagines intuerentur, vehementissime sibi animum ad uirtutem accendi (Jug., 4).

De todos os outros exercícios de espírito, o mais útil é o de transmitir à posteridade os feitos dignos de memória. [...] Muitas vezes ouvi que Q. Máximo, P. Cipião e outros preclaros varões da nossa República diziam que, ao ver as imagens de seus maiores, vivamente se lhes acendia o ânimo para a virtude³⁰⁵.

Há que se ressaltar, também, que as exigências da oratória judicial romana apresentavam amplas oportunidades para a descrição do caráter. Como aponta Kennedy, o uso de um ou mais patronos para representar o cliente e pronunciar por eles o discurso propiciava ao orador a ocasião de apresentar retoricamente não só sua própria *persona*³⁰⁶, mas também a do seu cliente, a do oponente e a do patrono do oponente, se houvesse. Nesse cenário, quanto maior a *auctoritas* do orador, mais influência exercia sobre as decisões dos juízes³⁰⁷.

Com o fim de analisar as estratégias retóricas de persuasão empregadas no *Pro Milone*, tomaremos como método as funções oratórias *docere, conciliare e mouere*, elementos estruturadores da invenção que, transportados para a prática, transformam o discurso em um todo persuasivo³⁰⁸. Analisar o discurso segundo esse mesmo critério permite observar as estratégias retóricas do ponto de vista da sua contribuição para o objetivo global da demonstração da validade da linha de defesa assumida pelo orador.

³⁰⁵ *Guerra Jugurtina*, Tradução de Barreto Feio, São Paulo, Ed. Cultura, s/d.

³⁰⁶ O termo *êthos* não é empregado por Cícero. Segundo afirma Quintiliano (*Inst.* 6, 2, 9), no latim não havia um termo técnico equivalente para *êthos*; assim, o termo *mores* (“costume”, “caráter”) era utilizado por alguns autores, embora sem dar conta de todo o sentido da palavra grega. O termo *persona* é também utilizado para significar *êthos*; usado na literatura, o termo *persona* remete à máscara teatral, *dramatis persona*, que caracteriza um tipo de personagem. Em seu emprego retórico, *persona* consiste no papel que o orador cria para si mesmo no discurso, levando em conta a representação que faz da audiência, a matéria e outros elementos do contexto. Conforme Guérin (2006: 23), a noção de *persona* permite que se estude a componente ética do discurso apoiando-se sobre um conceito mais adaptado ao contexto latino do que o conceito grego de *êthos*.

³⁰⁷ KENNEDY, 1968: 419-436.

³⁰⁸ Cf. *de Orat.* 2, 114-115.

3.2. Invenção, *docere*

3.2.1. Considerações iniciais

As fontes principais para a construção de argumentos são os lugares-comuns (*loci communes*) e os exemplos (*exempla*). Os lugares-comuns consistem em argumentos-padrão oferecidos pelos manuais, que se adaptam a uma variedade de situações. Há um conjunto deles para cada tipo de *status causae*. Assim, se ao longo do debate o orador se vê compelido a adotar um novo *status*, deve também buscar novos *loci*, apropriados à nova situação³⁰⁹. Já os exemplos são, em geral, casos prestigiosos que oferecem alguma analogia com a causa; podem ser retirados da literatura, da história, da mitologia, embora os limites entre cada uma destas fontes não sejam claramente definidos (como é o caso do exemplo de Horácio, que Cícero fornece no parágrafo 7 do *Pro Milone*, para demonstrar que em alguns casos matar é justificável). Certos exemplos são valorados pelo seu vínculo com a tradição, isto é, por fazerem parte do *mos maiorum*³¹⁰, como é o caso do que acabamos de mencionar.

Os exemplos são empregados com o fim de aportar credibilidade à argumentação, mas também como ornamento. O caso mitológico de Orestes, introduzido na discussão do *Pro Milone* no parágrafo 8, ilustra bem esse caso. Estas são as palavras de Cícero:

Itaque hoc, iudices, non sine causa etiam fictis fabulis doctissimi homines memoriae prodiderunt, eum qui patris ulciscendi causa matrem necavisset variatis hominum sententiis non solum divina sed etiam sapientissimae deae sententia liberatum (8).

Por isso, senhores juízes, não foi sem razão que homens muito doutos, mesmo nas histórias fictícias, narraram que aquele que havia matado a mãe para vingar o pai, ao divergirem as sentenças dos homens, foi absolvido não só por uma sentença divina, mas pela sentença da deusa mais sábia” (sc. Minerva).

Esse é o tipo de exemplo que, ao mesmo tempo em que ornamenta e deleita, persuade. Donnelly resume bem o propósito persuasivo desse exemplo, dizendo que Cícero “faz de Milão Orestes e tenta fazer dos juízes Palas Atena”³¹¹. Mais adiante, ao

³⁰⁹ MONTEFUSCO, 1986: 8.

³¹⁰ RIGGSBY, 1999: 105-112.

³¹¹ DONNELLY, 1935: 80.

tratar das estratégias do *docere*, serão fornecidos mais alguns exemplos utilizados no *Pro Milone*.

Os argumentos racionais se sobressaem na parte do discurso concernente à narração e à confirmação (provas), o que não significa que não estejam presentes noutras partes nem que, naquelas, as outras funções estejam ausentes. Ao narrar os fatos, o patrono tende a não ser imparcial: ao mesmo tempo em que narra, procura atenuar a acusação dirigida contra seu cliente, tornando-o o mais aceitável possível aos olhos dos juízes, enquanto o procedimento oposto é realizado a respeito do adversário. Para efetuar tal procedimento, as alusões ao caráter são frequentemente utilizadas, ocorrendo um entrelaçamento de funções: o *docere* e o *conciliare* se realizam ao mesmo tempo. Pode ocorrer, ainda, que, por meio da alusão ao caráter, sejam suscitados certos tipos de paixões, como a ira e o ódio. Neste caso, estará em jogo também a terceira função, o *movere*. Ressalte-se, ademais, que, ao defender o cliente, é comum que os patronos encontrem outra pessoa sobre quem transferir a culpa³¹². Em seguida, o procedimento normal é procurar tornar o mais odiosa possível a figura do incriminado.

Na parte dedicada às provas, é comum certo procedimento de Cícero, o uso do silogismo retórico, principalmente o do tipo denominado dilema: duas proposições são oferecidas, e a eliminação de uma delas leva à aceitação da outra; ou várias proposições são sugeridas e, excetuando-se uma, a que interessa ao orador, todas as demais são eliminadas. Na prática, contudo, embora duas proposições possam ser mutuamente exclusivas, os juízes podem não perceber que ambas são baseadas em falsas suposições. No *Pro Milone*, o principal argumento da defesa é baseado num dilema: a) Milão armou uma emboscada para Clódio, ou b) Clódio armou uma emboscada para Milão; destruindo (a), Cícero compele os juízes à aceitação de (b)³¹³, no entanto, segundo as evidências fornecidas por Ascônio, não teria havido emboscada, o encontro teria sido casual³¹⁴.

³¹² RIGGSBY, 1999: 107.

³¹³ BONNER, 1977: 302-303.

³¹⁴ ASC., 36: “E assim, como os acusadores afirmavam que Milão havia preparado uma emboscada para Clódio – o que não era verdade, pois a briga havia surgido fortuitamente [...]” (*itaque cum insidias Milonem Clodio fecisse posuissent accusatores, quia falsum id erat – nam forte illa rixa commissa fuerat* – [...]) Tb. QUINT. 6, 5, 10.

3.2.2. Percurso argumentativo do *Pro Milone*

A argumentação no *Pro Milone* realiza o seguinte percurso: o exórdio (ou proêmio, §§ 1-6) trata das condições sem precedentes sob as quais ocorre o julgamento. Já então aparecem alusões ao caráter: as virtudes de Pompeu e Milão são opostas à loucura de Clódio e seus seguidores. Em seguida, vem a refutação de três alegações apresentadas pelos adversários (7-23), refutação necessária para neutralizar as suspeitas e prevenções da audiência. As alegações são as seguintes:

- a) Uma vez que Milão admitira o homicídio, não havia dúvida quanto ao merecimento da punição.
- b) O senado, pelas suas resoluções, havia considerado que Milão, ao matar Clódio, agira contra a República.
- c) Pompeu, pela sua nova lei, havia emitido seu julgamento: acreditava na culpa de Milão e desejava sua punição.

Quanto ao item “a”, Cícero responde com amplas referências a casos provenientes da história e da ficção para mostrar que, em certos casos, é permitido matar (7-23). Com relação à acusação “b”, tratava-se de uma séria dificuldade para Cícero. Conforme relata Ascônio, o senado considerara que a morte de Públio Clódio havia sido um ato contra a República, o que estava sendo considerado pelos adversários como indicação de que Milão devia ser condenado³¹⁵. Cícero contesta esse fato afirmando que a morte de Clódio fora recebida com aprovação pelo senado, mas que a instituição considerava que todos os casos de violência deviam ser examinados, motivo pelo qual determinara a instauração daquele inquérito. Cícero, inclusive, usa sua autoridade para reforçar este argumento, declarando que ele mesmo votara a favor da investigação (14). A acusação concernente ao item “c” era sem dúvida a mais difícil para Cícero, pois a ideia de que a maior autoridade do momento, Pompeu, desejava a

³¹⁵ Cf. ASC., 44, C. 1895: *Sed ego, ut curiosius aetati vestrae satisfaciam, Acta etiam totius illius temporis persecutus sum; in quibus cognovi pridie Kal. Mart. S. C. esse factum, P. Clodi caedem et incendium curiae et opugnationem aedium M. Lepidi contra rem p. factam.* “Mas eu, para satisfazer com mais diligência a curiosidade própria de tua idade, percorri todos os registros do senado daquele tempo; neles encontrei que, no dia anterior às calendas de março, fora promulgado um decreto do senado que considerava o assassinato de Clódio, o incêndio da cúria e o ataque à casa de Marco Lépido como atos contra a República.”

condenação de Milão era um fato que podia contaminar os juízes. Cícero responde a essa acusação sugerindo que a ação de Pompeu, determinando os novos procedimentos, era motivada pela necessidade de manter sua credibilidade e, portanto, mostrar-se imparcial; acrescenta ainda que Pompeu acreditava que, apesar da severidade de suas normas, os juízes saberiam julgar corajosamente (21), isto é, cumpririam seu dever absolvendo Milão. E que Pompeu, “embora não houvesse nenhuma controvérsia sobre o fato, quis, contudo, que houvesse um debate sobre a questão do direito” (*cum esset controversia nulla facti, iuris tamen disceptationem esse voluit*) (23).

Em seguida, introduz-se uma breve narração (24-30), em que Cícero oferece sua interpretação dos fatos e menciona de passagem os argumentos baseados no motivo, tempo, lugar e oportunidade, os quais serão desenvolvidos mais longamente na parte das provas. Na sequência, é introduzida a questão central do debate, “qual dos dois armou uma emboscada ao outro” (*uter utri insidias fecerit*) (31). Introduzem-se então as provas (32-71), em que Cícero se empenha em mostrar que Clódio tinha interesse na morte de Milão, mas Milão não tinha na de Clódio. As circunstâncias de tempo, lugar e oportunidade são então longamente exploradas de modo a mostrar que era mais provável que Clódio tivesse planejado a morte de Milão do que o contrário. Ao terminar essa parte, antes de iniciar a peroração, Cícero parte para uma digressão, a que denomina *extra causam*, na qual realiza uma feroz invectiva contra Clódio, trazendo à tona um rol de seus antigos crimes. Os argumentos crescem em intensidade emocional até culminar na peroração (92-105), em que Cícero apela à compaixão dos juízes para absolver o amigo Milão.

3.2.3. Estratégias do *docere* no *Pro Milone*

Dentre as estratégias para informar a audiência sobre os fatos, as que são empregadas na narração são de fundamental importância, pois é o primeiro momento em que a defesa traz ao conhecimento dos juízes a sua versão dos eventos. A doutrina tradicional a respeito da narração requer que ela tenha três qualidades: deve ser breve (*brevis*), clara (*dilucida*) e plausível (*veri similis*)³¹⁶. Mas, no *De oratore*, Antônio não se contenta com esses preceitos manualísticos e acrescenta que a virtude mais importante da narração “é ser prazerosa e adequada à persuasão” (2, 326). Isto porque

³¹⁶ CIC., *Inv.* 1, 28; *Rhet. Her.*, 1, 14.

uma narração sedutora aumenta a credibilidade e, assim, contribui diretamente para o principal objetivo do orador, que é o de persuadir.

No *Pro Milone*, o que torna a narração sedutora e confere aquele tom prazeroso a que Antônio alude é produzido por elementos supérfluos, por assim dizer, para o estabelecimento dos fatos, como é o caso da descrição de Milão esperando enquanto sua mulher se prepara para a viagem. Nessa passagem (28), Cícero descreve com a maior naturalidade e certo toque de humor como Milão, tendo retornado do senado, “trocou de calçado e de roupa” [...] e, “como de praxe” (*ut fit*), ficou esperando algum tempo até que sua esposa terminasse a arrumação pessoal. Tal passagem é muito elogiada por Quintiliano³¹⁷, que aprecia a aparente falta de intenção do relato, quando o propósito de Cícero seria mostrar que o comportamento doméstico de Milão, esperando calmamente a esposa, não era o de quem planejava uma emboscada. A narração espontânea, com uma elocução simples e natural, colabora para a verossimilhança do relato.

A narração do *Pro Milone*, de teor notadamente ético³¹⁸, apesar de sua brevidade e da elocução simples não é um simples relato, mas uma interpretação deliberadamente tendenciosa das intenções políticas de Clódio³¹⁹. Evitando falar sobre os fatos em si, o orador desvia a atenção da audiência para os antecedentes do crime, colocando em foco a violência do caráter de Clódio. O trecho que citamos a seguir corresponde às frases iniciais da narração:

P. Clodius, cum statuisset omni scelere in praetura vexare rem publicam [...] et annum integrum ad dilacerandam rem publicam quaereret [...] hoc est ad evertendam rem publicam (24).

Como Públio Clódio tivesse resolvido atormentar a Cidade com todo tipo de crimes durante sua pretura [...], mas também queria ter um ano inteiro para dilacerar a República [...] isto é, para subverter a República.

Ao esboçar este quadro, usando três verbos de conotação agressiva – atormentar (*vexare*), dilacerar (*dilacerandam*), subverter (*evertendam*) – todos tendo como objeto a República, Cícero evidencia a ameaça que Clódio representava como tribuno³²⁰. Além disso, o orador tem em mente tornar o caráter de Clódio condizente com suas

³¹⁷ *Inst.*, 6, 2, 61.

³¹⁸ Podemos considerar éticos, segundo a doutrina de Cícero no *De oratore* 2, 182-184, os argumentos tanto da parte que acusa, como da parte que defende, empregados para aumentar ou diminuir o poder persuasivo da imagem do orador, de seu cliente, ou do adversário.

³¹⁹ DICK, 1998: 223.

³²⁰ DICK, 1998: 223.

afirmações futuras: a) Clódio tinha interesse na morte de Milão, e não vice-versa (32-34); b) Clódio recorria frequentemente à violência, mas Milão só fazia uso dela para deter as loucuras daquele (38); c) Clódio planejara o encontro com Milão, embora tivesse sido vencido por ele (55); e d) Clódio consistia em uma ameaça à segurança pública (77, 78, 91).

Na narração que Cícero faz dos fatos do crime, no parágrafo 29, Milão é colocado como vítima de um ataque planejado de Clódio a partir de uma posição dominante: “logo, de um lugar elevado, vários homens armados o atacam” (*statim complures cum telis in hunc faciunt de loco superiore impetum*). Em seguida, “os que surgem pela frente, matam o cocheiro” (*adversi raedarium occidunt*), provocando a reação ao ataque por parte de Milão, que “se defendeu com valentia” (*seque acre animi defenderet*). A partir desse momento, “uma parte daqueles que estavam com Clódio [...] corre em direção ao carro para atacar Milão pelas costas” (*partim recurrere ad raedam ut a tergo Milonem adorirentur*), “outros, julgando que ele já estivesse morto” (*hunc iam interfectum putarent*), “começam a matar os escravos dele que vinham atrás” (*caedere incipiunt eius servos qui post erant*). Por fim, ouvindo de Clódio que Milão estava morto, seus escravos, “sem o seu senhor ordenar, sem o saber, sem estar presente, fizeram o que cada um gostaria que seus escravos fizessem em situação semelhante” ([...] *fecerunt id servi Milonis [...] nec imperante nec sciente nec praesente domino, quod suos quisque servos in tali re facere voluisset*).

Esta é a narrativa efetivamente breve de Cícero para os eventos, embora, talvez, não tão clara. Note-se que a morte de Clódio é apenas indiretamente mencionada. Cícero não alude aos atos de Milão depois do crime (*post scelus*), atos que, segundo Ascônio (30, 35), haviam sido relatados no senado por Quinto Metelo Cipião e consistiam em graves acusações contra Milão. Além disso, as próprias testemunhas de acusação haviam relatado que o crime se dera depois de a taberna ter sido invadida e Clódio ter sido retirado de seu interior (Asc. 35), mas Cícero também não aborda esse fato.

Do ponto de vista da verossimilhança, tais omissões não prejudicam a contextualização interna da versão dada por Cícero aos eventos. O relato só não seria verossímil àqueles que conheciam os eventos omitidos. Se Cícero preferiu não abordar esses pontos, talvez seja porque eles não estivessem tão claros naquela ocasião. Se

olharmos dessa perspectiva, pode-se admitir que os juízes, naquela circunstância, não seriam levados a suspeitas a partir das evidências internas do discurso.

Mas o fato é que Cícero não podia mencionar que Clódio fora morto depois do combate: caso contrário, como poderia dizer que Milão se defendera de um ataque? E era importante fazê-lo, pois os oponentes já haviam acusado Milão de ter armado uma emboscada para Clódio. Assim, talvez tenha preferido dar a sua versão dos fatos e ignorar as versões anteriores. Tal estratégia, que aparece no *De oratore* como integrando a prática do personagem Antônio, consiste em: “[...] simplesmente não responder a um argumento ou tópico embaraçoso ou difícil” (*ut molesto aut difficili argumento aut loco non numquam omnino nihil respondeam*) (2, 294).

Tal resolução, contudo, deve ter pesado no desfecho da causa, se levarmos em conta esta afirmação de Ascônio: “É evidente que os juízes sabiam que, inicialmente, Clódio fora ferido sem o conhecimento de Milão, mas estavam certos de que, depois de ferido, fora morto por ordem dele” (*videbantur non ignorasse iudices inscio Milone initio vulneratum esse Clodium, sed compererant, post quam vulneratus esset, iussu Milonis occisum*) (47).

Assim, o aspecto mais relevante da narração do *Pro Milone* é o fato de Cícero mostrar que Clódio foi morto no calor do combate pelos escravos de Milão, sem seu conhecimento ou consentimento (29). Tal procedimento é fundamental para que Cícero possa realizar a defesa moral de seu cliente.

Observando a doutrina retórica a respeito da narração, nota-se que o estabelecimento dos fatos depende, para sua verossimilhança, de um relato coerente com as crenças da sociedade e apoiado por argumentos baseados nos lugares (*loci*) e na *persona* dos envolvidos³²¹. Como os juízes não tinham à sua disposição mais do que provas circunstanciais e testemunhais, os *loci* eram utilizados como provas e o caráter como fonte de evidência, por meio do qual se demonstrava a probabilidade de que uma pessoa tivesse ou não cometido determinado crime.

³²¹ “A narração será verossímil se falarmos como o costume, a opinião e a natureza ditam, se nos ativermos à duração do tempo, à dignidade dos personagens, aos motivos das decisões e às oportunidades de lugar” (*Veri similis narratio erit, si ut mos, ut opinio, et natura postulat, dicemus; si spatia temporum, personarum dignitates, consiliorum rationes, locorum opportunitates constabunt [...] (Rhet. Her. 1, 16).*

No *De inventione*, Cícero explica que toda conjectura a respeito de uma ação “[...] deve partir: do motivo, da pessoa (*persona*) ou do próprio fato³²²”. Para se conjecturar a respeito do motivo, procura-se responder à pergunta: “em proveito de quem?” (*cui bono?*)³²³. Seguindo os padrões da argumentação das questões sobre o fato, Cícero, no *Pro Milone*, compara os motivos dos dois litigantes (32-34); mostra que Milão não tinha motivos para matar Clódio, mas este os tinha para desejar eliminar Milão, que representava um obstáculo a seus interesses políticos: Milão, se eleito cônsul, estaria em posição de controlar Clódio como pretor.

A argumentação com base nos atributos da *persona*³²⁴ é a mais amplamente empregada no *Pro Milone*, uma vez que Cícero tenta mostrar que o caráter de Milão tornava inverossímil que ele tivesse planejado a morte de Clódio, e que o caráter deste, ao contrário, tornava provável que ele tivesse armado uma emboscada para Milão. As estratégias para caracterização da *persona* dos protagonistas do processo serão discutidas mais adiante, quando da abordagem da função do *conciliare*.

Outra forma de se desenvolver conjecturas é pela análise dos atributos do fato³²⁵, tais como os relativos às circunstâncias de *tempo*, *lugar*, *oportunidade* e *possibilidade*. No *Pro Milone*, Cícero avalia o elemento da *oportunidade* adequada para atuar, em termos das categorias de *tempo* (45-51), *lugar* (54-54) e *possibilidade* (55-56).

Quanto à circunstância de *tempo*, o argumento principal é de que Milão tinha um motivo claro para deixar Roma e seguir para Lanúvio naquele dia, pois devia nomear um flâmine nessa cidade. Clódio não tinha razão definida para ter partido de Roma e ter deixado para trás uma assembleia popular das mais inflamadas, a que não costumava faltar; além disso, não era razoável que voltasse a Roma àquela hora, já no final do dia (arriscando-se a uma viagem noturna pela Via Ápia). Se o fizera, é porque tinha planos de executar o crime.

A circunstância de *lugar* recebe considerável ênfase por parte de Cícero: fora diante da propriedade de Clódio, onde ele tinha a seu serviço “um milhar de homens vigorosos” (*hominum mille versabatur valentium*) (53), a partir de um terreno elevado, que o ataque acontecera. Reconhecendo certa primazia do olhar sobre a audição, declara

³²² *Inv.*, 2, 16: *Omnis igitur ex causa, ex persona, ex facto ipso coniectura capienda est.*

³²³ *Cui bono?* Lúcio Cássio Longino, cônsul em 127, notável por sua severidade, ao presidir um tribunal, instruía os juízes a se guiarem por esta máxima (Cf. ASC., 46, CLARK, 1895). Cf. *Pro Milone*, 32.

³²⁴ Cf. *Inv.* 2, 28-31.

³²⁵ *Inv.* 2, 38. A *Rhetorica ad Herennium* trata como *signum*, 2, 4, 6-7.

que se o fato fosse mostrado por meio de uma pintura, e não por palavras, seria fácil visualizar o verdadeiro agressor (54).

Já a *possibilidade* é analisada em termos dos meios à disposição dos dois combatentes. Milão “era conduzido num veículo juntamente com a esposa, envolto em sua capa de viagem, embaraçado por um séquito amplo, feminino e frágil de criadas e jovens escravos” (*cum uxore veheretur in raeda, paenulatus, magno et impedito et muliebri ac delicato ancillarum puerumque comitatu*) (28). Clódio viajava “sem estorvos, a cavalo, sem carro, sem bagagens, sem a comitiva grega de costume, e sem a esposa, o que quase nunca acontecia” (*expeditus, in equo, nulla raeda, nullis impedimentis, nullis graecis comitibus, ut solebat, sine uxore, quod numquam fere*) (28). Deve sua morte à coragem de Milão e à lealdade dos escravos deste (29).

Cícero utiliza-se dos exemplos (*exempla*) com o objetivo de mostrar que, em determinados casos, matar é justificável. Um exemplo conhecido na época, extraído da história recente, é o caso do soldado do exército do general Mário, que matara um oficial porque este tentara atacá-lo sexualmente (*pudicitiam cum eriperet*) (9). Nessa ocasião, aquele general o absolvera por considerar sua ação justificada. Também extraídos da história são os casos de homens que haviam sido mortos pelo bem da República (Mélio, Graco) (72). Estes últimos visam a apoiar o *status* adotado na *extra causam*, onde se argumenta que Milão, ao matar Clódio, teria praticado uma ação útil à República.

Assim, pode-se observar que cada argumento ou exemplo utilizado converge para o objetivo único de persuadir os juízes de que a linha de defesa adotada é válida e coerente com as leis e os costumes.

3.3. Invenção, *conciliare*

3.3.1. Considerações teóricas

Uma vez que Cícero concebe o processo persuasivo tendo em mente a relação entre o orador e seu público³²⁶, a segunda função oratória, o *conciliare*, adquire papel fundamental. É a ela que compete realizar “nossa recomendação ou a daqueles que defendemos” (*commendationem habet nostram aut eorum, quos defendimus*³²⁷), criando

³²⁶ Cf. GUÉRIN, 2006: 584.

³²⁷ *De orat.* 2, 114.

os meios de cativar a audiência e tornando-a favorável ao orador, ao seu cliente e à própria causa. A função do *conciliare* se sobressai na parte inicial do discurso, o exórdio, parte que tem como objetivo precípua “tornar o ouvinte benévolo, dócil e atento”³²⁸. Mas, segundo Antônio, a ação do *conciliare*, como também do *movere*, deve estar distribuída por todo o discurso, “como o sangue pelos corpos”, embora a impressão que o orador deve passar à audiência seja a de estar apenas instruindo:

Et quoniam, quod saepe iam dixi, tribus rebus homines ad nostram sententiam perducimus, aut docendo aut conciliando aut permovendo, una ex tribus his rebus res prae nobis est ferenda, ut nihil aliud nisi docere velle videamur; reliquae duae, sicuti sanguis in corporibus, sic illae in perpetuis orationibus fusae esse debebunt (*De orat.* 2, 310).

E uma vez que, como já disse mais de uma vez, induzimos os homens a um parecer favorável por três meios, instruindo-os, cativando-os ou comovendo-os, apenas um desses elementos deve ser levado para diante de nós, de modo a que não pareçamos querer outra coisa senão instruí-los; os outros dois, tal como o sangue pelos corpos, devem estar espalhados ao longo de todo o discurso.

A função do *conciliare*, como o Antônio de Cícero apresenta no *De oratore* 2, 182-184, consiste, na prática, na função do discurso destinada a persuadir pelo caráter. Adotando a perspectiva judiciária, Antônio oferece os preceitos para que o orador apresente pelo discurso o próprio caráter e o do seu cliente sob uma luz favorável, de modo a ser capaz de cativar a audiência. Para que o discurso seja bem recebido, é preciso, em primeiro lugar, obter o assentimento dos ouvintes, o que é facilitado por meio de um caráter pregresso correto:

Valet igitur multum ad vincendum probari mores et instituta et facta et vitam eorum, qui agent causas, et eorum pro quibus, et item improbari adversariorum, animosque eorum, apud quos agetur, conciliari quam maxime ad benevolentiam cum erga oratorem tum erga illum, pro quo dicet orator (*De orat.* 2, 182).

Tem muita força, então, para a vitória, que se aprovelem o caráter, os costumes, os atos e a vida dos que defenderão as causas e daqueles em favor de quem o farão, e, do mesmo modo, que se desaprovelem os dos adversários, bem como que se conduzam à benevolência os ânimos daqueles perante os quais se discursará, tanto em relação ao orador, como em relação ao que é defendido pelo orador.

³²⁸ *De orat.* 2, 80.

Antônio mostra que as qualidades concernentes à reputação do orador e de seu cliente são critérios prévios pelos quais a audiência julga se o patrono e o acusado são merecedores de sua confiança e simpatia. Antônio se refere, nessa parte, a um caráter virtuoso (do orador e do acusado) resultante de componentes do passado (*mores et instituta et facta et vitam*), que predispõem favoravelmente a audiência³²⁹. Tais qualidades englobam um conjunto de pressupostos socialmente construídos em relação ao caráter, ao qual o orador não podia deixar de atentar. Cabe salientar que as componentes do caráter que dizem respeito à reputação, mesmo sendo anteriores e, supostamente, conhecidas, necessitam ser descritas e ornadas por meio do discurso, realçando-se as mais significativas, o que consiste precisamente no papel do *conciliare*. Mas constitui tarefa do *conciliare* não só obter a aprovação da audiência para o caráter do patrono e do cliente, mas também debilitar o da parte adversária. Isto é necessário porque, ao fazê-lo, o orador afasta a benevolência dos ouvintes em relação ao oponente.

A seguir, no mesmo parágrafo 182 do livro 2, são oferecidos os critérios pelos quais se pode conquistar a benevolência dos ouvintes:

Conciliantur autem animi dignitate hominis, rebus gestis, existimatione vitae; quae facilius ornari possunt, si modo sunt, quam fingi si nulla sunt (2, 182).

Cativam-se os ânimos pelo prestígio da pessoa, por seus feitos, por sua reputação; pode-se orná-los com maior facilidade, contanto que existam, do que forjá-los, se absolutamente não existem.

Antônio enfatiza que os atributos sociais são critérios pelos quais a audiência avalia o caráter do patrono e do acusado. Considera, ainda, que é mais fácil valorizar as virtudes existentes, por meio do ornato, do que do que inventá-las, quando não existem.

Ao final do mesmo parágrafo, dando enfoque ao orador, Antônio dirige seus esforços no sentido de demonstrar qual tipo de *elocutio* e *actio* é suscetível de favorecer a função do *conciliare*:

Sed haec adiuvat in oratore: lenitas vocis, voltus pudor[is significatio], verborum comitas; si quid persequare acrius, ut invitus et coactus facere videare. Facilitatis, liberalitatis, mansuetudinis, pietatis, grati animi, non appetentis, non avidi signa proferre perutile est; eaque omnia quae proborum, demissorum, non acrium, non pertinacium, non litigiosorum, non

³²⁹ Cf. MONTEFUSCO, 1992: 253.

acerborum sunt, valde benevolentiam conciliant abalienantque ab eis, in quibus haec non sunt; itaque eadem sunt in adversarios ex contrario conferenda (2,182).

Ora, são vantajosas para tal, no orador, a brandura da voz, a expressão de pudor no rosto, a afabilidade nas palavras e, se acaso se faz alguma reivindicação com maior rispidez, parecer fazê-lo contrariado e por obrigação. Exibir sinais de afabilidade, generosidade, brandura, devoção e de um ânimo grato, não ambicioso, não avaro, é extremamente útil; e tudo aquilo que é próprio de homens honestos, modestos, não de homens severos, obstinados, contenciosos, hostis, granjeia enormemente a benevolência e a afasta daqueles em quem tais elementos não estão presentes; sendo assim, esses mesmos elementos devem ser lançados de maneira inversa contra os adversários.

Nesse trecho, está em discussão especificamente a figura do patrono. Antônio estabelece uma conexão entre a *captatio benevolentiae* e certo tipo pacato de ação e elocução, em que a “brandura da voz, a expressão de pudor no rosto, a afabilidade nas palavras” resultam no elemento que “granjeia enormemente a benevolência.” Em seguida, concebe um conjunto de sinais que permitem traduzir ao público as qualidades da *persona* do orador. Tais qualidades, segundo a doutrina de Antônio, são inferidas pela audiência a partir da elocução e da ação. Preceitua, por isso, que o orador não deve parecer ríspido em suas palavras, e que a fisionomia deve evidenciar respeito e deferência, acompanhando o conteúdo expressado. Assim, o conjunto de *signa* que permite traduzir ao público as qualidades da *persona* do orador consiste em evidências que são fornecidas pela linguagem, pelos gestos, pelo tom de voz, pela atitude do orador ao discursar³³⁰.

Cícero insiste que há uma elocução adequada para as representações de caráter. No parágrafo 2, 183, o interlocutor Antônio refere-se a “[...] um discurso calmo, simples, brando [...], que recomenda sobremaneira os réus” (*placida, summissa, lenis, [sc. oratio] quae maxime commendat reos*). Tal elocução se opõe à veemente do *move*, destinada a suscitar as paixões.

Antônio afirma também que a competência retórica do orador, ao representar de maneira adequada o caráter do seu cliente, revela seu próprio caráter. Desse modo, *elocutio*, *actio* e *inuentio* constituem um conjunto de sinais capazes de traduzir e manifestar o homem bom que o orador é, como se depreende do parágrafo 2, 184:

³³⁰ Cf. GUÉRIN, 2006: 47.

Horum igitur exprimere mores oratione iustos, integros, religiosos, timidos, perferentis iniuriarum mirum quiddam valet; et hoc vel in principiis vel in re narranda vel in perorando tantam habet vim, si est suaviter et cum sensu tractatum, ut saepe plus quam causa valeat. Tantum autem efficitur sensu quodam ac ratione dicendi, ut quasi mores oratoris effingat oratio. Genere enim quodam sententiarum et genere verborum, adhibita etiam actione leni facilitatemque significante efficitur, ut probi, ut bene morati, ut boni viri esse videamur (2, 184).

Apresentar seus [sc. dos clientes] caracteres pelo discurso, então, como justos, íntegros, religiosos, timoratos, toleradores de injustiças, tem um poder absolutamente admirável; e isso, quer no princípio, quer na narração da causa, quer no final, tem tamanha força, se for tratado com delicadeza e sensibilidade, que muitas vezes tem mais poder do que a causa. Tão grande é o efeito de determinado julgamento e método oratórios que o discurso molda, por assim dizer, o caráter do orador; por meio de determinado tipo de pensamentos e determinado tipo de palavras, empregando-se ainda uma atuação branda e que expresse afabilidade, consegue-se que pareçamos homens honestos, de boa índole, bons.

Antônio, portanto, sugere que também é possível derivar o caráter do orador de certas virtudes do discurso³³¹. Assim, o orador elabora sua *persona* não só pela enunciação de aspectos positivos de seu caráter – processo que também realiza para evidenciar o caráter do cliente –, mas também pela impressão que causa de si mesmo enquanto discursa³³².

O parágrafo 184 é notável pelas inovações que introduz na doutrina tradicional do *êthos*. Primeiro, porque Antônio estende o emprego do *conciliare* a todas as partes do discurso (*et hoc uel in principiis uel in re narranda uel in perorando*), afastando-se das teorias tradicionais que concediam primazia ao exórdio. Em segundo lugar, Antônio enfatiza que, quando o orador representa bem o caráter do seu cliente, é como se o discurso moldasse o caráter do orador (*ut quasi mores oratoris effingat oratio*). A consequência de todos esses procedimentos é que todo o discurso se converte em um *signum* da *persona* do orador³³³.

³³¹ Tal tipo de caráter se aproxima do conceito aristotélico de *êthos*, imagem que o orador transmite de si enquanto discursa. Para Aristóteles, o orador constrói um *êthos* persuasivo se demonstra três qualidades: sabedoria (*phronésis*), virtude (*areté*) e benevolência (*eunóia*). A semelhança entre Cícero e Aristóteles neste caso estaria apenas no fato de, em ambas as situações, tratar-se de um *êthos* resultante do comportamento do orador enquanto discursa. Cf. MONTEFUSCO, 1992: 247.

³³² MONTEFUSCO, 1992: 247-249.

³³³ GUÉRIN, 2006: 47.

3.3.2. Estratégias do *conciliare* no *Pro Milone*

Cabe investigar, nesta seção, como Cícero realiza as representações de caráter no *Pro Milone*, não apenas a do próprio, mas também a de outros intervenientes no caso. Mais do que constatar que esta ou aquela estratégia é utilizada pelo orador, importa mostrar o efeito que se espera de cada uma delas, isto é, com que intuito elas teriam sido empregadas e como elas se relacionam com as linhas de defesa escolhidas (*status causae*). Como se pode observar pela teoria do *conciliare*, acima reportada, Cícero fornece os fundamentos para a construção da *persona* do orador e do cliente – e também dos adversários –, mas não fornece os métodos para fazê-lo. Conforme observa Guérin, Antônio, ao expor sua doutrina no *De oratore*, defende uma abordagem na qual a eloquência repousa sobre princípios primeiros, cabendo ao orador deduzir a partir deles o que é necessário fazer³³⁴. Portanto, os métodos empregados por Cícero podem ser constatados investigando-se seus próprios discursos e confrontando-os com a teoria dos manuais. A esse respeito, Kennedy aponta a distância entre a teoria e a prática, afirmando que a retórica fica bem atrás da oratória³³⁵, fato, aliás, já constatado por Crasso no Livro 1, 146 do *De oratore*, ao afirmar que “não foi a eloquência que nasceu da arte, mas a arte, da eloquência” (*non eloquentiam ex artificio, sed artificium ex eloquentia natum*).

Para realizar os retratos de caráter, o orador tem a sua disposição as mesmas categorias expostas na retórica demonstrativa (ou epidítica), que trata do elogio e do vitupério. Nesse caso, ocorre um entrelaçamento de gêneros, pois, como afirma o autor da *Rhetorica ad Herennium*, “[...] é comum que nas causas judiciais e deliberativas grandes seções se ocupem do elogio e do vitupério” ([...] *at in iudicialibus et in deliberatiuis causis saepe magnae partes uersantur laudis aut uituperationis*³³⁶).

Cícero, no *De Inventione* 2, 177, ao abordar o gênero demonstrativo, afirma que “o elogio e a censura serão derivados dos tópicos relativos aos atributos das pessoas” (*laudes autem et vituperationem ex eis locis sumentur qui loci personis sunt attributi* [...]). Tais atributos, discutidos em 1, 34-36 e 2, 28-34 da mencionada obra, consistem em uma teoria formulada especialmente para dotar o acusado, na oratória judiciária, de

³³⁴ GUÉRIN, 2010: 121.

³³⁵ KENNEDY, 1968: 436.

³³⁶ *Rhet. Her*, 3, 15.

um *êthos* condizente com o que se quer demonstrar a seu respeito, ou seja, sua culpa ou sua inocência.

Para isso, Cícero fornece um esquema de onze categorias de atributos, a saber: *nomen, natura, victus, fortuna, habitus, affectio, studia, consilia, facta, casus, orationes* (“nome, natureza, tipo de vida, condição, hábitos, sentimentos, interesses, propósitos, atos, acidentes e discursos”). Mencionamos a seguir alguns exemplos do funcionamento de tais categorias: a) a categoria do *nome* pode dar origem a suspeitas, diz Cícero: se uma pessoa se chama *Caldus*, podemos derivar daí que ela possui um temperamento irreflexivo e violento³³⁷. b) a *natureza* pode abranger o sexo (se é homem e se comporta como mulher, caso de Clódio, segundo Cícero, em *Mil.* 55), a raça, a pátria, a família, a idade etc. c) o *tipo de vida* diz respeito a como foi educado, como administra seu patrimônio, costumes familiares, etc. d) a *condição*, se livre ou escravo, rico ou pobre, cidadão particular ou investido de cargo público, etc.

O autor da *Rhetorica ad Herennium* afirma que “o elogio [...] pode ser das coisas externas, do corpo e do ânimo” (*laus [...] potest esse rerum externarum, corporis, animi*) (3, 10). Quintiliano pensa em uma divisão cronológica tripartite para fazer o elogio do retratado, considerando os seguintes fatores: a) o tempo anterior ao nascimento (pátria, ancestrais, família, nobreza, etc.); b) o tempo em que vive (qualidades anímicas e corporais, circunstâncias externas, etc.; c) o tempo após a morte (para o caso das homenagens póstumas³³⁸).

Tanto o autor da *Rhetorica ad Herennium*, como Cícero e Quintiliano, ressaltam que as mesmas categorias pelas quais se faz o elogio servem para o vitupério, se tomadas inversamente³³⁹.

Cabe notar que a construção do *êthos* dos indivíduos é um dos fatores fundamentais para dotar o discurso de verossimilhança e, conseqüentemente, de persuasão. Por isso, convém que o orador utilize recursos elocutivos capazes de “pôr diante dos olhos” da audiência as qualidades de caráter que deseja evidenciar na pessoa retratada. Um desses recursos é abordado pelo autor da *Rhetorica ad Herennium*, no livro 4, em que, ao tratar da elocução, discorre sobre um tipo de figura empregado para

³³⁷ *Inv.* 2, 28.

³³⁸ *QUINT. Inst.*, 3, 7, 10-25.

³³⁹ *Rhet. Her.* 3, 10; *CIC. De orat* 2, 349 (No *De inventione*, Cícero dedica poucas linhas ao gênero demonstrativo); *QUINT. Inst.* 3, 7, 19.

definir a *persona* em termos de seus traços mais marcantes. Trata-se da *notatio*³⁴⁰, que o autor anônimo assim descreve: “a notação é a descrição da natureza de alguém pelos sinais distintivos que, como marcas, são atributos daquela natureza”; (*notatio est, cum alicuius natura certis describitur signis, quae, sicuti notae quaedam, naturae sunt adtributa* (4, 63). Os retratos de caráter feitos segundo esse recurso expõem tudo que é característico em um indivíduo, como diz o autor anônimo, seja ele “[...] um amante, um dissoluto, um ladrão, um delator, enfim, com a notação, as inclinações de quem quer que seja podem ser exibidas aos olhos de todos” ([...] *amatoris, luxuriosi, furis, quadruplitoris; denique cuiusvis studium protahi potest in medium tali notatione*” [...] (4, 65). Pode-se citar como exemplo da técnica da *notatio* *Os caracteres*, de Teofrasto, em que os indivíduos são descritos a partir do traço definidor de sua natureza.

Descrições do tipo acima tratado têm o poder de tocar nas emoções dos ouvintes e se tornar persuasivas pelo deleite que propiciam. A descrição vívida, que “põe diante dos olhos” o objeto descrito, é denominada pelos teóricos gregos antigos *ekphrasis*³⁴¹. Quintiliano, ao tratar das emoções no livro 6 da *Institutio oratoria*, refere-se a esse tipo de recurso narrativo afirmando que “o resultado será a *enargeia*, que Cícero denomina *illustratio* e *evidentia*, qualidade que dá a impressão não tanto de estarmos falando sobre algo, mas mostrando-a [...]”. (*insequitur ‘ἐνάργεια, quae a Cicerone inlustratio et evidentia nominatur, quae non tam dicere videtur quam ostendere* [...] (6, 2, 32). Em 8, 3, 62, Quintiliano justifica por que o orador deve ter a preocupação de gerar a *evidentia*:

Non enim satis efficit neque, ut debet, plene dominatur oratio si usque ad aures valet, atque ea sibi iudex de quibus cognoscit narrari credit, non exprimi et oculis mentis ostendi (8, 3, 62).

Um discurso não cumpre adequadamente seu propósito nem alcança o domínio total que lhe compete, se não vai além dos ouvidos e o juiz sente que os fatos lhe estão sendo apenas narrados, não apresentados e mostrados aos olhos da mente.

No livro 9, 2, 40-41, Quintiliano, tratando novamente sobre a *enargeia*, ressalta o fato de que “não só podemos ver pela imaginação coisas que ocorreram ou ocorrem,

³⁴⁰ Segundo GUÉRIN, 2006: 438, n. 618, a *notatio* corresponde à etopéia da tradição grega, abordada por Cícero no *De oratore*, 3, 204, *Orator*, 138, *Partitiones oratoriae*, 65 e *Topica*, 83.

³⁴¹ *Ekphrasis is a descriptive speech, as they say, which is vivid and brings the subject shown before the eyes. There are ekphraseis of persons, events, states of affairs (kairoi), places, times (chronoi) and many other things. Ps.-Hermogenes, on ekphrasis from Progymnasmata, in Opera, ed. Hugo Rabe (Leipzig: Teubner, 1913), pp. 22–3, apud Webb: 2009: 200.*

mas também coisas que ocorrerão ou poderiam ter ocorrido” (*Nec solum quae facta sint aut fiant sed etiam quae futura sint aut futura fuerint imaginamur*) (9, 2, 40-41).

Nos retratos de caráter que realiza, como se verá, Cícero não deixa de empregar o mecanismo retórico de “pôr diante dos olhos” da audiência as qualidades que deseja ver evidenciadas, sejam as positivas, no caso de Milão, destinadas a granjear a benevolência dos ouvintes, sejam as negativas, no caso de Clódio, visando a suscitar o ódio e o medo contra ele.

Analisaremos, a seguir, no discurso em apreço, em primeiro lugar, as representações de caráter concernentes ao aspecto positivo do *conciliare*, ou seja, aquele em que os caracteres são colocados sob uma luz favorável. Em seguida, analisa-se o segundo aspecto, que consiste na tarefa do orador de denegrir o caráter de seus oponentes. No entanto, a *persona* do orador será a última das caracterizações a ser estudada, pois, segundo a própria teoria do *conciliare*, ela reflete a habilidade retórica empregada para a construção das demais.

3.3.2.1. A *persona* de Milão

Quando se analisa o *Pro Milone*, surpreende o fato de que, neste discurso, não é o caráter do orador que aparece em primeiro plano, mas o do acusado. Isto porque, ao contrário de certos discursos em que Cícero evidencia de tal forma sua *persona* que chega a eclipsar a de seu cliente, como no *Pro Sestio*, por exemplo³⁴², no *Pro Milone*, contudo, é o caráter do acusado que recebe maior atenção.

Tal fato se justifica pelo alto grau de rejeição que Milão sofria por parte do público, bem como pelas circunstâncias em si. No ano do discurso *Pro Sestio* (56), Cícero usufruía da ampla simpatia popular que havia coroado seu retorno do exílio³⁴³. Era compreensível que fizesse uso de sua imagem nessas circunstâncias. Já no caso do julgamento de Milão, a hostilidade que era dirigida a seu cliente acabara por atingir sua própria *persona*, por defendê-lo, acrescentando-se a isso o fato de que o próprio contexto político não lhe era favorável: a *auctoritas* suprema de Pompeu ofuscava a sua³⁴⁴. Desse modo, neutralizar a antipatia do público em relação a Milão passava a ser

³⁴² KENNEDY, 1968: 432.

³⁴³ O retorno de Cícero do exílio ocorreu no final de 57.

³⁴⁴ MAY, 1988: 133; 139.

prioritário, inclusive para que o orador pudesse proteger sua própria imagem. Portanto, cada caso demanda estratégias específicas, já que não só os casos diferem entre si, mas também as circunstâncias.

Assim, Cícero opta por empregar todos os seus esforços na tentativa de afastar a hostilidade do público em relação a seu cliente e, para isso, o principal procedimento que adota é conceber a *persona* de Milão com as características de um herói, que havia extirpado da sociedade um elemento altamente pernicioso (72 a 77).

Vale lembrar que nos casos em que o advogado de defesa não nega as acusações contra seu cliente, mas procura mitigar o delito, é necessário atribuir um motivo honroso aos fatos, ou dar a eles uma explicação diferente, bem como usar palavras mais brandas do que as utilizadas pela acusação³⁴⁵. Cícero utilizará todos esses recursos e, nesse sentido, desde a primeira linha do discurso, caracteriza seu cliente como um “varão altamente corajoso” (*fortissimus vir*), preocupado antes com a segurança da República do que com a própria (1; 6; 93).

Com essa atitude, Cícero apresenta como coragem (*fortitudo*) a alegada audácia de Milão, conferindo a esse traço de caráter uma nuance positiva e, além disso, atribuindo um motivo para sua ação: o interesse da República³⁴⁶. Tal caracterização culmina na expressão *magnitudo animi* (1) (grandeza de espírito ou magnanimidade)³⁴⁷, virtude que leva seu possuidor ao desprezo da própria vida no interesse de uma causa maior, como, por exemplo, a honra ou a pátria³⁴⁸. E, para realçar a *persona* de Milão, Cícero não se furta a diminuir a sua, declarando ser incapaz de igualar seu cliente *magnitudine animi*:

³⁴⁵ Cf., BONNER, 1997: 293. Nos casos criminais, a acusação discursava em primeiro lugar. Assim, o acusador ou seu advogado não só já teria descrito os eventos, como o teria feito usando de uma linguagem depreciativa, lançando suspeitas e excitando a indignação dos ouvintes. Cf. o rétor Júlio Severiano (possivelmente século V d. C, cf. MONTANARI, 1995: 56), in *Praecepta artis rhetoricae*, 10: *responsurus autem adversario primum id, quod ille posuerit, verbis infirmioribus pronuntiato* (“quando se vai responder ao adversário, porém, deve-se, em primeiro lugar, empregar palavras mais brandas do que aquelas que ele tiver pronunciado”).

³⁴⁶ Cf., DYCK, 1998: 227; tb. CLARK & RUEBEL, 1985: 57-72.

³⁴⁷ Cícero, no *De officiis*, 1, 65, afirma: “Considerem-se, pois, corajosos e magnânimos, não os que praticam, mas os que repelem a injustiça. A verdadeira e sábia grandeza de alma julga honesto aquilo que a natureza persegue de perto e que reside, não na glória, mas nos atos”. E no § 66 do mesmo livro: “Uma alma corajosa e grande distingue-se principalmente por duas características. Uma delas é o desprezo dos bens exteriores, quando tenha sido persuadida de que nada, a não ser o honesto e decoroso, convém ao homem admirar ou perseguir. Não deve ceder a ninguém, a nenhuma tribulação, sem sequer à Fortuna. A outra consiste em praticar [...] ações grandiosas e sobretudo úteis, como também, veementemente, tarefas árduas, trabalhosas e arriscadas que interessem à vida.” (Trad. de Angélica Chiapetta, 1999, pp. 34-35).

³⁴⁸ DYCK, 1998: 228.

Etsi vereor, iudices, ne turpe sit pro fortissimo viro dicere incipientem timere minimeque deceat, cum T. Annius ipse magis de rei publicae salute quam de sua perturbetur, me ad eius causam parem animi magnitudinem adferre non posse [...] (1).

Ainda que eu receie, senhores juízes, que seja indigno sentir medo ao começar a discursar em defesa de um varão altamente corajoso, e de todo inadequado – quando o próprio Tito Ânio se abala mais com a salvação da República do que com a sua – que eu não possa oferecer à sua causa igual grandeza de espírito [...].

Dyck sugere que, ao dotar seu cliente da virtude da *magnitudo animi*, Cícero dá o “primeiro passo na estratégia de conferir-lhe no discurso um *êthos* de elevada indiferença”, ao qual denomina “*êthos* filosófico”³⁴⁹. Esse tom de indiferença quanto ao próprio destino fica bem evidenciado quando Milão resignadamente contempla a possibilidade do exílio na prosopopeia³⁵⁰ da peroração (93-94).

Coragem, patriotismo e magnanimidade são as características dominantes da natureza de Milão, segundo a etopeia que Cícero realiza de seu cliente. Tal caracterização, que usa a força emotiva das palavras para construir a *evidentia*, tem como resultado prático apoiar o esforço de Cícero em mostrar Milão como herói e protetor da pátria. Para um exemplo característico, basta observar o parágrafo 30 do discurso, em que Cícero afirma: “nada disso, absolutamente, aproveitaria a Milão, que nasceu com tal destino que nem sequer poderia salvar a si próprio sem salvar juntamente a República e a vós” (*nihil sane id prosit Miloni, qui hoc fato natus est ut ne se quidem servare potuerit quin una rem publicam vosque servaret*, 30). Do mesmo modo, concorrem para semelhante efeito as palavras: “os varões dotados de sabedoria e coragem costumam procurar não tanto os prêmios pelas ações justas, mas as próprias ações justas” (*fortis et sapientis viros non tam praemia sequi solere recte factorum quam ipsa recte facta*) (96); e, ainda, a referência à glória como *amplissimum praemium virtutis* (97): “de todos os prêmios da virtude [...] o maior deles é a glória” (*sed tamen ex omnibus praemiis virtutis [...], amplissimum esse praemium gloriam*).

Considerar a virtude como tal, somente quando praticada com um fim em si mesma, como Cícero menciona ser o caso de seu cliente, é um lugar-comum da ética

³⁴⁹ DYCK, 1998: 228.

³⁵⁰ De acordo com Quintiliano (*Inst.* 6, 1, 25), *prosopopoeiae*, são *factae alienarum personarum orationes* (“discursos fictícios de outros personagens”). Quintiliano também observa (9, 2, 32) que usa o termo prosopopeia tanto para a personificação de seres inanimados como para pessoas, lembrando que alguns preferem usar *sermocinatio* para o último caso.

estoica e peripatética, afirma Dick³⁵¹. O estudioso sugere ainda que tal caracterização de Milão constitui uma estratégia deliberada de Cícero³⁵², que desejava fazer crer que a indiferença de Milão diante do tribunal era fruto de sua coragem e de sua temperança³⁵³.

Tal estratégia, contudo, acarreta um afastamento do normal apelo à misericórdia, feito habitualmente aos juízes na peroração pelo acusado – e frequentemente por sua esposa, filhos, pais, parentes – em aparência desleixada e suja (*sordidatus*)³⁵⁴. Cícero sugere que Milão se recusara a fazer o papel habitual de suplicante por considerar essa atitude indigna de seu valor. A justificativa para essa ideia aparece no parágrafo 92, quando Cícero lembra que, nos combates de gladiadores, as pessoas costumam se compadecer daqueles que corajosamente se oferecem à morte, e se indignar contra aqueles que suplicam que os deixem viver. No entanto, Dyck observa que Milão já havia aparecido *sordidatus* no julgamento de P. Séstio (144), portanto, ao se recusar a fazê-lo no próprio julgamento, não teria sido por uma questão de princípio – como fora o caso do estoico Públio Rutílio Rufo³⁵⁵ –, mas por uma opção estratégica.

O caráter de Milão, desse modo, é desenhado como o de um homem que age baseado na razão, sem se deixar dominar pela emoção, caráter que, segundo Dyck, é consistente com os princípios estoicos³⁵⁶. Se Cícero optou livremente por essa tática, ou se teve de fazê-lo motivado pela recusa de seu cliente em se humilhar aparecendo suplicante diante do tribunal, não se pode sabê-lo ao certo. Contudo, de acordo com Plutarco, o que muito teria prejudicado a causa de Milão teria sido sua recusa em se submeter ao mecanismo de suscitar a piedade, usual entre os acusados³⁵⁷.

Além das caracterizações realizadas por esse tipo de alusões explícitas às qualidades de caráter, Cícero adota táticas mais sutis para tornar seu cliente mais simpático aos juízes e ao público em geral. Não raro se identifica a Milão (*nobis duobus*, 5), compartilhando com ele os mesmos ideais de zelar pelo bem público e de

³⁵¹ DYCK, 1998: 229.

³⁵² DYCK, 1998: 229.

³⁵³ Cf. § 101: “Milão não se perturba com estas lágrimas – possui uma inacreditável força de ânimo –; considera que o exílio está ali onde não haja lugar para a virtude; que a morte é o nosso fim natural, não um castigo” (*His lacrimis non commovetur Milo – est quodam incredibili robore animi – exilium ibi esse putat ubi virtuti non sit locus; mortem naturae finem esse, non poenam*).

³⁵⁴ QUINT. *Inst.* 6, 1, 30. Cf. Cap. 2, n. 226 deste trabalho.

³⁵⁵ *De Orat.* 1, 227-230. Mais detalhes em 3.3.2.4 deste capítulo.

³⁵⁶ DYCK, 1998: 229.

³⁵⁷ PLUT., *Cic.* 35: “[...] Milão, que era o réu, apresentava-se cheio de confiança e sem receio, tendo-se até recusado, por considerar indigno, a deixar crescer o cabelo e a vestir uma roupa escura. Esta parece não ter sido, aliás, a causa menos importante da sua condenação”.

dar proteção à pátria (65, 83, 89). Sugere que, assim como ele próprio eliminara a ameaça de Catilina, Milão também não hesitara em livrar a República do perigo, quando surgira a oportunidade (82). Esse tipo de identificação patrono-cliente é uma técnica, conforme observa May³⁵⁸, que Cícero emprega em quase todos os seus discursos a partir da época de seu consulado, em 63. Tal prática permite que o patrono transfira ao cliente boa parte de sua dignidade e autoridade. No *Pro Milone*, esta tática é empregada com variações. Milão é descrito como amigo pessoal e parceiro político de Pompeu (68, 69), o que serve não só para que ele se beneficie da autoridade deste, mas também, segundo May, para atribuir “um ônus adicional” aos juízes: condenar Milão seria condenar o amigo de Pompeu³⁵⁹.

Mas, se Milão e Cícero são caracterizados com ideais idênticos, o mesmo não se dá com o temperamento: Cícero se apresenta como emotivo, sentimental, que sofre pelo seu cliente a ponto de chegar às lágrimas; Milão é caracterizado como contido, calmo, resignado, controlado diante das aflições (61; 64).

Nos parágrafos 68 e 69, reportando o pensamento de Milão, Cícero mostra-o como homem afeiçoado a Pompeu, leal e determinado, “que para defender a tua honra nunca se furtou a perigo algum [...]” (*nullum se umquam periculum pro tua dignitate fugisse*, 68), afirma, dirigindo-se àquele general. Em seguida, além de corroborar o elo do seu cliente com Pompeu, Cícero ainda se introduz como partícipe dessa relação: “que o seu tribunado fora orientado, por teus conselhos, a favor do meu retorno, o que era bem do teu agrado” (*tribunatum suum ad salutem meam, quae tibi carissima fuisset, consiliis tuis gubernatum;*) (68), declara a Pompeu.

Ao retratar Milão como o abnegado patriota que está disposto a relevar a ingratidão dos seus concidadãos e que continua desejando a felicidade deles e a prosperidade da pátria, mesmo com sua situação civil em risco (*stet haec urbs praeclara mihique patria carissima, quoquo modo erit merita de me*, “que esta ilustre Cidade se conserve, minha tão querida pátria, qualquer que seja a sentença dela a meu respeito”) (93), Cícero pretende mostrar que uma pessoa com tal caráter não teria provavelmente praticado um homicídio por causa de ambição política³⁶⁰.

³⁵⁸ MAY, 1988: 133.

³⁵⁹ MAY, 1988: 134.

³⁶⁰ TZOUNAKAS, 2009: 130.

Por outro lado, o modo como Milão se mostra resignado a seguir o caminho do exílio revela seu respeito pelas decisões da República, ainda que injustas³⁶¹. Tal posicionamento reforça a noção de que Milão é comprometido com a legalidade e torna improvável que tenha premeditado um crime. E para evitar que Roma figurasse como uma cidade ingrata, Cícero atribui o silêncio dos concidadãos ao medo³⁶²: (*Negat enim se, negat ingratis civibus fecisse quae fecerit, timidis [...] non negat*; [Milão] “não diz – de fato não diz – que as obras que realizou tenham sido feitas a cidadãos ingratos, mas não nega que as tenha realizado para cidadãos temerosos [...]”) (95).

Deve-se lembrar que o procedimento de mostrar os acusados “como justos, íntegros, religiosos, timoratos e toleradores de injustiças” consiste em um dos preceitos expostos por Antônio no *De oratore* 2, 184. E é de acordo com esse modelo, retratando Milão como virtuoso e injustiçado, que Cícero pretende obter a benevolência dos juízes.

3.3.2.2. Caracterização da *persona* de Pompeu e dos juízes

Cícero faz diversas menções elogiosas ao caráter de Pompeu ao longo de sua defesa de Milão. Uma vez que nenhuma palavra de seu discurso costuma ser sem propósito, lisonjear Pompeu também não deixaria de ter um objetivo prático. Como esse general gozava de suprema autoridade e prestígio, as alusões elogiosas a seu caráter seriam vistas com agrado pelo público em geral e pelos juízes. Elogiá-lo seria, portanto, um meio de romper a resistência do público e angariar certa dose de simpatia. Assim, Cícero se refere a Pompeu, já no exórdio, como varão extremamente sábio e justo (*sapientissimi et iustissimi viri*) (2), cujo discernimento aportaria confiança e tranquilidade àquele tribunal.

Os termos que usa para caracterizar Pompeu são atributos que o público espera ver em um líder político: justiça (*iustissimi*) (2), sabedoria (*sapiens*) (21), coragem (*virtute*) (79) e, sobretudo, dotado de uma “mente sublime e quase divina” (*alta et divina quadam mente*) (21). Em vários momentos do discurso, Cícero evoca a autoridade de Pompeu, “o mais eminente dos generais” (*praestantissimus dux*) (67), “em cuja vida se apoiava a salvação da República” (*cuius in vita nitebatur salus civitatis*) (19), procurando assim beneficiar-se do prestígio de que gozava o então cônsul único.

³⁶¹ TZOUNAKAS, 2009: 130.

³⁶² TZOUNAKAS, 2009: 131.

Em relação aos juízes, Cícero enaltece-lhes a “lealdade, bravura e sabedoria” (*fidem, virtutem sapientiamque*) (4), esperando que façam uso de tais atributos ao julgarem sua causa. Além disso, procura conferir prestígio a todo o quadro de juízes, equiparando-os frequentemente à ordem senatorial, apesar da existência entre eles de duas outras ordens inferiores, a dos *equites* e a dos *tribuni aerarii*. Tal equiparação é realizada por meio dos epítetos que Cícero lhes atribui: “seletos varões das ordens mais ilustres” (*amplissimorum ordinum delectis viris*) (4), “os mais honoráveis homens de todas as ordens” (*ex coniunctis ordinibus amplissimi viri*) (5)³⁶³.

A maior utilidade que Cícero procura tirar de sua caracterização dos juízes diz respeito ao tema da coragem. Cícero faz o possível para jogar com a autoestima dos juízes: insinuando que eles estariam amedrontados pela pressão dos clodianos (“conservai vossa calma, senhores juízes, e afastai o temor, se tendes algum”; *adeste animi iudices, et timorem, si quem habetis, deponite*) (4), transmite-lhes a ideia de que o julgamento favorável a Milão seria prova de coragem da parte deles e teria a aprovação de Pompeu:

Vos oro obtestorque, iudices, ut sententiis ferendis, quod sentietis, id audeatis. Vestram virtutem, iustitiam, fidem, mihi credite, is maxime comprobabit qui in iudicibus legendis optimum et sapientissimum et fortissimum quemque delegit. (105)

Peço-vos, suplico-vos, senhores juízes, que ao votar, ouseis exprimir vossa convicção. Crede, aprovará extraordinariamente vossa coragem, justiça e lealdade aquele que, ao designar os juízes para esta causa, escolheu os mais virtuosos, os mais sensatos e os mais valorosos.

3.3.2.3. O lado negativo do *conciliare*: a *persona* de Clódio

Como já vimos no estudo do *status causae*, o arranjo dado por Cícero no seu plano de defesa torna o *Pro Milone* radicado na questão do fato: “qual dos dois armou uma emboscada ao outro” (*uter utri insidias fecerit*) (31). Nessa questão, a audiência – familiarizada com os procedimentos retóricos do tribunal³⁶⁴ –, esperava ouvir da defesa

³⁶³ Cf. CLARK ((1895: 4, n. 4), o epíteto *amplissimorum ordinum* é propriamente empregado para referir aos senadores, cf. § 90 (*templum amplitudinis*) e § 5 (*amplissimorum praemiorum*).

³⁶⁴ Ainda que apenas pela exposição habitual à oratória política, no tribunal e nas *contiones* (RIGGSBY, 1999: 18).

ataques ao caráter de Clódio, caracterizando-o como o tipo de pessoa que cometeria tal crime³⁶⁵.

O elogio ou a crítica, embora requerido no contexto do tribunal, constitui o domínio de outro gênero oratório (*genus causarum*), o gênero demonstrativo ou epidítico. O ponto central do discurso de elogio é mostrar as quatro virtudes cardeais³⁶⁶, e o do vitupério, demonstrar o oposto³⁶⁷. No *De inventione*, 1, 34, Cícero oferece como argumentos de caráter (*ex persona*) um conjunto amplo de tópicos que o orador podia usar para vituperar um indivíduo. Tais tópicos eram empregados, no discurso judiciário, com a finalidade de fornecer evidência a respeito da capacidade do acusado para um comportamento criminoso.

A descrição do caráter de Clódio que Cícero realiza no *Pro Milone* tem o objetivo de reforçar os dois *status* em funcionamento no discurso: a questão do fato, na primeira parte da argumentação (32-71), e a questão qualificativa (*comparatio*), na segunda parte (72-91). Na argumentação da primeira parte, Cícero procura retratar Clódio como um inveterado assassino que arma uma emboscada para Milão. Na segunda parte, nos parágrafos denominados *extra causam*, o objetivo é caracterizar Clódio como um indivíduo de tal forma perigoso que sua morte representava um bem para a Cidade. Os argumentos da *extra causam*, embora desenvolvidos no campo das hipóteses, tinham força de prova e, portanto, deviam ser plausíveis.

Assim, dentre a extensa lista dos *loci* de invectiva oferecida pelos manuais retóricos, inclusive o seu, o *De inventione* (1, 34-36; 2, 28-31), Cícero seleciona os mais úteis para apoiar a sua argumentação. Segundo observa Craig, alguns tópicos ele não podia usar contra Clódio, como é o caso da origem familiar: Clódio era descendente de uma das famílias patrícias mais ilustres de Roma; covardia na guerra também não era um tema promissor, quando o próprio Cícero não tinha tido distinções militares antes de 51³⁶⁸. Desse modo, alguns *loci* Cícero simplesmente descarta, a outros, alude só de passagem; já um terceiro tipo recebe desenvolvimento mais longo, segundo a

³⁶⁵ CRAIG, 2004: 206.

³⁶⁶ Cf. Inv. 2, 159: *prudentiam, iustitiam, fortitudinem, temperantiam*. Cf. *Rhet. Her.* 3,3; 3,6; 3,10: *prudentia, iustitia, fortitudo, modestia*. Na filosofia antiga, sobretudo entre os estoicos e os participantes da Nova Academia, desenvolveu-se a doutrina das quatro virtudes cardeais como partes integrantes da *virtus*. Tais virtudes já eram encontradas na tradição anterior ao estoicismo (Platão, *Menon*, 87c-88e e Aristóteles, *Retórica*, 1362b12, 1366b1), sendo as três primeiras provavelmente procedentes de Isócrates. As mencionadas virtudes passaram a fazer parte da ideologia moral e social da aristocracia romana, principalmente por influência do estoicismo. Cf. NUÑEZ, 1997: 298, n. 139.

³⁶⁷ CRAIG, 2004: 188-189.

³⁶⁸ CRAIG, 2004: 200.

conveniência da causa. Tal procedimento está em conformidade com a discussão de Antônio no livro 2, 309 do *De oratore*, em que, referindo-se ao critério de escolha dos argumentos, afirma que não costuma “tanto contá-los quanto pesá-los” (*non tam ea numerare soleo quam expendere*).

O tópico de família é empregado de modo a mostrar que Clódio era indigno da sua, tendo conspurcado o monumento dos Ápios (a Via Ápia) com seus crimes. Essa ideia aparece na referência ao assassinato de Marco Papírio na Via Ápia, pelas mãos de Clódio (18), fato que tem ainda o efeito de enfatizar a sua crueldade (*crudelitas*).

O tópico da conduta sexual reprovável é tratado com dois enfoques principais: um, o do incesto de Clódio com a irmã (73), o outro, o do escândalo do caso *Bona Dea*. O tema do incesto não recebe maior desenvolvimento, tendo Cícero preferido reiterar a gravidade do caso *Bona Dea*. Este tema serve para mostrar o desprezo de Clódio aos valores religiosos da sociedade, sendo mais apropriado para evidenciar a ameaça que ele representava à República. Assim, o caso *Bona Dea* recebe duas referências na *extra causam*: no parágrafo 72, *cuius nefandum adulterium in pulvinaribus sanctissimis nobilissimae feminae comprehenderunt* (“cujo abominável adultério em leitos sagrados foi surpreendido por senhoras da mais alta nobreza”) e no parágrafo 87, *polluerat stupro sanctissimas religiones* (“manchara pelo adultério os mais sagrados cultos”).

Há ainda outras alusões mais breves ao comportamento sexual de Clódio, como em 13 e 76. Neste último, Cícero menciona a ameaça que representava tal comportamento pervertido: “não teria refreado seus instintos libidinosos – valha-me Fídio! contra vossos filhos, contra vossas esposas!” (*a liberis, me dius fidius, et a coniugibus vestris nunquam ille effrenatas suas libidines cohibuisset*, 76). Ainda em relação ao tema da conduta sexual, no parágrafo 55, Cícero faz notar que, no exato dia em que Clódio fora morto, não estava acompanhado de “cortesãs, devassos, meretrizes” (*secum scorta, semper exoletos, semper lupas*, 55), como era seu costume, mas de homens armados. Além de mostrar que Clódio estava pronto para o crime, enfatiza sua conduta habitualmente imoral.

Ao se referir às inclinações sexuais de Clódio e seus ultrajes à religião, Cícero usa tais mecanismos de polêmica para caracterizar os atos da vítima como crimes contra a lei e a natureza³⁶⁹, mostrando-o como um indivíduo incapaz de conviver com as regras

³⁶⁹ CLARK & RUEBEL, 1985: 63.

da sociedade: “não apreciava nada que fosse permitido pela natureza ou consentido pelas leis” (*ut eum nihil delectare quod aut per naturam fas esset aut per leges liceret*) (43) (também 73, 74).

O tópico da hostilidade à própria família aparece conectado à avareza, ocasião em que Clódio é retratado como invasor da propriedade alheia (75-76), não poupando sequer os irmãos:

qui Appium fratrem [...] absentem de possessione fundi deiecit; qui parietem sic per vestibulum sororis instituit ducere, sic agere fundamenta ut sororem non modo vestibulo privaret sed omni aditu et limine.

Aquele que, a seu irmão Ápio, [...] estando ele ausente, o destituiu da posse sua propriedade; aquele que resolveu erguer uma parede no pátio da irmã e fundou alicerces de tal modo que ela não só foi privada do uso do pátio, como de qualquer acesso e entrada.

O tópico mais utilizado e que se encontra disseminado por todo o discurso é o da *crudelitas*. Aliado aos tópicos de motivo e aos de circunstância, é utilizado para provar a acusação de emboscada, como se pode constatar neste parágrafo:

*Quonam igitur pacto probari potest insidias Miloni fecisse Clodium? Satis est in illa quidem tam audaci, tam nefaria **belua** docere, magnam ei causam, magnam spem in Milonis morte propositam, magnas utilitates fuisse* (32) (grifo nosso).

De que modo, então, se pode provar que Clódio armou uma emboscada a Milão? Tratando-se de um **monstro** tão atrevido e tão abominável, basta mostrar, na verdade, que tinha um forte motivo e grande expectativa na morte de Milão, a qual lhe traria significativas vantagens (grifo nosso).

A *crudelitas* também aparece associada ao tópico da tirania, tema central para a estratégia de Cícero de demonstrar que a morte de Clódio consistia na eliminação de um tirano. Clódio não é caracterizado como ser humano, mas como *belua*; seu comportamento não é o de um homem civilizado. Tal caracterização fica clara na passagem em que Cícero menciona as diversas oportunidades que Milão teria tido para matar Clódio, se quisesse, com o apoio da opinião pública:

*Nuper vero cum M. Antonius summam spem salutis bonis omnibus attulisset gravissimamque adulescens nobilissimus rei publicae partem fortissime suscepisset, atque illam **beluam**, iudici laqueos declinantem, iam **inretitam** teneret, qui locus, quod tempus illud, di immortales, fuit!*

Cum se ille fugiens in scalarum tenebras abdidisset, magnum Miloni fuit conficere illam pestem nulla sua invidia, M. vero Antoni maxima gloria? (40) (grifo nosso).

Recentemente, quando Marco Antônio fez surgir grande esperança de salvação em todos os bons cidadãos, quando esse jovem de alta nobreza corajosamente assumiu o encargo de uma parte importantíssima da República e já tinha **enredado** aquela **fera** que se esquivava das malhas da justiça, que lugar, que oportunidade, deuses imortais, havia então! Quando Clódio, fugindo, se escondeu na escuridão das escadas, que grande oportunidade Milão teria tido de dar cabo daquela peste sem sofrer ódio algum e, por certo, para a máxima glória de Marco Antônio! (grifo nosso).

A linguagem empregada por Cícero, no trecho acima, é um apelo à imaginação da audiência, exatamente como se afirma que a *ekphrasis* faz, tendo como resultado produzir na mente do ouvinte a imagem de Clódio sendo caçado como um animal (“enredado”) e se escondendo na “escuridão das escadas” (*scalarum tenebras*), imagem, sem dúvida, impactante.

Ruebel e Clark, no artigo “Philosophy and Rhetoric in Cicero’s *Pro Milone*”, ao analisar do ponto de vista filosófico as estratégias de caracterização da *persona* de Clódio, apontam que o tirano é considerado pela ética estoica como “menos que humano; ele não pertence à sociedade civilizada, por isso, matá-lo não envolve um conflito ético maior do que matar qualquer outro animal”³⁷⁰. Cícero, em sua argumentação no *Pro Milone*, demonstra que compartilha ali de tal pensamento, o que fica sobretudo explícito se observarmos sua descrição do *tyrannus* no *De Republica*, 2, 48, em que afirma que “não se pode conceber um animal mais repugnante, nem mais terrível, nem mais odioso aos deuses e aos homens [do que o tirano]; este, embora tenha aspecto humano, supera pela selvageria de seus modos os monstros mais ferozes” ([..] *neque taetrius neque foedius nec dis hominibusque invisius animal ullum cogitari potest; qui quamquam figura est hominis, morum tamen inmanitate vastissimas vincit beluas*).

Para culminar na destruição moral de Clódio e não deixar dúvida na audiência quanto à utilidade de sua morte, uma lista de seus crimes é acrescentada atestando sua *crudelitas* (75), juntamente com uma ampla enumeração dos perigos que ele representaria à República no futuro (76).

³⁷⁰ CLARK & RUEBEL, 1985: 62.

Quintiliano, na *Institutio oratoria* 9, 2, 41, ao tratar da técnica de “pôr diante dos olhos” coisas que poderiam ocorrer no futuro, menciona que “Cícero fornece um admirável exemplo disso em seu discurso em defesa de Milão, em que descreve o que Clódio teria feito se tivesse alcançado a pretura” (*Mire tractat hoc Cicero pro Milone, quae factururus fuerit Clodius si praeturam invasisset*)³⁷¹.

Há ainda outro exemplo da técnica da *evidentia*, empregado com o mesmo fim de suscitar o medo nos juízes pela imaginação do que poderia ocorrer se Clódio continuasse vivo. Trata-se da seguinte passagem:

Fingite animis – liberae sunt enim nostrae cogitationes et quae volunt sic intuentur ut ea cernimus quae videmus – fingite igitur cogitatione imaginem huius condicionis meae, si possumus efficere Milonem ut absolvatis, sed ita si P. Clodius revixerit ...(79).

Imaginai –, pois nossos pensamentos são livres e visualizam o que querem, do mesmo modo que distinguimos o que vemos –, imaginai, portanto, em vossa mente, esta imagem que proponho: se eu pudesse fazer com que Milão fosse absolvido, contanto que Clódio voltasse à vida...

Ao empregar a técnica da *evidentia* acima mencionada, Cícero manipula as emoções dos juízes e deixa patente que nenhum deles, se pudesse, restituiria Clódio à vida (79).

Assim, a caracterização levada a efeito por Cícero não só mostra aos juízes que o caráter criminoso de Clódio tornava plausível que ele tivesse planejado a morte de Milão, como demonstra ainda que Milão, mesmo não tendo tido a intenção de matá-lo, realizou um ato benéfico à sociedade e merecia receber as honras que, na Grécia, eram oferecidas àqueles que eliminavam um tirano (80).

3.3.2.4. A *persona* do orador: a necessidade de ser e parecer

Na parte da doutrina do *conciliare* destinada a teorizar especificamente sobre a construção da *persona* do orador (2, 182), nota-se a preocupação de Cícero em fornecer evidências das qualidades do patrono para se granjear a benevolência dos juízes (*Facilitatis, liberalitatis, mansuetudinis [...] signa proferre perutile est* “exibir sinais de

³⁷¹ Cf. § 89 do *Pro Milone*: *oppressisset omnia, possideret, teneret; lege nova, quae est inventa apud eum cum reliquis legibus clodianis, servos nostros liberos suos effecisset* (Teria subjugado tudo, de tudo se apoderaria, teria tudo em suas mãos; por uma nova lei, encontrada em sua casa junto com outras leis clodianas, teria transformado nossos escravos em seus libertos).

afabilidade, generosidade, brandura, [...] é extremamente útil”). A intenção do orador é procurar atender à exigência retórica da verossimilhança, fator que leva à credibilidade (*fides*), geradora de persuasão. Esta, para ser obtida, depende em grande medida da geração de efeitos para a produção de um estado mental de confiança e aceitação nos ouvintes. Tais efeitos, por sua vez, em se tratando do *conciliare*, dependem da capacidade do orador de colocar os próprios méritos diante dos olhos de seus ouvintes.

Desse modo, a eficácia da segunda função oratória está subordinada à habilidade do orador em oferecer uma imagem positiva de si mesmo à audiência, imagem esta que deve ir ao encontro das expectativas nutridas por essa mesma audiência. O orador não persuade se não leva em conta as ideias prévias dos seus ouvintes, se não compartilha de sua linguagem, se não identifica seus modos aos deles³⁷².

Como já referido ao longo deste estudo, em se tratando da sociedade romana, a crença nos valores da tradição e o culto aos ancestrais concediam um relevo extraordinário à noção de caráter³⁷³. No contexto do tribunal, portanto, o orador devia ser capaz de tornar manifestas suas qualidades de caráter se quisesse ser bem sucedido. O orador deve ser e parecer bom³⁷⁴. Por isso, vemos Antônio afirmar no *De Oratore* 2, 176 que, se o orador detiver o conhecimento dos tópicos e “a isso se somar o fato de parecer ser tal qual pretende parecer [...]” ([...] *ut talis videatur, qualem se videri velit* [...]), então nada faltará a sua eloquência.

A necessidade de ser e parecer também é mencionada por Quintiliano, que alude deste modo ao tema:

Atque Aristoteles quidem potentissimum putat ex eo qui dicit, si sit vir bonus³⁷⁵: quod ut optimum est, ita longe quidem sed sequitur tamen videri³⁷⁶.

Aristóteles, de fato, considera que o mais poderoso argumento reside no orador, se ele é um homem bom; assim como este [argumento] é o melhor, do mesmo modo parecer bom comparece em seguida, embora distante.

³⁷² Cf. *De Orat.* 2, 159: “É que é preciso acomodar nosso discurso aos ouvidos da multidão [...]” (*Nostra oratio multitudinis est auribus accommodanda*); e *De Orat.* 2, 186: “[...] sondar, da forma mais apurada possível, o que pensam, o que julgam, o que esperam, o que desejam, para que pareçam ser conduzidos pelo discurso com maior facilidade” (*Ut odorere quam sagacissime possim quid sentiant, quid existiment, quid expectent, quid velint, quo deduci oratione facillime posse videantur*).

³⁷³ MAY, 1988: 6 *passim*.

³⁷⁴ CIC. *De Orat.*, 1, 204; 3, 55.

³⁷⁵ ARIST. *Ret.*, 1356a13.

³⁷⁶ QUINT. *Inst.* 5, 12, 9.

Quintiliano, portanto, no mesmo espírito catoniano, coloca em primeiro plano a exigência de que o orador seja um homem bom, mas não deixa de notar que também deve parecer bom.

Michelle Zerba, no ensaio “Love, envy, and pantomimic morality in Cicero’s *De oratore*”, afirma que “retórica é a arte de construir imagens que criam a aparência de integridade e bondade moral³⁷⁷”. Zerba não emprega o termo “aparência” estritamente para significar algo falso ou imaginário, antes, para designar aquilo que é mostrado aos sentidos. Também não faz menção especificamente a qualidades de caráter irreais: o objetivo não é manipular o caráter do orador, mas a opinião do ouvinte, pois a reputação dificilmente depende apenas de grandes feitos e disposição moral, afirma³⁷⁸, deixando supor que é necessário também um considerável esforço para a construção da imagem.

A consideração de Zerba encontra apoio no fato de que, se o orador realiza por meio do discurso uma apresentação pouco expressiva das qualidades do seu caráter, deixará de obter os benefícios que tais qualidades, se fossem bem colocadas diante do público, poderiam obter. No contexto retórico, diante de um tribunal judiciário, não basta simplesmente apresentar a verdade: é preciso apresentá-la de modo verossímil. Para construir a verossimilhança, é de grande ajuda ao orador o efeito dos ornamentos retóricos e da evidência. Além disso, a *captatio benevolentiae* a que visa a descrição do caráter na doutrina de Cícero envolve um elo emocional com a audiência, com o fim de torná-la favoravelmente disposta em relação ao próprio orador e seu cliente. A falta desses elementos pode levar uma causa ao fracasso.

Pelo menos é o que afirma Antônio (*De orat.* 1, 229), que fornece um exemplo prático de que a verdade não é suficiente para vencer uma causa. Públio Rutílio Rufo, modelo de virtude e honestidade, tendo sido processado por acusação de corrupção, recusara, “como o fizera Sócrates”, que durante o julgamento fossem empregados apelos emocionais, e nem sequer permitira que sua defesa fosse realizada com o uso de alguns ornamentos ou liberdades além da simples verdade. O resultado foi a condenação, que teria sido evitada, segundo Antônio, se a defesa tivesse sido realizada por Crasso, cuja oratória de forte poder emocional teria levado o caso à vitória.

³⁷⁷ ZERBA, 2002: 303.

³⁷⁸ ZERBA, 2002: 305.

Se o caso de Públio Rútílio Rufo é paradigma de fracasso, o caso de Norbano, ao contrário, é repetidamente mencionado no *De oratore* como paradigma de sucesso³⁷⁹. Nele, o próprio Antônio atuara como patrono, defendendo seu antigo questor, Norbano, acusado de lesa-majestade. Antônio conta como contornou as dificuldades da elevada rejeição do público em relação a seu cliente mediante o uso de uma estratégia baseada no seu próprio caráter e suscitando certas paixões nos juízes. Não podendo contar com o caráter do cliente para conquistar a benevolência, Antônio coloca em destaque sua própria *persona*, e consegue conquistar não só a benevolência do público, mas também o ânimo dos juízes.

Assim, pelos exemplos oferecidos por Antônio, Cícero comprova com a prática o que já havia afirmado pela teoria: o orador deve ser e parecer bom. Daí a insistência na recomendação de que o orador deve criar determinadas impressões na audiência, por meio de certos sinais, para obter reações que lhe serão vantajosas.

3.3.2.5. *A persona do orador no Pro Milone*

A *auctoritas* (autoridade: derivada da experiência, reputação e posição social), a *dignitas* (dignidade concedida pelas magistraturas) e a *gratia* (influência social e política), constituíam importantes componentes de caráter que os romanos esperavam ver naqueles que tomavam a palavra para discursar. Cícero, atento a essas expectativas, procura distribuir por todo o discurso demonstrações de posse de tais atributos, ora de forma direta, ora indireta. A imagem que Cícero procura transmitir de si é a do prestigioso advogado e eminente homem público, que não hesita em se sacrificar pelo bem da pátria e dos seus concidadãos³⁸⁰. A par disso, mostra-se como um amigo leal, um homem de caráter nobre, comprometido com o respeito às tradições, à religião e à lei. Contudo, não é essa a imagem que abre o discurso, nem a que o encerra. Isto porque cada parte do discurso tem demandas distintas, e o orador atento sabe o que convém a cada uma delas.

No exórdio, em que se estabelece o primeiro contato com o público e em que é necessário conquistar sua simpatia, o orador tem de ser muito cauteloso quanto à própria imagem. Nesse caso, usar de modéstia é sempre recomendado. No caso

³⁷⁹ *De orat.* 2, 89; 124; 198.

³⁸⁰ Nos discursos da década de 50, Cícero emprega com frequência a ideia de que está se sacrificando pessoalmente pela felicidade da pátria, cf. MAY, 1988: 97.

específico do *Pro Milone*, aproveitando-se das circunstâncias hostis em torno do fórum, Cícero emprega a tática da humildade, apresentando-se como um temeroso advogado constrangido por não poder corresponder à coragem do seu cliente (1). Por meio dessa estratégia, seu caráter é empregado como contraponto para realçar o de Milão³⁸¹ e obter a benevolência dos ouvintes para ambos. Processo semelhante ocorre na peroração: com cores patéticas o orador pinta a imagem do emocionado advogado que pede compaixão aos juízes por seu impassível cliente (95).

A imagem central do orador, tal qual predomina no discurso, será resultado de uma construção gradual. A imagem da humildade e timidez mostrada nos primeiros parágrafos é logo suplantada pela do advogado seguro de si, que, apoiado na autoridade e no senso de justiça de Pompeu (2-3), exorta os juízes a não temerem as circunstâncias e a expressarem com coragem seu veredito (4). No parágrafo seguinte, Cícero identifica-se com a causa de Milão, ao se referir indiscriminadamente a *boni e fortes viri* (“pois se alguma vez tivestes o poder de julgar a respeito de homens bons e corajosos”) (4). Por meio desse expediente, logra transferir a Milão algo de sua *bonitas* e se beneficia, por outro lado, da *fortitudo* de seu cliente³⁸².

A identificação com a causa resulta em igual sofrimento para advogado e cliente, pois ambos, “levados à vida pública pela esperança das mais honoráveis recompensas [...]” (*qui spe amplissimorum praemiorum ad rem publicam adducti [...]*), não podem deixar de temer o risco de serem punidos por aquele tribunal (5). Mesmo assim, para reforçar a autoapresentação, o orador mostra-se como um competente e metódico advogado³⁸³, declarando que não vai se servir do “tribunado de Tito Ânio” e “todos os seus feitos em prol da República” (6) como desculpa para o ato de seu cliente. Em vez disso, vai se ater aos recursos da arte para provar que Milão fora atacado por Clódio e, portanto, tinha o direito à legítima defesa (*si cetera amisimus, hoc nobis saltem ut relinquatur, vitam ab inimicorum audacia telisque ut impune liceat defendere*; “se tudo o mais perdemos, ao menos nos seja deixado o direito de defendermos impunemente nossa vida da audácia e das armas dos inimigos”) (6).

A partir da refutação preliminar que segue o exórdio, Cícero passa a distribuir na argumentação menções a seus atributos prévios. Procura trazer à lembrança da

³⁸¹ DYCK, 1998: 240

³⁸² ALBRECHT, 2003: 183.

³⁸³ ALBRECHT, 2003: 184.

audiência sua autoridade, sua influência e seu prestígio como homem público e como advogado. O modo pelo qual o faz ocorre tanto por menção direta como indireta, dependendo do atributo a ser enunciado. Por exemplo, para destacar sua autoridade como homem público, faz referências diretas ao seu consulado, ocasião em que atuara efetivamente para eliminar a ameaça de revolução representada por Catilina e seus sequazes (*aut me consule*, 8; *tantum in consulatum meo pro vobis*, 82; *officiosos labores meos*, 12). Já para aludir a sua influência política e a seu prestígio social, escolhe um modo indireto, evitando parecer arrogante. No trecho que citamos a seguir, tais atributos aparecem em uma resposta que oferece a críticas que recebera do tribuno da plebe Tito Munácio Planco Bursa. Desse modo, a menção das qualidades não parece gratuita, mas sim provocada³⁸⁴:

Declarant huius ambusti tribuni plebis illae intermortuae contiones quibus cotidie meam potentiam invidiose criminabatur, cum diceret senatum non quod sentiret sed quod ego vellem decernere. Quae quidem si potentia est appellanda potius quam propter magna in rem publicam merita mediocris in bonis causis auctoritas aut propter hos officiosos labores meos non nulla apud bonos gratia, appelletur ita sane, dum modo ea nos utamur pro salute bonorum contra amentiam perditorum (12).

Provam-no aquelas quase extintas assembleias desse chamuscado tribuno da plebe, nas quais todo dia criticava invejosamente meu poder, dizendo que o senado não decidia segundo suas convicções, mas de acordo com a minha vontade. Se, na verdade, se deve chamar poder ou, antes, uma módica influência nas causas legítimas, resultante dos grandes serviços prestados à República, ou de alguma estima junto às pessoas de bem, devido aos meus dedicados esforços, que assim se chame, conquanto nos sirvamos de tal poder em prol da salvação dos bons contra a insânia dos maus.

Na passagem acima, Cícero deixa transparecer o poder de sua influência junto ao senado, mas procura justificá-lo como resultado de serviços prestados à República e à comunidade. Além de usar a estratégia da menção indireta, apropriada para não ferir os ouvidos da audiência, toma o cuidado de afirmar que, se tem algum poder, usa-o para proteger os interesses dos cidadãos. Isto porque, segundo Antônio, “são vistos com maus olhos os interesses próprios, mas se favorece o desejo de prestar serviços aos

³⁸⁴ Cf. *De orat.* 2, 230: “De modo geral, é mais provável o que dizemos quando provocados do que quando tomamos a iniciativa.” (*Omnino probabiliora sunt, quae lacessiti dicimus, quam priores*).

demais”³⁸⁵ (*invidetur enim commodis hominum ipsorum, studiis autem eorum ceteris commodandi favetur*).

Mais adiante, Cícero faz menção a seu prestígio social, também em resposta a alegações de adversários: (“pois a consideração de que desfruto não se limita ao círculo dos meus amigos íntimos [...]”) (*non enim mea gratia familiaritatibus continetur*) (21). Ao mencionar novamente sua influência, tem o cuidado de atenuar sua afirmação pelo uso da construção condicional, como já o fizera na citação acima, e torna a usar o procedimento de conectar tal atributo a sua atividade política junto aos bons cidadãos (“mas, se tenho alguma influência, atribuo-a a minha atividade política que me uniu aos bons”) (*si quid possumus, ex eo possumus quod res publica nos coniunxit cum bonis*) (21).

Evidenciando suas atividades como homem público, Cícero enfatiza sua imagem de protetor da pátria, epíteto que lhe fora atribuído desde a época do seu consulado. Seu exílio é mencionado para lembrar a injustiça que sofrera: “que justa causa teria havido para me restituir a Roma se não tivesse sido injusta a de me expulsar dela?” (*Quae fuisset igitur iusta causa restituendi mei, nisi fuisset iniusta eiciendi?*) (36). No parágrafo 73, lembrando as circunstâncias de seu exílio, aproveita para promover sua imagem afirmando que a violência de Clódio “desterrou o cidadão que o senado, o povo romano e todas as nações haviam considerado salvador da Cidade e da vida dos seus concidadãos” (*Civem quem senatus, quem populus romanus, quem omnes gentes urbis ac vitae civium conservatorem iudicarant servorum armis exterminavit*). Desse modo, faz notar que o alcance do reconhecimento pelos seus serviços como protetor da pátria ultrapassa o âmbito interno e se estende por todos os povos.

Cícero recorre ao efeito da polarização para pôr em relevo sua identificação com os interesses da pátria e da sociedade: posiciona-se ao lado da República, juntamente com Pompeu, Milão e os bons cidadãos – entre os quais, obviamente, estão os juízes –, em oposição aos clodianos e seu líder, que constituem uma ameaça à ordem pública (3). Na verdade, Cícero não só se apresenta como protetor da pátria, ele e a pátria chegam a ser uma só entidade: atacá-lo significa atacar a própria República. Defendê-lo é o mesmo que defender a República. Assim, quando menciona o ataque que sofrera pelas armas de Clódio, que quase lhe tiraram a vida, declara: “Se delas não me tivesse

³⁸⁵ *De orat.*, 2, 207.

protegido minha fortuna ou a da República [...]” (*ex quibus si me non vel mea vel rei publicae fortuna servasset [...]*) (20).

A religiosidade que expressa aparece quase sempre intimamente ligada ao sentimento patriótico. Nos parágrafos 83-84, discorre sobre o poder divino e conecta a grandeza de Roma ao poder dos deuses imortais, “poder que muitas vezes trouxe a esta cidade ventura e abundância inacreditáveis [...]” (*ea vis igitur ipsa quae saepe incredibilis huic urbi felicitates atque opes attulit [...]*) (84). Seu apreço pela tradição fica explicitamente manifesto no parágrafo 83, ocasião em que enaltece “a sabedoria dos [...] antepassados, que cultivaram eles próprios, religiosamente, os ritos sagrados, as cerimônias e os auspícios, e os transmitiram a nós, seus descendentes”.

Evidenciando seu lado pessoal, Cícero mostra-se como um amigo sincero, leal e grato. Enaltece a amizade de Milão (segundo pai para seus filhos) (102), e lembra os benefícios que o amigo lhe prestara ao se empenhar em trazê-lo de volta do exílio (102). Ao mesmo tempo em que expressa sua gratidão por esse fato, declara o medo de não poder retribuir tamanho benefício. Em face dessa situação, conclama os juízes a evitarem que tamanha desgraça seja consumada (“terei vivido gloriosamente se morrer antes de presenciar tamanha desgraça”; *praeclare enim vixero, si quid mihi acciderit prius quam hoc tantum mali videro*) (99). E continua o apelo aos juízes: “conservareis a lembrança de Milão e a ele próprio banireis?” (*memoriam Milonis retinebitis, ipsum eicietis?*) (101).

Por outro lado, lembra que só uma coisa o consola: ter oferecido ao amigo tudo que podia em termos de *amor*, *studium* e *pietas* (“neste momento, Tito Ânio, um único consolo me sustenta: o de nunca ter deixado de cumprir com os deveres da amizade, da consideração, da gratidão para contigo”; *nunc me una consolatio sustentat, quod tibi, T. Anni, nullum a me amoris, nullum studi, nullum pietatis officium defuit*) (100). E enumera, em seguida, vários exemplos de apoio que concedera a Milão (100). Finalmente, Cícero se considera responsável pelo destino de seu cliente, uma vez que o fato de ter descoberto e desbaratado a conspiração de Catilina durante seu consulado seria a causa de todos os sofrimentos por que passam ambos desde então (103). Por esse motivo, identifica sua sorte à do amigo: “o que posso fazer em agradecimento a teus favores, senão considerar minha a tua sorte, qualquer que ela venha a ser?” (*quid habeo quod faciam pro tuis in me meritis nisi ut eam fortunam quaecumque erit tua ducam meam?*) (100). Assim, por meio de sua manifestação de amizade, Cícero não só

evidencia sua lealdade, mas também justifica sua atitude ao ter aceitado fazer aquela defesa, decisão que havia sido recriminada por muitos³⁸⁶.

Ainda como parte das táticas para promover sua imagem, Cícero procura enfatizar em diversos momentos do discurso sua íntima amizade com Pompeu, com quem se identifica quanto aos ideais patrióticos. Enumera as qualidades de Pompeu (“varão extremamente sábio e justo”, *sapientissimi et iustissimi viri*) (2), “dotado de uma mente sublime e quase divina”, *alta et divina quadam mente praeditus*) (21), apresentando-o à audiência como merecedor da admiração de todos. Ao fazê-lo, tenta cativar os ouvintes, que, sem dúvida, receberiam com agrado tais elogios, ao mesmo tempo em que, ao mostrar sua proximidade com aquele líder político, beneficia-se de sua autoridade e de seu prestígio. Ou seja, nenhuma oportunidade é perdida quando se trata de colocar em evidência a própria *persona*, elemento da maior importância *ad vincendum* (*De orat.* 2, 182).

Teria Cícero caracterizado com êxito sua própria imagem no *Pro Milone*? Para se avaliar a efetividade do orador nesse quesito, o melhor critério será verificar até que ponto ele cumpriu os preceitos da doutrina do *conciliare*. A esse respeito, remetemo-nos a Guérin³⁸⁷, que, tomando por base a passagem do *De oratore* 2, 232³⁸⁸, afirma que a função dos preceitos nessa obra é a de fornecer um quadro de referência que possibilita ao orador comparar sua prática e avaliá-la. Como já vimos, a função do *conciliare* compreende duas partes: a positiva, que consiste em colocar o caráter do orador e do cliente sob uma luz favorável; e a negativa, que consiste em destruir a *persona* do adversário. O preceito enunciado no *De oratore* em relação aos clientes é de que o orador deve apresentá-los como “homens justos, íntegros, religiosos, timoratos, toleradores de injustiças” (2, 184). Observando o conjunto de estratégias que Cícero emprega para apresentar seu cliente sob uma luz favorável, podemos destacar:

³⁸⁶ Cf. ASC. 33.

³⁸⁷ GUÉRIN, 2010: 125.

³⁸⁸ “Eu, porém, creio que esses preceitos têm o poder e a utilidade, não de sermos levados pela arte a descobrir o que dizer, mas de confiarmos na correção do que atingimos pela natureza, pelo estudo, pelo exercício, ou percebermos seu erro, depois de aprendermos a que deve ser relacionado” (*Sed ego in his praeceptis hanc vim et hanc utilitatem esse arbitror, non ut ad reperiendum quod dicamus, arte ducamur sed ut ea, quae natura, quae studio, quae exercitatione consequimur, aut recta esse confidamus aut prava intellegamus, cum quo referenda sint didicerimus. De orat.* 2, 232).

- 1) Milão é representado como um homem corajoso, magnânimo e dedicado à pátria.
- 2) Cliente e patrono compartilham os mesmos ideais de oferecer proteção à pátria com risco da própria vida.
- 3) Afirmando que Milão não matou Clódio (os escravos de Milão é que o fizeram, sem seu conhecimento) Cícero procura conferir certa honorabilidade à causa: mesmo que Milão tivesse matado, merecia antes a gratidão da sociedade, por livrá-la de um tirano.
- 4) Mesmo que não receba a gratidão das pessoas, Milão se contenta com ter praticado uma ação benéfica ao povo.

Desse modo, táticas variadas são empregadas para criar um sentimento de aprovação no público em relação a Milão. Os esforços do orador, nesse sentido, resultam numa caracterização consistente do caráter do seu constituinte, em harmonia com as ações e as ideias que lhe são atribuídas.

O lado negativo do *conciliare* consiste na caracterização de Clódio. Nesse quesito, Cícero não deixa a menor dúvida quanto ao poder destrutivo de seu ataque *ad hominem*. Clódio é retratado como um animal selvagem, um monstro, uma praga, caracterização que serve para mostrá-lo como um tirano, como um indivíduo, portanto, danoso à República e à sociedade. Nesse cenário, fica mais fácil caracterizar o ato de Milão como justificado.

Segundo a doutrina do *conciliare*, além de retratar discursivamente o próprio caráter, o orador tem a possibilidade de derivar sua *persona* da competência retórica que demonstra ao representar os demais caracteres. Antônio afirma que “exibir sinais de afabilidade, generosidade, brandura, devoção e de um ânimo grato, não ambicioso, não avaro, é extremamente útil [...]” (2, 182) ao orador. Tendo esse quadro de referência, podemos observar que Cícero procura demonstrar cortesia, atenção e respeito em relação à audiência em geral, o que se nota na sua atitude elogiosa em relação aos juízes, a Pompeu e ao público. A caracterização dos personagens intervenientes no caso é realizada de acordo com os princípios fundamentais estabelecidos na doutrina, a partir dos quais Cícero deriva táticas particulares que primam pela inventividade e pela *variatio*. Desse modo, pode-se dizer que Cícero apresenta uma imagem de si mesmo

que se enquadra tecnicamente nos princípios exarados pela sua própria teoria desenvolvida no *De oratore*.

3.4. Invenção, *movere*

3.4.1. Considerações teóricas

Ao concluir a discussão da segunda função da sua *ratio dicendi*, no *De oratore*, Cícero introduz a terceira, apresentando uma lista de emoções que a ela correspondem e, além disso, caracterizando-a como ligada (*adiuncta*) à segunda (*conciliare*), embora com características distintas:

Huic autem est illa dispar adiuncta ratio orationis, quae alio quodam genere mentis iudicium permovet impellitque, ut aut oderint aut diligant aut invidiant aut saluum velint aut metuunt aut sperent aut cupiant aut abhorreant aut laetentur aut maereant aut misereantur aut poenire velint aut ad eos motus deducantur, si qui finitimi sunt [et de propinquis ac] talibus animi permotionibus (2, 185).

Ligado a este, há aquele método oratório diferente, que influencia e impele de outro modo as mentes dos juízes, de forma a que odeiem, amem, queiram ver salvo, temam, tenham esperança, desejem, abominem, alegrem-se, entristeçam-se, compadeçam-se, queiram punir ou sejam conduzidos a tais emoções, se há alguma próxima a tais paixões do ânimo.

A ligação entre o segundo e o terceiro método oratórios a que Cícero alude consiste em que ambos lidam com as emoções dos ouvintes³⁸⁹. Conforme já apontamos ao tratar do *conciliare*, tal fato leva alguns estudiosos a afirmarem que as duas funções não se distinguem na teoria de Cícero, pois o diferencial entre esses dois meios de persuasão estaria restrito ao grau de intensidade das emoções suscitadas³⁹⁰: o *conciliare* estaria ligado às emoções mais brandas, e o *movere* (também *concitare* ou *commovere*), às emoções mais veementes. Já outros estudiosos, como Wisse e Fortenbaugh – como também já mencionamos na seção destinada ao *conciliare* –, entendem que não há sobreposição ou confusão entre os dois conceitos, uma vez que as emoções brandas

³⁸⁹ Neste ponto a teoria do *conciliare* difere da teoria aristotélica das *písteis*, na qual o *êthos* está relacionado com o orador e o *páthos*, com os ouvintes.

³⁹⁰ Como por exemplo FANTHAM, 1973: 267; GILL, 1984: 157, n. 41; ZERBA, 2002: 306.

suscitadas pelo *conciliare* concernem exclusivamente àquelas ligadas à descrição do caráter³⁹¹.

O próprio Cícero chama atenção para o fato de que a persuasão pelo caráter deve se mesclar à persuasão emocional, transmitindo a ela uma parcela de sua brandura:

Sed est quaedam in his duobus generibus, quorum alterum lene, alterum vehemens esse volumus, difficilis ad distinguendum similitudo; nam et ex illa lenitate, qua conciliamur eis, qui audiunt, ad hanc vim acerrimam, qua eosdem excitamus, influat oportet aliquid, et ex hac vi non numquam animi aliquid inflandum est illi lenitati (2, 212).

Mas há nestes dois gêneros, dos quais pretendemos que um seja brando, o outro, veemente, uma semelhança difícil de distinguir; pois é preciso que algo daquela brandura com a qual cativamos os ouvintes flua para esta força extremamente rigorosa com que os incitamos, e, por meio desta força, deve-se inflar um pouco o ânimo por aquela brandura.

Na prática de seus discursos, Cícero mostra que não só a descrição do caráter (*conciliare*) e a comoção (*movere*) estão intimamente ligadas, mas também o instruir (*docere*). Os três meios cumprem objetivos distintos que podem ocorrer simultaneamente³⁹². Basta observar como o caráter é muitas vezes usado para formar argumentos de probabilidade, principalmente nos casos conjeturais, em que o fato precisa ser comprovado³⁹³. Neste caso, o argumento de caráter dá apoio ao argumento racional, constituindo-se em um elemento importante para os juízes formularem seu veredito. Já para obter a benevolência para si e para o cliente, um dos mecanismos comumente empregados pelo orador é excitar o ódio da audiência por meio do caráter do adversário³⁹⁴. Nesta situação, observa-se a prestação de mútuo serviço entre os dois meios de persuasão: o *êthos* suscita o *páthos*, que, por sua vez, contribui com sua força emotiva para validar o retrato do caráter.

Mas Cícero, de fato, distingue as duas funções: *conciliare* consiste na apresentação favorável do caráter do orador e do cliente, envolvendo emoções brandas, como a simpatia³⁹⁵; o *movere* concerne exclusivamente às emoções intensas. Na passagem a seguir, Antônio fala distintamente desses dois modos de persuasão: “In

³⁹¹ WISSE, 1989: 239: *It is to be noticed that the two types of passages, ‘ethical’ and emotional ones, are carefully distinguished, and keep their own proper function*; FORTENBAUGH, 1988: 269: [...] *it would be a mistake to conclude that the Ciceronian distinction between winning favor and arousing emotion depends entirely upon a difference in degree.*

³⁹² Cf. FORTENBAUGH, 1988: 267.

³⁹³ WISSE, 1989: 96.

³⁹⁴ CIC. Inv. 1, 22.

³⁹⁵ WISSE, 1989: 240.

utroque autem genere dicendi et illo, in quo vis atque contentio quaeritur, et hoc, quod ad vitam et mores accomodatur...”(De orat. 2, 213) (“Em ambos os gêneros do discurso, tanto naquele em que se busca a força e a intensificação, como neste, que é adequado à vida e ao caráter ...”). Os termos mais frequentes empregados para caracterizar os dois meios de persuasão estão relacionados ao tipo de discurso que o orador deve empregar: para o *movere* o discurso deve ser *vehemens e atrox* (De orat. 2, 199-200; 212), enquanto para o *conciliare* o discurso deve conter *lenitas* (brandura) e *mansuetudo* (mansidão) (De orat. 2, 200). Importante ressaltar que tais atributos concernem não apenas à elocução, mas também à atuação do orador, pois a voz, a expressão e os gestos devem corresponder às palavras expressadas³⁹⁶.

Cícero, em várias ocasiões, enfatiza o papel primordial do apelo à emoção no discurso³⁹⁷; em uma delas, referindo-se ao papel do orador de comover os juízes, afirma ser esse “o elemento em que tudo reside” para se chegar à vitória³⁹⁸. E, ao preceituar como os três elementos de sua *ratio dicendi* devem ser distribuídos no discurso, afirma que, embora o orador deva parecer estar apenas instruindo, os argumentos emocionais devem estar espalhados por todas as partes, *sicuti sanguis in corporibus* (2, 310) (“como o sangue pelos corpos”).

Os preceitos a respeito do uso do *movere* são fornecidos por Antônio a partir de um ponto de vista prático, em que seu próprio discurso em defesa de Norbano é oferecido como paradigma para o apelo emocional. Este trecho fornece uma síntese do seu modo de manipular as emoções visando a conduzir a mente dos juízes:

Quod ubi sensi me in possessionem iudici ac defensionis meae constitisse, quod et populi benevolentiam mihi conciliaram, cuius ius etiam cum seditionis coniunctione defenderam, et iudicum animos totos vel calamitate civitatis vel luctu ac desiderio propinquorum vel odio proprio in Caepionem ad causam nostram converteram, tum admiscere huic generi orationis vehementi atque atroci genus illud alterum, de quo ante disputavi, lenitatis et mansuetudinis coepi (2, 200).

Quando percebi que tinha o julgamento e minha defesa sob controle, por haver cativado a benevolência do povo, cujo direito eu defendera também em combinação com a sedição, e por haver passado os ânimos dos juízes inteiramente para nossa causa, fosse pela calamidade infligida à cidade, fosse pelo luto e pela saudade dos parentes, fosse pelo ódio pessoal contra

³⁹⁶ MONTEFUSCO, 1992: 247.

³⁹⁷ De orat. , 2, 178; 215; Orat., 69; Brut., 276; 279; 322. Opt. Gen., 3.

³⁹⁸ De orat., 2, 215.

Cepião, passei a misturar a este gênero de discurso veemente e atroz aquele outro, de que tratava anteriormente, de brandura e mansidão.

O trecho acima indica que os dois tipos de argumentos, o que envolve o caráter (argumento ético) e o que envolve as emoções (argumento patético), podem aparecer interligados no discurso. Antônio indica que aplacou a forte rejeição dos juízes em relação ao seu cliente suscitando em seus ânimos, em primeiro lugar, emoções fortes, por meio da lembrança do sofrimento causado à cidade e pela saudade dos parentes, bem como incitando o ódio contra Cepião. Só depois de ter o controle da situação é que Antônio passa a “misturar a este gênero de discurso veemente e atroz aquele outro, [...] de brandura e mansidão”, que corresponde à representação do caráter.

No *De oratore* 2, 190, Antônio compara a ação de suscitar emoções fortes na audiência à provocação de um *incendium*. Segundo sua teoria, o orador pode inflamar a audiência não só pelas palavras empregadas (*elocutio*), mas por sinais mostrados por meio de sua *actio* (atuação): “[...] nem será levado à misericórdia se não tiveres mostrado sinais de tua dor por tuas palavras, expressões, voz, rosto, tuas lágrimas [...]” (*neque ad misericordiam adducetur, nisi tu ei signa doloris tui verbis, sententiis, voce, vultu, conlacrimatione denique ostenderis*) (2, 190).

Outra recomendação crucial de Antônio é de que o orador deve conhecer a disposição dos juízes para poder adaptar suas estratégias ao estado de espírito da audiência (*De orat.* 2, 186-187). No confronto com os juízes, duas situações são possíveis: a primeira é aquela de uma audiência previamente favorável; a segunda, aquela em que a audiência é neutra ou hostil³⁹⁹. Neste caso, o orador deve ser mais cauteloso e procurar sondar bem as inclinações dos juízes para saber quais emoções deve suscitar. Entra em jogo então a arte de lidar com as emoções, “pois, em nada ajudando a natureza, tudo deve ser estimulado pelo discurso” (*Sunt enim omnia dicendo excitanda, nihil adiuvante natura*) (*De orat.* 2, 187). Contudo, a maior força do apelo emocional, segundo Antônio, consiste em o orador experimentar ele mesmo as emoções que deseja provocar, uma vez que

neque est enim facile perficere ut irascatur ei, cui tu velis, iudex, si tu ipse id lente ferre videare; neque ut oderit eum, quem tu velis, nisi te ipsum flagrantem odio ante viderit (2, 190).

³⁹⁹ WISSE, 1989: 253.

[...] não é fácil conseguir que o juiz se ire contra aquele que desejas, se tu mesmo pareces tolerá-lo com indiferença; nem que odeie aquele que desejas, se antes não te vir ardendo de ódio.

3.4.2. A invenção do *movere* no *Pro Milone*

O *Pro Milone* é um discurso que ilustra bem os preceitos teóricos do *De oratore* vistos acima, pois não só os argumentos éticos e os patéticos encontram-se disseminados por todas as partes (*sicuti sanguis in corporibus*, 2, 310), mas também porque se observa, neste discurso, como o *êthos* pode ser usado para excitar o *páthos*, ou, segundo a terminologia de Cícero, como o *conciliare* pode contribuir com o *movere* e vice-versa.

Sendo o intuito de Cícero provar que Clódio armara uma emboscada para Milão, o que tornava o ato de seu cliente justificado, interessava-lhe denegrir ao máximo o caráter daquele, retratando-o como um bandido e, sobretudo, um tirano, odioso e cruel. Assim, para suscitar a aversão contra Clódio, Cícero procurará envolver sentimentos significativos para os romanos: o patriotismo, a religiosidade e o amor à tradição. Sua expectativa, deste modo, seria fazer com que os próprios juízes viessem a sentir o desejo de absolver seu cliente, se não por outros motivos, ao menos pelo fato de tê-los livrado da ameaça clodiana. Pois Cícero, sem dúvida, era consciente do fato que Quintiliano deixaria registrado mais tarde na *Institutio oratoria*: *probationes enim efficiant sane ut causam nostram meliorem esse iudices putent, adfectus praestant ut etiam velint* (“De fato, as provas podem levar os juízes a considerarem que a nossa causa é a melhor, mas é nosso apelo emocional que faz com que também o desejem.”) (6, 2, 5).

Ao manipular as emoções dos juízes, o medo é um sentimento que Cícero explora sob vários aspectos no discurso. Refletindo possivelmente o clima de terror que circundava o fórum no momento da defesa, esse sentimento está presente já no exórdio. Embora utilizado como mecanismo retórico para a *captatio benevolentiae*, a alusão ao medo aparece sete vezes, e isso só nos dois parágrafos iniciais, por meio dos termos: *etsi vereor*; *incipientem timere*; *terret oculos*; *terroris aliquid*; *non timere*; *aliquo timore*. É possível que, ao admitir o próprio temor, Cícero se colocasse em situação idêntica à dos juízes, procedimento que podia favorecer o estabelecimento da interação

entre orador e audiência⁴⁰⁰. Neste caso, uma emoção forte, o medo, estaria sendo usada para auxiliar o *conciliare*, ou a conquista da simpatia.

Ainda no exórdio, Cícero começa a suscitar a animosidade contra Clódio, por meio do emprego de termos fortemente agressivos, e separando, de um lado, a multidão de assistentes que estaria apoiando Milão, a qual, segundo afirma, era “composta de cidadãos” (*est civium*) (3), e, de outro, a espécie de homens “que o furor de Públio Clódio alimentou com rapinagens e incêndios e todo tipo de flagelos públicos” (*quos P. Clodi furor rapinis et incendiis et omnibus exitiis publicis pavit*) (3). O uso do verbo *pavit* (*pasco*), que tem como primeiro sentido alimentar animais – “levar a pastar”, “apascentar” –, serve para conferir um tom pejorativo à afirmação, comparando os seguidores de Clódio a animais⁴⁰¹; segundo Clark, o termo era usado para se referir metaforicamente a escravos⁴⁰². Assim, Cícero insinua ainda que aqueles que estão do seu lado e de Milão são todos cidadãos, os que estão do lado de Clódio, escravos.

Quando, na narração, Cícero descreve os projetos de Clódio para “dilacerar a República” (*ad dilacerandam rem publicam*) (24), além de estar fundamentando sua versão dos fatos, seu propósito é também o de incutir na audiência o ódio contra o adversário. Na *argumentatio*, Cícero retrata Clódio como *belua*, com o relato de várias ocasiões em que ele fizera uso injustificado da violência. Nos parágrafos 37-39, Cícero enumera alguns cidadãos proeminentes que haviam sofrido a opressão direta ou indireta de Clódio, dentre os quais constavam ninguém menos que Pompeu e ele próprio. A proeminência de tais personagens por si só seria capaz de provocar a indignação na audiência contra a audácia de Clódio.

Ao terminar a *argumentatio*, Cícero intercala entre ela e a peroração uma digressão, que vai do parágrafo 72 ao 91. Essa parte, em que argumentos éticos e patéticos aparecem combinados, atinge um dos mais elevados picos emocionais do discurso. Para intensificar a comoção há um vasto emprego de recursos elocutivos, tais como prosopopeias, invocações, perguntas, repetições e amplificações. Nesta prosopopeia, da qual a seguir citamos um trecho, Cícero fala em nome de Milão, fornecendo uma lista de crimes praticados por Clódio. Nesse procedimento, utiliza

⁴⁰⁰ Para PRILL (1986: 108), o medo é verdadeiro, e ao torná-lo público, é possível que Cícero tentasse identificar-se aos juízes, que também provavelmente temiam represálias.

⁴⁰¹ CLARK, 1895: 3

⁴⁰² CLARK, 1895: 3.

insistentemente, ao longo de quatro parágrafos (72-75), a repetição da anáfora de *eum qui* (“aquele que”, referindo-se a Clódio):

eum cuius supplicio senatus sollemnis religiones expiandas saepe censuit; eum quem cum sorore germana nefarium stuprum fecisse L. Lucullus iuratus se quaestionibus habitis dixit comperisse. 73. eum qui civem quem senatus, quem populus Romanus, quem omnes gentes urbis ac vitae civium conservatorem iudicarent servorum armis exterminavit; eum qui regna dedit, ademit, orbem terrarum quibuscum voluit partitus est (72-73).

[...] matei aquele que o senado determinou repetidas vezes que devia expiar por meio do castigo seus crimes de profanação das cerimônias sagradas; aquele que mantivera ímpio adultério com a própria irmã, fato que Lúcio Luculo afirmou sob juramento ter descoberto depois de investigação; aquele que, pelas armas dos seus escravos, desterrou o cidadão que o senado, o povo romano e todas as nações haviam considerado salvador da Cidade e da vida dos seus concidadãos; aquele que outorgou e usurpou reinos, que repartiu o mundo entre quem bem quis.

Depois de enumerar os atos de Clódio e amedrontar a audiência mostrando sua propensão a todo tipo de crime, o medo é suscitado também pelo mecanismo da *evidentia*, em que Cícero leva os juízes a imaginarem a volta de Clódio à vida se Milão pudesse ser absolvido. Nesta passagem, de alto teor patético, a qual já citamos ao tratar do retrato de caráter de Clódio, Cícero aponta que a alteração do semblante dos juízes denunciava o medo de que eram acometidos somente por conceber tal hipótese. O proveito persuasivo da estratégia é o de sugerir que, uma vez que os juízes não aceitariam, se estivesse ao seu alcance, trazer Clódio de volta à vida, então não deveriam condenar Milão por tê-lo matado.

Manipulando o sentimento patriótico romano para aumentar a aversão contra Clódio, Cícero o caracteriza como tirano, e Milão, como tiranicida. A tirania de Clódio é ilustrada pelo que teria ocorrido se Milão não o tivesse eliminado:

oppressisset omnia, possideret, teneret; lege nova, quae est inventa apud eum cum reliquis legibus clodianis, servos nostros liberos suos effecisset (89).

Teria subjugado tudo, de tudo se apoderaria, teria tudo em suas mãos; por uma nova lei, encontrada em sua casa junto com outras leis clodianas, teria transformado nossos escravos em seus libertos.

Em suma, se Milão não tivesse livrado a Cidade de tal tirano, *hodie rem publicam nullam haberetis* (89) (“hoje não teríeis República alguma”), afirma.

Um dos picos da comoção ocorre na *extra causam*, quando Cícero fornece a interpretação da morte de Clódio sob o ponto de vista da *vis divina*. Nessa passagem, Milão é retratado como instrumento dos deuses para a salvação de Roma. O fato de Clódio ter sido morto defronte ao santuário da Boa Deusa, cujos ritos profanara dez anos antes, confirmariam a intervenção divina. Servem também para corroborar a presença da força divina as ações da turba clodiana, que, inflamada de furor pelos próprios deuses ultrajados, privaram o cadáver de Clódio de um funeral apropriado, de modo que

[...] *sine imaginibus, sine cantu atque ludis, sine exsequiis, sine lamentis, sine laudationibus, sine funere, oblitus cruore et luto, spoliatus illius supremi diei celebritate, cui cedere inimici etiam solent, ambureretur abiectus* (86).

[...] sem imagens, sem cantos nem jogos, sem exéquias, sem lamentações, sem louvores, sem funeral, abandonado em meio ao sangue e à lama, privado da solenidade daquele último dia que se costuma conceder até aos inimigos, foi atirado à via pública chamuscado.

A indignação e o sentimento de ultraje atingem seu mais alto grau quando Cícero introduz a segunda lista de crimes que evidencia o desprezo de Clódio à religião, à tradição e aos próprios concidadãos. Esta nova lista é reforçada pelo homeoteleuto de *erat e arat*:

Polluerat stupro sanctissimas religiones, senatus gravissima decreta perfregerat, pecunia se a iudicibus palam redemerat, vexarat in tribunatu senatum, omnium ordinum consensu pro salute rei publicae gesta resciderat, me patria expulerat, bona diripuerat, domum incenderat, liberos, coniugem meam vexarat, Cn. Pompeio nefarium bellum indixerat, magistratuum privatorumque caedes effecerat, domum mei fratris incenderat, vastarat Etruriam, multos sedibus ac fortunis eiecerat (87).

Manchara pelo adultério os mais sagrados cultos, violara os mais nobres decretos do senado; com dinheiro resgatara sua culpa junto aos juízes; atormentara o senado durante seu tribunado, anulara atos promulgados pelo consenso de todas as ordens para a segurança da República, expulsara-me da pátria, roubara meus bens, incendiara minha casa, ameaçara meus filhos e minha esposa, declarara uma guerra ímpia a Gneu Pompeu, perpetrara mortes de magistrados e particulares, incendiara a casa de meu irmão, devastara a Etrúria, despojara muitos cidadãos de suas moradias e de seus bens.

Há que se ressaltar, ainda, uma tática que Cícero emprega para agir sobre as emoções dos juízes, que consiste em envolvê-los na discussão, tornando-os ora

beneficiários, ora diretamente prejudicados por certas ações. Exemplo disso é quando menciona que os juízes usufruíram das vantagens das ações que Milão realizara pelo bem da República: “se a morte de Públio Clódio significou a vossa salvação” (*quia mors P. Clodi salus vestra fuerit*) (6); “nada digo sobre a vantagem que a República obteve, que vós obtivestes, que obtiveram todos os homens de bem” (*nihil dico quid res publica consecuta sit, nihil quid vos, nihil quid omnes boni*) (30); “vós conseguistes a vantagem de não ter cidadão algum a temer” (*vos adepti estis, ne quem civem metueretis*) (34). Por outro lado, se Clódio continuasse vivo, os danos também seriam deles:

Quae vero aderant iam et impendebant, quonam modo ea aut depellere potuissetis aut ferre? Imperium ille si nactus esset,—omitto socios, exteras nationes, reges, tetrarchas; vota enim faceretis, ut in eos se potius immitteret quam in vestras possessiones, vestra tecta, vestras pecunias:—pecunias dico? a liberis (me dius fidiis) et a coniugibus vestris numquam ille effrenatas suas libidines cohibuisset (76).

Como poderíeis vós repelir ou suportar esses males que já se manifestavam e eram uma ameaça? Se ele tivesse alcançado o poder – nem falo dos aliados, das nações estrangeiras, dos reis, dos tetrarcas; de fato, faríeis votos de que ele arremettesse antes contra eles, em vez de se lançar contra as vossas propriedades, vossas casas, vosso dinheiro – dinheiro, digo eu? – não teria refreado seus instintos libidinosos – valha-me Fídio! – contra vossos filhos, contra vossas esposas!

Outro elemento importante entre as táticas de Cícero é sua capacidade de prever a reação da audiência. Sabedor de que a ameaça à propriedade privada era motivo de terror entre as classes mais altas, Cícero utiliza esse elemento repetidas vezes no discurso (quatro vezes, entre 74 e 78). O objetivo é persuadir os juízes de que, com Clódio vivo, ninguém poderia ter a posse estável de nenhum bem, “pois nenhum particular possuía coisa alguma que, desde que realmente lhe agradasse, não considerasse que haveria de lhe pertencer naquele ano (*nihil erat cuiusquam, quod quidem ille adamasset, quod non hoc anno suum fore putaret*) (87).

A *extra causam*, que Cícero utiliza especialmente para os apelos emocionais acima referidos, possui, segundo May⁴⁰³, o propósito de, ao mesmo tempo, tornar persuasiva a prova e emprestar força à peroração que vem a seguir, ocasião em que se introduz o apelo à compaixão dos juízes. Tendo construído a imagem de Milão como a

⁴⁰³ MAY, 1979: 242.

de um herói altruísta e, além disso, guiado pela vontade divina, Cícero criou as condições necessárias para mostrá-lo como um homem virtuoso e injustiçado, portanto, digno de compaixão. Tal representação de Milão era necessária porque é mais fácil levar a audiência à compaixão quando se coloca diante de seus olhos o infortúnio de um homem virtuoso⁴⁰⁴:

[...] *et cum singuli casus humanarum miseriarum graviter accipiuntur, si dicuntur dolenter, tum adflicta et prostrata virtus maxime luctuosa est* (*De orat.* 2, 211).

[...] e não apenas cada caso das misérias humanas é recebido com pesar, se expressado com sofrimento, mas também a virtude, quando aflita e prostrada, é sobremaneira pesadosa.

Assim, ao chegar à peroração (93-105), já com o nível das emoções bastante elevado, Cícero pode apelar para a misericórdia dos juízes baseando-se no caráter irrepreensível de Milão: “pelos deuses imortais, que varão destemido e digno de ser salvo por vós, senhores juízes! (*o di immortales! Fortem et a vobis, iudices, conservandum virum!*) (104). E já que Milão permanecia com a expressão inalterada, recusando-se a fazer o papel de implorante, Cícero pede a misericórdia dos juízes para si mesmo, expressando sua dor diante de um possível veredicto de condenação, pois temia não poder salvar do exílio aquele mesmo amigo que o restituíra a Roma. Pede também a compaixão dos juízes em nome da pátria, que se tornaria infeliz ao ser privada de um cidadão tão benemérito. Nesse ponto, mais uma vez envolve pessoalmente os juízes: “Haverá alguém que expulse com seu voto este que, banido por vós, todas as cidades chamarão para si? (*hunc sua quisquam sententia ex hac urbe expellet quem omnes urbes expulsum a vobis ad se vocabunt?*) (104). Por fim, em clima de comoção, encaminha o discurso para o final: “mas terminemos, pois já não posso falar por causa das lágrimas, e Milão não quer ser defendido com lágrimas” (*sed finis sit; neque enim prae lacrimis iam loqui possumus, et hic se lacrimis defendi vetat*) (105).

⁴⁰⁴ Ideia semelhante se nota em Aristóteles. No Cap. XIII da *Poética*, ao analisar qual a melhor situação para se produzir o efeito trágico, o Filósofo diz que é aquela em que se mostra a queda de um homem bom: “porque a piedade tem lugar a respeito do que é infeliz sem o merecer [...]” (1453a).

CONCLUSÃO

Ponderando as táticas empregadas por Cícero no *Pro Milone*, Quintiliano fica em dúvida: *quod in eo consilium maxime mirer?* (“que estratégia devo admirar mais no discurso?” (6, 5, 9). Assim, propõe algumas alternativas:

Quod non ante narravit quam praeiudiciis omnibus reum liberaret? Quod insidiarum invidiam in Clodium vertit, quamquam re vera fuerat pugna fortuita? Quod factum et laudavit et tamen a voluntate Milonis removit? Quod illi preces non dedit et in earum locum ipse successit? (6, 5, 10).

O fato de que ele não começou a narração antes de ter livrado o acusado de todos os pré-julgamentos a seu respeito? De que dirigiu contra Clódio o ódio por ele ter preparado uma emboscada, embora, na verdade, o combate tivesse ocorrido por acaso? De que exaltou o fato e, no entanto, isentou Milão da intenção de tê-lo cometido? De que não pôs as súplicas na boca de seu cliente, mas assumiu ele próprio o papel de suplicante?

Quintiliano chega à conclusão de que seria uma tarefa interminável enumerar tais provas de sagacidade por parte do Arpinate (*infinitum est enumerare*, 6, 5, 10). Os aspectos a que Quintiliano refere representam algumas das muitas táticas que refletem a engenhosidade de Cícero na composição do *Pro Milone*. O primeiro aspecto – “o fato de que ele não começou a narração antes de ter livrado o acusado de todos os pré-julgamentos a seu respeito” –, concerne à atitude do Arpinate de inserir uma refutação preliminar antes da narração, a fim de afastar as prevenções dos juízes contra seu cliente, fato que Quintiliano elogia também em 4, 2, 25. Referimos esse aspecto ao discutir a disposição (2.1), ou seja, sobre como Cícero organiza as partes do discurso e os argumentos internos. Mostramos então como Cícero usa a disposição para preparar psicologicamente os ouvintes para ouvirem convenientemente o discurso. A refutação preliminar posicionada antes da narração é um exemplo de tal estratégia.

A segunda observação – “de que dirigiu contra Clódio o ódio por ele ter preparado uma emboscada, embora, na verdade, o combate tinha ocorrido por acaso” –, está ligada ao modo pelo qual Cícero contorna a dificuldade da própria causa. Embora, segundo relata Ascônio, o encontro dos dois combatentes na Via Ápia tivesse sido casual (conforme tratamos em 1.4), Cícero prefere ignorar esse fato e afirmar que Clódio esperara Milão em uma emboscada. Assim, instiga nos juízes a indignação e o

ódio contra o suposto agressor. A terceira observação de Quintiliano – “de que exaltou o fato e, no entanto, isentou Milão da intenção de tê-lo cometido” – diz respeito ao *status causae* (ou linha de defesa) que Cícero adota para defender Milão, aspecto intimamente ligado ao anterior. Tratamos desses dois assuntos antes de abordar a invenção propriamente dita, no subitem 2.2 e seguintes. Pudemos observar que a determinação do *status* consiste na etapa de diagnóstico⁴⁰⁵ da causa, ou seja, na análise da controvérsia e na identificação do ponto em questão, para que, em seguida, o orador possa adotar as linhas de argumentação apropriadas. No caso do *Pro Milone*, constatamos que a linha de defesa principal se baseia no seguinte silogismo: um assassino (9-11) e criminoso (7-9) pode ser morto justificadamente (*quaestio infinita*). Clódio era um assassino (32-71) e criminoso (72-91) (*quaestio finita*). Portanto Clódio foi morto justificadamente⁴⁰⁶.

Tal linha de defesa, que alega que o ato cometido era justificável, recebe o nome técnico de *status* da qualidade. Cícero decide utilizar especificamente uma subdivisão desse *status*, denominada *relatio criminis* (transferência da acusação), que reflete particularmente a situação em que o acusado não nega o ato, mas sim a intenção de cometê-lo, transferindo a culpa para a própria vítima. No caso de Milão, Cícero transfere para Clódio a culpa do fato, acusando-o de ter armado uma emboscada contra seu constituinte. Mas, apesar de negar a intenção de seu cliente quanto ao ato praticado, Cícero exalta esse mesmo ato na parte do discurso denominada *extra-causam* (72-91), afirmando que a morte de Clódio representou um grande benefício para a sociedade (é essa a manobra que Quintiliano elogia).

Contudo, para provar que Milão matara justificadamente, Cícero tinha que mostrar que fora Clódio quem *insidias paravit* (31). Desse modo, o desenvolvimento da argumentação se dá pela questão do fato (*status* conjetural).

Quanto ao quarto aspecto apontado por Quintiliano – “de que não pôs as súplicas na boca de seu cliente, mas assumiu ele próprio o papel de suplicante” –, trata-se do procedimento que Cícero adotou na peroração. Tendo mostrado seu cliente, desde o exórdio, com o semblante calmo e indiferente em relação ao próprio destino, na peroração Cícero mantém a mesma caracterização e assume ele próprio o encargo de

⁴⁰⁵ HEATH, 2009: 64.

⁴⁰⁶ DONNELLY, 1935: 19.

pedir a compaixão dos juízes, fato que discutimos ao tratar da caracterização da *persona* de Milão, em 3.3.2.1; da disposição, em 2.1; e da invenção do *movere*, em 3.4.2.

Os aspectos acima referidos retomam alguns dos pontos discutidos nesta dissertação para dar conta do propósito, enunciado na introdução, de estudar a invenção no *Pro Milone*. Contudo, outras partes da retórica também foram abordadas, ainda que de passagem, caso da disposição e da elocução. Isto porque a invenção, a disposição e a elocução não funcionam de forma independente, mas integrada, visando a tornar o discurso o mais persuasivo possível. Assim, tecemos em 2.1 algumas considerações acerca da disposição no *Pro Milone*, bem como apresentamos a opinião de alguns estudiosos a esse respeito, opiniões essas, em certos casos, conflitantes: Clark (1895) e Craig (2007), por exemplo, julgam que Cícero segue de perto os manuais; Neumeister (1964) e Wisse (2007) pensam o contrário. Contudo, é fato que, por meio da disposição, o orador ordena as partes do discurso e os argumentos internos do modo mais conveniente à causa que tem em mãos.

A elocução, por sua vez, se revela na escolha da linguagem apropriada para cada circunstância no discurso (cap. 3 *passim*). Observamos seus efeitos, por exemplo, nos retratos de caráter. Ao empregar uma linguagem vívida, dotada de apelo emocional, Cícero consegue “pôr diante dos olhos” da audiência o *êthos* do retratado, bem como levar os ouvintes a imaginarem determinadas situações, *e. g.*, trazer Clódio de volta à vida, na condição de que Milão fosse absolvido. Nesse caso, para mostrar que, de fato, ninguém desejava a volta de Clódio, por isso, Milão não devia ser condenado. Na *extra causam*, observamos (3.4.2) que as amplificações, repetições, prosopopeias e outras figuras promovem a elevação do estilo, ao mesmo tempo em que suscitam emoções fortes nos ouvintes, de modo que, ao chegar ao epílogo, com o clima de comoção já bastante elevado, o orador pode mais facilmente dar início à *commiseratio* (pedido de compaixão).

Para tratar da invenção, estruturamos a discussão de acordo com a divisão que Cícero estabelece para essa parte da retórica, ou seja, de acordo com os três modos de persuadir: *docere*, *conciliare* e *movere* (*De orat.* 2, 115), que tratamos no capítulo 3. Tais modos são abordados separadamente, para efeito de estudo, mas, na prática do discurso, é comum que sejam empregados de forma combinada, conforme já apontamos. A doutrina dos meios de persuasão, como discutimos em 3.1, está relacionada às três fontes de provas aristotélicas, embora não de forma idêntica: a

mudança de foco, do caráter do orador, na doutrina aristotélica, para a benevolência do ouvinte, na ciceroniana, reflete a influência de outras teorias, bem como do meio cultural e do sistema judiciário romanos. A questão de até que ponto a doutrina de Cícero é influenciada pela aristotélica é controversa, conforme mostramos pelas opiniões de estudiosos como Wisse (1989), May (1988) e Fortenbaugh (1988).

No que tange à invenção dos argumentos destinados a instruir sobre os fatos (*docere*), observa-se que o uso que Cícero faz dos *status causae* e dos tópicos correspondentes são fortemente baseados nos preceitos retóricos dos manuais. Entretanto, o modo pelo qual ele emprega os meios de prova baseados no *êthos* (*conciliare*) e no *páthos* (*movere*) reflete, em muitos aspectos, as teorias expostas no *De oratore*, obra concluída aproximadamente três anos antes. O emprego de tais meios no discurso está em perfeita consonância com os preceitos expostos pelo personagem Antônio, no *De oratore* 2, 310-312, que, entre outras considerações, recomenda a distribuição dos elementos emocionais por todas as partes, *sicuti sanguis in corporibus* (2, 310). De fato, analisando o *Pro Milone*, vemos que não só a digressão e a peroração estão marcadas por passagens que utilizam o *êthos* e o *páthos* para sua efetividade, mas também o exórdio, a narração e as provas estão perpassadas por tais elementos, que conferem a cada uma de tais partes o poder de influenciar as mentes dos ouvintes.

Essa correspondência entre a teoria e a prática é a principal razão pela qual May é levado a afirmar que *the Pro Milone as published is actually an intencional oratorical example of the theoretical rhetorical system outlined in De oratore*⁴⁰⁷. “Intencional” porque, segundo supõe o estudioso, àquela altura de sua vida, Cícero estava interessado em tornar conhecidas suas concepções sobre retórica a uma audiência mais ampla⁴⁰⁸. No *De oratore*, ele havia apresentado o retrato do orador ideal. Como um dos seus objetivos ao publicar seus discursos seria o de deixar exemplos de como obter uma efetiva persuasão⁴⁰⁹, também se poderia considerar, afirma May, que a publicação do *Pro Milone* representaria *Cicero’s intention to present to posterity the ideal speech of the ideal orator*⁴¹⁰.

Há ainda outra evidência, que May não menciona, mas que é indicativa da correspondência entre as ideias expostas no *De oratore* e as empregadas no *Pro Milone*.

⁴⁰⁷ MAY, 2001: 128.

⁴⁰⁸ MAY, 2001: 133.

⁴⁰⁹ Tratamos sobre essa questão da publicação dos discursos de Cícero na seção 1.6. Ver também n. 199.

⁴¹⁰ MAY, 2001: 134.

Trata-se do fato de que esse discurso ilustra também as virtudes do orador ideal, aquele que detém “o conhecimento de todos os grandes temas e artes” ([...] *magnarum atque artium scientiam consecutus*, *De orat.* 1, 20), conforme a lista exposta por Cícero em *De orat.* 1, 16-18 e, especialmente, o conhecimento da filosofia, conforme *De orat.* 1, 53-54. Tais qualidades se podem constatar no *Pro Milone* pela maestria com que Cícero transita pelos exemplos históricos (7-9) e no manejo de conceitos filosóficos ao longo do discurso, como, por exemplo, ao discorrer sobre a lei natural em 9-11.

Ainda sobre o emprego de conceitos filosóficos no *Pro Milone*, Clark & Ruebel notam que, para justificar o assassinato de Clódio, Cícero faz uso de categorias consentâneas com a filosofia estoica, caso da elaboração da teoria do tiranicídio⁴¹¹. Tal elaboração incluiria a caracterização de Clódio como tirano, um tipo de indivíduo, portanto, que merecia ser banido da sociedade (tratamos esse tema em 3.3.2.3). Segundo esses estudiosos, Cícero extrai da filosofia estoica as principais características do tirano, a saber: o desejo de estabelecer o controle (*dominatio*) sobre seus concidadãos ou obter o poder passando por cima do processo constitucional (*regnum*)⁴¹². Também a caracterização de Milão com um *êthos* de inabalável indiferença, segundo observa Dyck (1998), é baseada em categorias da filosofia estoica, conforme discutimos em 3.3.2.1.

Contudo, como alerta Solmsen, os discursos de Cícero não podem ser adequadamente analisados apenas pelo confronto com aspectos teóricos e preceitos estabelecidos⁴¹³. Pois Cícero não raro vai além das teorias e, mesmo quando tem por base preceitos técnicos, acaba deles se distanciando pela maneira como os utiliza⁴¹⁴. A esse respeito, pode-se destacar o fato de Cícero, no *Pro Milone*, fazer um uso particular da *digressio*, uso que extrapola os preceitos retóricos ao introduzir nova linha de defesa, como apontamos em 2.2. Também servem como exemplos dessa prática os artifícios usados na disposição e ordenação, os contrastes, amplificações, as táticas para evidenciar o caráter dos indivíduos – traços característicos dos seus proêmios, epílogos e digressões –, os quais não são resultado de preceitos retóricos, mas de seu próprio engenho e experiência. Ou seria de acreditar que Cícero seguiu algum preceito retórico ao começar o discurso em defesa de Milão confessando aos juízes o medo que sentia? Ou quando contrastou seu *êthos* com o de Milão, no exórdio e na peroração? Enfim,

⁴¹¹ CLARK & RUEBEL, 1985: 60.

⁴¹² CLARK & RUEBEL, 1985: 58.

⁴¹³ SOLMSEN, 1938: 542.

⁴¹⁴ SOLMSEN, 1938: 544.

desnecessário seria continuar a relacionar tais provas de independência, pois chegaríamos à mesma conclusão de Quintiliano em 6, 5, 10: *infinitum est enumerare*. O que se tentou fazer neste trabalho foi apenas identificar e descrever algumas das táticas principais do representante máximo da oratória romana.

PARTE II

TRADUÇÃO

1. Notas sobre a tradução

1.1. Edições utilizadas

Para a tradução do *Pro Milone* e para os comentários de Ascônio, utilizamos o texto latino estabelecido na edição crítica de Albert C. Clark (Oxford, 1918, reimpressa em 1989). Outras edições consultadas foram:

- a) A edição mais antiga de Clark (Oxford, 1895), com aparato crítico e comentário.
- b) Edição crítica de Boulanger (Les Belles Lettres, 1950).
- c) Edição e tradução para o francês, de Boulanger (Les Belles Lettres, 1999).
- d) Edição comentada de Beauchot (Hatier, 1932).
- e) Edição comentada de Guillemin (Hachette, 1938).
- f) Edição anotada com tradução para o inglês de Watts (Loeb, 2000).
- g) Edição comentada e anotada de Colson (Bristol Classical Press, 1959).

Consultamos também a tradução portuguesa com introdução e notas de Sottomayor (Verbo, 1974), bem como a tradução anotada do Padre Antônio Joaquim (Clássicos Jackson, 1952). Esta, porém, além de não apresentar a numeração convencional dos parágrafos, o que dificulta a localização de qualquer passagem no discurso, tem trechos faltantes, como por exemplo: doze linhas iniciais do parágrafo 34 (de *audistis, iudices...* a *rerum novarum metu proponeret*); uma frase no final desse mesmo parágrafo: *itaque Milonis consulatus qui vivo clodio labefacteri non poterat mortuo denique temptari coeptus est*; uma frase no parágrafo 37: *huic ego vos obici pro me non sum passus*.

1.2. Diferenças no texto latino

Segundo afirma Boulanger (1950: 62), o texto do *Pro Milone* é estabelecido com muito mais certeza do que a maior parte dos discursos de Cícero: as divergências mais frequentes não vão além da ordem das palavras, explica.

Contudo, deve-se apontar que, ao cotejar as edições, nota-se que há algumas passagens que aparecem em uma edição e não em outra. Tais divergências são atribuídas a glosas antigas acrescentadas às margens dos manuscritos, que acabaram se confundindo posteriormente com o próprio texto⁴¹⁵. Em consequência disso, alguns editores aceitam certas passagens como legítimas e outros as consideram espúrias. Pode-se citar como exemplo uma divergência entre as duas edições do próprio Clark. A de 1895 não traz uma passagem do parágrafo 89, que as edições de Watts, Beauchot, Boulanger e Guillemin trazem. Nesse parágrafo, depois de *lege nova...*, aparece “*quae est inventa apud eum cum reliquis legibus clodianis*”. Na edição de 1918, Clark incorpora ao texto essa passagem, sem explicação específica para sua mudança de opinião⁴¹⁶.

Outro exemplo é o da passagem do § 46, *cuius jam pridem testimonio Clodius eadem hora Interamnae fuerat et Romae* (“aquele que já em depoimento anterior informara que Clódio estivera ao mesmo tempo em Interamna e em Roma”); não consta das duas edições de Clark, e consta das edições de Watts, 1953; Boulanger, 1950; Guillemin, 1938. Contudo, cabe observar que tal trecho não aparece no § 46 do *Pro Milone*, que Ascônio cita e comenta (Asc. 49, Clark, 1895), o que pode ser tomado como evidência de tratar-se de uma glosa posterior.

Tais divergências, no entanto, são em pequeno número. Em nossa tradução, seguimos na íntegra a edição de Clark (1918), pelo rigor e coerência de suas análises e pela consistência com que justifica suas escolhas.

⁴¹⁵ BOULANGER, 1950: 62; CLARK, 1895: xlviii.

⁴¹⁶ Apenas há uma menção no prefácio de que a edição de 1918 atualiza a edição anterior, que Clark considera quase ultrapassada (*fere obsoletam esse*), trabalho que pôde ser realizado devido ao acréscimo de novos códices (*novis iam codicibus aucti sumus*). CLARK, 1918: viii.

1.3. Questões de terminologia

Como o texto que traduzimos consiste de uma questão criminal, cremos que alguns cuidados devem ser tomados em relação aos termos jurídicos. Termos como *caedes*, *scelus*, *facinus*, *crimen*, geralmente traduzidos por crime ou assassinato, não tinham no latim, contudo, o mesmo sentido. Segundo Gaugham, o termo *crimen*, não significava crime durante a República, mas acusação ou culpa⁴¹⁷. De fato, no *Pro Milone*, este termo só aparece com esse sentido, como nos § 6: *Non iam hoc Clodianum crimen timemus* (Já não é mais esta acusação relativa à morte de Clódio que tememos); e, no § 72: *Nec vero me, iudices, Clodianum crimen movet* (Na verdade, senhores juízes, não me incomoda a acusação relativa a Clódio); e ainda: *sustinuisset crimen primum ipse ille latronum occultator et receptor locus [...]* (§ 50) (O próprio lugar, esconderijo e refúgio de ladrões, teria suportado a acusação).

Na tradução portuguesa de Sottomayor (1974), o termo *crimen*, no § 67, é traduzido por assassinio (“Não é já o assassinio de Clódio que tememos...”), e no § 72, por acusação (“A verdade é que não me perturba a acusação relativa a Clódio”). Contudo, os dois contextos são idênticos e a palavra acusação parece mais indicada.

Caedes, *scelus* e *facinus* também não eram a mesma coisa. *Facinus* é um termo empregado tanto para significar “má ação”, como simplesmente “ato, ou ação”. Cícero o emprega no *Pro Milone* com os dois sentidos. No § 30, com o sentido simplesmente de ato: *non potestis hoc facinus improbum iudicare ...* (não podeis considerar iníquo tal ato), que Sottomayor traduz: “não podeis considerar ímprobo este crime”. Já Watts traduz por ato: *you cannot judge this to have been a wicked act [...]*. *Facinus* é empregado por Cícero no sentido de ação criminosa no § 25: *Ubi vidit homo ad omne facinus paratissimus [...]* (Quando esse indivíduo, pronto a todo tipo de crime, viu [...]); Sottomayor também adota o sentido de atos criminosos (“todos os crimes”), assim como Watts (*evil-doing*). Assim, nota-se que no caso de *facinus*, deve-se procurar o sentido mais provável guiando-se pelo contexto.

Cícero também emprega *caedes* para referir ao ato do qual seu cliente é acusado, às vezes por meio de alguma construção que atenua o sentido da frase, como no § 12, *caedem in qua occisus est* (o combate no qual pereceu Públio Clódio), e § 15: *de caede*

⁴¹⁷ GAUGHAM, 2010: 144, n.10.

quae in Apia via facta esset, in qua P. Clodius ocissus esset (“[...] sobre o combate na Via Ápia no qual Públio Clódio foi morto”). Preferimos usar “combate”, para atenuar o sentido como parece ter sido o desejo de Cícero, o que está de acordo com a segunda acepção do termo no Dicionário Saraiva⁴¹⁸. Sottomayor prefere a primeira acepção do termo e traduz a mesma passagem por: “o morticínio em que pereceu Públio Clódio”, expressão que nos parece prejudicial ao acusado e que, ao invés de atenuar, salienta.

Quanto ao termo *scelus*, Cícero o emprega neste texto sempre no sentido de atos criminosos, como em ([...] *mors quidem inlata per scelus* [...]) (§17) (“mas a morte causada por crime [...]"). Contudo, deve-se fazer a ressalva de que o termo “crime” não tem a mesma significação entre os romanos do final da República e nas sociedades modernas. Gaugham afirma que, na sociedade moderna, a palavra crime, isto é, uma ofensa moralmente incorreta acionável pela lei com penalidade específica, não possuía correspondente no vocabulário romano⁴¹⁹. E, segundo Riggsby⁴²⁰, a noção de crime em Roma está frequentemente associada a crime político, isto é, à ofensa dirigida à República.

No que tange ao *Pro Milone*, Cícero emprega *scelus* sempre para se referir a atos criminosos, geralmente referindo-se a Clódio, portanto, não se trata de um termo como *facinus*, que pode ser empregado com dois significados.

Riggsby afirma ainda que a lei romana não possuía um termo próprio para transmitir a noção de homicídio premeditado e intencional, que distingue hoje o assassinato de outras formas de homicídio⁴²¹. Embora atualmente os termos assassinato e homicídio sejam empregados com o mesmo sentido por leigos, tecnicamente e juridicamente são diferentes. Homicídio significa simplesmente matar uma pessoa, o que inclui diversos tipos de situações, como o homicídio doloso, que envolve intenção de matar, e o culposo, não intencional. Assassinato, portanto, é o termo que transmite a ideia de homicídio com intenção de matar, e, sendo assim, não o empregamos nesta tradução para referir ao ato de Milão⁴²². Em outro contexto, a variação entre homicídio e assassinato poderia não ser prejudicial, mas, como o *Pro Milone* concerne a um

⁴¹⁸ O Dicionário Saraiva traz na segunda acepção de *caedes* um sentido usado por Cícero: “golpes de arma”. Assim, julgamos que combate transmite a ideia.

⁴¹⁹ GAUGHAM, 2010: 3.

⁴²⁰ RIGGSBY, 1999: 14.

⁴²¹ RIGGSBY, 1999: 200, n. 2; tb. GAUGHAM, 2010:2.

⁴²² Cf. *Dicionário Técnico Jurídico*, Deocleciano Torrieri Guimarães (Rideel, 2010), “assassinato é o ato de tirar voluntariamente a vida de uma pessoa” (verb. assassinato).

contexto judiciário, consideramos conveniente adaptar o termo aos usos dos tribunais e também fazer justiça a Cícero, que certamente não utilizaria um termo que implicasse em um juízo prévio de valor negativo a respeito de seu cliente. Assim, julgamos que homicídio é o termo mais adequado, além de ser o termo que o nosso direito penal utiliza, conforme aponta Plácido e Silva, *Vocabulário Jurídico*, 2009⁴²³.

Desse modo, no § 14, *cum caedem in via Appia factam esse constaret*, preferimos traduzir por “quando se constatou que um homicídio havia sido perpetrado na Via Ápia”, evitando o termo assassinio, que Sottomayor emprega (“quando se tornou ponto assente que um assassinio tinha sido perpetrado na Via Ápia”). Watts emprega *affray* para *caedes*, que é mais neutro do que *murder*.

Outro termo que merece comentário é *iure*, que aparece com frequência neste discurso. Segundo Colson, 1959, 51, n., “*iure está para recte assim como fas está para ius*”. Assim, *iure* e *recte* transmitem o sentido de moralmente correto, e, segundo a opinião de Wisse⁴²⁴, não deve ser interpretado como “legal” (*lawful*).

No entanto, o emprego do termo *iure* no *Pro Milone* não ocorre em contextos estáveis que determinem sempre a tradução segundo o parâmetro indicado por Wisse. Assim, na passagem do § 41, por exemplo, *quem iure, quem loco, [...] non est ausus, hunc iniuria [...] non dubitavit occidere*, Watts traduz *iure* por “lawfully”, talvez por tratar-se de um contexto de crime praticado contra a República (o ataque de Clódio durante eleições que ocorriam no campo de Marte). Boulanger traduz por: *quand Il avait pour lui le droit*, e Sottomayor, na mesma linha, usa a expressão “com todo o direito”. Esta expressão tem a vantagem de possuir um significado abrangente, pois o direito, segundo a *Rhetorica ad Herennium*, 2, 19, se subdivide em “natureza, lei, costume, julgado, equidade e pacto”. Assim, na passagem em questão, embora concordemos que, dado o contexto, a tradução de Watts *lawfully* (legalmente) seja coerente, preferimos usar, como Boulanger e Sottomayor, a expressão “por direito”, que é menos específica. Outras formas que utilizamos para traduzir *iure*, de acordo com o contexto, foram: “justificadamente”, “com razão”, “com justiça”.

⁴²³ Verbete “Homicídio”.

⁴²⁴ WISSE, 2007: 47.

TRADUÇÃO DO *PRO MILONE*

I. 1. Ainda que eu receie, senhores juízes, que seja indigno sentir medo ao começar a discursar em defesa de um varão altamente corajoso, e de todo inadequado – quando o próprio Tito Ânio se abala mais com a salvação da República do que com a sua – que eu não possa oferecer a sua causa igual grandeza de espírito, contudo, a aparência insólita deste insólito tribunal aterroriza os nossos olhos, que, para onde quer que se voltem, procuram em vão pelo velho costume forense e pela antiga praxe judicial. Pois vossa assembleia não está rodeada por um círculo de ouvintes, como de costume; não estamos acompanhados de nosso público habitual; **2.** nem deixa de provocar certa intimidação ao orador aquela guarnição armada, que divisais diante de todos os templos, ainda que tenha sido ali disposta para nos resguardar da violência, de tal modo que, no fórum e no tribunal, embora rodeados de forças protetoras, não podemos, na verdade, deixar de temer sem experimentar algum temor. Se eu considerasse essa guarda contrária a Milão, cederia às circunstâncias, senhores juízes, e pensaria que, em meio a tão grande força armada, não haveria lugar para a oratória. Mas me reconforta e reanima o discernimento de Gneu Pompeu, varão extremamente sábio e justo, que, certamente, não consideraria próprio de sua justiça entregar às armas dos soldados aquele mesmo réu que destinara às sentenças dos juízes, nem da sua sabedoria armar de autoridade pública a temeridade de uma multidão exaltada. **3.** Por isso, aquelas armas, aqueles centuriões, aquela tropa não anunciam perigo para nós, mas proteção; não só nos exortam à tranquilidade, mas também à coragem; e não apenas prometem assistência à minha defesa, mas também silêncio. A multidão restante, que por certo é composta de cidadãos, é inteiramente nossa; e dentre as pessoas que vedes, observando-nos de onde quer que se possa divisar alguma parte do fórum, na expectativa do resultado deste julgamento, não há uma só que não apoie a coragem de Milão; que não considere que, no dia de hoje, trava-se uma luta ao mesmo tempo por si, por seus filhos, pela pátria, por sua fortuna. **II.** Uma única espécie de homens nos é adversa e hostil: a daqueles que o furor de Públio Clódio alimentou com rapinagens, incêndios e todo tipo de flagelos públicos; que, ainda na assembleia de ontem, foram instigados a vos ditar por seus gritos o que devíeis sentenciar. Se acaso algum clamor deles tiver chegado até vós, deverá, antes, vos estimular a que conserveis entre vós o cidadão que, por vossa segurança, sempre desprezou essa espécie de homens e seus intensos clamores. **4.** Por isso, conservai vossa calma, senhores juízes, e afastai o temor, se tendes algum. Pois se

alguma vez tivestes o poder de julgar a respeito de homens bons e corajosos; se alguma vez o tivestes a respeito de cidadãos dignos; se, enfim, alguma vez foi concedida a seletos varões das ordens mais ilustres a oportunidade de, por meio de atos e votos, demonstrar aos corajosos e bons cidadãos o apreço que muitas vezes haviam mostrado pelo semblante e pelas palavras, certamente todo esse poder tendes vós nesta ocasião para decidir se nós, que sempre fomos devotados a vossa autoridade, havemos sempre de nos lamentar em nossa desgraça, ou se, após termos sido por tanto tempo atormentados pelos mais desprezíveis cidadãos, finalmente havemos de nos revigorar, graças a vós, a vossa lealdade, bravura e sabedoria. **5.** Com efeito, senhores juízes, o que se pode dizer ou imaginar de mais incômodo, mais aflitivo e angustiante para nós dois, que, levados à vida pública pela esperança das mais honoráveis recompensas, não podemos evitar temer os mais cruéis castigos? A verdade é que sempre pensei que Milão haveria de enfrentar outras tempestades e procelas, pelo menos aquelas surgidas em meio ao turbilhão das assembleias populares, porque ele sempre se colocara ao lado dos bons cidadãos contra os maus, mas nunca pensei que, no tribunal e no conselho em que julgam os mais honoráveis homens de todas as ordens, os inimigos de Milão nutririam alguma esperança de, por intermédio de tais homens, não só aniquilar seus direitos civis⁴²⁵, mas ainda arruinar sua glória. **6.** Contudo, nesta causa, senhores juízes, não me valerei do tribunado de Tito Ânio nem de todos os seus feitos em prol da República para defendê-lo desta acusação; se não tiverdes visto com vossos próprios olhos as armadilhas preparadas por Públio Clódio contra Milão, não suplicaremos que sejamos absolvidos desta acusação em virtude de tantos serviços notáveis prestados à República; nem pediremos, se a morte de Públio Clódio significou a vossa salvação, que a atribuais antes ao valor de Milão do que à boa fortuna do povo romano. Mas, se as insídias daquele forem mais claras do que a luz do dia, então, por fim, eu vos pedirei e suplicarei, senhores juízes, que, se tudo o mais perdemos, ao menos nos seja deixado o direito de defendermos impunemente nossa vida da audácia e das armas dos inimigos.

III. 7. Mas, antes de passar à parte do discurso que diz respeito à causa perante vós, parece-me que devo refutar rumores que muitas vezes foram disseminados no senado pelos inimigos, na assembleia popular pelos desonestos, e há pouco, pelos acusadores, para que, removido todo o engano, possais ver claramente a questão que

⁴²⁵ *Eius non modo salutem extinguendam*; cf. §39 *restitutor salutis meae*; o cidadão com plenos direitos civis está *salvus*, ou *incolumis*; a perda dos direitos é *calamitas*, e o homem que perde esses direitos é *calamitosus* (Cf. CLARK, 1895: 5, n. 6).

está em julgamento⁴²⁶. Dizem que aquele que confessa ter matado um homem não tem direito a contemplar a luz do dia. Mas em que cidade, afinal, homens tão insensatos defendem isso? Sem dúvida, nesta, que viu a primeira sentença capital, a de Marco Horácio⁴²⁷, varão extremamente corajoso que, mesmo antes de Roma ficar livre, foi ele livrado de culpa pelas assembleias do povo romano, embora confessasse ter matado a irmã com suas próprias mãos. 8. Acaso há alguém que ignore que, num inquérito de homicídio, ou se costuma negar completamente que o ato foi praticado, ou defender que foi praticado com razão e justiça? A menos, é claro, que considereis que Públio Africano era um louco, ele que, ao ser interrogado sediciosamente numa assembleia pelo tribuno da plebe Caio Carvão sobre o que pensava acerca da morte de Tibério Graco, respondeu que lhe parecia ter sido morto justificadamente⁴²⁸. Pois nem o famoso Servílio Aala, ou Públio Nasica, ou Lúcio Opímio, ou Caio Mário, ou o senado, quando eu era cônsul, poderiam ficar isentos de culpa se não fosse lícito matar cidadãos criminosos⁴²⁹. Por isso, senhores juízes, não foi sem razão que homens muito doutos, mesmo nas histórias fictícias, narraram que aquele que havia matado a mãe para vingar o pai⁴³⁰, ao divergirem as sentenças dos homens, foi absolvido não só por uma sentença divina, mas pela sentença da deusa mais sábia⁴³¹. 9. E se a Lei das Doze Tábuas quis que o ladrão noturno pudesse ser morto sem punição, em qualquer circunstância, e o diurno, caso se defendesse com arma, quem há de entender que um homem deve ser punido em qualquer circunstância por ter matado outro, quando vê que algumas vezes as próprias leis nos oferecem a espada para matar? IV. Ora, se existe alguma ocasião – e são muitas –, em que um homicídio é justificável, certamente aquela em que se defende uma violência com outra violência é não só justa, mas necessária. Quando um oficial do exército de Caio Mário, parente desse comandante, atentou contra o pudor de um

⁴²⁶ *Quae veniat in iudicium: krinómenon*, em grego, em latim, *iudicatio*.

⁴²⁷ Após o combate em que matou os três Curiácios, Horácio matou a irmã porque chorou por um deles, que era seu noivo. Condenado, apelou para a assembleia popular, que decidiu não puni-lo. De acordo com a tradição, foi o primeiro caso de *provocatio*, apelo à assembleia pública, portanto, o primeiro *iudicium populi*.

⁴²⁸ Veleio Patérculo, 2, 4, 4 expõe de outro modo a resposta de Públio Africano. Ele teria declarado que, *si is occupandae rei publicae animum habuisset, iure caesum* (“se ele tinha a intenção de se apoderar da República, foi morto justificadamente”) (VELL. 2, 4, 4).

⁴²⁹ Servílio Aala, chefe de cavalaria de Cincinato, em 439, mata Espúrio Mélio pela suspeita de ambicionar a realeza. Cipião Nasica provoca uma revolta fatal contra Tibério Graco, tribuno da plebe em 133. Opímio, cônsul em 121, está ligado à origem da morte de Caio Graco; Caio Mário, em 100, manda executar o tribuno Saturnino e o pretor Gláucia. Cícero fez executar os cúmplices de Catilina durante seu consulado em 63 (cf. BOULANGER, 1999: 11, n. 17).

⁴³⁰ Orestes, que matou a mãe Clitemnestra para vingar o pai, Agamêmnon (cf. a tragédia *Eumênides*, de Ésquilo).

⁴³¹ A deusa Minerva.

soldado, foi morto por aquele contra quem investia. O virtuoso jovem preferiu reagir, arriscando a própria vida, a se sujeitar vergonhosamente. E aquele ilustre general o inocentou, absolvendo-o do crime. **10.** Mas a um insidioso, a um bandido, que morte injusta se pode dar? O que significam nossos séquitos, nossas espadas? Certamente não seria lícito possuí-las se não fosse lícito, em nenhum caso, usá-las. Há, portanto, senhores juízes, esta lei que não é escrita, mas natural; que não aprendemos, adquirimos ou lemos, mas arrebatamos, haurimos, extraímos da própria natureza; na qual não fomos instruídos, mas constituídos; não fomos ensinados, mas dela imbuídos, de tal forma que, se nossa vida fosse vítima de alguma armadilha, da violência e das armas de salteadores ou de inimigos, qualquer método seria honesto para assegurar nossa salvação. **11.** Em meio às armas, as leis se calam, não ordenam que por elas se espere, pois aquele que quisesse esperá-las poderia sofrer um dano injusto antes de poder reivindicar o justo castigo. Contudo, com muita sabedoria e, de certo modo, tacitamente, a própria lei nos concede o direito de defesa, pois proíbe não o homicídio, mas portar arma com intenção de matar, para que, ao se investigar a respeito do motivo, e não da arma, não se julgue que aquele que usara a arma para se defender, portava a arma com a intenção de matar. Portanto, conservai este princípio durante o processo, senhores juízes; pois não tenho dúvida de que aceitareis minha defesa se tiverdes em mente isto, que não podeis esquecer: que se pode matar com justiça a quem arme uma emboscada. **V. 12.** Trataremos em seguida do que muitas vezes tem sido afirmado pelos inimigos de Milão: que o senado considerou que o combate no qual pereceu Públio Clódio foi um atentado contra a República. Mas, na verdade, o senado aprovou essa morte, não só por meio de seus votos, mas também por manifestações de agrado. Pois todas as vezes que tratamos desse assunto no senado, que aprovações – não tácitas, nem dissimuladas – da ordem inteira!

De fato, em que momento, estando o senado repleto, houve quatro, ou, quando muito, cinco presentes que não apoiassem a causa de Milão? Provam-no aquelas quase extintas assembleias desse chamuscado⁴³² tribuno da plebe, nas quais todo dia criticava invejosamente meu poder, dizendo que o senado não decidia segundo suas convicções, mas de acordo com a minha vontade. Se, na verdade, se deve chamar poder ou, antes, uma módica influência nas causas legítimas, resultante dos grandes serviços prestados à

⁴³² Cícero evita nomeá-lo, mas trata-se de Tito Munácio Planco Bursa, partidário de Clódio, que incitou o tumulto que resultou no incêndio da cúria. ASC., 43 (Clark 1895), diz que ele discursou até ser expulso pelas chamas, “*ob hoc T. Munatium ambustum tribunum appellat*” [sc. Cic.]; COLSON, 1959: 55, diz que alguns autores tomam *ambustus* em sentido figurado, aludindo à má-reputação daquele tribuno.

República, ou de alguma estima junto às pessoas de bem, devido aos meus dedicados esforços, que assim se chame, conquanto nos sirvamos de tal poder em prol da salvação dos bons contra a insânia dos maus. **13.** Mas, na verdade, o senado nunca considerou que este tipo de tribunal devesse ser instituído, embora não fosse ilegal; pois havia leis, havia procedimentos, tanto a respeito do homicídio como da violência⁴³³; nem a morte de Públio Clódio causava ao senado tanto pesar e luto a ponto de se constituir um tribunal de exceção. Pois, se no caso daquele sacrílego adultério⁴³⁴ desse homem, foi arrebatado ao senado o poder de decidir sobre o modo do julgamento, quem poderia crer que este mesmo senado pensasse em constituir um tribunal extraordinário para investigar sobre sua morte? Por que, então, o senado considerou que o incêndio da cúria, o ataque à casa de Marco Lépido e esta morte foram crimes praticados contra a República? Porque, numa República, nenhuma violência se pratica entre os cidadãos que não seja também praticada contra a comunidade. **14.** De fato, a legítima defesa em face da violência nunca é desejável, mas às vezes é necessária; a não ser que se diga que naquele dia em que foi morto Tibério Graco, ou naquele em que foi morto Caio, ou quando foram aniquilados os exércitos de Saturnino, embora isso ocorresse no interesse público, a República não foi atingida. **VI.** Assim, quando se constatou que um homicídio havia sido perpetrado na Via Ápia, eu mesmo opinei que aquele que tivesse agido em defesa própria não teria cometido crime contra a República, mas, como havia no caso violência e ardil, reservei a culpa para a decisão do tribunal e reprovei o fato. E se aquele desvairado tribuno da plebe⁴³⁵ tivesse permitido ao senado levar a termo seu parecer, não nos encontraríamos num tribunal de exceção. Com efeito, pretendia o senado que se instrísse o processo segundo as leis antigas, embora com rito extraordinário. A proposição foi dividida⁴³⁶, a pedido de não sei quem – pois não preciso mencionar os desatinos de todos; assim, graças a um embargo comprado, se extinguiu a remanescente autoridade do senado. **15.** Mas “Pompeu, pela sua proposta de lei, expressou seu juízo tanto sobre o fato como sobre a causa”. Com efeito, propôs uma lei sobre o combate na Via Ápia no qual Públio Clódio foi morto. O que, então, ele propôs? Sem dúvida, que se investigasse. O que se devia investigar? Se o ato foi

⁴³³ Havia a *lex Cornelia de sicariis et veneficiis* e a *lex Plautia de vi* (BOULANGER, 1999: 16., n 24).

⁴³⁴ Episódio em que Clódio se introduziu em trajes femininos na cerimônia da Boa Deusa, restrita às mulheres, supostamente para se encontrar com Pompeia, esposa de César. Descoberto, foi levado ao tribunal, mas escapou de ser condenado, segundo Cícero, subornando os juízes. Mais detalhes no capítulo 1, subitem 1.3.

⁴³⁵ Tito Munácio Planco Bursa.

⁴³⁶ Termo técnico que designa a separação da proposta para voto em separado, a pedido de Quinto Fúfio Caleno, que Cícero desdenhosamente chama de “não sei quem” (COLSON, 1959: 57).

cometido? Ora, isso é certo. Por quem? Também é manifesto. Pompeu percebeu, portanto, que, mesmo diante da confissão do ato, era possível tomar a defesa do direito. Pois se não considerasse que aquele que confessa pode ser absolvido, quando viu que confessamos, jamais teria ordenado este inquérito, e não vos teria dado para o julgamento nem esta letra salvadora, nem aquela funesta⁴³⁷. Quanto a mim, parece-me que Gneu Pompeu não só nada prejudicou de mais grave contra Milão, como também estabeleceu o que convém que considereis ao julgar. Pois aquele que concedeu à confissão não o castigo, mas a possibilidade de defesa, considerou que devia ser investigada a causa da morte, não a morte. **16.** Sem dúvida, ele próprio logo dirá se o que fez por sua própria iniciativa se deve a Públio Clódio ou às circunstâncias. **VII.** Em sua própria casa, foi assassinado um varão dos mais ilustres, o tribuno da plebe Marco Druso, defensor do senado e, naquele tempo, quase seu protetor, tio materno deste nosso valoroso juiz, Marco Catão. Não se consultou o povo acerca da sua morte, nenhum tribunal foi instituído pelo senado. Ouvimos de nossos pais quão grande pesar houve nesta Cidade quando Públio Africano foi vítima de um atentado à noite, em sua casa, enquanto dormia. Quem então não chorou, quem não se consumiu de dor ao saber que nem sequer se esperou a morte natural daquele que todos, se fosse possível, desejariam que fosse imortal? E acaso se instituiu algum tribunal a respeito da morte de Públio Africano? Claro que não! **17.** E por quê? Porque não é um o homicídio dos homens ilustres e outro o dos homens obscuros. Admitamos que na vida haja distinção entre um cidadão de posição mais elevada e um de posição mais baixa; mas a morte causada por crime deve se submeter às mesmas punições e às mesmas leis. A não ser que se considere mais parricida aquele que matou o pai consular do que aquele que matou o pai humilde; do mesmo modo, não se pode julgar a morte de Clódio mais atroz por ter acontecido no monumento dos seus antepassados – pois é isto que esses aí dizem continuamente –, como se o célebre Ápio Cego tivesse construído a Via Ápia não para ser utilizada pelo povo, mas para que nela seus descendentes fossem salteadores impunemente. **18.** E assim, quando, nessa mesma Via Ápia, Públio Clódio assassinou um cavaleiro romano dos mais ilustres, Marco Papírio, não se considerou que tal crime devia ser punido: com efeito, um homem da nobreza matara um cavaleiro romano no monumento dos seus ancestrais. Agora, quanta comoção suscita o nome dessa mesma Via Ápia! Quando antes fora manchada pela morte de um cidadão honrado e inocente,

⁴³⁷ A letra “A” para *absolvo* e “C” para *condemno* (COLSON, 1959: 58).

nada se falou a seu respeito; agora, depois que foi impregnada pelo sangue de um salteador e assassino, é mencionada o tempo todo. Mas por que rememoro esses fatos? Foi preso no templo de Castor um escravo de Públio Clódio, que ele colocara ali para matar Gneu Pompeu. Arrancaram-lhe o punhal das mãos e ele confessou o crime. Depois disso, Pompeu esquivou-se do fórum, esquivou-se do senado, esquivou-se do público; protegeu-se com suas portas e paredes, não com a autoridade das leis e dos tribunais. **19.** Acaso foi apresentado algum projeto de lei, acaso foi instituído algum tribunal especial? E, contudo, se alguma vez houve um crime, um varão, ou alguma circunstância que o merecesse, sem dúvida alguma, tudo isso existia naquela causa no mais alto grau. O insidioso fora colocado no fórum, ou melhor, no próprio vestíbulo do senado; preparava-se a morte daquele varão em cuja vida se apoiava a salvação da Cidade; isso, além do mais, num período da República em que, unicamente com sua morte, não só esta Cidade sucumbiria, mas também todas as nações. A não ser que esse delito não devesse ser punido porque não se consumou, como se pelas leis se punissem os atos e não a intenção dos homens. Com o ato não praticado, havia menos razão para lastimar, mas não menos para punir. **20.** Quantas vezes eu mesmo, senhores juízes, escapei das armas de Públio Clódio, de suas mãos sangrentas? Se delas não me tivesse protegido a minha fortuna ou a da República, quem é que teria instituído um tribunal para inquirir da minha morte? **VIII.** Mas, como sou insensato, ousando comparar Druso, Africano, Pompeu e a mim mesmo com Públio Clódio! Todos aqueles atentados eram toleráveis: a morte de Públio Clódio, ninguém a pode aceitar resignadamente. Chora o senado, lamenta-se a ordem dos cavaleiros, toda a Cidade está abatida, os municípios estão cobertos de luto, afligem-se as colônias, enfim, até os campos sentem falta de tão generoso, tão benéfico, tão afável cidadão⁴³⁸. **21.** Não, senhores juízes, não foi por essa razão, seguramente não foi, que Pompeu propôs a criação de um tribunal; porém, homem sábio, dotado de uma mente sublime e quase divina, se apercebeu de muitos aspectos: que Clódio era seu inimigo e Milão seu amigo íntimo; receou que parecesse mais inconsistente a sinceridade de sua reconciliação⁴³⁹ se ele próprio se rejubilasse em meio à euforia geral. Viu ainda muitas outras coisas, mas, sobretudo, esta: que, apesar da severidade do seu projeto de lei, vós haveríeis de julgar corajosamente. Assim, dentre as ordens mais célebres, escolheu os homens mais brilhantes; e não é verdade, como alguns afirmam repetidamente, que tenha excluído os

⁴³⁸ LAURAND, 1931: 251, ao tratar da ironia nos discursos de Cícero, menciona esta passagem.

⁴³⁹ Trata-se da reconciliação política que havia ocorrido entre Clódio e Pompeu. Cf. *Mil.* 88.

meus amigos na seleção dos juízes. Pois um varão tão justo não cogitou isto, como também não o conseguiria, mesmo que o quisesse, tendo escolhido entre homens de bem. Pois a consideração de que desfruto não se limita ao círculo dos meus amigos íntimos, que não posso ampliar demais, visto que é impossível ter intimidade com muitos; mas, se tenho alguma influência, atribuo-a a minha atividade política, que me uniu aos bons. Ao escolher entre estes os homens mais dignos, e julgando, sobretudo, que tal atitude se coadunava com a sua lealdade, não pôde deixar de escolher meus simpatizantes. **22.** Quando ele quis, sobretudo, que tu, Lúcio Domício, presidisses a este tribunal, não buscou outra coisa senão justiça, seriedade, benevolência, lealdade. Propôs que era necessário um consular para tal posto, por julgar, creio eu, que era dever de um alto escalão da República resistir não só à leviandade da multidão, mas também à temeridade dos agitadores. Dentre os antigos cônsules elegeu a ti, de preferência a todos os outros, pois já na juventude tinhas dado as maiores provas do quanto desprezavas os furores populares.

IX. 23. Portanto, senhores juízes – para enfim chegarmos ao objeto desta causa e desta acusação –, se nem toda confissão de um ato é coisa inusitada; se o senado não emitiu qualquer parecer diverso do que desejaríamos a respeito de nossa causa; se o próprio autor da lei – embora não houvesse nenhuma controvérsia sobre o fato – quis, contudo, que houvesse um debate sobre a questão do direito; se foram escolhidos para o tribunal os juízes e um presidente capazes de decidir com justiça e sabedoria; só vos resta, senhores juízes, o dever de investigar qual dos dois planejou uma emboscada ao outro. E, para que possais discernir mais facilmente por meio dos meus argumentos, rogo vossa diligente atenção, enquanto exponho brevemente os fatos.

24. Como Públio Clódio tivesse resolvido atormentar a Cidade com todo tipo de crime durante sua pretura, e tendo visto que os comícios do ano anterior haviam se prolongado tanto que não teria muitos meses para exercer o cargo, ele, que não aspirava ao grau de honra da magistratura, como os outros, mas que não só queria evitar ter como colega Lúcio Paulo, cidadão de grande mérito, mas também queria ter um ano inteiro para dilacerar a República, de repente deixou passar seu direito à candidatura, diferindo-o para o ano seguinte; não por algum escrúpulo religioso, como costuma acontecer, mas para que tivesse, como ele próprio dizia, um ano inteiro para exercer a pretura, isto é, para subverter a República. **25.** Calculava que sua pretura seria fraca e impotente se Milão fosse cônsul; além do mais, via que Milão se tornaria cônsul por grande consenso

do povo romano. Juntou-se aos concorrentes de Milão, mas de modo que ele próprio dirigia toda a campanha eleitoral, ainda que contra a vontade deles; como dizia muitas vezes, carregava nos ombros todos os comícios. Convocava tribos, intrometia-se em tudo, formava uma nova tribo Colina⁴⁴⁰ ao reunir os mais indignos cidadãos. Quanto mais conturbava tudo, mais se afirmava, dia após dia, a candidatura de Milão. Quando esse indivíduo, pronto a todo tipo de crime, viu que um varão de extrema coragem, seu maior inimigo, infalivelmente seria cônsul, e o compreendeu não só pelas conversas, mas também pelos votos do povo romano, muitas vezes anunciado, começou a agir às claras e dizer que Milão devia ser morto. **26.** Havia trazido dos apeninos os escravos selvagens e bárbaros que costumáveis ver, com os quais devastara as matas públicas e assolara a Etrúria. Tais fatos nada tinham de dissimulados. Com efeito, repetia publicamente que o consulado não podia ser tirado de Milão, mas a vida sim. Insinuou-o muitas vezes no senado, disse-o na assembleia do povo; e, além disso, tendo lhe perguntado Marco Favônio, tão bravo varão, o que esperava de seus delírios, uma vez que Milão estava vivo, respondeu que em três ou, quando muito, quatro dias ele estaria morto; Favônio transmitiu tais palavras imediatamente a Marco Catão, aqui presente. **X. 27.** Entretanto, Clódio sabia – e não era difícil sabê-lo por meio dos habitantes de Lanúvio – que Milão devia fazer uma viagem habitual a essa cidade, obrigatória segundo a lei e o rito, no décimo terceiro dia antes das calendas de fevereiro⁴⁴¹, para nomear um pontífice – pois Milão era ditador em Lanúvio⁴⁴². Por isso, Clódio partiu subitamente de Roma no dia anterior para preparar diante de sua propriedade uma emboscada a Milão, como se deduziu dos acontecimentos. E de tal modo partiu que deixou de comparecer a uma agitada assembleia que se realizou naquele mesmo dia, na qual se sentiu a falta de sua insânia; assembleia a que jamais teria faltado se não desejasse ir em busca de lugar e ocasião para o crime. **28.** Milão, no entanto, como tivesse estado no senado naquele dia até o encerramento da sessão, dirigiu-se a casa, trocou de sapatos e de roupa e demorou-se um pouco enquanto sua esposa se preparava, como é de praxe. Partiu em seguida numa hora em que, se Clódio tivesse intenção de voltar a Roma naquele dia, por certo já teria regressado. Clódio vai ao seu encontro sem estorvos, a cavalo, sem carro, sem bagagens, sem a comitiva grega de costume, e sem a

⁴⁴⁰ Cícero afirma que Clódio fundara as *sodalicia* ou *collegia* – espécie de organizações políticas –, reunindo os cidadãos mais vis, como seriam aqueles pertencentes à tribo Colina. Cf. COLSON, 1959: 63.

⁴⁴¹ No dia 18 de janeiro, segundo o calendário em vigor antes da reforma de César em 46; cf. n. 1 acima.

⁴⁴² Lanúvio, situada a 30 km ao sudoeste de Roma, é a cidade natal de Milão, em que ele ocupa o cargo de *dictator*, espécie de prefeito da cidade, ao qual cabe a nomeação de flâmines, sacerdotes ligados ao culto de um deus particular (BOULANGER, 1999: 33, n. 56).

esposa, o que quase nunca acontecia; já Milão, este insidioso, que tinha preparado aquela viagem só para praticar um assassinato⁴⁴³, era conduzido num veículo juntamente com a esposa, envolto em sua capa de viagem, embarçado por um séquito longo, feminino e frágil de criadas e jovens escravos. **29.** Depara-se com Clódio diante da propriedade deste, perto da décima primeira hora⁴⁴⁴, ou não muito diferente disso. Logo, de um lugar elevado, vários homens armados o atacam; os que surgem pela frente, matam o cocheiro. Porém, quando Milão, jogando sua capa para trás, saltou do carro e se defendeu com valentia, uma parte daqueles que estavam com Clódio, com as espadas desembainhadas, corre em direção ao carro para atacar Milão pelas costas; outros, julgando que ele já estivesse morto, começam a matar os escravos dele que vinham atrás. Dentre estes, os mais destemidos e leais ao seu senhor, uns foram assassinados, outros, vendo que se travava uma luta junto ao carro, impedidos de prestar socorro ao amo, ao ouvir do próprio Clódio que Milão estava morto – crendo que fosse verdade –, estes mesmos escravos – digo abertamente, não para repelir a acusação, mas por ser o que de fato aconteceu –, sem o seu senhor ordenar, sem o saber, sem estar presente, fizeram o que cada um gostaria que seus escravos fizessem em situação semelhante.

XI. 30. Os fatos se deram tal como os relatei, senhores juízes; o insidioso foi derrotado, a violência foi vencida pela violência, ou melhor, o atrevimento foi subjugado pela valentia. Nada digo sobre a vantagem que a República obteve, que vós obtivestes, que obtiveram todos os homens de bem; nada disso, absolutamente, aproveitaria a Milão, que nasceu com tal destino que nem sequer poderia salvar a si próprio sem salvar juntamente a República e a vós. Se tal ato não pode ser justificado, então eu nada tenho a dizer em sua defesa. Mas, se a razão ordena aos instruídos; a necessidade, aos bárbaros; o costume, aos povos; e às feras, a própria natureza ordena que sempre, por qualquer meio possível, repilam toda e qualquer violência dirigida a seu corpo, a sua pessoa, a sua vida, não podereis considerar desonesto este ato sem que, ao mesmo tempo, considereis que todos os que caírem nas mãos de salteadores devem

⁴⁴³ Ironia empregada para enfatizar o absurdo de tal ideia.

⁴⁴⁴ *I. e.*, perto das 5 horas da tarde. ASC., 27, fala em nona hora, ou seja, três da tarde. Cícero tinha interesse em situar a morte de Clódio em horário o mais avançado possível, para corroborar sua acusação de que Clódio voltara tarde de Arícia, em horário impróprio para dirigir-se a Roma, com o único intuito de esperar Milão numa emboscada. Quintiliano (*Inst.* 6, 3, 49) diz que Cícero, ao ser pressionado no tribunal para fornecer a hora em que Clódio havia sido morto, respondera: ‘*sero*’ (tarde). Tal palavra podia tanto significar que a morte ocorrera no período da tarde, como, ironicamente, que Clódio já fora morto muito tarde.

perecer, seja pelas armas deles, seja pelas vossas sentenças. **31.** Porque, se assim tivesse pensado, sem dúvida teria sido preferível a Milão oferecer o pescoço a Públio Clódio – que não só uma vez, e nem era esta a primeira, tentara atacá-lo – a ser degolado por vós, por não se ter entregue a ele para ser degolado. Porém, se nenhum de vós pensa assim, não se trata de saber neste tribunal se Clódio foi morto, pois já o confessamos, mas se o foi justamente ou não, questão que não raro se tem investigado em muitas causas. É certo que houve emboscada, e isto é o que o senado considerou contra o interesse público; qual dos dois a armou é incerto. Sobre isto, portanto, determinou-se um inquérito. Desse modo, o senado condenou o feito, não a pessoa; e Pompeu instituiu um tribunal sobre o direito, não sobre o fato. **XII.** Acaso se trata de outra coisa neste tribunal, a não ser qual dos dois armou uma emboscada ao outro? Não, de modo algum. Se Milão a Clódio, que ele não fique impune; se Clódio a Milão, que sejamos absolvidos da acusação.

32. De que modo, então, se pode provar que Públio Clódio armou uma emboscada a Milão? Tratando-se de um monstro tão atrevido e tão abominável, basta mostrar, na verdade, que tinha um forte motivo e uma grande expectativa na morte de Milão, que lhe traria significativas vantagens. E assim, que a sentença de Cássio, “em proveito de quem?”⁴⁴⁵, seja aplicada aos personagens em questão; ainda que os bons não sejam impelidos ao crime por vantagem alguma, os maus muitas vezes o são por bem pouca. Ora, com a morte de Milão, Clódio conseguiria não só ser pretor sem que Milão fosse cônsul – para que pudesse praticar seus crimes –, mas ainda ser pretor durante o governo daqueles cônsules dos quais esperava obter, senão apoio, certamente conivência, para que pudesse lançar-se às suas premeditadas insânias; cônsules que, segundo avaliava⁴⁴⁶, não desejariam reprimir seus projetos, se pudessem, porque achavam que lhe deviam consideráveis obrigações, e, mesmo que o desejassem, talvez mal conseguissem refrear a audácia de tão celerado homem, já enrijecida por tão longa prática. **33.** Acaso só vós o ignorais, senhores juízes, viveis como estrangeiros nesta Cidade? Acaso vossos ouvidos viajam e não se dão conta do rumor que corre sobre aquelas leis – se leis se podem chamar, e não tochas incendiárias da Cidade, perdição da República –, que ele haveria de nos impor e nos impingir a todos? Mostra, mostra, eu te

⁴⁴⁵ *Cui Bono?* Lúcio Cássio Longino, cônsul em 127, notável por sua severidade, ao presidir um tribunal, instruía os juízes a se guiarem por esta máxima (Cf. ASC., 46, C, 1895).

⁴⁴⁶ Cícero atribui esse pensamento a Clódio, acautelando-se assim para não ofender Pompeu, que apoiava a candidatura daqueles cônsules.

peço, Sexto Clódio⁴⁴⁷, aquela caixa com as vossas leis, que, segundo dizem, roubaste da casa de Clódio, e que subtraíste em meio às armas e ao tumulto durante a noite, como se fosse o Paládio⁴⁴⁸, para que pudesses oferecê-la como admirável presente e instrumento do tribunado a alguém – se o pudesses encontrar – que exercesse o cargo segundo a tua vontade. E ele acaba de me fitar, com aquele olhar que costuma lançar quando ameaça a todos com toda espécie de maldades. Sem dúvida me inquieta, esse lume⁴⁴⁹ do senado! Ora, **XIII.** pensas que estou zangado contigo, Sexto, tu que puniste o meu maior inimigo mais cruelmente do que cabia ao meu sentimento humano desejar? Tu, que lançaste fora de casa o cadáver ensanguentado de Públio Clódio, tu, que o atiraste na via pública, privado de imagens, de exéquias, de cortejo, de elogio fúnebre, e, chamuscado por uns míseros lenhos, o deixaste para ser dilacerado pelos cães noturnos? Por isso, embora tenhas agido de modo abominável, já que mostraste tua crueldade contra meu inimigo, louvar-te não posso, mas encolerizar-me não devo.

34. Ouvistes, senhores juízes, o quanto interessava a Clódio a morte de Milão. Agora considerai Milão: que interesse teria ele em matar Clódio? Que razão havia para Milão, já não direi fazê-lo, mas desejá-lo? “Clódio era um obstáculo para Milão na sua expectativa de obter o consulado”. Mas, mesmo com a oposição de Clódio, Milão conseguiria o consulado, ou melhor, conseguiria mais facilmente ainda com sua oposição. Nem mesmo eu lhe era tão útil para conseguir votos quanto Clódio. Tinha influência sobre vós, senhores juízes, a lembrança das ações meritórias de Milão a meu favor e a favor da República; tinham influência as nossas preces e as nossas lágrimas, que eu sentia então que vos comoviam extraordinariamente; mas tinham muito mais influência o temor dos perigos iminentes. Pois que cidadão podia imaginar uma desenfreada pretura de Públio Clódio sem um enorme medo de revoluções? E desenfreada vieis que seria, a não ser que houvesse um cônsul que tivesse audácia e poder para contê-la. Como todo povo romano percebia que só Milão seria tal cônsul, quem hesitaria de, com seu voto, livrar a si do temor e à República do perigo? Mas agora, com a eliminação de Clódio, Milão deve se esforçar pelos meios usuais para preservar seu prestígio: aquela glória singular e só a ele concedida, que aumentava a

⁴⁴⁷ Provavelmente um liberto de Clódio, espécie de seu secretário, que ASC. (29) chama de *scriba*. Ver também n. 129, cap. I.

⁴⁴⁸ Imagem de Palas que muitas cidades possuíam para lhes dar proteção. Cícero aqui se refere ao resgate da imagem de Palas de um incêndio em Roma em 250 a. C, por Lúcio Metelo (COLSON, 1959: 68).

⁴⁴⁹ Sexto Clódio estava entre os que atearam fogo à cúria em protesto contra a morte de Clódio. Cícero o chama ironicamente de *lumen curiae*, explorando o duplo sentido da palavra [(“luz” e “tocha”).]

cada dia ao oprimir as insânias de Clódio, com a sua morte, deixou de existir. Vós conseguistes a vantagem de não ter cidadão algum a temer; ele perdeu as ocasiões de mostrar sua coragem, o sustentáculo de sua candidatura, a fonte perene da sua glória. E assim, o consulado de Milão, que com Clódio vivo não pudera ser abalado, com ele morto finalmente começa a ser posto à prova. Portanto, a morte de Clódio não só deixou de trazer qualquer vantagem a Milão, como ainda lhe foi prejudicial. **35.** “Mas o ódio prevaleceu; agiu sob efeito da ira; agiu por inimizade; puniu a injúria; vingou sua mágoa.” Ora, e se eu disser que tais sentimentos eram, não digo maiores em Clódio, mas extremos naquele e inexistentes neste, o que mais quereis? Por que motivo Milão odiaria Clódio, campo fértil e matéria para sua glória, a não ser com aquele ódio próprio dos cidadãos, pelo qual odiamos os desonestos? Já Clódio tinha motivos para odiar Milão, primeiro porque ele tinha sido o defensor dos meus direitos políticos, depois, o repressor das suas loucuras, vencedor de suas armas, e finalmente, ainda, seu acusador: Clódio, enquanto viveu, foi réu de Milão de acordo com a lei Plócia. Com que ânimo, afinal, julgais que tal tirano o suportava? Como era grande seu ódio, e quão justificado era em tão injusto indivíduo!

XIV. 36. Resta o argumento de que a própria natureza e os hábitos de Clódio o defendem, e de que esses mesmos elementos acusam Milão: “Clódio nunca agiu com violência, Milão sempre agiu com violência.” – Como? Eu, senhores juízes, quando, em meio a vossa tristeza, me exilei da Cidade, acaso temi o julgamento? Ou, antes, os escravos, as armas, a violência? Pois que justa causa teria havido para me restituir a Roma se não tivesse sido injusta a de me expulsar dela? Clódio, presumo, me havia citado em juízo, me impusera uma multa, me acusara de traição, e eu, evidentemente, tratando-se de uma causa ignóbil e pessoal e não de um digno inquérito vosso, tive de recuar. Eu não quis que meus concidadãos, protegidos por meus conselhos e riscos, se expusessem às armas de escravos e de cidadãos indigentes e criminosos para me defender. **37.** Pois eu vi – sim, eu vi – o próprio Quinto Hortênsio, aqui presente, luz e ornamento da República, quase ser morto pelas mãos de escravos quando me defendia; no meio desse tumulto, o senador Caio Vibieno, excelente varão, como o acompanhasse, foi tão maltratado que perdeu a vida. Depois disso, quando descansou aquele punhal que Clódio herdara de Catilina? Esse punhal foi apontado para mim, não permiti que vós ficásseis expostos a ele por minha causa; foi ele que esteve na armadilha a Pompeu, ele que ensanguentou com o assassinio de Papiro a Via Ápia,

monumento da família Cláudia; esse mesmo punhal, depois de longo intervalo, voltou-se de novo contra mim; de fato, recentemente, como sabeis, quase me tirou a vida diante da Régia⁴⁵⁰. **38.** Há algo semelhante a isto na conduta de Milão⁴⁵¹? Toda sua violência sempre foi esta: impedir que Públio Clódio – já que não podia levá-lo ao tribunal – dominasse a Cidade pela força. E se desejasse matá-lo, que grandes, repetidas e esplêndidas ocasiões havia tido! Não podia, com razão, vingar-se, quando defendeu sua casa e seus deuses penates dos ataques daquele? Não o podia, quando foi ferido seu colega Públio Séstio, eminente cidadão e varão de grande valor? Não o podia, quando Quinto Fabrício, excelente varão, ao apresentar um projeto de lei sobre meu regresso, foi espancado e se executou no fórum uma matança extremamente cruel? Não o podia, quando foi invadida a casa do justo e valoroso pretor Lúcio Cecílio? Não o podia, naquele dia em que foi proposta a lei concernente a mim, quando toda a Itália reunida, inflamada pela ideia de meu retorno, teria de bom grado reconhecido como sua a glória de tal ação, de modo que, embora Milão a executasse, toda a Cidade reivindicaria para si o mérito daquele ato? **XV. 39.** Mas quais eram as circunstâncias? Havia um cônsul muito ilustre e valoroso, Públio Lêntulo, inimigo de Clódio e punidor dos seus crimes, baluarte do senado, defensor da vossa vontade, protetor do voto unânime do povo, restaurador dos meus direitos civis; havia sete pretores, oito tribunos da plebe, adversários de Clódio, meus defensores; Gneu Pompeu, mentor e principal articulador do meu retorno, inimigo daquele, cujo parecer firme e elegante todo o senado seguiu; ele, que exortou o povo romano, que propôs em Cápuia um édito a meu favor e, atendendo a toda a Itália, que pedia seu apoio a minha causa, deu o sinal para que acessem a Roma para restituir os meus direitos. Em suma, todo o ódio dos cidadãos se inflamava contra Clódio, pela falta que sentiam de mim, de modo que, se alguém naquele momento o tivesse matado, não se pensaria em perdão, mas em recompensa. **40.** Então Milão se conteve e por duas vezes intimou Públio Clódio ao tribunal; mas nunca o instigou à violência. Ora, quando Milão, na condição de particular, foi acusado por Públio Clódio perante o povo, e quando Cneu Pompeu, que discursava em defesa de Milão, foi atacado, que ocasião e, ainda mais, que motivo não havia então para

⁴⁵⁰ A Régia era um antigo palácio real, no centro do Fórum, então Residência do Grande Pontífice. O atentado mencionado refere-se ao conflito de rua envolvendo Hipseu, candidato ao consulado apoiado por Clódio, e os homens de Milão, no final de outubro de 53; Cícero, na ocasião, teve de se refugiar na casa de um amigo para escapar dos clodianos (cf. BOULANGER, 1999: 49, n. 81).

⁴⁵¹ Contudo, Ascônio (27) afirma que “constantemente as facções de Clódio e Milão digladiavam-se em Roma: eram uma e outra de semelhante audácia, mas Milão defendia causas melhores” (*Ac semper inter se Milo e Clodius cum sui factionibus Romae depugnauerant: et erant uterque audácia pares, sed Milo pro melioribus partibus stabat*).

massacrá-lo! Recentemente, quando Marco Antônio fez surgir grande esperança de salvação em todos os bons cidadãos, quando esse jovem de alta nobreza corajosamente assumiu o encargo de uma parte importantíssima da República e já tinha enredado aquela fera que se esquivava das malhas da justiça, que lugar, que oportunidade, deuses imortais, havia então! Quando Clódio, fugindo, se escondeu na escuridão das escadas, que grande oportunidade Milão teria tido de dar cabo daquela peste sem sofrer ódio algum e, por certo, para a máxima glória de Marco Antônio! **41.** Ora, quantas vezes teve a possibilidade de fazê-lo nos comícios do Campo de Marte? Naquele dia em que Clódio, depois de ter invadido a cerca de votação, ordenou que se desembainhassem as espadas e atirassem pedras, e, em seguida, aterrorizado com o semblante de Milão, fugiu subitamente para o Tibre, vós, assim como todos os homens de bem, fazíeis votos de que Milão desejasse fazer uso de sua coragem. **XVI.** Aquele que não quis matar com a aprovação de todos, mataria sob o protesto de alguns? Aquele que não ousou matar por direito, no lugar certo, na ocasião adequada, impunemente, não hesitou em matar injustamente, num lugar hostil, numa ocasião inoportuna, arriscando a sua vida? **42.** Sobretudo, senhores juízes, quando se aproximava a disputa da mais elevada magistratura e o dia das eleições, exatamente naquela ocasião em que – pois sei o quanto é temível a busca de votos e quão grande e inquietante é a pretensão ao consulado –, tememos não só tudo que possa ser censurado publicamente, como também o que se possa pensar em segredo; um vago rumor, uma história inventada, nos faz tremer; perscrutamos a boca e o olhar de todos. Pois nada é tão delicado, tão tênue, tão frágil e inconstante como a disposição e os sentimentos dos cidadãos para conosco, que não só se irritam com a improbidade dos candidatos, mas chegam muitas vezes a se enfadear com as suas boas ações. **43.** Portanto, na perspectiva desse dia do Campo de Marte tão esperado e desejado, iria Milão se apresentar aos sagrados auspícios das centúrias com as mãos ensanguentadas, apresentando e confessando seu delito e seu crime? Como isso é difícil de acreditar em relação a Milão, e como é difícil de duvidar em relação a Clódio, uma vez que ele julgava que reinaria absoluto se Milão morresse. Ora, o ponto principal da audácia, senhores juízes, o maior atrativo do crime – quem o ignora? – é a expectativa de impunidade. Em qual dos dois, portanto, ela existia? Em Milão, que agora mesmo é acusado de uma ação notável ou certamente necessária? Ou em Clódio, que de tal modo desdenhava os tribunais e as punições que não apreciava nada que fosse permitido pela natureza ou consentido pelas leis? **44.** Mas por que argumentar, por que discutir mais? É a ti, Quinto Petílio, excelente e tão bravo cidadão,

que me dirijo; a ti, Marco Catão, evoco por testemunha; a vós, que uma sorte divina me concedeu como juízes. Ouvistes de Marco Favônio que Clódio lhe dissera – e ouvistes estando Clódio ainda vivo – que Milão haveria de morrer dentro de três dias⁴⁵². Três dias depois, aconteceu o que ele havia anunciado. Não tendo ele hesitado em divulgar o que cogitava, podeis vós duvidar de que o tenha feito? **XVII. 45.** Como, então, ele não se enganou na data? Eu vos disse há pouco: não era difícil conhecer as datas sacrificiais regulares do magistrado supremo⁴⁵³ de Lanúvio. Viu que era forçoso que Milão partisse para Lanúvio no dia em que partiu e, assim, antecipou-se. Mas em que dia? No dia em que, como mencionei anteriormente, houve uma assembleia popular absolutamente turbulenta, agitada por um tribuno da plebe a soldo do próprio Clódio; ele nunca teria renunciado àquele dia, àquela assembleia, àqueles clamores, se não tivesse que se apressar para executar o premeditado crime. Logo, para Clódio, não havia razão para partir, mas sim para ficar; Milão não tinha nenhuma possibilidade de ficar, e para partir tinha não só motivo, mas uma razão obrigatória. E o que direis do fato de que Clódio sabia que Milão estaria a caminho naquele dia, mas Milão nem sequer podia suspeitar o mesmo de Clódio? **46.** Em primeiro lugar, pergunto-vos, como Milão poderia saber? Já vós não podeis perguntar o mesmo em relação a Clódio. Pois, supondo-se que ele não perguntasse a mais ninguém além de Tito Pátina, grande amigo seu, podia saber que precisamente naquele dia, em Lanúvio, deveria ser nomeado um sacerdote pelo sumo magistrado Milão; mas havia muitas outras pessoas pelas quais poderia facilmente vir a saber: qualquer pessoa de Lanúvio, é claro. E Milão, onde se informou sobre o regresso de Clódio? Que tenha perguntado – vede o quanto vos concedo –; até teria corrompido um escravo, como disse meu amigo Quinto Árrio. Lede o depoimento das vossas testemunhas. Caio Causino Escola⁴⁵⁴, de Interamna, muito amigo de Clódio e integrante de sua comitiva, declarou que Clódio pretendia permanecer naquele dia em sua casa de Alba, mas inesperadamente lhe fora anunciada a morte do arquiteto Ciro, por isso, decidiu subitamente partir para Roma. Caio Clódio, também da comitiva de Públio Clódio, fez a mesma afirmação. **XVIII. 47.** Observai, senhores juízes, que importantes conclusões se podem tirar destes depoimentos. Em primeiro lugar, Milão se livra da suspeita de ter partido com a intenção de armar uma emboscada a Clódio no caminho; sem dúvida, esse encontro não era absolutamente para ter ocorrido. Depois –

⁴⁵² Mas note-se o que afirma Ascônio: “contudo, sabia-se que frequentemente um ameaçava o outro de morte” (*notum tamen erat utrumque mortem alteri saepe minatum esse*).

⁴⁵³ *Dictatoris Lanuvini*.

⁴⁵⁴ Escola havia sido testemunha em favor de Clódio no processo pelo episódio da *Bona Dea*.

pois não vejo razão para não tratar também do que me concerne –, sabeis, senhores juízes, que, para apoiar a lei para este tribunal extraordinário, houve quem dissesse que o crime foi executado pelas mãos de Milão, mas o mentor era alguém maior. É evidente que esses indivíduos vis e perversos me representavam como bandido e assassino. Condenam-se por seus próprios testemunhos aqueles que dizem que Clódio não teria voltado a Roma naquele dia se não tivesse tomado conhecimento da morte de Ciro. Respirei aliviado, estou livre! Já não temo que pareça ter planejado aquilo de que, na verdade, nem sequer teria podido suspeitar. **48.** Passarei agora a outros pontos, pois se apresenta a seguinte objeção: “portanto, Clódio também não planejou uma emboscada, pois pretendia ficar em Alba”. Sim, teria ficado, se não tivesse saído de casa para cometer o crime. Pois vejo que aquele que dizem ter anunciado a morte de Ciro, não noticiara isto, mas sim que Milão se aproximava. Pois por que razão daria notícia de Ciro, que Clódio deixara moribundo ao sair de Roma? Selei o testamento ao mesmo tempo em que Clódio, estive junto com ele. Fizera o testamento publicamente, nomeando a ele e a mim como herdeiros. Só na décima hora do dia seguinte⁴⁵⁵ era-lhe anunciada a morte daquele que deixara expirando na véspera, na terceira hora?⁴⁵⁶ **XIX.** **49.** Pois bem, admitamos que tenha sido assim; mas que razão havia para se dirigir às pressas a Roma, para se lançar noite adentro? Que pressa alegava? O fato de ser herdeiro? Primeiro, não havia nada que justificasse a pressa; depois, mesmo que houvesse, o que podia ele ganhar naquela noite, ou perder, se fosse a Roma no dia seguinte pela manhã? Mas se Clódio mais devia evitar um retorno à noite do que desejá-lo, Milão, por outro lado, sendo ele o insidioso e sabendo que Clódio iria se dirigir à noite a Roma, teria ficado de tocaia esperando por ele. Tê-lo-ia matado à noite, num lugar suspeito e infestado de ladrões. **50.** Se negasse, ninguém teria deixado de acreditar naquele que, mesmo confessando, querem que seja absolvido. O próprio lugar, esconderijo e refúgio de ladrões, teria suportado a acusação; nem a muda solidão teria denunciado a Milão, nem a cega noite o teria revelado; depois, muitos que foram atacados por Clódio, despojados, privados dos seus bens, e ainda muitos que temiam sê-lo, são os que ficariam sob suspeita: em suma, toda a Etrúria seria citada como ré. **51.** Além disso, é certo que Clódio, naquele dia, ao retornar de Arícia, desviou-se para sua vila de Alba. Mesmo que Milão soubesse que ele estava em Arícia, devia suspeitar que ele, ainda que tencionasse voltar a Roma naquele dia, iria passar na sua casa, que ficava

⁴⁵⁵ Às quatro horas da tarde.

⁴⁵⁶ Nove horas da manhã.

à beira da estrada. Por que não foi ao seu encontro antes, para impedir que ele parasse na sua propriedade? Por que não ficou de tocaia naquele lugar em que ele devia passar à noite?

52. Vejo que até aqui, senhores juízes, todos os fatos estão assentes: para Milão era mesmo útil que Clódio estivesse vivo; para este, era bem desejável a morte de Milão, pelos objetivos que ambicionava; havia um ódio exacerbado de Clódio contra Milão, mas nenhum deste contra aquele; o costume daquele era sempre provocar a violência, o deste era repeli-la. Clódio publicamente ameaçara Milão de morte e anunciara seu fim, mas nada disso se ouviu da parte de Milão. Clódio conhecia a data em que Milão iria partir; Milão não sabia do regresso de Clódio; a viagem de Milão era necessária, a de Clódio, mesmo inconveniente; aquele havia declarado que sairia de Roma naquele dia, este ocultara que estaria de volta; Milão não modificou nada dos seus planos, Clódio inventou um pretexto para mudar os seus; Milão, se planejasse uma emboscada, havia de esperar a noite nas proximidades de Roma; Clódio, mesmo que não receasse Milão, devia temer entrar à noite na Cidade.

XX. 53. Vejamos agora o ponto crucial: para qual dos dois o próprio lugar em que travaram combate era mais favorável para armar uma emboscada. Ora, senhores juízes, há ainda que se pôr isso em dúvida e pensar por mais tempo? Em frente à propriedade de Clódio, onde, devido às extraordinárias construções subterrâneas, facilmente encontrava-se um milhar de homens vigorosos, no lugar dominante e elevado pertencente ao adversário, pensaria Milão que sairia vencedor e, por essa razão, o escolheu antes de qualquer outro? Ou será que foi ali esperado por quem planejava atacá-lo, confiante no seu próprio terreno? Os fatos falam por si, senhores juízes, o que sempre tem mais força. **54.** Se não ouvísseis narrados estes fatos, mas os vísseis pintados, aí sim se mostraria claramente qual era o insidioso e qual deles não cogitava nada de mau; pois um era conduzido num carro, envolto em sua capa, sentado junto da esposa. Qual dessas coisas não era extremamente importuna, a roupa, o carro, a comitiva? Como poderia estar menos apto para a luta alguém enredado pela capa, embaraçado com o carro e como que atado à esposa? Vede agora Clódio: primeiro, saindo inesperadamente de sua casa de campo (para quê?), ao cair da tarde (que necessidade havia?), com lentidão (convinha fazê-lo, especialmente naquela ocasião?). Passou na casa de Pompeu. Para visitar Pompeu? Ora, sabia que ele se encontrava em sua quinta de Álsio. Para visitar a propriedade? Estivera lá milhares de vezes. Para quê,

então? Protelação e rodeio; não quis deixar o local enquanto Milão não chegasse. **XXI.**

55. Pois bem, comparai agora a marcha de um salteador, totalmente desimpedido, com todos os estorvos de Milão. Clódio, até então, sempre viajava com a esposa; nesse dia, estava sem ela; nunca viajava a não ser de carro; nesse dia, estava a cavalo; a todo lugar que ia, levava uma comitiva de greguinhos, mesmo quando ia apressado ao seu acampamento etrusco; nesse dia, nada de frivolidades no seu cortejo. Milão, como nunca acontecia, nesse dia levava casualmente os jovens músicos de sua esposa e um bando de criadas. Clódio, que levava sempre consigo cortesãs, devassos, meretrizes, nesse dia não ia acompanhado de ninguém, a não ser de homens que se diria terem escolhido uns aos outros. Por que, então, foi vencido? Porque nem sempre é o viajante que é morto pelo salteador, às vezes o salteador é morto pelo viajante. E porque Clódio, ainda que atacasse preparado pessoas despreparadas, portou-se como mulher no meio de homens⁴⁵⁷.

56. Na verdade, nunca Milão deixava de estar precavido contra Clódio, de modo que quase sempre estava suficientemente preparado. Sempre considerava o quanto interessava a Clódio sua morte, o ódio que ele lhe dedicava e sua ousadia. Por isso, sabendo que sua vida tinha sido posta a alto prêmio e quase adjudicada, nunca se expunha ao perigo sem proteção e escolta. Acrescentai os acasos, os resultados incertos dos combates, a imparcialidade de Marte, pois muitas vezes um guerreiro exultante e já pronto para despojar o inimigo prostrado é derrubado e abatido por ele; acrescentai a estupidez de um chefe sonolento pelo que almoçou e bebeu; que, depois de ter deixado seu inimigo cercado pelas costas, não se deu conta dos últimos homens da comitiva e, tendo caído nas mãos de escravos inflamados de ódio e sem esperança na vida de seu amo, sofreu as penas com que aqueles escravos fiéis vingavam a morte do seu senhor.

57. Por que, então, Milão lhes concedeu a liberdade? Evidentemente receava que o denunciassem, que não pudessem suportar a dor, que fossem obrigados a confessar pela tortura que Públio Clódio havia sido morto na Via Ápia pelos escravos de Milão. Qual a necessidade de um carrasco? O que se quer saber? Se matou? Matou. Justa ou injustamente? Isso não compete ao carrasco. No cavalete de tortura se investiga o fato, o direito, no tribunal. **XXII.** Portanto, é sobre o que se deve investigar neste processo que tratamos aqui; quanto ao que se pretende descobrir por meio de torturas, já o confessamos. Mas, se alguém prefere saber por que Milão libertou seus escravos a perguntar por que razão os premiou tão pouco, não sabe como criticar a atitude do

⁴⁵⁷ Nova alusão ao episódio da *Bona Dea*.

adversário. **58.** Pois disse este mesmo Marco Catão, aqui presente – que faz toda afirmação de maneira firme e corajosa –, e disse-o numa tumultuada assembleia, só aplacada por sua autoridade, que aqueles que houvessem defendido a vida de seu senhor eram merecedores não só de liberdade, mas das maiores recompensas. De fato, que recompensa é suficientemente grande para escravos tão devotados, tão dedicados, tão fiéis, em virtude dos quais se está vivo? Mas isto não é tão relevante quanto o fato de que, por causa deles, Milão não precisou saciar a avidez e os olhos de tão cruel inimigo com seu sangue e suas feridas. Além disso, se não os tivesse libertado, seriam entregues à tortura os salvadores do seu senhor, vingadores de atrocidades, que o defenderam da morte. A Milão, na verdade, dentre todos os seus infortúnios, nada incomoda menos do que – a despeito do que lhe venha a acontecer – ter-lhes pago o prêmio merecido. **59.** Contudo, “os interrogatórios de escravos que são agora praticados no átrio da Liberdade constroem Milão”. De que escravos se trata? Ainda perguntas? Trata-se dos escravos de Públio Clódio. Quem os convocou? Ápio. Quem os apresentou? Ápio. De onde os trouxeram? Da casa de Ápio. Pelos deuses! Que pode haver de mais sério? Clódio está bem próximo dos deuses, mais próximo do que no dia em que se imiscuiu entre eles⁴⁵⁸, pois se investiga sua morte tal como se se tratasse da violação dos mistérios⁴⁵⁹. Contudo, os nossos antepassados não quiseram que se interrogasse o escravo contra seu amo, não pelo fato de que não se devesse descobrir a verdade, mas porque se percebia que tal procedimento era humilhante e mais terrível ao senhor do que a própria morte. Quando se investiga um escravo do acusador a respeito do réu, acaso é possível se descobrir a verdade? **60.** Vejamos que interrogatório foi esse, e de que gênero: “Ei⁴⁶⁰, tu, Rufião”, por exemplo, “olha lá, não vás mentir. Clódio armou uma emboscada contra Milão?” – “Armou”. É a cruz, na certa. – “Não armou”. É a ansiada liberdade. O que pode haver de mais confiável do que esse interrogatório? De repente, esses escravos são arrebatados para serem interrogados, no entanto, são separados uns dos outros e lançados em celas para que ninguém possa falar com eles. Estes, que aqui estão, estiveram cem dias em poder do acusador e por ele próprio são apresentados. O que se pode chamar de mais honesto e menos corrupto do que este interrogatório?

⁴⁵⁸ Ironia e referência ao episódio da *Bona Dea*.

⁴⁵⁹ A lei não permitia torturar escravos para obrigá-los a depor contra o seu senhor senão pelo crime de sacrilégio, como aquele de Clódio no caso *Bona Dea*.

⁴⁶⁰ Em latim, “*Heus, tu, Rufio...*”; segundo LAURAND (1927: 278), “*heus*” é palavra arcaica, frequente em Plauto e Terêncio. Usada em contextos coloquiais, é aqui empregada de modo sarcástico para debilitar a autoridade do acusador.

XXIII 61. Mas, se ainda não vedes suficientemente – embora o próprio fato esteja claro com tantas provas e indícios – que Milão regressou a Roma com o espírito ilibado, íntegro, livre de qualquer crime, sem nenhum receio a aterrorizá-lo, sem qualquer culpa na consciência, recordai, pelos deuses imortais, como foi pronto o seu retorno, como foi a sua entrada no fórum com a cúria em chamas, a sua grandeza de espírito, o seu semblante, as suas palavras. E não só se apresentou perante o povo, mas perante o senado; e não só diante do senado, mas diante das guarnições e das tropas públicas; e não somente a estas, mas também ao poder daquele a quem o senado confiara toda a República, toda a juventude da Itália, todos os exércitos do povo romano⁴⁶¹. É certo que não se apresentaria a ele se não confiasse na própria causa, sobretudo num momento em que ele a tudo dava ouvidos, temia grandes perigos, alimentava muitas suspeitas e a algumas dava crédito. Grande é o poder da consciência, senhores juízes, e grande em duplo aspecto: os inocentes nada temem, ao passo que os culpados julgam sempre ver diante dos olhos a punição. **62.** E não foi sem razão definida que a causa de Milão sempre teve a aprovação do senado. Aqueles homens tão sábios perceberam a razão do seu ato, sua presença de espírito, a resolução com que se defendia. Acaso vos esquecesteis, senhores juízes, não só do que se dizia nas conversas e suposições dos inimigos de Milão, mas também nas de alguns mal informados, assim que ocorreu o anúncio da morte de Clódio? Diziam que Milão não retornaria a Roma. **63.** Julgavam que se ele tivesse cometido aquele ato levado por ira e exasperação, e tivesse matado o inimigo inflamado pelo rancor, então ele mesmo concederia tamanha importância à morte de Clódio que, com resignação, se privaria da pátria, já que tinha saciado seu ódio com o sangue do inimigo; ou, ainda, se tivesse desejado libertar a pátria por meio da morte daquele, não hesitaria – sendo um varão corajoso e depois de haver salvado o povo romano com o risco da própria vida –, em se submeter às leis resignadamente. Levaria consigo a glória eterna e deixaria para vossa fruição a República que ele próprio salvara. Muitos ainda falavam em Catilina e naquelas monstruosidades: “irromperá de improviso, ocupará algum ponto da Cidade, moverá guerra à pátria.” Como são por vezes infelizes os cidadãos que prestaram os melhores serviços à pátria! Os homens não só se esquecem de suas ações mais gloriosas como

⁴⁶¹ Trata-se de Pompeu, a quem o senado conferiu plenos poderes por meio do *senatus consultus ultimum* (cf. ASC., 32).

ainda lançam sobre eles suspeitas de ações vis⁴⁶²! **64.** Logo todas essas suspeitas se mostraram falsas, mas sem dúvida teriam se tornado verdadeiras se Milão tivesse cometido algum ato que não pudesse defender honesta e legitimamente. **XXIV.** E como suportou depois, deuses imortais, as calúnias que se acumularam contra ele, que teriam abalado qualquer pessoa que tivesse culpa até mesmo de um pequeno delito? Suportou? Antes, na verdade, as menosprezou, tomou como nada as acusações que, nem um culpado, com a maior força de ânimo, nem um inocente, a não ser que fosse um varão de muita coragem, poderia desconsiderar. Denunciavam que era possível apreender com ele um grande número de escudos, de espadas, de lanças e até de freios⁴⁶³; diziam que não havia na Cidade bairro ou beco em que Milão não tivesse alugado uma casa; que armas tinham sido transportadas pelo Tibre para sua quinta de Ocrículo; que a sua casa na encosta do Capitólio estava atulhada de escudos, repleta de todo tipo de artefatos incendiários, preparados para atear fogo à Cidade. Tais coisas não foram só divulgadas, mas quase tiveram crédito; e só foram repudiadas depois de investigadas.

65. Sem dúvida, eu costumava elogiar a incrível vigilância de Gneu Pompeu, mas direi o que penso, senhores juízes. Aqueles a quem se confia a administração da República são obrigados a ouvir muitas coisas, e nem pode ser de outro modo. Até teve de ouvir um não sei quem, vitimário⁴⁶⁴ do Circo Máximo – Licínio –, segundo o qual, escravos de Milão, embriagados, teriam confessado em sua casa uma conjuração contra a vida de Gneu Pompeu, e que, depois disso, um deles o teria golpeado com a espada para que não os denunciasse. Pompeu, em seu jardim, é informado de tal fato. Sou chamado em primeiro lugar. A conselho de seus amigos, submete o assunto ao senado. Diante de tamanha suspeita contra Milão, meu protetor e da pátria, eu não poderia deixar de ficar paralisado de terror. Mas eu me admirava, no entanto, que se desse crédito a um vitimário, que se ouvisse a confissão de escravos e que um ferimento no flanco, que mais se parecia com uma picada de agulha, fosse tomado por um golpe de espada de um gladiador. **66.** Na verdade, segundo depreendo, Pompeu mais se acautelava do que temia, não só em relação àquilo que devia recear, mas a tudo, para que vós nada tivésseis que temer. Contava-se que a casa de Caio César, muito ilustre e corajoso varão, fora cercada à noite durante muitas horas. Num lugar tão frequentado, ninguém ouvira nada, ninguém se apercebera de nada; no entanto, ouvia-se falar disso.

⁴⁶² Cícero lembra seu próprio caso: salvador da pátria contra Catilina, foi enviado ao exílio por Clódio. E, não bastasse isso, ainda sofreu a suspeita de ter sido o mentor da morte de Clódio, cf. § 47.

⁴⁶³ Trata-se de bridões para cavalos (COLSON, 1959: 91).

⁴⁶⁴ *Popa*, aquele que sacrificava as vítimas para o sacerdote (WATTS, 2000: 78).

Eu não suspeitaria que Gneu Pompeu fosse medroso, um varão de notável coragem; não considerava demasiada nenhuma vigilância em prol de quem tinha sob seu encargo toda a República. Recentemente, numa sessão lotada do senado no Capitólio, encontrava-se um senador que disse que Milão estava armado⁴⁶⁵. Este então se despiu naquele sacratíssimo recinto, e, já que o modo de vida de um cidadão e de um varão como ele não era suficiente prova de fé, permaneceu calado, de tal modo que os fatos falassem por si. Descobriu-se que tudo era falso e insidiosamente inventado. Contudo, ainda hoje se teme Milão.

XXV. 67. Já não é mais esta acusação relativa à morte de Clódio que tememos, Gneu Pompeu, mas as tuas suspeitas⁴⁶⁶! É a ti que dirijo a palavra, e em alta voz, para que possas me ouvir – as tuas – sim, as tuas – suspeitas nos fazem tremer de medo! Se temes Milão, se pensas que ele agora cogita, ou alguma vez tramou alguma ação funesta contra tua vida, se os recrutamentos de soldados na Itália, como disseram muitas vezes alguns de teus recrutadores, se estas armas, se as tropas do Capitólio, se os guardas, as sentinelas, se os jovens escolhidos que protegem a ti e a tua casa estão armados contra um ataque de Milão, e se tudo isso foi organizado, preparado e orientado unicamente contra ele, julga-se certamente que é grande seu poder, incrível sua coragem, que suas forças e recursos não são de um único homem, se é verdade que apenas contra ele não só foi escolhido o mais eminente dos generais, mas ainda toda a nação está armada. **68.** Mas quem não compreende que todas as partes da República, enfermas e combalidas, foram confiadas a ti para que, por meio dessas armas, lhes restituíesses a saúde e o vigor? Mas se lhe tivesse sido dada a oportunidade, Milão sem dúvida teria te mostrado que jamais algum homem foi mais estimado por outro do que tu por ele; que, para defender a tua honra, nunca se furtou a perigo algum; que, para defender tua glória, muitas e muitas vezes lutou contra aquela terrível praga; que o seu tribunado fora orientado, segundo teus conselhos, a favor do meu retorno, o que era bem do teu agrado; que foi mais tarde defendido por ti num perigo extremo e o ajudaste na sua candidatura a pretor; que esperava ter para sempre dois grandes amigos: a ti, por teus favores, a mim, pelos

⁴⁶⁵ Cf. ASC., 32: “[...] P. Cornificio acusou Milão de trazer um punhal embaixo da túnica, atado à coxa. Exigiu que Milão descobrisse a coxa e ele, sem demora, levantou a túnica; imediatamente, M. Cícero exclamou que todos os outros crimes que imputavam a Milão eram do mesmo teor” ([...] *P. Cornificium ferrum Milonem intra tunicam habere ad femur alligatum dixerat; postulaverat ut femur nudaret, et ille sine mora tunicam levarat: tum M. Cicero exclamaverat omnia illi similia crimina esse quae in Milonem dicerentur alia*).

⁴⁶⁶ Cf. ASC. 32: “Ora, Pompeu temia Milão, ou fingia temê-lo [...]” (*Timebat autem Pompeius Milonem seu timere se simulabat [...]*).

dele. Se não conseguisse dar provas disso, se em ti estivesse tão profundamente arraigada esta suspeita que de nenhum modo se pudesse extirpá-la, se, enfim, a Itália nunca houvesse de descansar dos alistamentos, nem a Cidade, das tropas, antes da ruína de Milão, por certo ele, sem hesitar, teria abandonado a pátria, pois que assim nasceu e assim foi acostumado a viver; contudo, ó Magno, te evocaria por testemunha, como agora mesmo o faz. **XXVI. 69.** Vês quanto é vária e mutável a condição da vida, quanto é vaga e volúvel a fortuna, quanta infidelidade há nas amizades, quanta hipocrisia acomodada às circunstâncias, quantas fugas das pessoas próximas diante dos perigos, quantos os temores. Virá, virá por certo um tempo e brilhará o dia em que tu, numa situação segura, como espero, mas talvez por causa de alguma revolução dos tempos que, por experiência, sabemos que repetidas vezes acontece, sentirás a falta do devotamento de um grande amigo, da lealdade de um homem muito digno e da grandeza de alma do varão mais mais corajoso que já existiu. **70.** Contudo, quem acreditaria que Gneu Pompeu, profundo conhecedor do direito público, dos costumes dos nossos ancestrais, em suma, dos assuntos de governo, tendo o senado lhe dado a incumbência de cuidar para que a República não sofresse qualquer dano – com esta breve frase, sempre os cônsules estiveram suficientemente armados, mesmo sem lhes darem armas –, tendo lhe concedido o exército e a faculdade de promover recrutamentos, teria necessidade de aguardar um julgamento para punir os desígnios daquele que, com sua violência, destruiria os próprios tribunais? Bem tinha julgado Pompeu que Milão havia sido acusado muito falsamente, ele que apresentou uma lei segundo a qual, creio eu, seria conveniente e, como todos reconhecem, seria lícito que Milão fosse absolvido por vós. **71.** Na verdade, estando Pompeu sentado naquele lugar, rodeado por aquele corpo de guardas público, bem declara que não quer infundir-vos o medo – pois o que há de menos digno dele do que coagir-vos a que condeneis a quem ele próprio poderia punir, não só pela tradição, mas por direito seu? –; antes, vos servem de proteção, para que compreendais que, contrariamente àquela assembleia de ontem, vos é permitido julgar com liberdade, segundo vossa opinião.

XXVII. 72. Na verdade, senhores juízes, não me incomoda a acusação relativa a Clódio, nem sou tão insensato, tão ignorante e desconhecedor dos vossos sentimentos que não saiba o que pensais sobre a morte dele. Caso eu já não quisesse destruir esta acusação, como destruí, todavia seria lícito a Milão proclamar e mentir, vangloriando-se, sem punição e diante de todos: “matei, matei sim, não Espúrio Mélio, que com a

redução do preço dos grãos e com o prejuízo do patrimônio familiar incorreu na suspeita de ambicionar a tirania, porque parecia agradar demais à plebe; não Tibério Graco, que afastou seu colega do cargo de tribuno por meio de uma revolta, e cujos assassinos encheram o mundo com a glória do seu nome; mas matei aquele – ousaria mesmo dizer, já que libertou a pátria por seu próprio risco – cujo abominável adultério em leitos sagrados foi surpreendido por senhoras da mais alta nobreza; **73.** matei aquele que o senado determinou repetidas vezes que devia expiar por meio do castigo seus crimes de profanação das cerimônias sagradas; aquele que mantivera ímpio adultério com a própria irmã, fato que Lúcio Luculo⁴⁶⁷ afirmou sob juramento ter descoberto depois de investigação; aquele que, pelas armas dos seus escravos, desterrou o cidadão que o senado, o povo romano e todas as nações haviam considerado salvador da Cidade e da vida dos seus concidadãos⁴⁶⁸; aquele que outorgou e usurpou reinos, que repartiu o mundo entre quem bem quis⁴⁶⁹; aquele que, tendo cometido muitos crimes no fórum, obrigou pela força e pelas armas um cidadão da mais elevada bravura e glória a fechar-se em sua casa⁴⁷⁰; aquele que a nada considerava ímpio, quer no crime, quer na libertinagem; aquele que incendiou o templo das Ninfas para destruir o registro público do recenseamento; aquele, enfim, **74.** para quem já não havia lei, nem direito civil, nem limites das propriedades, aquele que se apoderava dos bens alheios, não por meio de demandas ilegítimas, não por reivindicações e depoimentos falsos, mas por meio de acampamentos, exércitos e insígnias de guerra; aquele que não só aos etruscos – a estes, com efeito, desprezara profundamente –, mas a este cidadão extremamente valoroso e excelente, Públio Vário, que é agora nosso juiz, tentou expulsar dos seus domínios com soldados e armas; aquele que, com arquitetos e agrimensores, percorria as propriedades e os jardins de muita gente; aquele que estabelecera como limites as suas esperanças de posse o Janículo e os Alpes; aquele que, não tendo conseguido que o ilustre e valoroso cavaleiro romano M. Pacônio lhe vendesse uma ilha no lago Prílio, de repente, transportou para lá, em batéis, madeira, cal, pedras e areia e não hesitou em construir um edifício em terreno alheio, à vista do proprietário que o observava da margem oposta; **75.** aquele que a Tito Furfânio, aqui presente – a que varão, deuses imortais! E o

⁴⁶⁷ Cônsul em 74, vencedor de Mitridates em 71.

⁴⁶⁸ Cícero refere-se a si mesmo, salvador de Roma contra Catilina e exilado em 58 em virtude de um decreto que Públio Clódio fizera aprovar.

⁴⁶⁹ Clódio, enquanto tribuno, fizera aprovar uma lei tornando Brogitaro rei da Galácia, depusera Ptolomeu, rei de Chipre, e designara a Pisão e Gabínio, cônsules em 58, as províncias da Macedônia e da Ásia (cf. WATTS. 2000: 87).

⁴⁷⁰ Pompeu, que se refugiara em sua casa depois da suspeita de atentado mencionada no parágrafo 18.

que direi então da frágil mulher, Escântia, e do jovem Públio Apolônio, pois a ambos ameaçou de morte se não lhe cedessem a posse de seus jardins? —, pois teve o atrevimento de dizer a Tito Furfânio que, se não lhe entregasse a quantia que exigia em dinheiro, levaria um cadáver para a casa dele, para excitar o ódio contra um varão como este! Aquele, que a seu irmão Ápio, homem ligado a mim pela mais leal estima, estando ele ausente, o destituiu da posse de sua propriedade; aquele, que resolveu erguer uma parede no pátio da irmã e fundou alicerces de tal modo que ela não só foi privada do uso do pátio, como de qualquer acesso e entrada. **XXVIII. 76.** No entanto, tudo isso na verdade, já parecia tolerável, embora ele atacasse indiferentemente a República, os particulares, os distantes, os próximos, os estranhos e os familiares; não sei como a incrível paciência dos cidadãos já se havia tornado endurecida e calejada pelo hábito; como poderíeis vós repelir ou suportar esses males que já se manifestavam e eram uma ameaça? Se ele tivesse alcançado o poder — nem falo dos aliados, das nações estrangeiras, dos reis, dos tetrarcas. De fato, faríeis votos de que ele arremetesse antes contra eles, em vez de se lançar contra as vossas propriedades, vossas casas, vosso dinheiro (dinheiro, digo eu?), não teria refreado seus instintos libidinosos — valha-me Fídio! — contra vossos filhos, contra vossas esposas! Acaso julgais que estes fatos — patentes, conhecidos por todos, palpáveis —, são inventados? E que ele iria recrutar na Cidade exércitos de escravos para que pudesse se apoderar de toda a República e de todos os patrimônios privados? **77.** Portanto, se empunhando o gládio ensanguentado Tito Ânio exclamasse: “Vinde, vos peço, vinde e ouvi-me, ó cidadãos! Matei Públio Clódio; com este gládio e com a minha destra, afastei de vossas cabeças as suas loucuras, que nós já não conseguíamos refrear nem pelas leis nem pelos tribunais, e somente por meu mérito, a justiça, a equidade, as leis, a liberdade, a honestidade, o pudor, a pureza de costumes estão mantidos nesta Cidade”, seria realmente para rezear o modo como a Cidade receberia isto! Pois agora, quem há que não o aprove, que não o aplauda, que não diga e pense não existir lembrança de um varão que tenha prestado maior serviço à pátria, que maior alegria tivesse dado ao povo romano, à Itália inteira, a todas as nações, do que Tito Ânio? Não posso avaliar quão grandes foram no passado as alegrias do povo romano; contudo, a nossa época já presenciou muitas vezes as mais brilhantes vitórias dos mais ilustres generais, e nenhuma delas trouxe uma alegria tão duradoura e tão intensa. Conservai isto na memória, senhores juízes! **78.** Tenho esperança de que vós e vossos filhos verão muitos acontecimentos felizes em nossa pátria; em cada um deles, sempre considerareis que nada disso haveríeis de ver se

Clódio estivesse vivo. Tenho uma grande esperança e, acredito verdadeiramente, bem fundada, de que este mesmo ano, sob o consulado deste supremo varão, depois de refreada a licenciosidade dos homens, dominadas as paixões, restabelecidas as leis e os tribunais, será benéfico para esta Cidade. Há, porventura, alguém tão insano que julgue que isto pudesse acontecer se Públio Clódio estivesse vivo? Ora, sob o domínio daquele louco, como poderíeis ter direito à posse duradoura dos vossos bens particulares?

XXIX. Não temo, senhores juízes, que pareça que eu, inflamado pelo ódio das minhas inimizades, verto sobre ele estas acusações mais em nome do prazer do que da verdade. Porque se o meu ódio contra ele devia ser extremo, todavia era ele de tal modo inimigo de todos que o meu ódio praticamente se equiparava ao ódio geral. Não se pode expressar suficientemente em palavras, nem de fato imaginar o quanto havia de crime e destruição naquele indivíduo. **79.** Por isso, prestai atenção, senhores juízes! Imaginai – pois nossos pensamentos são livres e visualizam aquilo que querem, do mesmo modo que distinguimos aquilo que vemos –, imaginai, portanto, em vossa mente, esta imagem que proponho: se eu pudesse fazer com que Milão fosse absolvido, contanto que Clódio voltasse à vida... Mas que terror é esse em vosso semblante? A que ponto ele, vivo, vos afetaria, se morto vos abalou com uma vã fantasia? Ora, se o próprio Gneu Pompeu, que, graças a sua coragem e sua fortuna, conseguiu sempre o que ninguém mais conseguira, se ele, dizia eu, pudesse optar entre instaurar um inquérito sobre a morte de P. Clódio ou trazê-lo de volta dos infernos, qual das alternativas julgais que teria preferido? Ainda que por amizade quisesse chamá-lo dos infernos, pelo bem da República não o teria feito. Portanto, estais nesses assentos para punir a morte daquele a quem não desejaríeis restituir a vida, se pudésseis; e, acerca da morte de Clódio, foi instituído um tribunal por meio de uma lei que, se pudesse ressuscitá-lo, nunca teria sido apresentada. Portanto, se Milão fosse o culpado por sua morte, tendo confessado, temeria receber punição daqueles a quem libertou? **80.** Os gregos conferem honras divinas aos varões que mataram tiranos. O que eu vi em Atenas, o que eu vi em outras cidades da Grécia! Que honras divinas dedicam a tais varões! Que cânticos, que poemas! O culto e a memória que lhes consagram praticamente se igualam àquela própria dos seres imortais. E vós, a um salvador de tão grande povo, punidor de tão grande crime, não só deixais de conceder qualquer honra como ainda toleraríeis que fosse arrastado ao suplício? Se tivesse praticado o ato pelo qual é acusado, ele confessaria, repito, confessaria tê-lo praticado com grande coragem e de bom grado para

garantir a liberdade de todos os cidadãos, ato que não só devia confessar, mas, na verdade, apregoar. **XXX. 81.** Na verdade, se ele não nega uma ação pela qual nada pede senão que seja perdoado, hesitaria em confessar um ato pelo qual deveria mesmo esperar o reconhecimento da glória? A não ser que ele julgue que estais mais gratos por ele ter defendido a própria vida do que a vossa; sobretudo porque, com essa confissão, ele conseguiria as maiores honras, se quisesseis demonstrar vossa gratidão. Mas se o seu ato não fosse aprovado – mas como poderia alguém não aprovar o que significa sua própria salvação? –, contudo, se a coragem deste varão tão destemido não encontrasse o reconhecimento dos cidadãos, ele se retiraria com dignidade e coragem da ingrata Cidade. Pois o que há de mais ingrato do que alegrarem-se os outros enquanto o responsável pelo seu júbilo chora solitário? **82.** Contudo, o sentimento de nós todos⁴⁷¹ sempre foi o de que, ao aniquilarmos os traidores da pátria, se a glória futura seria nossa, também seriam considerados nossos os riscos e a impopularidade. Pois que glória deveria ser atribuída a mim mesmo, em virtude dos atos que ousei no meu consulado por vós e por vossos filhos, se eu julgasse que tudo que empreendia, ousaria fazê-lo sem maiores embates? Que mulher não se atreveria a matar um cidadão celerado e pernicioso se não temesse o perigo? Aquele que, na perspectiva do ódio, da morte, dos castigos, não diminui o ardor com que defende a pátria, deve ser considerado verdadeiramente um varão. É próprio de um povo grato premiar os cidadãos que prestaram serviços à pátria, mas é próprio de um varão corajoso não se deixar comover nem mesmo pelos suplícios e não se arrepender de ter agido com valentia. **83.** Por isso, Tito Ânio faria a mesma confissão que Aaala, que Nasica, que Opímio, que Mário, que nós mesmos; e se a República fosse grata, ele se alegraria; se ingrata, contudo, diante de tão amarga fortuna, encontraria apoio em sua consciência. Mas a fortuna do povo romano, vossa felicidade e os deuses imortais julgam que a eles se deve conceder o agradecimento por esse benefício. Ninguém pode pensar de outro modo, a não ser que julgue não existir o poder, nem a vontade dos deuses; alguém que não se impressione nem com a grandiosidade do nosso império, nem com esse nosso sol; nem com o movimento do céu e dos astros, nem com o ciclo e a ordem da natureza; e sobretudo com o que é o mais importante: a sabedoria dos nossos antepassados, que cultivaram eles próprios, religiosamente, os ritos sagrados, as cerimônias e os auspícios, e os transmitiram a nós, seus descendentes. **XXXI. 84.** Existe, existe de fato esse poder; e

⁴⁷¹ Os homens que mataram no interesse da República, enumerados no § 8.

não é verdade que nossos corpos e esta nossa fragilidade sejam dotadas de algo que lhes dá vigor e sentimento, e que esse algo não esteja presente neste tão magnífico movimento da natureza. A não ser que acaso considerem não existir esse poder, porque não está aparente e não se pode vê-lo; como se pudéssemos ver a nossa própria mente, por meio da qual conhecemos, por meio da qual prevemos, por meio da qual fazemos e dizemos estas mesmas coisas; ou como se pudéssemos conhecer plenamente sua natureza ou onde está localizada. Pois aquele mesmo poder, que muitas vezes trouxe a esta Cidade ventura e abundância inacreditáveis, aniquilou e banuiu aquele flagelo. Primeiro, incitou-lhe a mente para que ousasse irritar pela violência e provocar pela espada o mais valente dos homens e ser derrotado por ele. Se tivesse vencido, conseguiria impunidade e liberdade para toda a vida. **85.** Não foi por um desígnio humano, senhores juízes, nem por mera solicitude dos deuses imortais que este fato veio a cumprir-se. Por Hércules! Os mesmos lugares sagrados que viram cair aquele monstro parecem ter se comovido e ter mantido seu próprio direito sobre ele. A vós, agora, colinas e bosques albanos, a vós imploro e invoco por testemunhas; e a vós, altares soterrados dos albanos, associados ao culto sagrado do povo romano e de igual antiguidade, altares que aquele insensato, em sua demência, depois de cortar e derrubar os bosques sagrados, sufocou com a massa insana das construções! Então manifestou-se o vosso caráter sagrado, prevaleceu vosso poder, que aquele indivíduo havia profanado com todo tipo de crime! E tu, sagrado Júpiter Lacial, de teu elevado monte, cujo lago, cujas florestas, cujo território muitas vezes ele havia maculado com todo tipo de sacrilégios e abomináveis crimes, finalmente abriste os olhos para castigá-lo! Foi para vós, e em vossa presença, que ele remiu seus crimes por meio destes castigos, tardios, porém justos e merecidos. **86.** A não ser que ainda se atribua ao acaso este fato: que a luta se travou diante do próprio santuário da Boa Deusa, situado na propriedade de T. Sércio Galo, jovem especialmente honrado e distinto; diante da própria Boa Deusa, volto a dizer, ele recebeu o primeiro ferimento que o levaria a uma horrível morte, de modo a parecer que não tinha sido absolvido naquele ímpio julgamento, mas sim que fora reservado para este castigo extraordinário. **XXXII.** Nem foi, seguramente, outra senão esta mesma ira dos deuses que incitou a loucura dos seus seguidores, de modo que sem imagens, sem cantos nem jogos, sem exéquias, sem lamentações, sem louvores, sem funeral, coberto de sangue e lama, privado da solenidade daquele último dia que se costuma conceder até aos inimigos, foi atirado chamuscado à via pública. Não era justo, creio eu, que as imagens dos varões ilustres concedessem alguma dignidade àquele

horrendo assassino, nem que, morto, fosse dilacerado em outro lugar que não aquele no qual sua vida fora condenada. **87.** A mim já se afigurava dura e cruel – valha-me Fídio! –, a fortuna do povo romano, que durante tantos anos o suportou insultando a República. Manchara pelo adultério os mais sagrados cultos, violara os mais nobres decretos do senado; com dinheiro, resgatara publicamente sua culpa nos tribunais; atormentara o senado durante seu tribunado, anulara atos promulgados pelo consenso de todas as ordens para a segurança da Cidade, expulsara-me da pátria, roubara meus bens, incendiara minha casa, ameaçara meus filhos e minha esposa, declarara uma guerra ímpia a Gneu Pompeu⁴⁷², perpetrara mortes de magistrados e particulares, incendiara a casa de meu irmão, devastara a Etrúria, despojara muitos cidadãos de suas moradias e de seus bens; ameaçava, perseguia; a Cidade, a Itália, as províncias, os reinos não podiam conter a sua loucura; em sua casa já se redigiam leis que nos sujeitariam a nossos escravos; ninguém possuía coisa alguma que, se realmente fosse de seu agrado, não considerasse que haveria de lhe pertencer naquele ano. **88.** Ninguém, além de Milão, se opunha a seus projetos. Clódio julgava que aquele⁴⁷³ que poderia enfrentá-lo estava como que ligado a ele por uma recente reconciliação; dizia que o poder de César lhe pertencia; por ocasião de meu infortúnio, menosprezava os sentimentos das pessoas de bem. Milão era o único que o perseguia. **XXXIII.** Então, os deuses imortais, como já mencionei, incutiram nesse perverso, nesse demente, aquela idéia de armar uma emboscada para Milão. Aquela praga não podia perecer de outro modo. A República nunca teria conseguido puni-lo por meio do direito. O senado, suponho, teria estabelecido limites se ele fosse pretor. Mas, mesmo quando costumava fazê-lo, sendo Clódio simples particular, não obtivera êxito. **89.** Quanto aos cônsules, será que teriam coragem de reprimi-lo como pretor? Em primeiro lugar, se Milão morresse, Clódio teria seus cônsules; além disso, que cônsul se atreveria a enfrentá-lo com coragem, lembrando que ele, quando fora tribuno, perseguira cruelmente o mérito de um consular⁴⁷⁴? Teria subjugado tudo, de tudo se apoderaria, teria tudo em suas mãos; por uma nova lei, encontrada em sua casa junto com outras leis clodianas, teria transformado nossos escravos em seus libertos. Enfim, se os deuses imortais não tivessem incutido na mente de um efeminado como ele a intenção de matar um corajoso

⁴⁷² No discurso contra Pisão (*In Pisonem*), em 55, aludindo a Pisão, Gabínio e Clódio, Cícero havia dito, explorando a assonância das palavras: *me domo mea expulistis, Cn. Pompeium domum suam compulistis* (16). “Forçastes-me a sair de minha casa e Pompeu, a se fechar na sua”.

⁴⁷³ Pompeu.

⁴⁷⁴ O próprio Cícero.

varão, hoje não teríeis República alguma. **90.** Será que como pretor, ou até como cônsul – se é que com ele vivo ficariam de pé por tanto tempo estes templos e estas próprias paredes, a ponto de esperar pelo seu consulado –, enfim, se ele ainda fosse vivo, será que não faria nenhum mal, se morto, por intermédio de um dos seus sequazes, ateou fogo à cúria? O que vimos de mais miserável, mais cruel, mais lamentável do que isto? Ser incendiado, destruído, conspurcado o templo da santidade, da majestade, da sabedoria, do conselho público, parte vital da Cidade, altar dos aliados, porto de todas as nações, sede concedida por todo o povo a uma só ordem! E não que isto tenha sido realizado por uma multidão ignorante – embora mesmo isso fosse lamentável –, mas por um único homem! Quem teve tamanha ousadia como incinerador de cadáver por afeição a um morto, o que não ousaria como seu caudilho, com ele vivo? Preferiu lançar seu cadáver na cúria, para que morto incendiasse o que vivo subvertera. **91.** E há os que se queixam do acontecimento da Via Ápia e se calam sobre o da cúria! E julgam que, com ele vivo, o fórum poderia ser defendido, se ao seu cadáver a cúria não pôde resistir? Ressuscitai-o, ressuscitai-o dos mortos, se puderdes; quebraríeis o ímpeto de um vivo, se mal podeis conter os furores de seu cadáver insepulto? A não ser que pudestes dominar aqueles homens que acorreram à cúria com fochos, ao templo de Castor, com fasces⁴⁷⁵, e, de espada em punho, vagaram por todo o fórum! Vistes o povo romano ser massacrado, uma assembleia ser dispersa pelas espadas, quando era ouvido em silêncio Marco Célio⁴⁷⁶, tribuno da plebe, varão muito destemido na política e muito firme nas causas que defende, dedicado à vontade dos homens de bem e à autoridade do senado e, nesta causa de Milão, de uma singular, divina e incrível lealdade, na fortuna ou no infortúnio.

XXXIV. 92. Mas já falei bastante da causa, e talvez também demais fora dela. O que resta senão pedir-vos e suplicar-vos, senhores juízes, que concedais a este tão corajoso varão aquela misericórdia que ele mesmo não implora, mas que, contra a sua vontade, eu mesmo rogo e imploro? Se, no meio do pranto geral, não notastes nenhuma lágrima de Milão, se estais vendo sempre o mesmo semblante, sempre a mesma voz e a mesma constância na fala inalterada, não seja isto motivo para que o perdoeis menos. Talvez por isso mesmo deva ele ser muito mais ajudado. Pois se, nos combates de gladiadores, homens de ínfima condição e fortuna, costumamos indignar-nos contra os

⁴⁷⁵ *Fasces*: feixes de varas de olmo ou bétula no meio das quais se encontrava uma machadinha, com a parte de ferro à vista, que os *lictors* levavam sobre o ombro esquerdo, à frente dos altos magistrados de Roma (símbolo do poder – *imperium* –, que lhes cabia, de castigar e condenar à morte).

⁴⁷⁶ Marco Célio Rufo, amigo de Cícero, o mesmo que ele defende em *Pro Caelio*.

suplicantes que imploram que os deixemos viver, e os cheios de coragem e valentia que energicamente se oferecem à morte são os que mais desejamos poupar, compadecendo-nos mais daqueles que não imploram nossa compaixão do que daqueles que clamam por ela, quanto mais devemos fazer o mesmo em relação a cidadãos mais valorosos! **93.** De fato, senhores juízes, estas palavras de Milão, que ouço e presencio todos os dias, me consomem a alma e me dilaceram: “que passem bem os meus concidadãos, diz, que passem bem”. Desejo-lhes saúde, prosperidade, felicidade; que esta ilustre Cidade se conserve, minha tão querida pátria, qualquer que seja a sentença dela a meu respeito; já que não me é permitido estar com eles, que os meus concidadãos desfrutem sem mim a tranquilidade na República, embora a devam a mim. Quanto a mim, partirei, irei embora. “Se não posso desfrutar de uma pátria benevolente, pelo menos me privarei de uma ingrata e, logo que alcançar uma cidade de bons costumes e livre, aí descansarei”.

94. “Quanto trabalho vão”, diz ele, “ó falsas esperanças e sonhos frustrados! Eu, quando fui tribuno da plebe, estando a República oprimida, me dediquei ao senado, que eu recebera agonizante; aos cavaleiros romanos, cujas forças eram débeis; aos cidadãos honestos, que abdicaram de toda sua autoridade devido às armas de Clódio. Como algum dia poderia pensar que me faltaria a proteção dos homens de bem? Quando te restituí à pátria” – me fala assim muitas vezes –, “poderia pensar que nela não haveria lugar para mim? Onde está agora o senado, que apoiamos? Onde aqueles cavaleiros romanos, aqueles” – diz – “teus partidários? Onde está a consideração dos municípios? Onde as vozes da Itália? Onde está, enfim, Marco Túlio, aquela tua voz que serviu de auxílio e defesa a tantos? Acaso só a mim, que tantas vezes por ti me expus à morte, ela não pode ajudar?” **XXXV. 95.** E não diz estas coisas como eu agora, chorando, mas com o mesmo semblante que estais vendo neste momento. Ele não diz – de fato, não diz – que as obras que fez, tenham sido feitas para cidadãos ingratos, mas não nega que as tenha feito para cidadãos temerosos e à espreita de todos os perigos. Recorda que, para que vossa vida fosse mais segura, conquistara a plebe, a arraia miúda, que, conduzida por Públio Clódio, ameaçava vossas fortunas; e não a vergou só por sua coragem, mas também seduzindo-a por meio de três patrimônios seus. E não tem dúvida de que, tendo acalmado a plebe com presentes, terá alcançado vosso reconhecimento pelos extraordinários serviços prestados à pátria. Declara que, nestes últimos tempos, o senado demonstrou benevolência para com ele, e que levará consigo – qualquer que seja o caminho que a fortuna lhe tenha reservado –, a solicitude, a dedicação, as palavras que recebeu de vossa ordem. **96.** Recorda-se de que só não teve a proclamação do arauto,

mas que esta não lhe fez falta, pois fora declarado cônsul pelos votos unânimes do povo, única coisa que desejava; e que, enfim, se agora estas armas se voltarem contra ele, é à suspeita de um crime que se opõem⁴⁷⁷, e não a um crime praticado. Acrescenta estas palavras, que são de fato verdadeiras: os varões dotados de sabedoria e coragem costumam procurar não tanto os prêmios pelas ações justas, mas as próprias ações justas; que na sua vida nada praticara que não fosse extremamente glorioso, se é verdade que nada é mais honroso para um varão do que libertar a pátria dos perigos; **97** diz que felizes são aqueles que, por tal conduta, recebem as honras dos seus concidadãos, mas que, todavia, não são infelizes aqueles que os tenham superado em generosidade. Contudo, de todos os prêmios da virtude – se os prêmios devem ser levados em conta –, o maior deles é a glória. Esta é a única que nos consola da brevidade da vida, graças à memória da posteridade, que faz com que, embora ausentes, estejamos presentes, e, estando mortos, vivamos; e, enfim, diz que é pelos degraus da glória que os homens parecem mesmo se elevar ao céu. **98**. De mim, diz ele, falará sempre o povo romano e todas as nações, e nenhuma posteridade se calará a meu respeito. E mesmo hoje, quando meus inimigos cuidam de inflamar os ódios dirigidos contra mim, em todas as reuniões, em qualquer conversa se fala a meu respeito, quer agradecendo, quer felicitando. Nem menciono as festividades, umas realizadas, outras instituídas, na Etrúria. Este é o centésimo segundo dia, creio eu, depois da morte de Clódio. Por onde se estende o poder do povo romano, já se alastrou não só a notícia de sua morte, mas também a alegria. Por essa razão, diz ele, não me preocupo com o lugar onde este corpo esteja, pois em todas as terras já vive e sempre permanecerá a glória do meu nome. **XXXVI. 99**. Muitas vezes me disseste estas palavras na ausência dos juízes, mas eu, na presença deles, te respondo, Milão! É tão grande tua coragem que está além de minhas forças louvá-la suficientemente, mas, quanto mais extraordinário este teu valor, tanto maior é a dor com a qual sou separado de ti. E, se me fores arrebatado, não me restará sequer a queixa para me consolar, irando-me contra aqueles de quem recebera tão grande golpe; é que não serão os meus inimigos que estarão te arrancando de mim, mas meus grandes amigos, pessoas que jamais se comportaram mal para comigo, mas sempre de forma magnífica. Não, senhores juízes, jamais me infligireis uma dor tão grande – pode haver outra igual? –, no entanto, nem mesmo esta fará com que eu me esqueça de todo o bem que me fizestes. Se fostes tomados pelo

⁴⁷⁷ Referência às suspeitas de Pompeu contra Milão, cf. *Mil.* 63-67 e *ASC.* 32.

esquecimento, ou se estais, de algum modo, magoados comigo, por que não resgatar isso por meio de minha própria vida, em vez da de Milão? Terei vivido gloriosamente se morrer antes de presenciar tamanha desgraça. **100.** Neste momento, Tito Ânio, um único consolo me sustenta: o de nunca ter deixado de cumprir com os deveres da amizade, da consideração, da gratidão para contigo. Por tua causa atraí a inimizade dos poderosos; muitas vezes expus o meu corpo e a minha vida às armas dos teus inimigos; por ti me lancei suplicante aos pés de muita gente; associei minhas posses e as de meus filhos às tuas provações; enfim, neste dia mesmo, se houver qualquer ato de força preparado contra ti, algum combate fatal, eu os reivindico contra mim. O que me resta ainda? O que posso fazer em agradecimento a teus favores, senão considerar minha a tua sorte, qualquer que ela venha a ser? Não a rejeito, nem recuso, e vos suplico, senhores juízes, que amplieis os benefícios que me concedestes, preservando Milão, ou que considereis que, com a sua ruína, eles desaparecerão.

XXXVII. 101. Milão não se perturba com estas lágrimas, possui uma inacreditável força de ânimo. Considera que o exílio está ali onde não haja lugar para a virtude; que a morte é o nosso fim natural, não um castigo. Que ele mantenha este espírito com que nasceu. E quanto a vós, senhores juízes, qual será, enfim, vossa disposição? Conservareis a lembrança de Milão e a ele próprio banireis? E haverá algum lugar mais digno na terra para acolher tal valor do que este em que nasceu? A vós, a vós, varões de grande bravura, que muito sangue derramastes pela pátria, a vós, centuriões, e a vós, soldados, me dirijo diante do perigo que ameaça a um varão e cidadão jamais vencido; não apenas sob vossos olhares, mas sob vossas armas, que dão proteção a este tribunal, há de tanto valor ser expulso, desterrado, banido desta Cidade? **102.** Ai de mim, desgraçado e infeliz! Milão, pudeste me fazer retornar à pátria por intermédio destes varões, e eu, por meio deles, não serei capaz de te conservar na pátria? O que responderei aos meus filhos, que te consideram um segundo pai? E a ti, meu irmão Quinto, agora ausente, que compartilhaste comigo aqueles tempos difíceis? Responderei que não pude assegurar a salvação de Milão, por intermédio dos mesmos varões que lhe permitiram assegurar a minha? Mas em que causa não pude fazê-lo? Numa causa que tem o apoio de todos os povos. Não pude, por culpa de quem? Daqueles que mais benefícios auferiram com a morte de Públio Clódio. Quem era o defensor? Eu. **103.** Que crime tão grande eu concebi, que ato tão nefasto cometi quando investiguei, descobri, revelei e destruí aqueles sinais da ruína de todos nós? É dessa

fonte que vertem sobre mim e os meus todas as dores. Por que quisestes meu regresso? Acaso para que, diante dos meus olhos, fossem expulsos da pátria aqueles por cujo intermédio fui a ela restituído? Não consintais, suplico-vos, que meu retorno seja mais amargo de suportar do que a própria partida. Pois como posso me sentir de volta à pátria se são afastados de mim os que propiciaram meu regresso? **XXXVIII.** Oxalá os deuses imortais – com tua licença o direi, ó pátria, pois temo que seja uma heresia contra ti o que direi por dedicação a Milão –, oxalá os deuses fizessem com que Públio Clódio não só ainda vivesse, mas que fosse pretor, cônsul, ditador! Antes isso do que eu ter de presenciar este espetáculo! **104.** Ó, deuses imortais, que varão destemido e digno de ser salvo por vós, senhores juízes! “Não, de modo algum!” – diz Milão. “Pelo contrário, Clódio recebeu a pena que mereceu; quanto a nós, suportaremos, se assim for preciso, a que não merecemos.” Este varão, nascido para a pátria, há de morrer em algum lugar que não seja a pátria, ou, acaso, sem ser pela pátria? Vós, que guardareis a memória de seu caráter, tolerareis que não haja sepulcro na Itália para seu corpo? Haverá alguém que expulse com seu voto este que, banido por vós, todas as cidades chamarão para si? **105.** Feliz a terra que receber este varão, ingrata esta se o expulsar, infeliz se o perder! Mas terminemos, pois já não posso falar por causa das lágrimas, e Milão não quer ser defendido com lágrimas. Peço-vos, suplico-vos, senhores juízes, que, ao votar, ouseis exprimir vossa convicção. Crede, aprovará extraordinariamente vossa coragem, justiça e lealdade aquele que, ao designar os juízes para esta causa, escolheu os mais virtuosos, os mais sensatos e os mais corajosos.

TRADUÇÃO DO COMENTÁRIO DE ASCÔNIO PEDIANO AO *PRO MILONE*

26. Este discurso foi pronunciado no sétimo dia antes dos idos de abril⁴⁷⁸, no ano do terceiro consulado de Gneu Pompeu. Durante o julgamento, o exército foi posicionado no fórum e defronte a todos os templos ao redor por ordem de Pompeu, fato que se conhece não só por meio do próprio discurso e pelos historiadores, mas também pela obra que Cícero denomina *Sobre o melhor gênero de orador*⁴⁷⁹.

Este é o comentário

27. Tito Ânio Milão, Públio Pláucio Hipseu e Quinto Metelo Cipião disputaram o consulado não só por meio de distribuição ostensiva de dinheiro, mas também cercandose de homens armados. Havia entre Milão e Clódio grande inimizade; Milão era muito amigo de Cícero e, quando tribuno da plebe, havia se dedicado com afincio ao seu retorno do exílio. Quanto a Clódio, depois do retorno de Cícero, passou a nutrir terrível ódio contra ele, motivo pelo qual apoiava com todo empenho a candidatura de Hipseu e Cipião contra Milão. Constantemente as facções de Clódio e Milão digladiavam-se em Roma: eram uma e outra de semelhante audácia, mas Milão defendia causas melhores. Além disso, nesse mesmo ano, Milão disputava o consulado, e Clódio, que disputava a pretura, percebeu que seu cargo ficaria enfraquecido se Milão fosse cônsul. Além disso, as eleições consulares tinham sido adiadas por muito tempo e não podiam se realizar por causa daqueles mesmos conflitos insanos entre os candidatos. Por essa razão, nesse mês de janeiro, não havia nem cônsules nem pretores, e a data das eleições era postergada do mesmo modo que antes. Milão, de sua parte, desejava que as eleições se realizassem o quanto antes e contava com o apoio dos homens bons, uma vez que se opunha a Clódio, e ainda com o do povo, por causa da farta distribuição de dinheiro e dos gastos imensos com jogos cênicos e combates de gladiadores – com os quais, segundo Cícero indica, tinha dissipado três patrimônios⁴⁸⁰; já os adversários de Milão preferiam postergar as eleições, razão pela qual Pompeu, genro de Cipião, e Tito Munácio, tribuno da plebe, não aceitaram a proposição enviada ao senado para que fossem convocados os patrícios para designar um inter-rei, como era de costume. No décimo terceiro dia antes das

⁴⁷⁸ Ou seja, no dia 8 de abril de 52. Sobre a data do julgamento, ver n. 1.

⁴⁷⁹ *De optimo genere oratorum* (c. 46 - 44).

⁴⁸⁰ *Mil.* 95.

calendas de fevereiro⁴⁸¹ –, pois creio que deve ser antes seguida a data dos registros oficiais e a fornecida pelo próprio discurso, que concordam entre si, do que a relatada por Fenestela⁴⁸², que menciona o décimo quarto dia antes das calendas de fevereiro⁴⁸³ –, Milão partiu para Lanúvio, sua cidade de origem e onde exercia a função de ditador⁴⁸⁴, para nomear um flâmine no dia seguinte. Clódio, retornando de Arícia, cruza com ele por volta da nona hora⁴⁸⁵, pouco depois de Bovilas, próximo ao lugar em que se encontra o santuário da Boa Deusa. É que Clódio havia discursado aos decuriões de Arícia. Clódio viajava a cavalo e era acompanhado de trinta escravos levemente equipados e armados de espadas, como era costume naquele tempo ao viajar. Além dos mencionados, acompanhavam Clódio três amigos seus, entre os quais um cavaleiro romano, Caio Causínio Escola, e dois notáveis homens da plebe, Públio Pompônio e Caio Clódio. Milão viajava em carro acompanhado de sua esposa Fausta, filha do ditador Lúcio Sila, e de Marco Fúfio, seu amigo. Eram seguidos **28.** por uma extensa fila de escravos, entre os quais também havia gladiadores, dois deles conhecidos, Eudamo e Bírria. Estes iam atrasados na última fileira e começaram uma briga com os escravos de Públio Clódio. Tendo este se voltado com ar ameaçador para olhar o tumulto, Bírria trespassou-lhe o ombro com uma lança. Em seguida, teve origem um combate e mais homens de Milão acorreram ao local. Clódio, ferido, foi levado para uma taberna próxima a Bovilas. Milão, quando soube que Clódio havia sido ferido, percebendo que ele lhe seria mais perigoso se continuasse vivo, ao passo que, com ele morto, teria um grande alívio, ainda que tivesse de enfrentar as penalidades, mandou retirar Clódio da taverna. Foi Marco Saufeio quem liderou seus escravos. E assim, Clódio foi arrancado do esconderijo e morto com vários golpes. Seu cadáver foi deixado na Via Ápia, pois os escravos de Clódio ou haviam sido mortos ou, gravemente feridos, haviam se escondido. O senador Sexto Tédio, que por acaso retornava do campo em direção à Cidade, recolheu o corpo de Clódio e ordenou que fosse transportado a Roma em sua liteira. Ele, no entanto, retornou ao lugar de onde viera. O corpo de Clódio chegou à Cidade antes da primeira hora da noite⁴⁸⁶. Enorme multidão dos extratos mais baixos da plebe e de escravos, com grandes lamentações, circundou o corpo que fora colocado no átrio da casa. O ódio aos acontecimentos era intensificado pela esposa de

⁴⁸¹ No dia 18 de janeiro.

⁴⁸² Fenestela (52 a.C, 19 d.C), escritor de história analística romana.

⁴⁸³ 19 de janeiro.

⁴⁸⁴ Provavelmente detentor da magistratura principal de Lanúvio, cf. LEWIS, 2006: 307.

⁴⁸⁵ 15 horas.

⁴⁸⁶ Antes das 19 horas.

Clódio, Fúlvia, que com desesperados lamentos exibia as feridas de Clódio. No dia seguinte, à primeira luz do dia, multidão ainda maior do mesmo tipo afluíu ao local, e também foram vistos muitos homens notáveis. A casa de Públio Clódio, no Palatino, tinha sido comprada havia poucos meses de Marco Escauro. Para ali também se dirigiram Tito Munácio Planco, irmão do orador Lúcio Planco, e Quinto Pompeu Rufo, neto do ditador Sila por parte da filha, tribunos da plebe. Sob a instigação destes, a turba ignorante leva para o fórum o cadáver nu e pisoteado, como estava no leito, e o coloca nas tribunas, para que todos vissem os ferimentos. **29.** Enquanto isso, Planco e Pompeu⁴⁸⁷, que apoiavam os adversários de Milão, excitavam o ódio contra ele diante de uma assembleia popular. O populacho, sob o comando do escriba Sexto Clódio, carregou o corpo de Clódio para o senado e lhe ateou fogo, servindo-se dos bancos, tribunas, mesas e livros. As chamas consumiram o próprio senado, e a Basílica Pórcia, que lhe era contígua, foi igualmente atingida pelo fogo. A casa de Marco Lépidio, inter-rei (pois ele havia sido nomeado magistrado curul), e a casa de Milão, que não estava na Cidade, foram atacadas pela mesma turba clodiana, que foi rechaçada com flechas. Em seguida, a mesma turba retirou os fasces do bosque de Libitina e os levou à casa de Cipião e de Hipseu, e em seguida aos jardins de Pompeu, proclamando-o ora cônsul, ora ditador⁴⁸⁸.

O incêndio da cúria excitou mais a indignação popular do que a morte de Clódio. Assim, Milão, que se pensava ter seguido voluntariamente para o exílio, recobra forças diante da aversão pública contra seus oponentes e, naquela mesma noite em que a cúria fora incendiada, regressa a Roma. Sem nada a impedi-lo, retomou sua candidatura ao consulado. Além disso, distribuiu abertamente mil asses⁴⁸⁹ por pessoa de cada tribo. O tribuno da plebe Marco Célio⁴⁹⁰, dias depois, organiza uma assembleia popular para Milão, e o próprio Cícero defendeu a causa deste junto ao povo. Ambos afirmavam que Clódio havia preparado uma emboscada para Milão.

Enquanto isso, os inter-reis se sucediam uns aos outros, porque as eleições consulares não podiam se realizar devido aos mesmos tumultos dos candidatos e aos mesmos bandos armados. Desse modo, em primeiro lugar, é aprovado um decreto do senado determinando que o inter-rei, os tribunos da plebe e Gneu Pompeu, que era

⁴⁸⁷ Quinto Pompeu Rufo.

⁴⁸⁸ *Dictator*, cf. n. 64.

⁴⁸⁹ Moeda romana.

⁴⁹⁰ O mesmo que Cícero defende no *Pro Caelio*.

procônsul e estava nas proximidades da Cidade, tomassem as precauções para que a República não sofresse qualquer dano e, em segundo lugar, que Pompeu deveria recrutar soldados por toda a Itália, o que ele realizou sem demora. Dois jovens, **30.** ambos de nome Ápio Cláudio, filhos de Caio Cláudio, irmão de Públio Clódio, que, atuando ambos como mandatários do pai, buscavam justiça pela morte do tio, demandaram junto a Pompeu que os escravos de Milão e de sua esposa Fausta se apresentassem para serem investigados. Demandaram o mesmo os dois Valérios, Nepos e Léo. Lúcio Herênio Balbo reivindicou o mesmo em relação aos escravos de Públio Clódio e os dos amigos que o acompanhavam; nessa mesma ocasião, Célio requereu a apresentação dos escravos de Hipseu e Quinto Pompeu. Milão foi defendido por Quinto Hortênsio, Marco Cícero, Marco Marcelo, Marco Calídio, Marco Catão e Fausto Sila. Sucintamente, Quinto Hortênsio declarou que aqueles que estavam sendo convocados como escravos eram então livres. Pois, logo após a morte de Clódio, Milão os libertara com a justificativa de que eles eram seus salvadores. Tudo isso aconteceu no mês intercalar⁴⁹¹. Aproximadamente trinta dias depois da morte de Públio Clódio, Quinto Metelo Cipião⁴⁹², respondendo no senado a Quinto Cipião, deplora a morte de Clódio. Afirmar que a linha de defesa de Milão era uma mentira, pois Clódio seguira para Arícia com o objetivo de discursar aos senadores locais, levando consigo vinte e seis escravos; que Milão, depois da quarta hora⁴⁹³, encerrada a sessão do senado, apressara-se para encontrá-lo com mais de trezentos escravos armados, atacando-o inesperadamente no caminho, logo depois de Bovilas; ali, Clódio, tendo recebido três golpes de espada, fora transportado até Bovilas; a taberna na qual se refugiara fora atacada por Milão; Clódio, ainda semi-consciente, fora retirado de lá e morto na via Ápia; moribundo, seu anel lhe havia sido arrancado; em seguida, sabendo Milão que o filho pequeno de Clódio estava na casa em Alba, dirigiu-se até lá, mas como o menino já havia sido retirado, interrogou o escravo Halicore amputando-lhe o corpo parte por parte; além disso, matara o caseiro e dois escravos. Dentre os escravos de Clódio **31.** que defenderam seu senhor, onze haviam sido mortos, enquanto, entre os de Milão, apenas dois saíram feridos; por isso, Milão, no dia seguinte, libertara doze escravos que lhe prestaram grande serviço e distribuía mil asses por pessoa de cada tribo para defender-se dos rumores. Diz-se que Milão fizera saber a Gneu Pompeu, que apoiava ativamente Hipseu, seu antigo questor,

⁴⁹¹ Mês de 22 ou 23 dias, intercalado, em anos alternados, depois do dia 23 de fevereiro, antes da reformulação do calendário promovida por Júlio César.

⁴⁹² Um dos candidatos a cônsul apoiados por Pompeu e sogro deste.

⁴⁹³ 10 horas da manhã.

que desistiria da própria candidatura se Pompeu assim o desejasse. Pompeu teria respondido que não pedia a ninguém que se candidatasse nem que desistisse da candidatura, e que não pretendia obstar o direito do povo romano, nem por seus conselhos, nem por sua vontade. Em seguida, por intermédio de Caio Lucílio, que era amigo de Milão em virtude da amizade deste com Cícero, diz-se que Pompeu pedira que Milão não o onerasse com o repúdio popular ao consultá-lo sobre tais assuntos.

Nesse ínterim, como crescia o rumor de que Gneu Pompeu devia ser nomeado ditador e que de nenhum outro modo poderiam ser sanados os males da Cidade, os *optimates* julgaram mais seguro nomeá-lo cônsul único; quando essa matéria foi discutida no senado, em virtude de um decreto proposto por Marco Bíbulo, Pompeu foi nomeado cônsul pelo inter-rei Sérvio Sulpício, no quinto dia antes das calendas de março do mês intercalar⁴⁹⁴, e imediatamente tomou posse do cargo. Três dias depois, apresentou a proposta de três novas leis: duas ele promulgou através de decreto do senado; uma, sobre a violência, dizia respeito especificamente ao assassinato cometido na via Ápia e ao ataque à casa do inter-rei Marco Lépido, e a outra dizia respeito à corrupção eleitoral. Tais leis tornavam as penas mais severas e o rito judiciário mais ágil. As duas leis estabeleciam que as testemunhas fossem ouvidas previamente e, em seguida, num único dia, a defesa e a acusação pronunciariam seus discursos. Duas horas seriam destinadas à acusação e três à defesa. Marco Célio, tribuno da plebe e defensor ardoroso de Milão, tentou vetar essas leis, alegando que elas visavam especificamente a Milão⁴⁹⁵ e que os julgamentos estavam sendo apressados. Como Célio atacasse as leis obstinadamente, esse fato excitou a tal ponto a ira de Pompeu **32.** que ele declarou que, se fosse obrigado, defenderia a República pelas armas. Ora, Pompeu temia Milão, ou fingia temê-lo: a maior parte do tempo permanecia não em sua casa, mas em seus jardins, e ainda assim nos lugares mais altos, ao redor dos quais grande número de soldados ficava de sentinela. Certa vez até encerrou abruptamente uma sessão do senado porque dizia temer a chegada de Milão. Depois disso, na reunião seguinte, Públio Cornifício acusou Milão de trazer um punhal embaixo da túnica, atado à coxa. Exigiu que Milão descobrisse a coxa e ele, sem demora, levantou a túnica; imediatamente, Marco Cícero exclamou que todos os outros crimes que imputavam a Milão eram do mesmo teor. Em seguida, Tito Munácio Planco, tribuno da plebe, apresentou diante de uma assembleia popular Marco Emilio Filemão, homem bem conhecido, liberto de

⁴⁹⁴ 24 de fevereiro.

⁴⁹⁵ Não era permitido que uma lei visasse a uma determinada pessoa.

Marco Lépido. Afirmava aquele que, juntamente com mais quatro homens livres, passava pelo caminho no momento do assassinato de Clódio. Como gritaram à vista desse fato, foram aprisionados e conduzidos à casa de Milão, onde ficaram reclusos por dois meses. Tal afirmação, falsa ou verdadeira, acarretou grande impopularidade a Milão. Além disso, Munácio e Pompeu⁴⁹⁶, tribunos da plebe, apresentaram diante dos rostos um dos triúnviros capitais e lhe perguntaram se ele teria flagrado o escravo de Milão, Gálata, em delito de assassinato. Ele respondera que o havia surpreendido dormindo na taberna, que o prendera e o levara consigo como fugitivo. Eles então tinham ordenado ao triúnviro que não liberasse o escravo. Mas, no dia seguinte, Célio, o tribuno da plebe, e Manílio Cumano, seu colega, resgataram o escravo da casa do triúnviro e o devolveram a Milão. Ainda que Cícero não tenha feito menção a nenhuma dessas acusações, como chegaram ao meu conhecimento, considere que devia relatá-las. **33.** Quinto Pompeu, Caio Salústio⁴⁹⁷ e Tito Munácio, tribunos da plebe, foram os principais organizadores de assembleias excitando o ódio contra Milão, e mesmo contra Cícero, que com todo empenho o defendia. A maioria das pessoas era hostil não só a Milão, mas também a Cícero, porque repudiava seu apoio àquela causa. Posteriormente, suspeitou-se de que Pompeu e Salústio tivessem se reconciliado com Milão e Cícero; Planco, porém, persistiu em sua enorme hostilidade e até excitou a multidão contra Cícero. Planco se empenhava em tornar Milão suspeito aos olhos de Pompeu, espalhando o boato de que Milão estava reunindo forças para destruí-lo. Por causa disso, Pompeu queixava-se constantemente de que se tramavam traições contra ele, e isso abertamente, e se cercava de maior proteção armada. Planco anunciava também que iria processar Cícero, e Quinto Pompeu cogitara o mesmo. Mas Cícero teve tanta firmeza e lealdade que nem o afastamento do povo, nem a suspeita de Pompeu, nem o risco de ser processado, nem as armas claramente tomadas contra Milão puderam impedi-lo de defendê-lo. Contudo, podia evitar o perigo para si mesmo, a hostilidade da multidão e ainda recuperar a confiança de Pompeu se afrouxasse um pouco o ardor de sua defesa.

Foi então apresentada para votação a lei de Pompeu, cujo texto, entre outras coisas, estabelecia que o presidente do tribunal fosse escolhido pelo sufrágio popular dentre homens que já haviam sido cônsules. A assembleia foi realizada sem demora e Lúcio Domício Aenobarbo foi o escolhido como presidente. Pompeu apresentou uma

⁴⁹⁶ Quinto Pompeu.

⁴⁹⁷ Caio Salústio Crispo, o historiador.

lista de juízes para julgar a matéria, selecionados de tal modo que se reconhecia nunca ter havido outros **34.** mais ilustres e mais íntegros. Logo em seguida, pela nova lei, Milão foi processado pelos dois jovens Ápios Cláudios, os mesmos que antes haviam demandado a apresentação de seus escravos. Também foi processado por corrupção pelos mesmos Ápios, assim como por Caio Ateio e Lucio Cornifício, e ainda, por associação ilegal, por Públio Fúlvio Nerato. Fora processado por associação ilegal e corrupção na expectativa de que, ocorrendo primeiro o julgamento por crime de violência, no qual se acreditava que seria condenado, não responderia depois aos demais⁴⁹⁸.

A seleção dos acusadores foi presidida por Aulo Torquato; ambos os presidentes, Torquato e Domício, determinaram que o réu devia se apresentar um dia antes das nonas de abril⁴⁹⁹. Na data marcada, Milão compareceu ao tribunal de Domício e se fez representar por amigos no tribunal de Torquato. Neste, peticionou por Milão Marco Marcelo, que conseguiu que ele não precisasse responder à acusação de corrupção antes da realização do julgamento pela acusação de crime de violência. No tribunal de Domício, o mais velho dos Ápios demandou que Milão apresentasse cinquenta e quatro escravos para depor. Tendo Milão afirmado que tal número de escravos já não estava em sua posse, Domício então, seguindo a decisão dos juízes, ordenou que o acusador apresentasse o número que quisesse. As testemunhas foram então citadas conforme a lei, que, como antes mencionamos, determinava que as testemunhas fossem ouvidas antes do julgamento durante três dias e que seus depoimentos fossem certificados pelos juízes; que, no quarto dia, todos os juízes fossem convocados a se apresentar e, na presença do acusador e do réu, deviam ser distribuídas as bolas com a inscrição de seus nomes; então, no dia seguinte, deviam ser sorteados oitenta e um juízes, que deveriam tomar seus assentos imediatamente. Em seguida, a acusação teria duas horas para discursar e a defesa, três, e o veredicto sobre a matéria devia ocorrer naquele mesmo dia. Antes, porém, que ocorresse a votação, o acusador e o acusado deviam rejeitar, cada um, cinco juízes de cada ordem⁵⁰⁰, **35.** restando um total de cinquenta e um juízes para votar.

⁴⁹⁸ Desse modo, os acusadores podiam ter acesso ao prêmio que certas leis lhes concediam quando obtinham a condenação do acusado.

⁴⁹⁹ No dia 4 de abril.

⁵⁰⁰ Isto é, da ordem dos senadores, cavaleiros e tribunos do erário.

No primeiro dia, Causínio Escola testemunhou contra Milão. Declarou que estivera com Públio Clódio quando ele fora morto e aumentou o mais que pôde as atrocidades cometidas. Quando começou a interrogá-lo, Marco Marcelo ficou tão aterrorizado com o enorme tumulto da multidão de clodianos ao redor que, temendo por sua vida, refugiou-se no tribunal de Domício. Em razão disso, Marcelo e o próprio Milão pediram proteção a Domício. Gneu Pompeu, que nesse momento estava sentado diante do prédio do erário, ficou também perturbado com aquele clamor. Desse modo, prometeu a Domício que, no dia seguinte, compareceria com as tropas do exército, e assim o fez. Por isso, os clodianos, intimidados, durante dois dias permitiram que se ouvissem os depoimentos das testemunhas em silêncio. Marco Cícero, Marco Marcelo e o próprio Milão as interrogaram. Dentre elas, muitas eram habitantes de Bovilas, e depuseram sobre os fatos que lá ocorreram: o taberneiro fora assassinado, a taberna invadida, o corpo de Clódio arrastado para a via pública. As virgens de Alba⁵⁰¹ declararam que uma mulher desconhecida tinha vindo até elas, a mando de Milão, para cumprir votos pela morte de Clódio. Os últimos testemunhos foram os de Semprônia, filha de Tudidano, sogro de Públio Clódio, e da esposa deste, Fúlvia, que, com suas lágrimas, comoveram profundamente os assistentes. Depois de encerrada a audiência, por volta da décima hora⁵⁰², Tito Munácio discursou numa assembleia exortando o povo a comparecer em massa no dia seguinte e a não permitir que Milão escapasse impune, bem como que manifestassem sua indignação aos juízes que iriam votar. No dia seguinte, sétimo dia antes dos idos de abril⁵⁰³, o último dia do julgamento, o comércio estava fechado em toda a cidade. **36.** Pompeu dispôs suas guarnições no fórum e em todos os pontos que a ele davam acesso. Ele próprio tomou lugar diante do erário, como no dia anterior, cercado de uma seleta escolta militar. O sorteio dos juízes se deu no começo do dia; em seguida, houve tanto silêncio em todo o fórum quanto é possível haver em qualquer fórum. Então, na segunda hora⁵⁰⁴, os acusadores começaram a discursar: o mais velho dos Ápios, Marco Antônio⁵⁰⁵ e Públio Valério Nepos. Conforme determinava a lei, utilizaram duas horas.

O único a oferecer réplica foi Cícero. Embora a alguns parecesse melhor basear a defesa de Milão sustentando que a morte de Clódio ocorrera no interesse da República

⁵⁰¹ Ligadas ao culto local de Vesta.

⁵⁰² 16 horas.

⁵⁰³ 8 de abril.

⁵⁰⁴ 8 horas.

⁵⁰⁵ O futuro triúmviro.

(linha de defesa que Marco Bruto seguira no discurso que escrevera e publicara como se tivesse sido pronunciado), essa ideia não agradou a Cícero. Considerou que, se alguém podia ser condenado no interesse público, podia da mesma forma ser executado sem julgamento. E assim, como os acusadores afirmavam que Milão havia preparado uma emboscada para Clódio – o que não era verdade, pois a briga havia surgido fortuitamente –, Cícero partiu desse ponto e replicou que Clódio é que havia planejado uma emboscada para Milão, e todo o seu discurso foi orientado nesse sentido. Mas estava claro que nenhum dos dois, como apontamos, havia tido a intenção de combater naquele dia; na verdade, o incidente ocorreu por acaso e uma briga de escravos resultou em tragédia. Contudo, sabia-se que frequentemente um ameaçava o outro de morte. E assim como o número superior dos escravos de Milão o tornava suspeito, também os homens de Clódio estavam mais desimpedidos e preparados para o combate do que os de Milão. Cícero, quando começou a discursar, foi interrompido pela gritaria dos clodianos, que não puderam se conter nem mesmo pela intimidação dos militares a sua volta. Assim, não pronunciou seu discurso com a habitual firmeza. O discurso anotado pelos estenógrafos ainda existe, mas Cícero escreveu este que lemos com tanta perfeição, que com justiça se pode atribuir-lhe o primeiro lugar.

47.⁵⁰⁶ Depois que cada uma das partes concluiu seus discursos, o acusador e a defesa rejeitaram cada um cinco senadores e a mesma quantidade de cavaleiros e tribunos do erário, de modo que restaram cinquenta e um juízes para expressar seus votos. Doze senadores votaram pela condenação, seis pela absolvição; treze cavaleiros votaram pela condenação, quatro pela absolvição; treze tribunos do erário votaram pela condenação, três pela absolvição. É evidente que os juízes sabiam que, inicialmente, Clódio fora ferido sem o conhecimento de Milão, mas estavam certos de que, depois de ferido, fora morto por ordem dele. Houve quem acreditasse que o veredicto de Marco Catão havia sido pela absolvição. Pois ele não disfarçava a opinião de que a morte de Públio Clódio havia sido um benefício à República, apoiara a candidatura de Milão ao consulado e o defendera quando acusado. Além disso, Cícero o havia mencionado nominalmente no tribunal, interpelando-o como testemunha de que, três dias antes do crime, ele, Catão, tinha ouvido de Marco Favônio que Clódio havia declarado que Milão estaria morto dentro de três dias. **48.** Mas também parecia útil que a conhecida audácia de Milão fosse afastada da República. Ninguém jamais pôde saber qual teria

⁵⁰⁶ Os parágrafos 37 a 46 não são reproduzidos na edição de Clark, 1918. Na edição de 1895, tais parágrafos correspondem a comentários de Ascônio a determinadas passagens do *Pro Milone*.

sido o voto de Catão. Declarou-se, porém, que a condenação se deu, sobretudo, por obra de Ápio Cláudio. No dia seguinte, pela nova lei, Milão foi acusado de corrupção perante o tribunal de Mânlio Torquato e, não tendo comparecido, foi condenado à revelia. Também por essa lei o acusador fora Ápio Cláudio, que, embora legalmente lhe fosse concedida uma recompensa, recusou-se a utilizá-la. Assistiram-no como acusadores no julgamento por corrupção Públio Valério Léo e Gneu Domício, filho de Gneu. Alguns dias depois, Milão foi condenado por associação ilegal perante o tribunal presidido por Marco Favônio, sendo acusador Públio Fúlvio Nerato, ao qual foi concedido o prêmio conforme a lei. Em seguida, perante o tribunal presidido por Lúcio Fábio, Milão, novamente ausente, foi condenado por violência. Foram acusadores Lúcio Cornifício e Quinto Patúlcio. Milão, daí a poucos dias, partiu para o exílio em Massília. Seus bens foram vendidos por apenas 1/24 do seu valor, devido à magnitude de suas dívidas.

Depois de Milão, o primeiro a ser acusado pela mesma lei de Pompeu foi Marco Saufeio, filho de Marco, que tinha estado à frente do ataque à taberna, em Bovilas, e do assassinato de Clódio. Foram acusadores Lúcio Cássio, Lúcio Fulcínio, filho de Caio, e Caio Valério. Os defensores foram Marco Cícero e Marco Célio, que obtiveram a absolvição por um voto de diferença. Dos senadores, dez votaram pela condenação e oito pela absolvição; dentre os cavaleiros romanos, nove o condenaram e oito o absolveram; mas, da parte dos tribunos do erário, dez o absolveram e seis o condenaram. **49.** O ódio manifesto contra Clódio foi para Saufeio a sua salvação, embora a sua causa fosse pior que a de Milão, pois fora ele que manifestamente comandara o ataque à taberna. Dias depois, convocado para um novo julgamento perante o tribunal presidido por Consídio, segundo a lei Plúcia sobre a violência, Saufeio foi acusado de ocupar lugares elevados e de andar armado. De fato, havia sido ele o chefe dos asseclas de Milão. Foram acusadores Caio Fídio, Gneu Apônio, filho de Gneu, Marco Seio...,⁵⁰⁷ filho de Sexto. Seus defensores foram Marco Cícero e Marco Terêncio Varrão Giba. Foi absolvido por maior número de votos do que no julgamento anterior. Recebeu dezenove votos pela condenação e trinta e dois pela absolvição. Mas, ao contrário do julgamento precedente, os senadores e os cavaleiros o absolveram e os tribunos do erário o condenaram.

Sexto Clódio, porém, sob cuja incitação o cadáver de Clódio fora levado à cúria, foi condenado por grande maioria de votos: quarenta e seis votaram pela condenação,

⁵⁰⁷ Assim na edição de Clark, que assinala divergência entre os manuscritos neste ponto.

sendo acusadores Caio Cesênio Filão e Marco Alfídio, e defensor, Tito Flacônio; houve um total de cinco absolvições, dois votos da parte dos senadores e três, dos cavaleiros.

Muitos acusados, além disso, que estando presentes ou que, citados, não compareceram, foram condenados, dos quais a maior parte era de partidários de Clódio.

BIBLIOGRAFIA

Edições do *Pro Milone*

BEAUCHOT, R. *Cicéron, Oeuvres Choiesies*. Paris, Librairie Hatier, 1932.

BOULANGER, André. *Plaidoyer Pour T. Anniius Milon*. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

CLARK, Albertvs C. M. *Tulli Ciceronis Pro T. Annio Milone: Ad Iudices Oratio*. Oxford, Clarendoon Press, 1895.

CLARK, Albert C. M. *Tvlli Ciceronis Orationes*. New York, Toronto: Oxford University Press, 1918, *reprinted* 1989.

COLSON, F. H. *Cicero Pro Milone*. Bristol Classical Press. General Editor: John H. Betts, (1893) 1959.

GUILLEMIN, A. M. *Pro Milone de Cicéron*. Librairie Hachette, 1938.

Edições do *Pro Milone* com tradução

BOULANGER, A. *Pour T. Anniius Milon*. Texte établi et traduit par A. Boulanger. Introduction et notes par Jean-Noël Robert. Paris, Les Belles Lettres, 1999.

WATTS, N. H. *Pro Milone, In Pisonem, Pro Scauro, Pro Fonteio, Pro Rabino Postumo, Pro Marcello, Pro Ligario, Pro Rege Deiotaro*. With an English translation by N. H. Watts. London: Harvard University Press, 2000.

Traduções do *Pro Milone*

JOAQUIM, António. *Orações - Cícero*. Clássicos Jackson, VOL. II. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W.M.Jacskson Inc., 1952.

SOTTOMAYOR, Ana Paula, Q. F., “Defesa de Milão”, tradução do latim e Notas, *in Cícero: as Catilinárias, Defesa de Murena, Defesa de Árquias, Defesa de Milão*. Lisboa-São Paulo: Verbo, s/d.

Obras Antigas

APPIAN. *Appian’s Roman History*. Vol. I. With an English translation by Horace White. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1982.

APPIAN. *Appian’s Roman History*. Vol. III. With an English translation by Horace White. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd, 2002.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena. Imprensa Nacional Casa da Moeda, s/d.

_____. *Ética a Nicômaco* (trad. Leonel V. e Gerd Bornheim); *Poética* (trad. Eudoro de Souza). Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

CAPELLA. *Le nozze di filologia e mercurio*. Introduzione, traduzione, commentario e appendici di Ilaria Ramelli. Milano: Bompiani Il Pensiero Occidentale, 2004.

CASIO, Dion. *Historia Romana*. Libros XXXVI-XLV. Traducción y notas José M^a. Candau Morón y M^a. Luisa Puertas Castaños. Madrid: Ed. Gredos, 2004.

CASIO, Dio. *Dio's Roman History*. Vol. I. With an English Translation by Earnest Cary. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd, 1954.

_____. *Dio's Roman History*. Vol. III. With an English Translation by Earnest Cary. Cambridge, Massachussetts: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd, 1984.

[CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Tradução e Introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

CICÉRON. *El Orador*. Traducción, Introducción y Notas de E. Sánchez Salor. Clásicos de Grecia y Roma. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

CICERO. *De oratore, libri tres*. With introduction and notes by Augustus S. Wilkins. Hildesheim: G. Olms, 1965.

CICERO. *De Inventione, De optimo Genere Oratorum, Topica*. With an English translation by H. M. Hubbell. Cambridge Massachussetts: Harvard University Press, London: William Heinemann Ltd, 1976.

CICERÓN. *Bruto: De Los Oradores Ilustres*. Versión de Bilmaro Reyes Coria. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

CICERÓN. *La Invención Retórica*. Introducción, traducción y notas de Salvador Nuñez. Madrid: Gredos, 1997.

CICERO. *De oratore book III, De Fato, Paradoxa Stoicorum, De Partitione Oratoria*. With an English translation by H. Rackham. Cambridge, Massachussetts, London: Harvard University press, 1942.

CICERO, Marco Túlio. *Dos Deveres*. Tradução Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FORVTUNATIANI, Consulti. *Ars Rhetorica*. Introduzione, Edizione Critica, Traduzione Italiana e Commento a cura di Lucia Calboli Montefusco. Bologna: Pàtron Editore, 1979.

PATERCULUS, Velleius. *Historia Romana*. Ex. Editioni J. C. H. Krausii. Londini: 1822.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas – Demóstenes e Cícero*. Tradução do grego, introdução e notas: Marta Várzeas. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010.

PLUTARQUE. *Vies*. Tome I. Texte établi et traduit par Robert Flacelière. Paris: Les Belles Lettres, 1957.

QUINTILIAN. *Institutiones Oratoriae – The Institutio Oratoria of Quintilian*. Vol. 1. With an English Translation by H. E. Butler. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; London: W. Weinemann, 1979 – 1989.

_____. *Institutiones Oratoriae – The Institutio Oratoria of Quintilian*. Vol. 4. With an English Translation by H. E. Butler. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; London: W. Weinemann, 1979 – 1989.

_____. *The Orator's Education*. Books 3-5. Edited and translated by Donald A. Russell. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University press, 2001.

_____. *The Orator's Education*. Books 6-8. Edited and Translated by Donald A. Russel. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University press, 2001.

_____. *The Orator's Education*. Books 9-10. Edited and Translated by Donald A. Russel. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University press, 2001.

RHETORES Latini Minores: *ex codicibus maximam partem primum adhibitis. Emendabat Carolus Halm*. Lipsiae: in aedibus B. G. Teubneri, 1863.

SALÚSTIO. *Guerra Jugurtina*. Trad. de Barreto Feio. São Paulo: Edições Cultura, s/d.

SEVERIANI, Iulii. *Praecepta Artis Rhetoricae*. Introduzione, edizione critica e traduzione italiana a cura di Anna Luisa Castelli Montanari. Bologna, Pàtron Editore, 1995.

TACITUS. *Agricola* (trans. by M. Hutton), *Germania* (trans. by M. Hutton), *Dialogus* (trans. by W. Peterson). Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1914-1996.

VÍTOR, Sulpício (*Sulpitii Victoris*), *Intitutiones oratoriae*, 53, p. 346-347, in *Rhetores latini minores*, Carolus Halm, 1863.

Obras Modernas

ALBRECHT, Michael Von. *Cicero's Style: A Synopsis*. Leiden- Boston: Brill, 2003.

ALEXANDER, Michael Charles. *The case for the prosecution in the Ciceronian era*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002.

BAILEY, D. R. Shackleton. *Cicero*. London: Duckworth, 1971.

BARBER, Kimberly Anne. *Rhetoric in Cicero's Pro Balbo*. New York & London: Routledge, 2004.

BONNER, Stanley F. *Education in Ancient Rome: From the elder Cato to the younger Pliny*. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 1977.

CLARKE, M.L. *The Roman Mind. Studies in the History of thought from Cicero to Marcus Aurelius*. Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press, 1956.

CORNILLIAT, F. et LOCKWOOD, R. *Èthos et Pathos: Le statut du sujet rhétorique*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2000.

DOMINIK, W. e HALL, J. (Ed.). *A Companion to Roman Rhetoric*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

DONNELLY, Francis Patrick. *Cicero's Milo - A Rhetorical commentary*. New York, Milwaukee, Chicago: The Bruce Publishing Company, 1935.

GAUGHAM, Judy E. *Murder was not a crime – Homicide and Power in the Roman Republic*. Austin: University of Texas Press, 2010.

GUÉRIN, Charles. *Persona: L'élaboration d'une notion rhétorique au premier siècle Av. J. C.*; Vol. I; Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2009.

GUNDERSON, Erik (Ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. New York, Cambridge University Press, 2009.

GRIMAL, Pierre. *Cicéron*. Librairie Arthème Fayard, 1986.

_____. *Études de Chronologie Cicéronienne*. (Années 58 et 57 av. J.C). Paris: Les Belles lettres, 1967.

HUMBERT, Jules. *Les plaidoyers écrits et les plaidoiries réelles de Cicéron*. Hildesheim - New York : G. Olms, 1972.

KENNEDY, George. *The art of rhetoric in the Roman World*. Princeton-New Jersey: Princeton University Press, 1972.

KENNEDY, George A. *Classical Rhetoric - and its Christian and secular tradition from ancient to modern times*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.

LAURAND, L. *Études sur Le style des discours de Cicéron*. 2^a ed. Tome III . Paris. Société d'édition "Les Belles Lettres", 1927.

LAURAND, *Études sur le style des discours de Cicerón*, Tome I, 4^a ed., Paris: Société d'Édition "Les Belles lettres", 1936.

LEWIS, R. G. *Asconius Commentaries on Speeches by Cicero*. Oxford University Press, New York, 2006.

- LINTOTT, A. W. *Violence in Republican Rome*. OXFORD: Clarendon Press, 1968.
- _____. *Cicero as Evidence - A Historian's Companion*. New York: Oxford University Press, 2008.
- MAY, James M. *Trials of Character: The eloquence of ciceronian Ethos*. Chapel Hill and London: North Carolina Press, 1998.
- _____. *Brill's companion to Cicero – Oratory and Rhetoric*. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2002.
- MONTEFUSCO, Lucia Calboli. *La dottrina degli "status" nella retorica greca e romana*. Hildesheim – Zürich – New York: Olms – Weidmann, 1986.
- NARDUCCI, Emanuele. *Introduzione a Cicerone*. Laterza, 1992.
- _____. *Processi ai politici nella Roma antica*. Roma - Bari: Laterza, 1995.
- PERNOT, Laurent. *La Rhétorique dans l'Antiquité*. Le Livre de Poche. Paris: Librairie Générale Française, 2000.
- POWELL, J. & PATERSON J. (ed.). *Cicero The Advocate*. Oxford-New York: Oxford University Press, 2004.
- RIGGSBY, Andrew M. *Crime & Community in Ciceronian Rome*. Austin: University of Texas, 1999.
- SPOSÌTO, Gianluca. *Il luogo dell'oratore. Argomentazione Topica e retorica Forense in Cicerone*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2001.
- SQUIRES, Simon (ed., trad.). *Asconius: Commentaries on Five Speeches of Cicero*. Wauconda (IL): Bolchazy-Carducci Publishers, 1990.
- STANGL, Thomas. *Ciceronis Orationvm Scholiastae*. Hildesheim: G. Olms, 1964.
- STEEL, Catherine. *Reading Cicero*. London: Duckworth Classical Essays, 2005.
- TRINGALI, Dante. *Introdução à Retórica (A Retórica Como Crítica Literária)*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- WEBB, Ruth. *Ekphrasis, Imagination and Persuasion in Ancient Rhetorical Theory and Practice*. Farnham: Ashgate, 2009.
- WISSE, Jakob. *Ethos and pathos from Aristotle to Cicero*. Amsterdam: Adolf M. Hakkert, 1989.

Artigos

BERRY, D. H. "Pompey's Legal Knowledge. Or Lack of It: Cic. *Mil.* 70 and the date of *Pro Milone*". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Vol. 42. n° 4 (4th Qtr., 1993), pp. 502-504. Published by: Franz Steiner Verlag Stable.

BURTON, Paul J. *Amicitia in Plautus: A study of Roman Friendship processes*. Project Muse: University of Tasmania, Australia. *American Journal of Philology* - Volume 125, Number 2 (Whole Number 498), Summer 2004, pp. 209-243. <http://muse.jhu.edu>

CARY, Earnest. "Introduction", in *Dio's Roman History*. With an English translation by E. Cary, on the basis of the version of Herbert Baldwin Foster. London: William Heinemann Ltd.; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1954.

CLARK, M. E. & RUEBEL, J. S. "Philosophy and Rhetoric in Cicero's *Pro Milone*". In: *Rheinisches Museum für Philologie*, Neue Folge, 128 Band, Heft1, 1985, pp. 57-72.

CRAIG, Christopher P. "The accuser as Amicus: an Original Roman Tactic of Ethical Argumentation". *Transactions of the American Philological Association*, 111 (1981), pp. 31-37.

_____. "Audience Expectations, Invective, and Proof", in *Cicero the Advocate*. Oxford – New York: Oxford University Press, 2004.

_____. "Cicero as Orator", in *A Companion to Roman Rhetoric*. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

DAVIES, J.C. "A Slip by Cicero?" *The Classical Quarterly*, New series, Vol. 19, N° 2 (Nov. 1969), pp. 345-346. Cambridge University Press on behalf of The Classical Association.

DYCK, A.R. "Narrative Obfuscation, Philosophical Topoi, and Tragic Patterning in Cicero's *Pro Milone*". *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 98 (1998), pp. 219-241.

FANTHAM, Elaine. "Ciceronian *Conciliare* and Aristotelian *Ethos*". *Phoenix*, Vol. 27, n° 3 (Autumn, 1973), pp. 262-275.

FLACELIÈRE, Robert. "Introduction", in *Plutarque – Vies*. Texte établi et traduit par Robert Flacelière. Paris: Les Belles Lettres, 1957.

FORTENBAUGH, "Benevolentiam conciliare and animos permovere: Some remarks on Cicero's *De oratore* 2.178-216", in *Rhetorica*, Vol. 6, No. 3, 1988, pp. 259-273.

FOTHERINGHAM, Lynn. "Repetition and Unity in a Civil Law Speech: The *Pro Caecina*", in *Cicero the Advocate*. Oxford – New York: Oxford University Press, 2004.

GILL, C. "The *Ethos/Pathos* Distinction in Rhetorical and Literary Criticism", in *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 34, No. 1, 1984, pp. 149-166.

GUÉRIN, Charles. "Formes et Fonctions du precept Rhétorique des Manuels Latins au *De Oratore*", in *Rhetorica Philosophans – Mélanges Offerts à Michel Patillon*. (ed. Luc Brisson et Pierre Chiron). Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2010.

HALL, J. "Oratorical delivery and the Emotions theory and practice", in *A companion to Roman rhetoric*, 2007, p. 218.

HARRIES Jill. "Cicero and the Law", in *Cicero the Advocate*. Oxford – New York: Oxford University Press, 2004.

HEATH, M. "The Substructure of *Stasis*-Theory from Hermagoras to Hermogenes", in *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 44, No. 1, 1994, pp. 114-129.

_____. "Codifications of rhetoric", in *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*, pp. 59-73. New York: Cambridge University Press, 2009.

HUSBAND, R.W. "The Prosecution of Milo". *The Classical Weekly*, Vol. 8, N° 19 (13/março/1915), pp. 146-150.

_____. "The Prosecution of Milo: A Case of Homicide, with a plea of Self-Defense". *The Classical Weekly*, Vol. 8, N° 20 (20/MAR/1915), pp.156-159.

KENNEDY, G. "The Rhetoric of Advocacy in Greece and Rome". *The American Journal of Philology*, Vol. 89, N°4, (Oct.1968), 419-436.

LEON, Harry J. "The Technique of Emotional Appeal in Cicero's Judicial Speeches". *The Classical Weekly*, Vol. 29, n° 5 (Nov. 18, 1935), pp. 33-37.

LINTOTT, A.W. "Cicero and Milo". *The Journal of Roman Studies*, Vol. 64 (1974), pp 62-78.

_____. "Legal Procedure in Cicero's Time", in *Cicero the Advocate*. Oxford – New York: Oxford University Press, 2004.

MARSHAL, B.A. "*Excepta Oratio*, the Other *Pro Milone* and the Question of Shorthand". *Latomus*, 46 (1987) pp. 730-736.

MAY, James M. "The *Ethica Digressio* and Cicero's *Pro Milone*: A Progression of Intensity from *Logos* to *Ethos* to *Pathos*". *The Classical Journal*, Vol. 74, No. 3. (Feb. - Mar., 1979), pp. 240-246.

_____. "Cicero's *Pro Milone*: An Ideal Speech of an Ideal Orator", Cap. 7, pp. 123-134 in *The Orator in action and Theory in Greece and Rome*. Ed. Cecil W. Wooten. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2001.

MELCHIOR, Aislinn. "Twined Fortunes and the Publication of Cicero's *Pro Milone*". *Classical Philology*, vol. 103, n.3 (JUL. 2008), pp. 282-297.

MONTANARI, Anna Luisa C. "Introduzione", in *Praecepta artis rhetoricae*, Iulli Severiani. Bologna: Pàtron Editore, 1995.

MONTEFUSCO, L. C. "Cicerone, *De oratore*: la doppia funzione dell'*ethos* dell'oratore". In: *Rhetorica*, Vol. 10, No. 3 (1992), pp. 245-259.

NUÑEZ, Salvador. "Introducción", in *La invención retórica*. Cicerón. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

PATERSON, Jeremy. "Self-Reference in Cicero's Forensic Speeches", in *Cicero the Advocate*. Oxford – New York: Oxford University Press, 2004.

PRILL, Paul. Cicero in Theory and Practice: The Securing of Good Will in the "Exordia" of Five Forensic Speeches, *Rhetorica*, Vol. 4, No. 2 (Spring, 1986), pp. 93-109.

RIGGSBY, Andrew M. "The Rhetoric of Character in the Roman Courts", In *Cicero The Advocate*. Oxford – New York: Oxford University Press, 2004.

ROBERT, Jean-Noël. "Introduction", in *Pour T. Annus Milon*, Cicéron, Texte établi et traduit par A. Boulanger. Paris: Les Belles Lettres, 1999.

RUEBEL, James S. "The Trial of Milo in 52 B.C.: A Chronological Study". *Transactions of the American Philological Association* (1974). Vol. 109 (1979), PP. 231-249. The Johns Hopkins University Press.

SETTLE, J. N. "The trial of Milo and the other *Pro Milone*", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, vol. 94 (1963), 268-80.

SOLMSEN, F. "Aristotle and Cicero on the Orator's Playing upon the Feelings". In: *Classical Philology*, Vol. 33, No. 4 (1938), pp. 390-404.

_____. "Cicero's First Speeches: A Rhetorical Analysis". *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, Vol. 69 (1938), pp. 542-556.

STROH, Wilfried. "*De Domo Sua*: Legal Problem and Structure", in *Cicero the Advocate*. Oxford – New York: Oxford University Press, 2004.

TZOUNAKAS, Spyridon. "The peroration of Cicero's *Pro Milone*". University of Cyprus. *Classical World*, 102. 2 (2009).

WHITE, Horace. "Introduction", in *Appian's Roman History*. Vol. I. With an English translation by Horace White. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1982.

WINTERBOTTON, Michael. "Perorations", in *Cicero the Advocate*. Oxford – New York: Oxford University Press, 2004.

WISSE, Jakob. "The riddle of the *Pro Milone*. The rhetoric of rational argument", in *Logos, Rational Argument in Classical Rhetoric*. (Ed. Jonathan Powell). London: Institute of Classical Studies, University of London, 2007.

ZERBA, M. "Love, Envy, and Pantomimic Morality in Cicero's *De oratore*". In: *Classical Philology*, Vol.97, No. 4, 2002, pp. 299-321.

Resenhas

ALEXANDER, Michael C. "Review: *A Historical Commentary on Asconius*, by B. A. Marshall (1985)" in *Phoenix*, vol. 41, N°. 2, 1987, pp. 211-213.

GRIFFIN, Miriam. "A commentary on Asconius" (Review - Bruce A. Marshall: *A Historical Commentary on Asconius*, in *The Classical Review*. New Series, Vol. 37, N°. 2, 1987, pp. 187-190.

RUEBEL, James S. "Review: Simon Squires (ed., tr.). *Asconius: Commentaries on Five Speeches of Cicero* (1990)" in *The Classical World*, Vol. 85, N°. 3, 1992, pp. 269-270.

_____. Review: B. A. Marshall. *A Historical Commentary on Asconius* (1985), in *The Classical World*, Vol. 79, N°. 6, 1986, pp. 424-425.

SIMON, Stephen J. "Review: B. A. Marshall. *A Historical Commentary on Asconius* (1985)" in *The American Historical Review*, vol. 91, N°.4, 1986, pp. 892-893.

Teses

CHIAPPETTA, Angélica. *Ad animos faciendos – Comoção, fé e ficção nas Partitiones oratoriae e no De officii de Cícero*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Letras Clássicas da Universidade de São Paulo (USP-FFLCH) (1997).

GUÉRIN, Charles. *L'élaboration de la notion rhétorique de persona au premier siècle av. J. C.: antécédentes grecs et enjeux cicéroniens*. Université Paris XII – Val de Marne – Faculté de Lettres et de Sciences Humaines – Département des Lettres, 2006.

SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Letras Clássicas da Universidade de São Paulo (USP-FFLCH) (2009).

Dicionários de latim

FARIA, Ernesto (Org.). *Dicionário Escolar Latino-Português*. Ministério da Educação e Cultura, Dep. Nacional de Educação, 3ª Ed., 1962.

FERREIRA, Antonio Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Porto-Coimbra-Lisboa: Porto Editora, 1983.

GLARE, Peter G. W. *Et alii (ed). Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

SARAIVA, F.R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 11ª Ed. Belo Horizonte- Rio de Janeiro: Garnier, 2000.

Dicionários Jurídicos

GUIMARÃES, Deocleciano T. G. *Dicionário Técnico Jurídico*. São Paulo: Rideel, 2010.

SILVA, Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. São Paulo: Ed. Forense, 2009.